

**ANDRÉA MAZUROK SCHACTAE**

**FARDA E BATOM, ARMA E SAIA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍCIA MILITAR  
FEMININA NO PARANÁ (1977-2000)**

**CURITIBA  
2011**

**ANDRÉA MAZUROK SCHACTAE**

**FARDA E BATOM, ARMA E SAIA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍCIA MILITAR  
FEMININA NO PARANÁ (1977-2000)**

Tese apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Paula Vosne Martins

**CURITIBA  
2011**

Catálogo na publicação  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Schactae, Andréa Mazurok

Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000) / Andréa Mazurok Schactae.  
– Curitiba, 2011.  
282 f.

Orientadora: Profª Drª Ana Paula Vosne Martins  
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Polícia militar - Paraná - 1977-2000. 2. Mulheres - policiais - Paraná - 1977-2000. 3. Polícia militar - mulheres - identidade. 4. Disciplina militar. I. Título.

CDD 355.13323



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: [cpghis@ufpr.br](mailto:cpghis@ufpr.br) Website: [www.poshistoria.ufpr.br](http://www.poshistoria.ufpr.br)

#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de Andrea Mazurok Schactae, intitulada: ***Farda e Batom, Arma e Saia: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)***, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e oito de março de dois mil e onze.

Profª Drª Ana Paula Vosne Martins  
Presidente da Banca Examinadora

Profª Drª Ana Maria Colling (UNILASALLE)  
1º Examinador

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)  
2º Examinador

Prof. Dr. Marco Antonio Stancik (UEPG)  
3º Examinador

Profª Drª Karina Koseki Bellotti (UFPR)  
4º Examinador



Dedico essa tese aos anjos que me acompanharam ao longo dessa caminhada. Entre eles estão a minha Mãe, a minha irmã Fabiane, o meu filho Thiago, o meu amigo e namorado Luiz e a minha orientadora Ana Paula.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a vida pelas experiências ao longo dessa trajetória. Obrigada mãe e pai pela oportunidade de viver nesse mundo maravilhoso!

Ao longo dessa trajetória encontrei com muitas pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização dessa tese. Sou grata a todas pelo apoio, carinho e atenção.

Entre as pessoas que participaram diretamente na escrita desta Tese está a minha orientadora, Ana Paula Vosne Martins, a quem agradeço o apoio e a atenção.

Ao meu filho Thiago, as minhas irmãs Tatiana e Fabiane, meu irmão João Carlos e aos meus sobrinhos e sobrinhas peço desculpas pela minha ausência e agradeço o apoio e o carinho. Amo vocês!

Sou grata ao meu namorado Luiz, que sempre esteve ao meu lado, apoiou as minhas decisões, leu meus textos (criticou e corrigiu) e soube entender a minha ausência. Você é muito especial e lindo!

Agradeço aos meus amigos e as minhas amigas pelo carinho e o apoio. Obrigada Angela, Adriana, Ana Frida, Beatriz, Myriam, Maura, Patrícia, Loiva, Rosagela, Maria Helena, Renata, Tatiana, Leandro, Niltonci, Aparício, Osmar, Chico, Luiz, Sefrin e as minhas três amigas Cris.

Ao Prof. Ms. Osmar Ansbach, meu amigo, muito obrigado pelo apoio técnico e artístico.

Agradeço ao Chico e a Cris pela ajuda. Vocês são anjos!

Aos professores e professoras do Departamento de História da UEPG, obrigada pela amizade e pelo apoio: Christiane, Myriam, Maura, Rosângela, Angela, Janaina, Leandro, Marco Aurélio, Roberto, Galdino, Cláudio, Edson e Niltonci.

Agradeço ao Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR pelo convite para participar do projeto MES/Cuba, especialmente as Professoras Dr<sup>a</sup> Ana Paula Vosne Martins (UFPR) e Dr<sup>a</sup> María Arias (Universidad de Holguín).

A CAPES, pela bolsa de estudos.

A banca de qualificação pelas críticas e sugestões, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marion e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria José Rezende pela atenção e pela indicação de bibliografia.

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Andreazza pelas críticas e contribuições no primeiro ano do Curso.

Sou grata aos professores Adriano e Luiz Ricardo, pela ajuda com coleta e organização das fontes.

Ao Prof. Dr. Julio Cesar Pages da Universidade de Havana, obrigada pela atenção e sugestões.

Agradeço aos meus colegas do Curso de Pós-Graduação pelas críticas e pela companhia, especialmente minha amiga Loiva e meu amigo Rafael.

Aos Professores e Professoras da Pós Graduação em História da UFPR e a secretária, Maria Cristina, muito obrigada.

Ao policial militar Guilmann, que me presenteou com uma cópia da sua pesquisa sobre o fardamento da Polícia Militar, muito obrigada.

Aos meus amigos e minhas amigas da Polícia Militar, agradeço o apoio e pelo carinho.

Ao Major Hathy obrigada pelo apoio e atenção.

Aos policiais e as policiais do Arquivo Geral que sempre me receberam com muita atenção, especialmente o Sargento Inácio e a policial Iara, muito obrigada.

Agradeço ainda o apoio do Comandante da Polícia Militar do Estado Paraná, do Comando do 1º BPM e de todos os meus colegas.

A Marinês pelo apoio técnico e pela atenção.

Enfim, muito obrigada à todos!

*“Escreverás meu nome com todas as letras,  
com todas as datas,  
-- e não serei eu.*

*Repetirás o que ouviste,  
o que leste de mim, e mostrarás meu retrato,  
-- e nada disso serei eu.*

*Dirás coisas imaginárias,  
invenções sutis, engenhosas teorias,  
-- e continuarei ausente.*

*Somos uma difícil unidade,  
de muitos instantes mínimos,  
-- isso seria eu.*

*Mil fragmentos somos, em jogo misterioso,  
aproximamo-nos e afastamo-nos,  
eternamente.  
-- Como me poderão encontrar?*

*Novos e antigos todos os dias,  
transparentes e opacos, segundo o giro da luz,  
-- nós mesmos nos procuramos.*

*E por entre as circunstâncias fluímos,  
leves e livres como a cascata pelas pedras.  
-- Que mortal nos poderia prender?!”*

*[Biografia, Cecília Meireles, 1973]*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APMG	Academia Policial Militar do Guatupê
BG	Boletim Geral
BM	Bombeiro Militar
BPGd	Batalhão de Polícia de Guarda
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPTran	Batalhão de Polícia de Trânsito
Cb	Cabo
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFC	Curso de Formação de Cabos
CFC/PM	Curso de Formação de Cabos Policial Militar
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargento
CFS Fem	Curso de Formação de Sargento Feminino
CFS/PF	Curso de Formação de Sargento Feminino
CFSd PF	Curso de Formação de Soldado Feminino
Cia Ind P Gd	Companhia Independente de Polícia de Guarda
Cia P Chq	Companhia de Polícia de Choque
Cia PM Fem	Companhia de Polícia Militar Feminina
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
CPC	Comando do Policiamento da Capital
CPI	Comando do Policiamento do Interior
ESFO	Escola de Formação de Oficial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organização Policial Militar
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
Pel Fem	Pelotão de Polícia Feminina
PF	Polícia Feminina ou Polícia Feminina
PM	Polícia Militar ou Policial Militar
PMPR	Polícia Militar do Estado do Paraná
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
QEQPF	Quadro Especial de Oficial de Polícia Feminina
QOPM	Quadro de Oficial Policial Militar
QOPM Fem	Quadro de Oficial Policial Militar Feminino
QPM	Quadro Policial Militar
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RISG	Regulamento Interno de Serviços Gerais
DE	Diretoria de Ensino
Sd	Soldado
Sgt	Sargento

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRAÇAS HOMENS E MULHERES – 1984.....	<b>134</b>
GRÁFICO 2 - QUADRO DE OFICIAIS HOMENS E MULHERES – 1984...	<b>135</b>
GRÁFICO 3 - PRAÇAS HOMENS E MULHERES – 1995.....	<b>136</b>
GRÁFICO 4 - OFICIAIS HOMENS E MULHERES – 2000.....	<b>137</b>
GRÁFICO 5 - OFICIAIS E PRAÇAS MASCULINOS – 2000.....	<b>138</b>
GRÁFICO 6 - OFICIAIS FEMININAS E PRAÇAS FEMININAS – 2000 .....	<b>139</b>
GRÁFICO 7 - EFETIVO DE POLÍCIAS FEMININAS E POLÍCIAS MILITARES DO COPOM – 1997.....	<b>140</b>
GRÁFICO 8 - PUNIÇÕES DAS POLÍCIAS FEMININAS ENTRE OS ANOS DE 1978 E 1996.....	<b>207</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISPOSITIVO PARA ENTREGA DE MEDALHAS NO ANIVERSÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.....	61
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NO ANO DE 1977.....	79
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL, PUBLICADO EM 1992.....	102
FIGURA 4 – DISPOSIÇÃO DA TROPA NA COMEMORAÇÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1993.....	107
FIGURA 5 – DISPOSIÇÃO DA TROPA NA COMEMORAÇÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1994.....	108

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – CARTOGRAMA DO PARANÁ.....	268
ANEXO 2 – UNIFORME DA POLÍCIA FEMININA.....	270
ANEXO 3 – CLASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS PRAÇAS - RDE.....	278
ANEXO 4 – IMAGENS DE MILITARES MULHERES.....	280
ANEXO 5 – TIPOS DE PUNIÇÕES – RDE.....	282



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - HIERARQUIA DA POLÍCIA MILITAR.....	74
QUADRO 2 - ORDEM HIERÁRQUICA DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR E OS SEUS CÍRCULOS MILITARES.....	75
QUADRO 3 - ORDEM HIERÁRQUICA DAS PRAÇAS POLÍCIA MILITAR E OS SEUS CÍRCULOS MILITARES.....	75
QUADRO 4 - QUADROS DA POLÍCIA MILITAR - 1976-1983.....	85
QUADRO 5 - EFETIVO PREVISTO PARA O PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININA.....	86
QUADRO 6 - QUADROS DA POLÍCIA MILITAR - 1983-2000.....	92
QUADRO 7 - POPULAÇÃO URBANA E PELOTÕES DE POLÍCIA MILITAR FEMININA (CPI).....	94
QUADRO 8 - PELOTÕES DE POLÍCIA MILITAR FEMININA NO CPC - 1977-2000.....	96
QUADRO 9 - FUNÇÕES DA COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA – 1984.....	99
QUADRO 10 - FUNÇÕES DA COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA DE GUARDA – 1983.....	99
QUADRO 11 - FUNÇÕES DA CIA PM FEMININA – 1991.....	100
QUADRO 12 - PROFISSÕES DAS MULHERES QUE INGRESSARAM NA POLÍCIA FEMININA (1977-1982).....	119
QUADRO 13 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SARGENTOS - 1977 E 1978.....	123
QUADRO 14 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SOLDADOS PM DE 1978 E CURSO DE SARGENTOS FEMININO DE 1978.....	124
QUADRO 15 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SOLDADO PM E SOLDADO PM FEMININO – 1983.....	125
QUADRO 16 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SARGENTOS FEMININO DO ANO DE 1978 E SOLDADO FEMININO DO ANO DE 1983.....	126

QUADRO 17 - CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SOLDADOS PM FEM E PM – 1988.....	<b>127</b>
QUADRO 18 - CURRÍCULO CFSD PM – 1995.....	<b>128</b>
QUADRO 19 - CURRÍCULO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - 3º ANO POLICIAL MILITAR (PM) E POLICIAL FEMININA (PF) – 1981.....	<b>130</b>
QUADRO 20 - QUADRO DE PRAÇAS DA PMPR – 1978.....	<b>132</b>
QUADRO 21 - PRAÇAS MULHERES DA PMPR – 1984.....	<b>133</b>
QUADRO 22 - OFICIAIS QOPM FEMININAS PMPR – 1984.....	<b>134</b>
QUADRO 23 - PRAÇAS MULHERES DA PMPR - 1984 E 1995.....	<b>136</b>
QUADRO 24 - DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS QOPM E QOPM FEMININA PMPR – 1995.....	<b>137</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 A GLÓRIA DOS HOMENS: HONRA, MASCULINIDADES E IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....</b>	<b>28</b>
1.1 SACRIFÍCIO, HEROÍSMO, BRAVURA E COMBATE: OS PATRONOS E O IDEAL DE MASCULINIDADE.....	31
1.2 “A GLORIOSA POLÍCIA MILITAR”: UM LUGAR DE HONRA E GLÓRIA.....	50
<b>2 VESTIR A FARDA: A CONSTITUIÇÃO DA POLÍCIA FEMININA E A INCORPORAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>66</b>
2.1 O PODER NO ESPAÇO INSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA DA POLÍCIA MILITAR E DA POLÍCIA FEMININA.....	69
2.2 AS MULHERES VESTIRAM A FARDA: A INCLUSÃO DE CIVIS E A CONSTITUIÇÃO DAS MILITARES FEMININAS.....	109
<b>3 “SEU NOME E SUA ATIVIDADE”: IDENTIFICANDO A POLÍCIA FEMININA.....</b>	<b>142</b>
3.1 UM NOME PARA O OUTRO: A ATRIBUIÇÃO DE UMA NOMENCLATURA E A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIFICAÇÃO.....	144
3.2 A ATIVIDADE POLICIAL FEMININA: CONSTITUINDO DIFERENÇAS DE GÊNERO.....	165
<b>4 A ORDEM E A MARGEM: O COMPORTAMENTO DISCIPLINAR E AS PUNIÇÕES DAS TRANSGRESSORAS.....</b>	<b>186</b>
4.1 CONSTRUINDO A NORMA E A ORDEM: A DISCIPLINA MILITAR E A TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR.....	188
4.2 AS MARGENS: O COMPORTAMENTO IRREGULAR E AS PUNIÇÕES EXEMPLARES COMO DEFINIDORES DA ORDEM.....	205

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES.....</b>	<b>251</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>267</b>

## RESUMO

A presença de mulheres nos quadros permanentes de instituições armadas é um fato do século XX. Entre essas instituições está a Polícia Militar do Estado do Paraná. Considerando que as instituições armadas se constituem em modelos de masculinidade, analisar o ingresso de mulheres em uma instituição armada é importante para os estudos de gênero, pois a legislação, escrita para legalizar e organizar a inclusão feminina atribuiu significados às diferenças corporais e à sexualidade vivenciada pelos sexos, os quais orientam a construção de identidades. Assim, esta tese é um estudo de identidade de gênero na Polícia Militar do Paraná, tendo como recorte temporal o período entre 1977 e 2000, que é balizado pelos anos de criação e de extinção da Polícia Feminina no Paraná. Ao longo desse período foi constituída a identidade de Policial Feminina, que está vinculada à definição de um espaço feminino – um lugar, uma hierarquia, uma atividade, um nome, uma vestimenta, um comportamento – na estrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como norteadas pela identidade institucional, caracterizada por um padrão de masculinidade que subordina outras masculinidades e feminilidades, e por um ideal de feminilidade, o qual orienta relações de poder entre as mulheres.

**Palavras chaves:** identidade, gênero, instituição militar.

## **ABSTRACT**

The presence of women in the permanent staff of the armies is a fact in twentieth century. Among those institutions is the Military Police of the State of Parana. Considering that armed institutions constitute themselves as models of maleness, the analysis of the admission of females in an armed institution is important to gender studies, since the law, written with the aim of legalizing and organizing female inclusion, assigns meanings both to bodily differences and to the sexuality experienced by different genders, which orients the construction of identity. Thus, this thesis is a study on gender identity in the Military Police of Parana, in the period between 1977 and 2000, which are respectively the years of creation and extinction of the Female Police Force of Parana. Along this period, it was constituted the identity of the Female Police, that is linked to the definition of a feminine space – a place, a hierarchy, an activity, a name, a garment, a behavior – in the structure of the Military Police of the State of Parana, as well as oriented by the institutional identity, that is characterized by a maleness pattern that subdues other malenesses and femalenesses, and by a femaleness ideal, which determines power relations among women.

**Keywords:** Identity; gender; military institution.

## INTRODUÇÃO

Começamos com o fragmento de um texto sobre a presença de mulheres na Polícia Militar do Paraná, pois a história é construída a partir de cacos do passado, que são selecionados, reunidos, organizados e significados, e a prática do historiador consiste em construir um sentido para o passado.

Venho vindo pela Avenida Bonifácio Villela e cruzo com duas jovens componentes do contingente de Polícia Feminina, que está sendo preparado em nossa cidade para apoiar o serviço de segurança pública. Eu, como os demais transeuntes fomos tomados de surpresa pelo perfil diferente, com o visual mais destacado porque na esquina próxima um guarda de trânsito, com uniforme semelhante, sublinhava o contraste do visual. Evidentemente prejudicando o policial masculino, ainda mais porque ele é uma presença já incorporada há muito tempo na paisagem humana da cidade ao passo que suas colegas femininas estavam ingressando no contexto do panorama da cidade.<sup>1</sup>

As palavras do cronista Guaracy Vieira evocam o contraste entre duas policiais e um policial em uma rua do centro da cidade de Ponta Grossa em meados da década de 1980. Também expressam que a presença de homens na Polícia Militar já estava incorporada e eles são identificados como representantes da instituição, enquanto as policiais são percebidas como a alteridade. A farda que elas vestem as identifica como agentes da instituição, mas as diferenças no modelo da vestimenta e no corpo que a veste revelam que elas são o outro. O sujeito diferente que circula no espaço da cidade altera a ordem e a restituição dela ocorre pela construção de uma identificação. Dar um nome e uma veste são atos necessários para construir um significado e restituir a ordem.

---

<sup>1</sup> VIEIRA, G. F. Perfis da Cidade. In: **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, PR, 10 de maio de 1984. Guaracy Paraná Vieira nasceu em 04 de agosto de 1918, faleceu em 18 de junho de 1991. Veio a Ponta Grossa, PR, para trabalhar na prefeitura, onde desempenhou várias funções, entre as quais Chefe da Seção Mecanizada, Diretor de Gabinete, da Biblioteca Pública e do Departamento de Educação e Cultura. Em 1949, começou a trabalhar na Radio Clube Pontagrossense, tarefa que passou a conciliar com seu trabalho na Prefeitura. Em 1952, foi ao ar o programa Perfis da Cidade. Todos os dias, por volta das 12 horas, Barros Junior lia uma crônica de Vieira Filho. Ainda nos primeiros anos da década de 50, as crônicas transmitidas pela emissora passaram a ser publicadas no Jornal Diário dos Campos e só deixaram de ser publicadas na década de 80. Nos anos de 1958 e 1959, ele trabalhou como redator desse jornal. Em 1963 e 1964, foi secretário de redação, assim como manteve a coluna "Um homem dentro da vida" e "O assunto é Diário". "[...]. Por mais de trinta anos consecutivos, os **Perfis da Cidade** de Vieira Filho iluminaram os mais diversos aspectos da vida ponta-grossense.[...]" [negrito conforme original]. ZAN, S. M. Introdução. In: VIEIRA, Márcia Zan (seleção, organização e revisão). **Perfis da cidade**: crônicas de Vieira Filho. Ponta Grossa, Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1993, p. 05-06.

Além do olhar do cronista, outros olhares foram dirigidos para a Polícia Feminina e, entre eles, o olhar de uma menina que estava encantada com o uniforme da tia soldado da Polícia Feminina. Na década de 1990, a menina tornou-se uma jovem mãe auxiliar de biblioteca e estudante do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que buscava a estabilidade do serviço público e viu no concurso da Polícia Militar essa possibilidade. Portanto, na primeira metade do ano de 1996 lá estava ela, vestindo a farda da polícia e frequentando o Curso de Formação de Soldado da Polícia Feminina (CFSd PF) na Academia Policial Militar do Guatupê. Em novembro, iniciaram as atividades profissionais e, no ano seguinte, o retorno para a Universidade e, no ano de 1998, ela concluiu a graduação. Depois, cursou especialização em História e o mestrado. No ano de 2010, a então estudante do Curso de Pós-Graduação em História da UFPR entregou a farda, a arma e os outros objetos que compunham a sua vestimenta de soldado PM Fem. Portanto, na construção dessa tese a historiadora se apropriou da experiência da soldado, bem como inúmeras vezes a soldado olhou a sua “vestimenta policial” com os olhos de historiadora. Assim, esta tese também é norteadada pela subjetividade e pelas experiências da pesquisadora na Polícia Militar e na sua trajetória acadêmica.

É oportuno destacar que o ingresso de mulheres como agentes permanentes de instituições armadas é algo recente. No entanto, ao longo dos séculos, da Grécia antiga aos países europeus e americanos do século XX, elas participaram do espaço da guerra, embora mais dificilmente pudessem ter lugar nos combates.<sup>2</sup> Mulheres como as míticas amazonas, Joana d’Arc, Maria Quitéria, entre tantas outras, são exceções e muitas delas são identificadas como pessoas *predestinadas* a lutar em defesa da nação e, para cumprirem sua missão *vestem-se como homem*, pois, historicamente, o guerreiro é identificado como homem e seus símbolos identificadores são a arma e a vestimenta.

As polícias são as primeiras instituições armadas do Estado a incluírem mulheres como agentes permanentes. No início do século XX as polícias norte-americana e inglesa admitiram as primeiras mulheres. No Brasil, a primeira

---

<sup>2</sup> Ver: CARIE, R. **A mulher militar**: das origens aos nossos dias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. TAVERA, S.; NASH, M. (Eds). **Las mujeres y las guerras**: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporánea. Barcelona: Icaria Editorial, 2003. GALVÃO, W. N. **A donzela-guerreira**: um estudo de gênero. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.



instituição policial a admitir mulheres foi a guarda civil de São Paulo, no ano de 1954, com o ingresso de um grupo feminino na guarda civil. Na década de 1970, com a reestruturação das polícias pelos governos militares, a guarda civil foi extinta e o efetivo passou para a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Portanto, entre as polícias militares brasileiras, a paulista é a primeira a admitir mulheres e, no ano de 1977, foi criado, no Estado do Paraná, o primeiro Pelotão de Polícia Feminina, sendo essas as primeiras instituições militares brasileiras a admitirem mulheres no quadro de agentes permanentes.<sup>3</sup>

No final da década de 1970, a Polícia Militar do Estado do Paraná iniciou um processo de redação do projeto de criação da Polícia Feminina. As leis e as normas que criaram a Polícia Feminina e instituíram a policial são textos redigidos por sujeitos que possuem o poder de escrever em nome do Estado e da Polícia Militar do Estado do Paraná. Esses textos construíram um significado para a presença de mulheres na instituição, um espaço para o feminino na ordem institucional. Ao longo do período marcado pela criação da Polícia Feminina no ano de 1977 e a sua extinção no ano de 2000, as mulheres foram incorporadas à instituição.

No período entre 1976 e 1984, foram redigidas as leis e normas que construíram um espaço para o feminino na ordem institucional, sendo que entre 1984 e 1991 há uma aparente estabilidade no processo de incorporação das mulheres. No ano de 1991, iniciou-se o processo de desconstrução do espaço marginal da Polícia Feminina que culminou com a sua extinção no ano de 2000 e a inclusão das policiais nos quadros da PMPR, inclusive na qualificação de Combatente, até então pertencente aos homens.

Na mesma década em que as mulheres ingressaram nas instituições militares brasileiras e de outros países<sup>4</sup>, o campo da História se redefiniu e a história das mulheres se constituiu como campo de estudo. A emergência da história das mulheres é identificada pelo historiador francês Claude Quétel como motivadora dos

---

<sup>3</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um grupo de enfermeiras brasileiras foi treinado pelo Exército Brasileiro e enviado para o campo de batalha. Todavia, essas mulheres não eram militares e sim civis prestando serviço para uma instituição militar. As instituições armadas de outros países também fizeram uso dessa prática. Ver: BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945). In: **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n.3, p. 314-321, 2005.

<sup>4</sup> A maioria dos países membros da OTAN passou a admitir mulheres a partir da década de 1970. Somente a França, o Canadá, a Dinamarca e a Turquia permitiram o ingresso de mulheres antes da década de 1960.

primeiros estudos sobre a presença de mulheres no espaço da guerra<sup>5</sup> e sobre os vínculos entre o espaço militar e o feminino.

No Brasil na década de 1990, estabeleceu-se uma nova tendência na produção da história militar, a qual os historiadores Celso Castro, Victor Izecksohn e Hendrik Kraay, denominam de *Nova História Militar Brasileira*. Para esses pesquisadores, a trajetória desse campo de estudos na academia brasileira foi influenciada pelo envolvimento dos militares na política e pelo regime militar (1964-1985), “que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas”<sup>6</sup> e, complementando as colocações dos autores, é necessário acrescentar que a produção acadêmica no campo historiográfico relacionada às polícias militares – forças auxiliares e reserva do Exército – também necessita de mais atenção por parte dos pesquisadores.

Os primeiros estudos sobre as mulheres militares datam do início do século XXI, mas, conforme destaca a pesquisadora Cristina Rodrigues da Silva, a presença feminina nas Forças Armadas Brasileiras é pouco estudada.<sup>7</sup> Entre os estudos citados por ela, estão o da pesquisadora Maria Celina D’Araújo<sup>8</sup> e a tese de Emília Takahashi.<sup>9</sup> Acrescentando às colocações da pesquisadora, os estudos sobre o feminino nas polícias militares também são raros, principalmente no campo da História. Entre eles, está a dissertação da psicóloga Márcia Esteves Calazans<sup>10</sup> sobre a policiais femininas da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, os estudos das antropólogas Leonarda Musumeci e Barbara Musumeci Soares<sup>11</sup> sobre as mulheres policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a tese

---

<sup>5</sup> QUETEL, C. **As mulheres na guerra** (1939-1945). São Paulo: Larousse, 2009, p. 5.

<sup>6</sup> CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13.

<sup>7</sup> SILVA, C. R. **Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas**: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. Disponível em: <[www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf](http://www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2009.

<sup>8</sup> D’ARAUJO, M. C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.439-459.

<sup>9</sup> TAKAHASHI, E. **Homens e mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese do Curso de Pós-Graduação em Educação – UNICAMP, 2002.

<sup>10</sup> CALAZANS, M. E. de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Programa de Mestrado em Psicologia, UFRG, Porto Alegre, 2003.

<sup>11</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres Policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

da administradora Mônica Carvalho Alves Cappelle<sup>12</sup> sobre o trabalho feminino na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. No campo da História, está o trabalho da historiadora Rosemeri Moreira,<sup>13</sup> que analisa a polícia feminina do Paraná.

As colocações da historiadora inglesa Louise Jackson,<sup>14</sup> que, em seu estudo sobre as mulheres policiais no Reino Unido, afirmou que há poucas pesquisas sobre o tema naquele país, também valem para a produção historiográfica brasileira, pois, no Brasil, o assunto também é pouco estudado por historiadores. Portanto, ao considerar que as polícias militares brasileiras estão historicamente ligadas ao Exército e foram as primeiras a admitirem mulheres, em um período no qual oficiais gerais governavam o país, esta tese contribui para os estudos de gênero dentro do campo da história militar brasileira.

Entretanto, vale destacar que os estudos sobre masculinidades nessas instituições estão por ser realizados e são fundamentais para os estudos das relações entre o feminino e o militar, pois problematizar as masculinidades nas instituições militares é fundamental para analisar as relações de poder internas e entre a instituição e a sociedade.

Esta tese analisa o processo de inclusão de mulheres na Polícia Militar Estado do Paraná e a atribuição de uma identidade para a Polícia Feminina e para as policiais, a qual se constrói em relação à identidade institucional e a um ideal de feminilidade. Considerando que os ideais são construtores das identidades e de relações de gênero, o ideal de masculinidade identificador da Polícia Militar e a construção de um ideal de policial feminina constituem relações de poder e hierarquia entre o(s) masculino(s) e o(s) feminino(s), bem como orientam a construção de subjetividades. A construção de significados sobre as diferenças corporais resulta em relações sociais e de poder e estudar esse processo em uma instituição historicamente identificada como masculina permite perceber as contradições existentes na construção das identidades institucionais generificadas.

O estudo das relações entre o(s) masculino(s) e o(s) feminino(s) em uma instituição policial militar organizada pela hierarquia e disciplina é um passo

---

<sup>12</sup> CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais. Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>13</sup> MOREIRA, R. **“Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope”**: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

<sup>14</sup> JACKSON, L. A. **Women Police**: gender, welfare and surveillance in the twentieth century. USA: Manchester University Press, 2006.

importante para o conhecimento das construções históricas e sociais de gênero e para a historiografia brasileira. Uma instituição que representa o Estado e o seu poder armado é construtora de identidades de gênero legitimadas pelo poder e pela tradição.

O conceito de identidade como uma construção social é central para analisar o discurso da Polícia Militar do Estado do Paraná sobre o feminino, uma construção relacional permeada por tensões, contradições e permanências, que produz múltiplas identificações pelas relações e apropriações que estabelecem os sujeitos. Ao pensar o processo de construção social e incorporação da identidade em um espaço socialmente construído, Pierre Bourdieu<sup>15</sup> aponta para a tendência de reprodução das relações sociais e dessa forma dos sistemas simbólicos e das identidades.

A categoria gênero problematiza o conceito de identidade a partir da multiplicidade de significações das diferenças, bem como a partir das permanências. Dessa forma os seus significados só são percebidos quando pensados historicamente, isto é, localizados em um espaço que é uma construção temporal e cultural. Para Joan Scott, as identidades não são permanentes, pois estão vinculadas aos contextos e ao contato com outras identidades. Assim, uma mesma pessoa assume diferentes identidades, que estão relacionadas ao contexto em que ela se encontra.<sup>16</sup> As identidades coletivas, segundo a autora, são construções imaginárias, que ocultam as diferenças e se apresentam como permanentes.<sup>17</sup>

Considerando que as identidades coletivas se apresentam como imutáveis, elas orientam a construção de subjetividades e tendem a reproduzir relações sociais, pois são constituídas por símbolos, práticas, valores e condutas que identificam o grupo. Nas instituições armadas, as identidades coletivas são constituídas por um ideal de masculinidade. Para Robert W. Connell, existe uma “hegemonia masculina”<sup>18</sup> nos espaços de poder nas sociedades ocidentais. Um modelo de

<sup>15</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 141-154.

<sup>16</sup> SCOTT, J. Feminismo e historia. In: **La Correa Feminista**, nº 15. México, verano/otoño 1996, p. 109-122. Disponível em: <hojasdewarmi8\_547\_021269\_3328\_pdf>. Acesso em: 19 ago 2009.

<sup>17</sup> SCOTT, J.W. Fantasy Echo: história e a construção da identidade. **Labrys: Estudos Feministas**, nº 1-2, jul/dez. 2002.

<sup>18</sup> CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**. Vol.19, 2005, disponível em: <http://gas.sagepub.com>. CAPES, acesso em: 27 mai 2009. CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**. Vol. 20 n. 2, 2005, p. 185-206. CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). **Masculinidades: Poder y Crisis**. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres,

masculinidade caracterizado por práticas, valores e relações que identificam um ideal de masculinidade, que varia em relação ao tempo e aos espaços sociais. A característica central desse conceito, afirma o autor, é a pluralidade de masculinidades e a hierarquia de gênero – estabelecida entre as masculinidades e entre um modelo de masculinidade e outro de feminilidade. Sendo assim, as relações que se estabelecem entre o modelo hegemônico de masculinidade identificador de uma instituição e as outras masculinidades e as feminilidades são caracterizadas pela subordinação e pela marginalização.

A partir do exposto, os conceitos centrais que orientam a tese são identidade e gênero, pois possibilitam analisar o masculino e o feminino na Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como perceber as tensões e contradições no ordenamento das relações de gênero. Compartilhando das afirmações de Joan Scott,<sup>19</sup> para quem o gênero permite analisar as construções das relações sociais com base nos significados construídos sobre as diferenças sexuais a partir da relação entre os símbolos e suas representações simbólicas, as interpretações dos significados dos símbolos expressos nas leis e na história, os processos de construção das aparentes permanências na representação binária do gênero, as construções das identidades em relação a espaços sociais historicamente delimitados, foram selecionadas, problematizadas e analisadas as fontes. Tal proposta possibilita pensar a construção e a contradição entre a identidade da instituição e a identidade construída para a Polícia Feminina, bem como perceber de que forma a identidade de policial feminina tende a reproduzir um ideal de feminilidade.

Porém, antes de analisar as fontes foi necessário localizar e selecionar os documentos. O primeiro arquivo a ser consultado foi o Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, com o objetivo de localizar a documentação da Companhia de Polícia Feminina, no que, entretanto, não se logrou êxito. Na busca pelo arquivo, foi visitado o Museu da Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como a Academia Policial Militar do Guatupê e seções administrativas da instituição, mas sem sucesso. A solução foi buscar informações sobre a Polícia Feminina nos Boletins Gerais entre os anos de 1976 e 2000. Segundo a definição da legislação da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Boletim Geral é:

---

n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em: <[http://www.pasa.cl/biblioteca/La\\_Organizacion\\_Social\\_d\\_e\\_la\\_Masculinidad\\_Connel\\_Robert.pdf](http://www.pasa.cl/biblioteca/La_Organizacion_Social_d_e_la_Masculinidad_Connel_Robert.pdf)>. Acesso em: 15 jan 2009, p. 15-16.

<sup>19</sup> SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p.71-99, 1995, p. 86-88.

[...] o documento em que o Comandante Geral publicará, diariamente todas as suas ordens, as ordens das autoridades superiores e os fatos que deva a Polícia Militar ter conhecimento.

Parágrafo Único – O Boletim é dividido em 4 partes:

- 1) Serviços diários;
- 2) Instrução;
- 3) Assuntos Gerais e administrativos;
- 4) Justiça e disciplina.

Art. 161 – Do Boletim constará, especialmente:

- 1) descrição do serviço a ser feito pelas Unidades;
- 2) ordens e decisões do Comandante Geral, mesmo as que já tenham sido executadas;
- 3) determinações das autoridades superiores, mesmos as já cumpridas com a citação do documento de transmissão;
- 4) alterações ocorridas com o pessoal e o material da Corporação;
- 5) ordens e disposições gerais que interessem à Corporação e referência sucinta a novos regulamentos ou instruções, com indicação do órgão em que forem publicados;
- 6) referências a oficiais e praças falecidos, que, pelo seu passado e conduta, mereçam ser apontados como exemplo;
- 7) fatos extraordinários que interessem à Corporação, assim como os que devam ser publicados por força de regulamentos e disposições em vigor.<sup>20</sup>

Nessa documentação, obteve-se contato com as Ordens do Dia das solenidades comemorativas – de Tiradentes, do Patrono da Polícia Militar do Paraná e do Aniversário da Polícia Militar do Paraná – e elas chamaram a atenção para a identidade institucional. Assim, as solenidades das quais a pesquisadora participou na qualidade de soldado e as quais inúmeras vezes observou com o olhar de historiadora, são parte desta tese. Também foi nos Boletins Gerais que teve contato com informações sobre a legislação; sobre os concursos externo (soldado e oficial) e interno (cabo, sargento, oficial administrativo e outros cursos); sobre a conduta dos policiais masculinos e femininos; inclusão de civis na instituição e exclusão de policiais militares. No entanto, como o objeto é a Polícia Feminina, foram filtradas as informações que se referiam à criação e à organização da Polícia Feminina, às policiais femininas, à legislação da Polícia Militar, bem como à legislação estadual e federal constantes na publicação consultada e que estavam vinculadas, direta ou indiretamente, com a presença feminina na instituição militar.

As informações selecionadas foram fotografadas e inicialmente organizadas em uma pasta identificada pelo ano dos boletins. No decorrer desse processo, foi criada uma lista com informações sobre o conteúdo de cada imagem. Para identificar a imagem, foi criado um código numérico composto por um número de

<sup>20</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 9.060**, Regulamento Interno e de Serviços Gerais – RISG. Curitiba, 01 de dezembro de 1949.

ordem, o número do Boletim Geral e o ano; por exemplo: 01.210.1979. Tal código possibilita localizar a imagem a partir da consulta à lista de informações. Depois de organizadas as pastas por ano e concluída a lista, foram criadas pastas temáticas como, inclusão de civis, grades curriculares, discursos do Comando Geral, quadro de efetivo, legislação, entre outras.

Foram consultados documentos do arquivo do 1.º Batalhão de Polícia Militar, do Arquivo Geral da Polícia Militar e da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar, da biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê e do Museu da Polícia Militar. Os documentos fotografados também foram organizados em pastas temáticas (monografias, diretrizes, processos, legislação, recortes de jornais, fotografias)<sup>21</sup>. A rede mundial de computadores e documentos do arquivo pessoal da pesquisadora também foram consultados.

A partir das informações sobre o efetivo<sup>22</sup> sobre o perfil das mulheres que ingressam na Polícia Feminina e sobre as punições, foram construídos quadros, tabelas e gráficos que possibilitaram visualizar as informações. A análise dessas informações é importante para perceber as diferenças, as permanências e as contradições construtoras de identidades na Polícia Militar do Estado do Paraná, assim como permite visualizar as diferenças entre o masculino e o feminino, as quais foram constituídas pela Legislação Estadual e pelas normas institucionais.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro analisa a identidade coletiva na Polícia Militar do Paraná. As solenidades – Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, Patrono das Polícias Militares e Civis e Patrono da Polícia Militar do Paraná – são analisadas como construções simbólicas que constituem uma identidade generificada para a instituição, a qual orienta a construção de outras identidades. Os valores que significam a identidade institucional instituem as fronteiras entre o policial militar e a alteridade. Todavia, para analisar a identidade institucional foi necessário consultar os discursos do Comandante Geral publicados nas datas comemorativas ao longo do século XX, a fim de conhecer o modelo de masculinidade que identifica a instituição e é reproduzido nas solenidades. Para este capítulo são utilizadas como fontes a legislação específica e os Boletins Gerais.

---

<sup>21</sup> Alguns documentos consultados nesses arquivos não foram fotografados por serem de acesso restrito. O total de imagens produzidas na consultas aos arquivos é de aproximadamente 1.300.

<sup>22</sup> Quantidade de praças e oficiais homens e mulheres; quantidade de homens e mulheres por grau hierárquico.

O segundo capítulo trata da criação da Polícia Feminina no espaço institucional e a incorporação da policial feminina dentro da ordem institucional. Uma instituição cujas práticas e símbolos são identificadores do masculino precisou significar e construir uma identidade para a alteridade. O processo de construção da Polícia Feminina e da policial é caracterizado por conflitos e contradições que envolvem a definição de um espaço para a mulher na Polícia Militar. Os gráficos, os quadros e as imagens da tropa nas solenidades – desenhos da disposição da tropa nas solenidades – são importantes ferramentas para observar os espaços ocupados por homens e mulheres na instituição, os quais constituem uma ordem generificada e hierárquica. Além do Boletim Geral, estão entre as fontes utilizadas neste capítulo leis e normas que organizam a instituição policial militar e as que constroem a Polícia Feminina.

A legislação também define uma nomenclatura que identifica a unidade de polícia feminina e a policial feminina, bem como estabelece quais atividades pertencem às policiais. Sendo assim, o terceiro capítulo analisa o ato de nomear e a definição das atribuições para as policiais como constituintes de uma identidade de policial feminina, uma construção discursiva que é parte da definição de um espaço feminino na Polícia Militar do Paraná. Mais uma vez é a legislação que define e legitima as fronteiras entre o feminino e o masculino, bem como estabelece uma hierarquia entre as policiais femininas ao atribuir as nomenclaturas das posições hierárquicas. As fontes utilizadas nesse capítulo são a legislação que cria e regulamenta a Polícia Feminina produzida pelas esferas federal e estadual, e os Boletins Gerais.

O último capítulo analisa a constituição de um padrão de comportamento para a policial feminina. Os regulamentos e os processos disciplinares são as fontes que norteiam a construção desse capítulo e constituem o padrão de comportamento que estabelece as diferenças entre o masculino e o feminino, bem como entre as mulheres. A leitura dos processos possibilita perceber que o ideal de policial feminina não foi totalmente incorporado pelas mulheres. As normas que norteiam o comportamento das policiais e também constroem o ideal de policial não correspondem às experiências das agentes que, ao transgredirem as normas, reafirmavam o ideal de feminilidade definido pelo discurso institucional e inscrito no corpo das mulheres pela disciplina e pela punição. Assim, a punição funciona como



um método pedagógico que estabelece a norma, pois a punição do transgressor afirma o padrão de comportamento idealizado.

Cabe destacar que, além do referencial teórico e dos documentos consultados, a leitura de estudos sobre mulheres policiais e mulheres militares indica que existe uma tendência à reprodução de um padrão que estabelece o lugar do feminino nas instituições armadas nas Américas e na Europa.

## CAPÍTULO 1

### A GLÓRIA DOS HOMENS: HONRA, MASCULINIDADE E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

No ano de 1998 a Polícia Militar do Estado do Paraná comemorou 144 anos de existência. Na Ordem do Dia da solenidade em comemoração ao aniversário da instituição – com discurso do Comandante Geral, publicado em Boletim Geral e lido em todos os quartéis onde foi realizada a solenidade – é apresentada uma narrativa da história da instituição, criada em 10 de agosto do ano de 1854 pelo Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que “fez germinar, através da Lei n. 7, o embrião de uma Corporação [...]”,<sup>23</sup> conforme consta no documento. Ao longo do texto, acontecimentos da história do País e do Estado do Paraná (Guerra do Paraguai, Revolução Federalista, Guerra do Contestado e os acontecimentos de 1924, 1926, 1930, 1932 e 1964) são lembrados como marcos em que se revelaram atitudes de coragem, sacrifício, sentimento patriótico, bravura, força e combate dos heróis do passado. Aos profissionais do presente pertence a “missão de honrar o legado de glória”<sup>24</sup> do passado, daqueles que sentiram “a glória de vestir essa indumentária que imediatamente se incorpora à própria pele.”<sup>25</sup> O documento também se refere ao “infalível instinto maternal” das policiais femininas e aos “braços fortes dos homens” da instituição. Esse discurso do final do século XX é constituído a partir de uma história e de uma identidade institucional que foram construídas ao longo da centena de anos que o antecedeu e vincula-se a outras duas solenidades institucionais, uma em homenagem ao Patrono das Polícias Militares e Cíveis Brasileiras e outra ao Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Vale destacar que, com base nas Ordens do Dia consultadas (do ano de 1927 até o ano 2000)<sup>26</sup>, a presença das policiais femininas na instituição é citada unicamente no documento citado e em outro, do ano de 1979.

---

<sup>23</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 03, 10 de agosto de 1998. Redação conforme o original.

<sup>24</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Especial** n. 03, 1998.

<sup>25</sup> *Loc cit*.

<sup>26</sup> As Ordens do Dia estão preservadas no Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, porém o conjunto documental não está completo, pois faltam discursos.

A diferença entre as características identificadoras da Policial Feminina e do Policial Masculino, destacadas no ano de 1995, é orientada pela identidade institucional. A leitura das Ordens do Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná permite perceber que as instituições policiais militares são comunidades imaginadas. Segundo Benedict Anderson “todas as comunidades maiores que as aldeias primordiais onde havia contacto cara a cara [...] são imaginadas.”<sup>27</sup> As construções discursivas – monumentos, cerimônias, símbolos, língua, história, memória – ordenam e constroem uma homogeneidade nas comunidades imaginadas, que ocultam a heterogeneidade e as contradições existentes na coletividade. Entre os discursos construtores das comunidades imaginadas estão as referências simbólicas que são partes dos seus “imaginários sociais”, pois conforme Bronislaw Baczko, é “através dos imaginários sociais [que], uma coletividade designa a sua identidade [...]”.<sup>28</sup>

As instituições militares e policiais militares constituídas em comunidades imaginadas produzem ao longo do tempo uma ordem que confere aparente unidade à coletividade. As solenidades e os símbolos institucionais são parte da identidade da instituição e tendem a ocultar as diferenças institucionais e as múltiplas identidades assumidas pelos agentes institucionais em suas experiências de vida. No entanto, também são construtoras de diferenças, pois adaptam e reproduzem um ideal de masculinidade que é vinculado a uma concepção de honra identificadora do militar e dessas instituições.

O aparato simbólico construído pelo Estado e por suas instituições de poder tende a reafirmar o masculino enquanto poder dominante na esfera pública. Os heróis e as instituições militares ganham destaque e são marcados por características identificadoras de uma masculinidade hegemônica. Para Robert Connell, a masculinidade hegemônica caracteriza-se pelas masculinidades militares, construídas ao longo do século XIX e do século XX, as quais orientam a edificação de ideais de hombridade nas sociedades ocidentais.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2005. p.26.

<sup>28</sup> BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 309.

<sup>29</sup> CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul/dez 1995, p. 185-206, p. 192-195. Sobre o conceito de masculinidade hegemônica ver também: CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). **Masculidad/es**: Poder y Crisis. Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres, n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em: <[http://www.pasa.cl/biblioteca/La\\_Organizacion\\_Social\\_de\\_la\\_Masculinidad\\_Con](http://www.pasa.cl/biblioteca/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Con)

Este capítulo analisa as solenidades em comemoração ao Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao Dia do Patrono das Polícias Militares e ao Dia do Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná, enquanto discursos construtores, reprodutores e legitimadores da identidade militar da instituição, que se apresenta como homogênea e imutável. Vistas sob este aspecto, as Ordens do Dia são centrais na constituição de um conjunto de características identificador da instituição e de um ideal de masculinidade. A honra é um valor destacado nas solenidades, o qual legitima atitudes e valores constituintes da identidade institucional, bem como define os lugares ocupados pelos agentes em tais eventos.

Assim, as solenidades comemorativas da Polícia Militar do Estado do Paraná, que são partes de um conjunto de atividades que compõem as comemorações institucionais – palestras, competições esportivas, bailes, jantares, etc. – são aqui analisadas como tradições inventadas, utilizando o conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm<sup>30</sup>, pois ritualizam as normas de comportamento, os valores e as atitudes identificadores da instituição e do policial militar, e que orientam a construção de identidades de gênero. Como parte da solenidade, as Ordens do Dia apresentam a instituição e os heróis como portadores de uma identidade permanente, e recorrem ao passado para legitimar a identidade institucional, a qual também se apresenta como imutável.

As fontes utilizadas neste capítulo são os Boletins Gerais e os Boletins Especiais referentes às comemorações institucionais ao longo do século XX, e a legislação que regulamenta as cerimônias militares na Polícia Militar do Estado do Paraná. A consulta aos Boletins Gerais da primeira metade do século XX permitiu localizar o início das comemorações dedicadas a Tiradentes (Patrono das Polícias Militares e Civis) e ao Aniversário da Polícia Militar. As comemorações do Dia do Patrono da Polícia Militar do Paraná iniciam-se no ano de 1968, com a escolha do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmiento para representar a instituição. A leitura dos discursos da primeira metade do século XX foi necessária para se

---

nel, Robert.pdf>. Acesso em 15 jan 2009. CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**. Vol.19, 2005, <<http://gas.sagepub.com>>, CAPES, acesso: 27 mai 2009.

<sup>30</sup> “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”. HOBBSAWM, E. A invenção das tradições In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.9.

perceber quais as características identificadoras da instituição que tendem a ser reproduzidas ao longo desse século.

Os conceitos de comunidades imaginadas, de tradições inventadas, de masculinidade hegemônica e de identidade, articulados com a proposta de Joan Scott de utilizar o gênero como categoria de análise, norteiam o estudo da construção da identidade da Polícia Militar do Estado do Paraná. Para a autora as identidades coletivas imutáveis e homogêneas são invenções que tendem a ocultar as discontinuidades na história, os conflitos e as diferenças,<sup>31</sup> logo são imaginárias. Ainda assim, orientam a constituição de subjetividades e das diferenças de gênero.

Nas instituições militares e policiais militares a diferença é necessária para a construção da hierarquia e da disciplina, que são norteadoras da identidade coletiva da instituição. Assim, as solenidades, ao constituírem uma identidade homogênea, marcada pela permanência das características identificadoras do militar, também afirmam a diferença ordenada pela hierarquia e pela disciplina.

## 1.1 SACRIFÍCIO, HEROÍSMO, BRAVURA E COMBATE: OS PATRONOS E O IDEAL DE MASCULINIDADE

Na historiografia sobre a polícia, segundo afirmam Roger Lane<sup>32</sup> e Marcos Bretas,<sup>33</sup> os estados nacionais francês e inglês são identificados como os espaços nos quais surge o atual modelo de polícia. No Brasil, as polícias do século XIX foram organizadas nas províncias e posteriormente tornaram-se forças estaduais. Estas organizações deram origem às atuais polícias militares estaduais. Nos primeiros anos de república, no Brasil, ocorreu um processo de reestruturação das polícias, do Exército e da Marinha. As polícias fardadas passaram a ser comandadas por um Oficial do Exército e adotaram a estrutura organizacional desta instituição. É também nesse período que se encontram os primeiros sinais de “uma identidade profissional entre os polícias militares”.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> SCOTT, J.W. *op cit*, 2002.

<sup>32</sup> LANE, R. Polícia urbana e crime na América do século XIX. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (orgs.) **Policiamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11-63.

<sup>33</sup> BRETAS, M. L. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>34</sup> BRETAS, *op cit*, 1997, p. 45.

Além da estrutura organizacional, a Polícia Militar do Paraná também herdou tradições. O atual Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG)<sup>35</sup> da Polícia Militar do Estado do Paraná, que foi assinado pelo governador no ano de 1949, estabelece como comemorações institucionais o Dia da Pátria (07 de setembro), o Dia da Bandeira (19 de novembro), o Dia do Soldado (25 de agosto), o Dia de Tiradentes (21 de abril) e o Dia de Aniversário da Polícia Militar do Paraná (10 de agosto). Com exceção do aniversário da instituição, todas as demais datas são herdadas do Exército e das tradições construídas nos primeiros anos da República.

Entre as três solenidades analisadas – as quais permanecem no calendário de comemorações da Polícia Militar do Estado do Paraná até os dias atuais – duas delas são tradições inventadas pela instituição policial paranaense e a outra é uma herança do Exército e da República. As comemorações em homenagem ao herói Tiradentes marcam o início da construção de uma identidade da Polícia Militar que a vincula à nação, assim a identidade nacional e militar se entrelaçam e a referência ao passado que está vinculado à figura do herói, é uma característica das solenidades. Segundo Michael Pollak a utilização do passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições [...]”.<sup>36</sup>

O alferes Joaquim José da Silva Xavier que foi executado em abril do ano de 1792, no Rio de Janeiro, depois de julgado e condenado por conspirar contra a Coroa Portuguesa, é uma figura histórica que viveu nas Minas Gerais e foi transformado em herói nacional, conforme estudos de João Pinto Furtado<sup>37</sup>, José Murilo de Carvalho<sup>38</sup>, Maria Alice Milliet<sup>39</sup> e Maraliz de Castro Vieira Christo.<sup>40</sup>

A figura de Tiradentes como modelo de brasilidade começou a ser construída no século XIX. Na década de 1870, o Movimento Republicano propôs a construção de um monumento dedicado a ele no Rio de Janeiro. Em 1890 o dia 21 de abril foi declarado feriado nacional.<sup>41</sup> A construção do herói ocorreu nas primeiras décadas da República e está vinculada à ideia de nação, como observa Maria

<sup>35</sup> ESTADO ... *op cit*, **Decreto n. 9.060**, 1949.

<sup>36</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, [s/d], n. 3, v. 2, p. 3-15, p.9.

<sup>37</sup> FURTADO, J. P. **O manto de Penélope**: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>38</sup> CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>39</sup> MILLIET, M. A. **Tiradentes**: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>40</sup> CHRISTO, M. C. V. **Pintura, História e Heróis do século XIX**: Pedro Américo e Tiradentes Esquartejado. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

<sup>41</sup> CARVALHO, *op cit*, 1998. p. 59-64.

Milliet<sup>42</sup>. Para ela “a heroicização de Tiradentes sob a égide da República não é um acaso histórico; antes, constitui criação objetiva que visa identificá-lo como Protomártir da Independência e da República, fazendo dele um dos Pilares da nacionalidade”.<sup>43</sup> Assim, as construções das ideias de Nação e de Pátria<sup>44</sup> no Brasil também estão vinculadas à construção de uma identidade militar.

Vale lembrar que o herói da República é um herói multifacetado, como bem analisou José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre o imaginário republicano, pois ao se constituir em uma construção simbólica o herói assume, ao longo do século XX, diferentes identidades, entre as quais a de herói da Polícia Militar do Paraná. Uma instituição que se fundamenta na disciplina e na hierarquia, herdou um herói que está vinculado à figura de um alferes que rompeu com esses fundamentos ao defender ideias contrárias à Coroa. Porém, as muitas faces do herói Tiradentes são construções que ocultam as contradições da trajetória do alferes Joaquim José da Silva Xavier, pois são adequações do símbolo às necessidades dos grupos que dele se apropriam.

Assim, cada Ordem do Dia em homenagem a Tiradentes constrói uma identidade para o herói, cada qual apresentada como permanente. Para Joan Scott as aparentes permanências das identidades indicam uma História a ser explorada. O termo *fantasy echo*<sup>45</sup> – um conjunto de operações que constroem as categorias de identidade e que tendem a ocultar as diferenças, criando uma continuidade aparente – foi construído pela autora para problematizar as permanências imaginárias, pois segundo ela as identidades são constantemente reconstruídas e o passado é utilizado para legitimar a identidade apresentada como imutável. Todavia, as diferenças são necessárias para a construção das identidades.

Ao pensar identidade e diferença, Kathryn Woodward<sup>46</sup> dialoga com Stuart Hall, para quem as identidades estão em constante “processo de mudança e

<sup>42</sup> MILLIET, *op cit*, 2001. p.19.

<sup>43</sup> MILLIET, *op cit*, 2001, p.17.

<sup>44</sup> Para Lucien Febvre, há diferença entre os significados de pátria, nação e estado. Pátria é um apego a determinado solo, é um sentimento de pertencer. Nação não é um sentimento individual, mas coletivo; a nação é feita de grupos. Uma pessoa pode não ter sentimento patriótico, porém ela não pode negar a nação, pois o pertencimento à nação está relacionado ao coletivo, a nacionalidade é uma imposição, não uma escolha individual. A nação é anterior ao Estado. O Estado tem o monopólio da força, “a esfera do jurídico e do político”. FEBVRE, L. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 227- 234.

<sup>45</sup> SCOTT, J. W., *op cit*, 2002.

<sup>46</sup> WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.

transformação”<sup>47</sup> e são construções discursivas. Dessa forma, para se compreender as identidades e as diferenças é preciso localizar os espaços de construção do discurso e identificar o jogo de poder e de exclusão que as significam, pois as identidades são o ponto de convergência entre as práticas e os discursos, isto é, são as posições ocupadas pelos sujeitos nos espaços sociais.<sup>48</sup> Assim, segundo Kathryn Woodward, a identidade é uma construção social, relacional, marcada pela diferença e pelos símbolos.

Os autores citados pensam a identidade enquanto uma construção social relacional. Porém, Pierre Bourdieu<sup>49</sup>, ao pensar o processo de construção social e incorporação subjetiva da identidade em um espaço socialmente construído, aponta para a tendência de reprodução das relações sociais e, dessa forma, das construções simbólicas e das identidades. Para esse autor, a herança de uma história e de uma tradição, são centrais no processo de construção da identidade em uma instituição.

Assim, a análise de um conjunto de Ordens do Dia de Tiradentes, elaboradas para as solenidades em homenagem ao herói, revela que Tiradentes assumiu diferentes faces ao longo do século XX, o que indica uma adaptação da identidade do herói às necessidades da instituição. Revela também uma tendência à reprodução dos valores identificadores da instituição Policial Militar e do militar. Os ecos do passado, que constituem a Ordem do Dia da solenidade, apresentam a instituição como imutável, todavia tais ecos são adaptações da invenção original. Sendo assim, a cada solenidade as Ordens do Dia se constituem em construtoras e reprodutoras da herança institucional.

Na primeira Ordem do Dia em homenagem a Tiradentes, publicada no ano de 1927, o herói ganhou imortalidade, foi comparado a Cristo. Em um fragmento do texto, o comando da polícia diz o seguinte:

[...]. Essa altiva creatura, predestinada às grandezas dos imortaes, plantou o gérmen da civilização em nossa querida Pátria, preparando uma nova prole para a conquista de almejados ideais.  
Camaradas! Reverenciem o nome dessa figura heróica que, como o Martyr do Calvário, também peregrinou e sofreu em prol da moderna geração brasileira.<sup>50</sup>

<sup>47</sup> HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.108.

<sup>48</sup> HALL, *op cit*, 2000, p. 108-112.

<sup>49</sup> BOURDIEU, *op cit*, 1998.

<sup>50</sup> FORÇA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 90. Curitiba, 21 de abril de 1927.



A construção que identifica o herói nesse documento é da figura do “mártir da liberdade brasileira”. É possível perceber que a construção simbólica da figura do herói o torna mais próximo de uma divindade que de um homem. A vinculação da sua imagem com a de Cristo torna-o um salvador.

Além da relação com Cristo, a figura de Tiradentes foi relacionada à civilização e à modernidade da Pátria. Vale lembrar que entre os militares a ideia de “salvadores da pátria”<sup>51</sup> e responsáveis pela nação existe desde o século XIX. Para Celso Castro “a história escrita pelos protagonistas do golpe de 1889 deixara, [...], inscrita na história política do país, a visão de que um grupo ‘esclarecido’ de militares pode ‘salvar’ a Nação, em seu nome.”<sup>52</sup> No entanto, a construção dessa imagem dos militares como salvadores e de uma identidade unificadora para as diferenças que existiam nos espaços dos quartéis se estabelece a partir da década de 1920.

Para Frank MacCann, o Brasil da década de 1920 não tinha coesão e consciência nacional; sendo mais importantes as “identidades estaduais do que de ser brasileiros”.<sup>53</sup> Além do mais, as concepções de civilização, modernidade e identidade nacional estavam na pauta do debate intelectual brasileiro da década de 1920, não sendo ideias restritas às instituições militares (exército e marinha). Segundo Mônica Velloso, “é visível o esforço dos intelectuais no sentido de definir e sistematizar a ideia da identidade nacional [...]”.<sup>54</sup> Em um contexto de construção de uma identidade nacional, Tiradentes foi descrito como um herói salvador e guia e se constituiu em um símbolo da identidade militar.

Ao longo do tempo o herói ganha novas características que são acrescentadas à sua identificação de salvador, assumindo feições que o aproximam da identidade de militar e de brasileiro, e o distanciam da imagem de Cristo. Entre elas está a identidade de alferes que aparece no discurso do ano de 1938. Nesse mesmo ano as comemorações de Tiradentes foram ampliadas para além da solenidade na Praça Tiradentes e foram organizadas pela 5.<sup>a</sup> Região Militar,

---

<sup>51</sup> Ver: SANTOS, M. de O. **Berço de Heróis**: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>52</sup> CASTRO, C. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.200.

<sup>53</sup> McCANN, F. **Os soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 293.

<sup>54</sup> VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 353-386.

conforme informações presentes nos Boletins Gerais da polícia militar paranaense. Elas ocorreram ao longo da “Semana de Tiradentes”, uma semana dedicada ao herói, na qual a programação oficial previa competições esportivas e discursos na Rádio Clube Paraná com o objetivo de “instruir o povo sobre a grande data”, e um desfile das tropas do Exército e da Polícia Militar por ruas do centro de Curitiba em direção à Praça Tiradentes. Na praça, eram prestadas as últimas homenagens ao herói e se colocava uma coroa de flores junto à sua estátua.<sup>55</sup> Esse conjunto de atividades se estendia além dos muros dos quartéis, indicando que os valores transmitidos não estavam restritos ao espaço militar. O herói se tornou o modelo para a Nação e as comemorações, segundo afirmações publicadas no Boletim Geral da Polícia Militar, tinham como objetivo “instruir o povo sobre os fatos históricos que motivaram a grande Epopeia, precursora decisiva da independência da Pátria [e] apresentar Tiradentes como tipo perfeito de brasileiro [...]”.<sup>56</sup>

Essa prática de realizar a solenidade militar na Praça Tiradentes ocorre desde a década de 1920. Porém, não há informações sobre a solenidade nas outras unidades de polícia do Estado nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a prática de depositar flores junto à estatua de Tiradentes faz parte das solenidades de Tiradentes nos Batalhões da Polícia Militar do Estado do Paraná, da Capital e das demais cidades, sedes de Batalhão. Geralmente a estátua está em uma praça no centro das cidades e a solenidade ganha mais visibilidade. Assim, a solenidade de Tiradentes permanece como transmissora da identidade e dos valores institucionais e a instituição afirma seu vínculo com o passado e mantém viva a tradição.

No discurso do Comandante Geral do dia 21 de abril de 1938, as características identificadoras do brasileiro e do Policial Militar são apresentadas na narrativa da trajetória do Tiradentes. Além do herói ser comparado a Cristo, ele é identificado como soldado e como brasileiro. Segundo o texto da Ordem do Dia, o herói possui

[...] a centelha divina de heroísmo que se caracteriza, pela coragem do sacrifício e da abnegação, pelo fulgor da inteligência e pelas arrancadas titânicas dos seus feitos gloriosos e homéricos, [...]. O heroísmo, a bravura e abnegação não são privilégios de ninguém: todos nós somos obreiros válidos da Pátria de Tiradentes. Não importa o posto ou a posição social:

<sup>55</sup> A colocação de flores junto a estátua do herói é uma prática mantida pela Polícia Militar até os dias atuais.

<sup>56</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 38. Curitiba, 18 de abril de 1938.

soldados, cabos, sargentos, oficiais; operários, lavradores, sacerdotes, magistrados, generais, ministros – todos trabalham, colaboram, na esfera de sua ação, para um fim comum: a grandeza da Pátria!<sup>57</sup>

Concluído o texto, o Comandante convoca os policiais militares a imitar Tiradentes. Além de definir os valores e atitudes identificadores do militar e do brasileiro, o discurso afirma que a esfera da ação e da construção da história da pátria cabe aos homens que incorporam a herança deixada por Tiradentes. Ao manter a vinculação do heroísmo de Tiradentes ao sagrado ou ao divino, o texto se refere a uma suposta frase que o herói pronunciou antes de morrer – “O meu redentor morreu por mim também assim” –, a qual é utilizada para confirmar sua imortalidade, mas também é definidora de uma das características das virtudes do seu heroísmo, a sua religiosidade, que parte das virtudes que devem ser assumidas pelos trabalhadores. Uma construção simbólica identificadora do herói, no final da década de 1930, é apresentada como um modelo de cidadão que representa a nação, o militar, o brasileiro e a polícia militar.

No ano de 1942, a Ordem do Dia se inicia com a citação da frase supostamente pronunciada por Tiradentes antes de morrer e ao longo do discurso ele ganha o título de “Alferes de Milícia”.<sup>58</sup> No transcorrer dessa década, o herói, mesmo mantendo sua aura sagrada, adquiriu uma trajetória histórica localizada no tempo e no espaço, que o identificava como miliciano. Assim, a construção simbólica foi legitimada pela face de um homem histórico.

Foi também na década de 1940 que o herói recebeu o título de Patrono das Polícias Militares e Cíveis, assumindo a condição de defensor e “guia espiritual”<sup>59</sup> das polícias brasileiras. Conforme o texto do Decreto n. 9.208,

[...] o Presidente da República, considerando que, entre os grandes homens da história pátria que mais se empenharam para a manutenção da ordem interna, avulta a figura heróica do Alferes JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER (TIRADENTES) o qual, [...], prestara á segurança pública, quer na esfera militar quer na vida civil, patrióticos serviços [...]. Considerando que a ação do indômito proto-mártir da Independência, como soldado da Lei e da Ordem, deve constituir um paradigma para os que hoje exercem funções de defesa da segurança pública, como sejam as polícias civis e militares, às quais incumbe a manutenção da ordem e resguardo das instituições [...].<sup>60</sup>

<sup>57</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 90. Curitiba, 21 de abril de 1938.

<sup>58</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 92. Curitiba, 21 de abril de 1942.

<sup>59</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 21 de abril de 1947.

<sup>60</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 105. Curitiba, 09 de maio de 1946.

Esse fragmento do texto da lei justifica a instituição do herói mineiro da Inconfidência como um modelo a ser seguido pelos policiais civis e militares. Assim, esse documento legitimou uma prática que já estava consolidada na Polícia Militar do Estado do Paraná, ou seja, as solenidades em homenagem ao herói, e o alferes de milícias instituiu uma união simbólica entre as polícias de todos os Estados Brasileiros.

No ano de 1950, além da sua face mais recentemente atribuída de Patrono, o herói foi apresentado aos participantes da solenidade em sua homenagem presentes na praça no centro de Curitiba, como Protomártir da Independência, cidadão brasileiro, miliciano e alferes de polícia, de acordo com as atribuições presentes no documento. Essas muitas faces que construíram a figura do herói, na Ordem do Dia em questão, fazem de Tiradentes um defensor e transmissor de valores e, conforme afirma o documento, ele é o “gérmen, [...], fecundante na manutenção das nossas tradições, no ideal de República, na conservação da Família [...]”.<sup>61</sup> As ideias e valores que identificam o herói no início da década de 1950 também indicam os valores defendidos pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

As narrativas que apresentam o herói apagam as contradições da vida da figura histórica do alferes Joaquim José da Silva Xavier, pois seu vínculo com a Inconfidência Mineira<sup>62</sup> torna-o um transgressor da ordem e da lei. Todavia, as comemorações não têm compromisso com o homem histórico, mas com a perpetuação do herói, que é uma ferramenta de transmissão da identidade institucional. Assim, o passado do Tiradentes, apresentado nas Ordens do Dia, é uma ferramenta necessária para legitimar o herói simbólico que constrói, reproduz e legitima os valores que identificam a “comunidade imaginada”,<sup>63</sup> seja a Polícia Militar, seja a Nação.

Na Ordem do Dia do ano de 1964, Tiradentes foi apresentado como um exemplo a ser imitado, “na sua fé, no seu desprendimento, na sua bravura, no seu imenso amor a liberdade”<sup>64</sup>. Assim, a instituição policial militar se situa como herdeira desses valores e faz uma convocação: “Soldados do Brasil! Pelo Brasil – alerta! Tiradentes redivivo nos conclama – Ao raiar de um novo dia... Da nação que

<sup>61</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 21 de abril de 1950.

<sup>62</sup> FURTADO, *op cit*, 2002.

<sup>63</sup> **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 24-27.

<sup>64</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 21 de abril de 1964.

ressurge na democracia. Com Deus, com a família, com a liberdade.”<sup>65</sup> Como a solenidade se estendia para além dos muros dos quartéis, os valores associados ao herói, bem como aqueles que constituem suas virtudes, foram transmitidos para todos que participavam da cerimônia.

No início da ditadura militar o governo sancionou a Lei n. 4.897, que tornou Tiradentes “o patrono cívico da nação brasileira”<sup>66</sup>, afirmando assim o herói como guia e salvador da nação. Mais uma vez o poder da lei legitimou o símbolo como construtor da identidade nacional e promulgou a necessidade de a nação prestar homenagens ao herói, o qual, ao longo do século XX, foi uma ferramenta para a construção de uma identidade nacional.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, afirmou-se uma identidade heróica de Tiradentes que se constituiu dessas múltiplas faces que foram se apresentando ao longo do século XX – o salvador e guia espiritual, o defensor da liberdade da Pátria, o Protomártir da Independência, o cidadão brasileiro, o alferes miliciano, o Patrono das Polícias Militares e Cíveis, o Patrono da Nação, o soldado e o Policial Militar. Observa-se que tais elementos de identidade, presentes nas Ordens do Dia do início do século XX, foram adaptados, de modo que novas identidades se constituem a partir da herança. Como ecos do passado, as faces do Tiradentes são percebidas como uma identidade homogênea e permanente.

A leitura do conjunto dos textos, das Ordens do Dia, permitiu perceber que a palavra homem constitui-se em identificadora do herói no decorrer da primeira década da Ditadura Militar. Antes da década de 1970, essa palavra apareceu vinculada à figura de Tiradentes apenas no decreto que o constituiu Patrono das Polícias Militares e Cíveis, o qual foi publicado em Boletim Geral. No início da década de 1980,<sup>67</sup> as Ordens do Dia apresentam o herói como um homem forte, aventureiro e nobre, utilizando-nos dos termos contidos nos documentos.

Todavia, ao longo do século XX, o herói Tiradentes foi construtor e reproduzidor de valores e virtudes vinculadas a um ideal de masculinidade – a grandeza, a abnegação, o sacrifício, o heroísmo, a coragem, a glória, bem como as identidades de alferes, de miliciano, de militar e, finalmente, de homem. Para Robert Connel, o Estado e as instituições armadas possuem um aparato simbólico

<sup>65</sup> POLÍCIA..., *op cit*, 1964.

<sup>66</sup> CARVALHO, *op cit*, 1998. p. 71.

<sup>67</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 1. Curitiba, 21 de abril de 1980. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 1. Curitiba, 21 de abril de 1984.

identificador de um modelo de masculinidade, o qual é explicado pelo conceito de masculinidade hegemônica.<sup>68</sup>

Para Luis Bonino, há no ocidente um modelo de masculinidade hegemônica que se impõe sobre as outras masculinidades e é caracterizada pela continuidade do ideal. Segundo o autor, as características que representam a definição de masculinidade hegemônica são: a independência (individualidade, autonomia, egocentrismo, poder etc), o domínio (combate, luta, heroísmo), a hierarquia (liderança, obediência, disciplina, lealdade, sacrifício etc) e a heterossexualidade. Esses valores, que definem o que é ser homem, segundo ele, estão presentes no imaginário social.<sup>69</sup>

Os heróis nacionais e das instituições armadas são reprodutores de modelos de masculinidade hegemônica. Os valores e as características que os definem são construções simbólicas, que se adaptam às necessidades apresentadas pelo presente e reproduzem um ideal de masculinidade. Enquanto para as heroínas nacionais é construído um modelo de feminilidade que está vinculado à maternidade e à santidade, portanto à esfera privada, o modelo masculino está ligado à esfera pública e às armas – instituições armadas e conflitos armados.

A heroína Joana D’Arc, segundo Walnice Nogueira Galvão, além de possuir qualidades masculinas – a coragem, a bravura e o combate em defesa da Pátria – se destaca por suas qualidades femininas – a pureza e a virgindade –, que são as virtudes identificadoras de uma donzela-guerreira. Uma mulher, segundo a autora, que cortou os cabelos e se vestiu de soldado, e que por sua transgressão foi queimada como bruxa. Depois de anos, foi constituída em heroína e canonizada pela mesma instituição que a matou.<sup>70</sup> Para complementar a ideia da autora, a sua condição de predestinada que se afirma como identificadora da heroína e não as suas virtudes de guerreira.

No Brasil, as heroínas também são construídas como modelos de feminilidade, conforme apresenta o livro *Heroínas bahianas*, vinculado à coleção

<sup>68</sup> CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). **Masculidad/es: Poder y Crisis**. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres, n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em: <[http://www.pasa.cl/biblioteca/La\\_Organizacion\\_Social\\_de\\_la\\_Masculinidad\\_Connell\\_Robert.pdf](http://www.pasa.cl/biblioteca/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Connell_Robert.pdf)>. Acesso em 15/01/2009.. CONNELL, R. W. JAMES, W. Hegemonic Masculinity: rethinking the concept, *Gender e Society*, n. 19, 2005. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com>>. Acesso em: 09 jun 2009.

<sup>69</sup> BONINO, Luis. Masculinidad hegemônica e identidad masculina. **Dossiers feministes** - Masculinitats: mites, de/construccions i mascarades, n. 67, 2002, p. 07-36.

<sup>70</sup> GALVÃO, *op cit*, 1998, p. 13.

*Participação da mulher na Independência*,<sup>71</sup> cujas biografias representam um ideal de heroísmo feminino. A obra narra a vida de três mulheres. A primeira é Joana Angélica, uma religiosa, que é identificada como “a primeira heroína da Independência do Brasil”<sup>72</sup>, por sua vida santa, dedicada à Igreja, e sua morte brutal: foi assassinada por soldados portugueses. Assim, segundo Bernardino José de Souza, a Abadessa morreu pela liberdade do país.<sup>73</sup> Maria Quitéria de Jesus Medeiros é a segunda é identificada como a “heroína da guerra da Independência na Bahia”.<sup>74</sup> Ela cortou os cabelos e se disfarçou de homem, segundo o autor da obra, “violentando o destino pacífico de seu sexo, [alistou-se] num batalhão”.<sup>75</sup> Com o uso das armas, ela lutou com a bravura, a valentia e o heroísmo de um soldado, na defesa da Pátria. A última é identificada como “a heroína da caridade”<sup>76</sup>, Anna Justina Ferreira Nery, enfermeira voluntária da Guerra do Paraguai. Na narrativa da trajetória dessas mulheres, identificadas como heroínas, apenas uma pega em armas e é “acusada” pelo autor de violentar a sua natureza de mulher<sup>77</sup>, que está na santidade e no cuidar do outro. As outras representam o modelo de feminilidade ideal.

O ideal de feminilidade maternal também está presente nas biografias de mulheres que participaram das lutas de independência da América Latina. Conforme estudo apresentado por Maria Ligia Coelho Prado, as biografias produzidas no século XIX e início do século XX indicam a presença de muitas mulheres nas lutas pela independência, muitas das quais ingressam nos exércitos como soldados. Nas narrativas biográficas, escritas geralmente por homens, afirma a historiadora, “as mulheres eram modestas, altruístas, generosas e abnegadas. [...] Suas ações respondiam apenas aos apelos do coração. [...] Naturalmente são apresentadas como modelos de mãe e esposa.”<sup>78</sup> Mulheres rebeldes e que romperam com a ordem, segundo a autora, foram transformadas em “modelos de esposa e mãe,

<sup>71</sup> SOUZA, B. J. de. **Heroínas bahianas**: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery. Rio de Janeiro: Paralelo; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. A primeira edição é de 1936.

<sup>72</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p. 24.

<sup>73</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p. 68-69.

<sup>74</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p.115.

<sup>75</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p. 121.

<sup>76</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p. 139.

<sup>77</sup> SOUZA, *op cit*, 1972, p. 121.

<sup>78</sup> PRADO, M. L. A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: \_\_\_\_\_. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 28-51, p. 46-47.

glorificadas por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com as virtudes patrióticas.”<sup>79</sup> Os biógrafos, continua a autora, retiram-nas do espaço público e devolvem-nas para o espaço privado, enquanto a historiografia contemporânea sobre as independências tendem a silenciar-se sobre a ação das mulheres naqueles processos históricos.

O silêncio da historiografia sobre a participação das mulheres nas lutas armadas na América Latina dos séculos XIX e XX, bem como a permanência do modelo de feminilidade quando se escrevem biografias de mulheres que atuaram nesse espaço historicamente masculino que é a luta armada, indicam a reprodução de uma ordem simbólica tradicional. Embora a participação de mulheres na política e nas instituições armadas seja crescente, os ideais de herói e heroína aparentemente permanecem intocados. Na biografia de Célia Sanchez Manduley, uma das muitas mulheres que participaram da Revolução Cubana na década de 1950, ela é identificada principalmente como a mãe dos guerrilheiros e como a “autóctone flor” da Revolução,<sup>80</sup> sendo a sua atuação política colocada em segundo plano. Embora a presença de mulheres no processo de luta revolucionária seja significativa, os heróis mais destacados da Revolução Cubana são homens e reproduzem a construção de masculinidade hegemônica.<sup>81</sup>

Portanto, as heroínas e os símbolos nacionais femininos se constituem em reprodutores de um ideal de feminilidade, que contribui para legitimar a masculinidade hegemônica. Para Maria Ligia Coelho Prado, na América Latina os símbolos nacionais femininos foram constituídos principalmente pelas diferentes figuras de Nossa Senhora.<sup>82</sup> Vale destacar que a Polícia Militar do Estado do Paraná também tem um símbolo feminino como protetora espiritual, a Nossa Senhora Aparecida. Ao adotar esse símbolo, que desde a década de 1930 também é um símbolo nacional brasileiro, a instituição policial militar contribui para a reprodução do ideal de feminilidade vinculado à maternidade, à santidade e ao cuidado do outro. Ao se construírem as heroínas como modelos de mães, esposas e santas, e os heróis como militares e guerreiros, estabelece-se uma diferença na qual as virtudes

<sup>79</sup> PRADO, *op cit*, 1999, p. 51.

<sup>80</sup> ALVAREZ, P. T. **Célia**: ensayo para uma biografia. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2004.

<sup>81</sup> Sobre as heroínas cubanas, ver: STONER, K. L. Militant heroines and the consecration of the patriarchal state: the glorification of loyalty, combat, and national suicide in the making of Cuban National Identity. In: **Cuban Studies**, volume 34, 2003, pp. 71-96. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/cub/summary/v034/34.1stoner01.html>>. Acesso em: 20 de dez. 2010.

<sup>82</sup> PRADO, *op cit*, 1999, p. 28-51, p. 50.



construídas como identificadoras da masculinidade hegemônica são percebidas como superiores às identificadoras da feminilidade e às outras masculinidades.

Essa construção da figura dos heróis como guerreiros é reafirmada pela Polícia Militar do Estado do Paraná, no final da década de 1960, com a invenção de uma nova tradição, a qual também caracteriza a identidade institucional. O Comandante Geral, investido do poder concedido pela instituição e pelo Estado, determinou que fosse escolhido um Patrono para a instituição. No ano de 1968, pelo poder da lei<sup>83</sup>, o Estado do Paraná instituiu como Patrono da Polícia Militar do Paraná, o Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmiento.

Em 17 de maio de 1968 foi realizada a primeira comemoração em homenagem ao Patrono da Polícia Militar do Paraná. Mais uma vez, o passado é utilizado para legitimar a construção do herói, bem como as características da masculinidade hegemônica que o constituem. Segundo o texto da Ordem do Dia,

[...] o herói na mitologia grega era considerado filho de um deus com um mortal.

Por certo, que ser herói não é comum aos humanos. Como os helenos já o descreviam – e bem o fizeram – este deveria ter em seu espírito a virtude dos deuses, o desprendimento dos imortais, que nós, fracas criaturas humanas, sujeitas à morte não poderíamos ter. Raros são estes seres na história. De tempos em tempos surgem e marcam na sua passagem feitos que se constituem verdadeiros exemplos de dedicação ao dever, abnegação, bravura e amor à Pátria.<sup>84</sup>

A referência à mitologia grega é utilizada pela instituição para construir os argumentos que legitimam a figura de Joaquim Antonio de Moraes Sarmiento como um predestinado. Assim como a primeira Ordem do Dia em homenagem ao herói Tiradentes, a invenção do Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná também utiliza o modelo de herói predestinado e salvador, para construir e legitimar a nova tradição. Porém, diferente de Tiradentes, que é vinculado a Cristo, o novo herói é um possuidor das virtudes dos heróis gregos<sup>85</sup>. Ele é apresentado como filho dos deuses. As virtudes dos heróis gregos, segundo a Ordem do Dia, são a bravura, a abnegação e o sacrifício pela Pátria, as quais são descritas como pertencentes ao

<sup>83</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 8.871**. Curitiba, 07 de fevereiro de 1968.

<sup>84</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 13. Curitiba, 17 de maio de 1968.

<sup>85</sup> HERÓI. In: ABRIL cultural. **DICIONÁRIO DE MITOLOGIA GRECO-ROMANA**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 88, “personagem que pela bravura, coragem e sabedoria, se eleva acima de seus semelhantes, aproximando-se dos deuses e merecendo culto especial. Já pelo nascimento, diferenciava-se dos homens comuns. Na maioria, eram filhos de uma divindade e um imortal.”

Patrono, justificando e legitimando também a sua imortalidade. Outra construção neste documento, que diferencia o Tiradentes do Patrono paranaense, é a identificação do herói como “pertencente à família miliciano”<sup>86</sup>, para utilizar a expressão contida no documento.

Ao longo de três páginas, segue a construção da narrativa fundadora da biografia do herói, que segundo o documento nasceu em 17 de maio de 1882, no Estado do Ceará. No ano de 1903 veio para o Paraná e em 1907 ingressou no Regimento de Segurança do Paraná (atualmente Polícia Militar do Estado do Paraná). Foi promovido a alferes no ano de 1908 e no ano seguinte exerceu o cargo de Comissário de Polícia, na Vila do Timbó. A narrativa destaca que pela sua competência profissional e pela sua conduta como autoridade e cidadão, sempre utilizando-nos dos termos presentes no documento, ele foi enviado, no ano de 1912, para a região do Contestado. Em um combate na localidade do Faxinal do Irani, foi ferido e perdeu a vista direita. Por sua atuação no conflito do Contestado, foi promovido por “Ato de Bravura” e chegou ao posto de tenente no ano de 1913. No ano de 1921 foi promovido a capitão e, três anos depois, foi designado para o comando do 1.º Batalhão de Infantaria e combateu “as forças rebeldes”, segundo o documento, no ano de 1924. Assim, por sua atuação em combate, defendendo a lei e a ordem, foi promovido a tenente-coronel no ano de 1925. Permaneceu prestando serviços para a instituição policial militar até o ano de 1930 e morreu no dia 21 de abril de 1934. Conforme afirmações da Ordem do Dia, “quando se comemorava o dia de Tiradentes, Sarmiento, herói miliciano do Paraná, falecia, legando à Corporação seu nome imorredouro que ficou gravado perpetuamente na memória dos milicianos deste Estado.”<sup>87</sup>

Essa primeira biografia constrói o herói como herdeiro dos deuses e de Tiradentes, bem como confirma a identidade militar da instituição policial, pois a sua trajetória foi construída vinculada a sua característica de combatente, a qual é indicativa da sua bravura e coragem. Por nascer predestinado à glória dos heróis, ele ocupa diferentes postos na hierarquia da instituição. Assim, a narrativa fundadora que o inventa, vincula suas virtudes aos postos hierárquicos e afirma uma construção de masculinidade hegemônica, pois nas instituições militares a masculinidade hegemônica está vinculada à ordem hierárquica e à distribuição de

---

<sup>86</sup> POLÍCIA.... **Boletim Especial** n. 13. *op cit*, 1968.

<sup>87</sup> POLÍCIA... **Boletim Especial** n. 13. *op cit*, 1968.

condecorações (medalhas e títulos). Sendo assim, os comandantes são homens que possuem virtudes semelhantes às dos heróis e também se constituem em exemplos e modelos de masculinidade.

Em seu estudo sobre as masculinidades hegemônicas presentes no discurso oficial durante a ditadura militar no Chile (1973-1990), o autor José Olavarría indica a existência de diversos modelos de masculinidade hegemônica, os quais foram difundidos por vários espaços sociais e, nos dias atuais, seguem sendo propagados por instituições e discursos públicos, enquanto no espaço privado surgem novas masculinidades. O comandante, afirma ele, é aquele que exerce o poder e a ele estão subordinados homens e mulheres. Por esse motivo, apresenta-se como um modelo a ser seguido e representa uma identificação de masculinidade hegemônica. Segundo o autor, as masculinidades hegemônicas são incorporadas a subjetividade de homens e mulheres, bem como constituídas por atributos que também são observados em estudos sobre masculinidades em outros países da América Latina.<sup>88</sup>

Ao inventar o seu Patrono a Polícia Militar Paranaense afirma um modelo de masculinidade hegemônica – os heróis militares, comandantes e combatentes –, construído ao longo da primeira metade do século XX e encarnado em outros heróis institucionais, completando a identidade construída nas solenidades do herói Tiradentes. Portanto, o Coronel Sarmento incorpora um ideal de herói que já estava estabelecido nas Ordens do Dia em homenagem ao herói nacional e nas dirigidas à solenidade de aniversário da polícia paranaense, nas quais são citados nomes de oficiais policiais militares feridos ou mortos no Contestado. Um acontecimento que figura como o lugar fundador dos valores identificadores do policial militar, pois nos textos das solenidades de aniversário o combate é apresentado como revelador da honra e a glória dos comandantes.

Na década de 1950, o modelo de masculinidade hegemônica miliciana paranaense ganha um espaço de visibilidade que vai além das comemorações do aniversário da instituição, com a colocação de três bustos no Pátio do Quartel da Polícia Militar do Paraná, os quais foram dedicados aos coronéis Dulcídio, Gualberto e Sarmento. Desses três monumentos, dois permanecem no local até os dias atuais,

---

<sup>88</sup> OLAVARRÍA, J. A. Masculinidades y varones en Santiago de Chile. In: OLAVARRÍA, J. A. **Hombres a la deriva?** : poder, trabajo y sexo. Santiago, Chile: FLASCO-Chile 2001, p. 11-38, p. 11-18. Disponível em: <<http://www.redmasculinidades.com>>. Acesso em: ago 2010.

pois o busto do Coronel Dulcídio foi transferido para o quartel do Regimento de Cavalaria, no ano de 1969. A ideia de homenagear os três heróis da Polícia surgiu em 1945, segundo João Alves da Rosa Filho, pois

[...] o ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Paraná, promulgada em 12 de julho de 1947, previu, em seu artigo 21, o seguinte: O governo fará erigir, no pátio da Polícia Militar do Estado, hermas que consagrem a memória dos bravos paranaenses coronéis Dulcídio Pereira, João Gualberto Gomes de Sá Filho e Joaquim Antônio de Moraes Sarmento, heróis da Lapa e do Irani.<sup>89</sup>

Para completar a construção desse modelo policial militar paranaense, no ano de 1967, por sugestão do então 2.º Tenente João Alves da Rosa Filho, iniciou-se um processo para a escolha do Patrono da Polícia Militar do Paraná. Na sua justificativa para a recomendação do nome do Coronel Sarmento, está o dia da sua morte.<sup>90</sup> Portanto, a escolha do nome do Coronel Joaquim Antônio de Moraes Sarmento para Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná vincula-se à figura do herói Tiradentes, pois conforme informa o autor João Alves da Rosa Filho<sup>91</sup>, dois nomes foram cotados para patrono e venceu o de Sarmento. Com base em consulta às Ordens do Dia do Aniversário da Polícia Militar do Paraná<sup>92</sup> emitidas entre as décadas de 1930 e 1960, identifica-se que os nomes mais citados nas comemorações do Aniversário da Polícia Militar foram os do Coronel Cândido Dulcídio Pereira<sup>93</sup> e o do Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho<sup>94</sup>. O nome do Coronel Sarmento surge nas Ordens do Dia da década de 1950, junto ao nome de outros Oficiais da corporação, o que indica que na memória institucional, até a década de 1960, os heróis constituídos em exemplos a serem seguidos eram o alferes miliciano Tiradentes e os milicianos paranaenses Coronel Dulcídio e Coronel Gualberto.

As afirmações, presentes em Ordens do Dia das solenidades de 17 de maio, de que o nome de Sarmento estava gravado na memória dos milicianos não se comprovam. Tudo indica que a vinculação do nome do Coronel Sarmento ao do herói Tiradentes seja o dado mais significativo para que ele tenha sido escolhido

<sup>89</sup> ROSA, João Alves da F. **Revolução de 1924**. Curitiba, PR: Associação da Vila Militar, 2001. p. 110-111.

<sup>90</sup> ROSA, *op cit*, 2001.

<sup>91</sup> *Loc cit.*

<sup>92</sup> A segunda parte do capítulo é sobre o Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná.

<sup>93</sup> Morreu no dia 8 de fevereiro de 1894, em combate no Cerco da Lapa (Revolução Federalista).

<sup>94</sup> Morreu no dia 22 de outubro de 1912, em combate no conflito do Contestado (1912-1916).

como Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Vale lembrar que o nome Joaquim também favorece uma aproximação entre os dois Patronos.

Tratam-se, portanto, de dois heróis milicianos que constituem uma construção simbólica que sugere vínculos entre a instituição policial paranaense e a Nação. Tiradentes é o herói da República, morto pela monarquia, e o Coronel Sarmiento é o herói da Polícia Militar, que foi ferido em um combate com os “fanáticos religiosos” – conforme termo presente nos documentos consultados –, que eram uma ameaça para o Estado e para a República. Ambos têm suas histórias vinculadas às instituições armadas organizadas pela hierarquia e a disciplina – um é Alferes e o outro, Coronel – e derramaram seu sangue para salvar a nação. Esta construção, que aponta semelhanças entre as trajetórias dos dois Patronos, torna-os dignos de honras e glórias, exemplos a serem seguidos.

Essa proximidade se faz perceptível com a leitura do conjunto de Ordens do Dia dedicadas às solenidades dos dois Patronos, nas duas últimas décadas do século XX. Estes documentos permitem constatar que as virtudes e os valores que norteiam as narrativas sobre os heróis se assemelham, confirmando que ambos são construções simbólicas que apresentam uma identidade da instituição que tende a se reproduzir.

A permanência de valores identificadores de masculinidades nos discursos institucionais indica que os Oficiais que assumem o Comando Geral incorporam a herança que lhes foi transmitida e reproduzem-na nos seus discursos. Eles incorporaram o “espírito militar”<sup>95</sup> e através do poder investido do grau hierárquico e da função de Comandante Geral, tornam-se guardiões da tradição que identificam a instituição e o policial militar. Mesmo que ocorram transformações na instituição e nas relações desta com os outros espaços sociais, ao assumirem a função, eles falam em nome da coletividade e de uma memória coletiva. Desse modo, há uma tendência à reprodução da identidade institucional e da sua masculinidade, como se observa nos discursos sobre os heróis nas décadas de 1980 e 1990.

Por meio da repetição da ideia de que as transformações na sociedade e a História Nacional resultam da ação dos *grandes homens*, os quais possuíam um *espírito militar*, a Polícia Militar se legitima como espaço de homens e como construtora da História do Estado do Paraná e do País – uma instituição herdeira

---

<sup>95</sup> CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

das virtudes dos seus heróis. As narrativas sobre a vida do herói Tiradentes e do herói Sarmento dão legitimidade ao domínio das masculinidades hegemônicas e ocultam a presença das mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, pois as policiais são uma contradição em uma instituição identificadora de masculinidade hegemônica.

O importante para a existência da Polícia Militar, conforme afirmam vários discursos comemorativos, é preservar sua memória, pois “nenhuma organização sobreviverá, se seus filhos não se inspirarem nos altos feitos dos que se sacrificaram pela grandeza da terra [...] homens como Tiradentes”<sup>96</sup> e como o Coronel Sarmento. Construções simbólicas que constroem um modelo de Policial Militar – homem corajoso, bravo, digno, valente, destemido, honrado, disciplinado e capaz de dar a vida em “defesa da ordem e das instituições”<sup>97</sup> –, de forma que a instituição segue mantendo sua identidade pela voz do Comandante, que afirma

[...] evoquemos a augusta e tutelar lembrança desses heróis, para que inspirem nossas ações e nos exaltem a fé, a coragem e o estoicismo, para que sejamos dignos das gloriosas tradições legadas por bravos homens que fizeram a história da nossa corporação.<sup>98</sup>

Os discursos identificadores da Polícia Militar do Estado do Paraná excluem as identidades subjetivas, embora as construções simbólicas apresentadas nos discursos devam ser consideradas como orientadoras de identidades subjetivas. Uma instituição organizada por códigos marcados pela hierarquia e a disciplina tende a controlar o comportamento dos agentes institucionais para que estes assumam a identidade coletiva e o padrão comportamental que norteia suas atitudes. Assim, as tradições se constituem em importantes ferramentas para a construção de um padrão de comportamento e de valores que identificam os herdeiros. Conforme afirma Pierre Bourdieu, “instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser [...]. É fazer de alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade.”<sup>99</sup>

<sup>96</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 1. Curitiba, 21 de abril de 1989.

<sup>97</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 2. Curitiba, 17 de maio de 1989.

<sup>98</sup> POLÍCIA..., **Boletim Especial** n. 2, *op cit*, 1989.

<sup>99</sup> BOURDIEU, P. **Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 100-101.

Um fragmento da Ordem do Dia em homenagem a Coronel Sarmiento, do ano de 2001, confirma um modelo policial militar que identifica a instituição. O documento em questão afirma que

[...] Sarmiento enfrentou com coragem a sanha indomável dos fanáticos, demonstrando a bravura inextinguível dos policiais militares paranaenses que souberam cumprir com seus deveres, honrando de maneira mais digna e heróica a farda do soldado paranaense, cujo civismo e dedicação sempre construíram outros tantos padrões de glória para a Polícia Militar.<sup>100</sup>

A coragem e os ferimentos são identificadores da glória e da honra do guerreiro. Conforme afirma Elizabeth Badinter, “as cicatrizes do guerreiro testemunham os ferimentos e o sangue vertido, que provam o valor do homem e do cidadão”<sup>101</sup>. Ao ser ferido em combate, o Coronel Sarmiento tinha em seu corpo as provas da sua virilidade e masculinidade. Para Carls von Clausewitz, em sua obra clássica sobre a guerra, “a coragem é a virtude guerreira por excelência”<sup>102</sup>, todavia, para o autor, é um conjunto de virtudes que constituem o guerreiro, assim também é um conjunto de virtudes que identifica o herói e o modelo de masculinidade hegemônica construído pela Polícia Militar do Paraná.

Vale destacar, que a leitura das Ordens do Dia sobre os heróis, permitiu verificar que a honra e a disciplina são incorporadas às virtudes de Tiradentes após a invenção do Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Tal constatação indica que o herói Coronel Sarmiento foi construído por características herdadas do herói Tiradentes e por outras que pertenciam a identidade de militar – disciplina, hierarquia e honra –, as quais foram acrescentados à construção da identidade do herói nacional, na década de 1960. A análise das Ordens do Dia das solenidades de Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná permite contatar que as características pertencentes aos heróis pertencem a instituição.

<sup>100</sup> ROSA, J. A. *op cit*, 2001. p. 105.

<sup>101</sup> BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 70.

<sup>102</sup> CLAUSEWITZ, C. O gênio guerreiro. In: \_\_\_\_\_. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 106.

## 1.2. “A GLORIOSA POLÍCIA MILITAR”: UM LUGAR DE HONRA E GLÓRIA

Na consulta aos Boletins Gerais da Polícia Militar foi localizado o primeiro discurso do Comando Geral, publicado por ocasião das comemorações do Aniversário da instituição, que data de 10 de agosto de 1934. Possivelmente, foi a primeira vez que os policiais militares comemoraram o aniversário da instituição e a solenidade foi marcada pela leitura da Ordem do Dia e pela realização de uma formatura militar. Assim, passados sete anos da primeira solenidade em homenagem ao herói Tiradentes, a instituição inventou a solenidade de 10 de Agosto.

Ao longo do século XX, as Ordens do Dia comemorativas ao Aniversário da instituição policial militar do Estado do Paraná apresentam narrativas sobre a história da instituição que a vincula à Companhia de Força Policial, criada pelo Presidente da Província do Paraná em 10 de agosto de 1854, e ao Exército Brasileiro, bem como a outros fatos da história do País, como a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, a Guerra do Contestado, a Revolução de 24, a Revolução de 1930, a Revolução de 1932, a Revolução de 1964<sup>103</sup> e outros fatos ligados às narrativas da história da instituição.

A primeira Ordem do Dia destinada à solenidade de Aniversário da Polícia Militar do Paraná, marca a construção de uma história oficial e o combate norteia as narrativas dessa história ao longo do século XX. O passado, que é narrado nas Ordens do Dia no transcorrer do século, adapta, legitima e reproduz as características identificadoras da instituição. A referência ao século XIX, que é recorrente nos documentos, vincula a instituição policial do presente ao passado e a criação do Estado do Paraná, indicando que os seus valores também pertencem ao estado.

Ao destacar o “espírito de ordem e de disciplina”<sup>104</sup> dos policiais militares participantes da solenidade, do ano de 1934, e a atitude dos Oficiais, conforme consta na Ordem do Dia, o Comandante Geral afirma os pilares que organizam a instituição: a ordem, a disciplina e a hierarquia. O passado é invocado para legitimar essas características e as narrativas que apresentam o passado glorioso da polícia

---

<sup>103</sup> Utilizam-se aqui as denominações dos fatos segundo os documentos consultados.

<sup>104</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 181. Curitiba, 10 de agosto de 1934.



paranaense, destacam as virtudes dos superiores hierárquicos. Também vale destacar que a identidade de militar figura como central nesse discurso, conforme afirmou o Comandante Geral

[...] tem a gloriosa e brava Milícia Paranaense, [...], um passado cheio de sacrifícios e de serviços prestados ao Estado e à Nação, quer nos trabalhos de Paz, quer nas lutas intestinas, em algumas das quais perecemos, com sentimento de pundonor patriótico e com abnegação, [...].  
Faltaria por isso, a um sagrado dever, dever de militar e de cidadão, se não exarasse, neste Boletim, [...], esses sacrifícios de pretérito, consubstanciando nos Comandantes sacrificados, a página mais obscura, porém real, de heroísmo, de bravura, de abnegação de todos os seus soldados que tiveram, [...], o ânimo de sacrifício patenteado pelo seu Chefe.<sup>105</sup>

A existência da instituição e de seu passado glorioso está vinculada à figura dos comandantes. É nas virtudes dos comandantes do passado que se construiu a instituição, assim as características identificadoras da instituição se confundem com as dos seus comandantes do passado e as atitudes dos subordinados resultam das virtudes do seu comandante. Esta construção destaca que a glória e a bravura pertencem à instituição e os comandantes são os legítimos representantes dessas virtudes institucionais.

Na Ordem do Dia do ano de 1936 essa herança deixada pela ação virtuosa dos comandantes e seus subordinados é qualificada como honrosa. Uma honra que aparece vinculada à identidade de militar, segundo o documento herdado do Exército, à tradição, à glória, à disciplina, à bravura e ao heroísmo. Um conjunto de valores e atitudes que foram encarnados por dois comandantes do passado, o Coronel Gualberto e o Coronel Dulcídio. Todavia, estas virtudes de ambos os coronéis só pertencem aos subordinados ao serem reconhecidas pelo comandante, o guardião legítimo do “espírito institucional”.<sup>106</sup>

Assim, a identidade da instituição policial militar só é percebida quando os valores que a identificam são apontados como incorporados por seus agentes, com destaque para os comandantes. Para ter legitimidade, os valores e virtudes identificadores da instituição encarnam-se em figuras históricas que se constituem em símbolos – os comandantes heróis – e que honram os símbolos da instituição

<sup>105</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 181**, 1934.

<sup>106</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 180**. Curitiba, 10 de agosto de 1936.

que lhes foram cedidos – a farda e a espada –, pois conforme afirmações do Comandante Geral,

[...], a tradicional Polícia Militar do Paraná, de um pretérito pleno e de estóica bravura, inúmeras vezes patenteada no campo de luta, em um dos quais tombam em holocausto heróicos COMANDANTES E COMANDADOS. [...]

Basta que invoquemos os vultos inolvidáveis, grandiosos e inconfundíveis de Dulcídio e Gualberto, para termos exemplo vivo e ainda hoje palpitante, do quanto afirmamos: comandantes em diferentes momentos históricos pereceram no teatro das operações, espada flamejante em punho, empenhados nos mais renhidos entreveros, que a história brasileira nos dá notícia, e que a nossa corporação registra e focaliza como exemplo de bravura e de heroísmo, para que o presente e o futuro guardem religiosamente, no sacrário do peito, a recordação do PASSADO.<sup>107</sup>

O passado é o lugar da glória da instituição. O combate e a morte em combate constituem a glória do herói e esta é transferida para a instituição, que se torna herdeira das virtudes e das atitudes dos seus comandantes e comandados, utilizando-se o termo contido no documento e que identifica os agentes institucionais. Segundo o estudo de Jean-Pierre Vernant, a morte em combate é identificadora da glória do guerreiro na Grécia Antiga,<sup>108</sup> sendo assim, a narrativa de um passado heroico da Polícia Militar é uma construção que adapta as narrativas do passado institucional a um imaginário que constitui um significado para a glória dos comandantes, Coronel Dulcídio e Coronel Gualberto, que são citados como modelos a serem seguidos e são os primeiros heróis policiais militares lembrados nas comemorações do aniversário da instituição.

No ano de 1937, o discurso do Comando Geral construiu uma narrativa que apresenta aos policiais militares a história da corporação, desde sua origem, no ano de 1854, até o ano de 1937. No primeiro parágrafo, o documento apresenta as várias denominações da corporação: Companhia de Força Policial, em 1854; Corpo Militar de Polícia, em 1891; Regimento de Segurança, em 1892; Força Militar do Estado, em 1917; e, por fim, Polícia Militar do Estado do Paraná.<sup>109</sup> O nome atual da instituição é apresentado, na Ordem do Dia, como revelador da fidelidade, da herança militar e da glória conquistada nos combates. Na continuação, a instituição é descrita atuando em combates para defender a Pátria e a sua atuação “como

<sup>107</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 180**, 1936. (Conforme o original).

<sup>108</sup> VERNANT, J. A bela morte de Aquiles. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 33-41.

<sup>109</sup> POLÍCIA...*op cit*, **Boletim Geral n. 180**, 1936.

auxiliar do glorioso Exército Nacional”<sup>110</sup> é ressaltada. Portanto, a Ordem do Dia legitima a sua identidade militar e a sua tradição marcada pela glória e pela bravura.

Essa narrativa fundadora construída na década de 1930 e que relaciona a corporação com acontecimentos da História Nacional, destacando os combates, a ação dos heróis e dos outros combatentes, é mantida nos textos comemorativos das décadas de 1970, 1980 e 1990. É o que se observa na narrativa do passado da instituição, presente no discurso do ano de 1978.

Encontramo-la em 1865, integrando com seus homens o Corpo de Voluntários da Pátria, marchando contra o Ditador Solano Lopes, na Guerra do Paraguai.

Divisamo-la na Revolução Federalista, lutando bravamente no Cerco da Lapa, em cuja resistência perdeu grande parte do seu efetivo e um dos seus mais valorosos Comandantes: o herói Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Em 1912 surge no sul do Estado, na região limítrofe com Santa Catarina, um grupo de fanáticos liderados pelo Monge José Maria, que com seus ‘doze pares de França’ pretendia criar um império caboclo, [...]. Fundamentado nas crenças de homens rudes, o monge conflagrava o Contestado e, [...], uma vez mais, exigiu a história o sacrifício de nossos homens.

Outro Comandante de nossa Corporação perecia, agora nos Campos do Irani: João Gualberto Gomes de Sá Filho, que com um grupo de bravos, sucumbiu ao ataque violento [...].

Outras revoluções se sucederam. Em 1924, 1930 e 1932, inúmeros foram os combates.<sup>111</sup>

O tempo da guerra e do combate é, nessa narrativa, o tempo da glória dos heróis que morreram lutando. A rememoração desses acontecimentos históricos, que são narrados como espaços onde se reconhecem virtudes identificadoras do policial ideal, constrói para a comunidade imaginada uma fantasia de imutabilidade das virtudes identificadoras da instituição. A construção da honra da instituição é vinculada às virtudes do guerreiro, destacadamente dos comandantes. Uma construção que estabelece uma hierarquia de honra, constituindo diferenças entre o superior e o subordinado, e que por outro lado não reconhece a honra no outro, naquele que está fora da instituição cujas atitudes afetam a ordem.

Porém, vale destacar que nesta Ordem do Dia tanto o outro, que aparece qualificado na narrativa como rude, violento e fanático, despossuído das virtudes e dos valores nobres da instituição, quanto o militar, são identificados como homens. Assim, como se percebe pela leitura das Ordens do Dia em homenagem ao

<sup>110</sup> *Loc cit.*

<sup>111</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 3. Curitiba, 10 de agosto de 1978.

Tiradentes, a partir da década de 1960 os agentes institucionais que antes eram identificados como milicianos, soldados, policiais militares, guerreiros, comandantes e comandados, passaram a ser também identificados como homens. Essa vinculação da violência, das armas e do combate aos homens, legitima esses lugares como identificadores de masculinidades e como pertencentes ao sexo masculino.

As adaptações nas narrativas da história institucional também indicam que a instituição assume diferentes imagens, ao longo do século XX. Todavia, os valores e as atitudes que identificam a instituição – glória, heroísmo, bravura, força, coragem, valentia, sacrifício, combate, abnegação, disciplina, ordem, hierarquia – e foram encarnados nos heróis, constituindo a honra da instituição, são apresentados nas Ordens do Dia como imutáveis. Assim, a instituição constitui uma identidade coletiva que se apresenta como permanente e é exibida como uma herança deixada pelos heróis institucionais, os quais são herdeiros das virtudes e valores de guerreiros do passado.

A leitura das Ordens do Dia permite perceber que os heróis são declarados herdeiros e transmissores das características identificadoras da instituição. Na Ordem do Dia comemorativa ao Aniversário da Polícia Militar no ano de 1947, tal herança está vinculada aos guerreiros espartanos. Conforme se observa nesse documento, o Comandante Geral evoca os heróis para nortear as atitudes dos agentes institucionais, com a seguinte afirmação:

[...] que esses rasgos de heroísmo e sacrifício nos iluminem o pensamento e fortifiquem o espírito; que a augusta e tutelar lembrança desses heróis, inspire nossas ações, [...] para que sejamos dignos das gloriosas tradições, legadas por esses modernos legionários de Esparta.<sup>112</sup>

Em meados da década de 1980, esse legado de tradições é identificado com o sacerdócio e aos ideais da cavalaria da Idade Média, isto é, do guerreiro sacerdote. Assim, conforme o documento, os heróis institucionais “fizeram da profissão um verdadeiro sacerdócio [...], tingindo com o rubro de seu sangue o chão querido da Pátria que os viu nascer”.<sup>113</sup> No final da década de 1990, o legado dos heróis é, segundo palavras do Comandante Geral, o dos “profissionais altruístas”

<sup>112</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1947.

<sup>113</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1984.

que seguem com “[...] a difícil missão de honrar o legado de glória que nos foi deixado”.<sup>114</sup>

Esses três fragmentos de discursos apresentam diferentes heranças para legitimar um ideal de Policial Militar, cuja construção, entretanto, é sempre norteada por valores como a glória, o heroísmo e a tradição. Assim, a honra do Policial Militar, seja ele identificado ao guerreiro espartano, ao sacerdote ou ao profissional altruísta, vincula-se à tradição, à glória e ao heroísmo, e para manter essa herança a instituição precisa construir herdeiros capazes de perpetuar a identidade de milicianos das araucárias – nomeação que surge nas Ordens do Dia da década de 1980.

No ano de 1984, durante a segunda comemoração de aniversário da corporação após o retorno do Comando Geral para os coronéis da Polícia Militar, o Comandante confirma a instituição como herdeira de uma tradição oriunda do Exército.

Organizada a corporação, através da Lei n. 07, de 10 de agosto de 1854, com o nome de Companhia da Força Policial, [...]. Seu primeiro Comandante foi o Capitão de 1.<sup>a</sup> linha do Exército, Joaquim José Moreira Mendonça. [...]

Ao nos reportarmos aos Ex-comandantes, devemos dar ênfase especial ao período que nos antecedeu, quando tivemos a honra de ter no Comando da Organização, oficiais do mais alto gabarito do Exército Nacional, os quais internalizaram nossos problemas, assumiram nossa causa, e se tornaram de corpo e alma milicianos das araucárias. [...].<sup>115</sup>

O discurso confirma uma ligação entre as duas instituições armadas desde a origem da Polícia Militar do Paraná. Todavia, além da ligação entre Exército e Polícia Militar do Estado do Paraná, o discurso do Comandante afirma a existência de uma identidade de “miliciano das araucárias”<sup>116</sup>, a qual supostamente foi assumida pelos Oficiais do Exército.

A referência à existência de uma identidade ou de um espírito militar de Policial Militar das araucárias, – apropriando-se da concepção de espírito militar presente nas instituições militares e da nomeação dada pelo Comandante Geral – indica uma crise de identidade. Em um processo de transição do poder institucional – com o cargo de Comandante Geral retornando para os Oficiais da Polícia Militar – emerge a necessidade de afirmar a instituição como herdeira de uma tradição

<sup>114</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 de agosto de 1998.

<sup>115</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial n. 3**. Curitiba, 10 de agosto 1984.

<sup>116</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Especial** n. 3, 1984.

oriunda do Exército, mas possuidora de um passado que a diferencia do Exército e das demais polícias militares, pois a afirmação de que a Polícia Militar do Paraná possui um espírito de miliciano das araucárias – ou, conforme a Ordem do Dia, uma *alma* de miliciano das araucárias – é indicativa de que a instituição buscava estabelecer uma diferença entre ela e as outras instituições militares, bem como alterar sua imagem.

Entre os anos de 1977 e 2000, dois símbolos da instituição foram alterados: o hino e a farda. No ano de 1982 realizou-se um concurso institucional para escolher um novo hino para a instituição, sendo vencedora a *Canção 10 de agosto*, que assim como o hino anterior destaca as virtudes e os valores institucionais – a coragem, a bravura, a luta em defesa da Pátria, a história e o combate.<sup>117</sup> Nos arquivos não foram localizados documentos justificando a alteração do símbolo, mas considerando que o momento então vivido pela instituição era de adaptações e que estas estão vinculadas às mudanças no regime político do País, o novo símbolo também marca a construção de uma nova imagem da instituição.

A essa preocupação com a imagem também se liga a alteração da farda. A mudança na cor da farda, que ocorreu no ano de 1988, foi justificada na Ordem do Dia de 10 de agosto. Nesse documento, o Comandante Geral fez as seguintes afirmações:

persistimos e temos esperança [...]; esperança que o retorno às tradições, pelo uso dos uniformes de COR CÁQUI que hoje voltamos a envergarmos, nos traga novos tempos [...]; temos ainda fé, para acreditar que com a permuta dos uniformes, dias melhores virão! Para alguns talvez possa parecer que isto não altera nada [...]. Na verdade, tem um significado todo especial: muda a imagem [...].<sup>118</sup>

O uniforme azul petróleo introduzido pelo Comando Geral no ano de 1976<sup>119</sup> substituiu o uniforme de cor cáqui. No entanto, Geraldo Guilmann demonstra, em seu estudo sobre uniformes da Polícia Militar do Paraná, que a cor cáqui foi adotada pela instituição na década de 1920; antes a cor do uniforme foi o azul.<sup>120</sup> Assim, até mesmo a cor da farda, que a instituição apresenta com uma tradição de longa

<sup>117</sup> PERNETA, Júlio (letra); SURIANI, Romualdo (música). **Canção da PMPR**. Portaria n. 902, PM/1. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1977. MORAES, Rubens Mendes (letra); RAMOS, Antônio Alberto (música). **Canção 10 de agosto**. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1983. Arquivo PM/1.

<sup>118</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial** n. 3, 1988.

<sup>119</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria n. 538**. Curitiba, 15 de dezembro de 1976.

<sup>120</sup> GUILMANN, E. **Uniformes da Polícia Militar do Paraná**: histórico do fardamento da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de 1854-2004. Curitiba, 2008 [mimeo]

duração, é uma invenção do século XX. Sendo assim, a afirmação do Comando Geral – aquele que está investido do poder de falar em nome da instituição – legitima a mudança da cor e a tradição é evocada para desvincular a imagem da instituição da violência dos anos de ditadura. Nota-se que, na Ordem do Dia, a herança deixada pelos heróis é apresentada como imutável e o que se altera é a imagem.

Na década de 1990, além das solenidades comemorativas, surge outra construção discursiva que legitima e reproduz a identidade institucional: os livros que narraram a história da Polícia Militar do Estado do Paraná. Entre o final da década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, foram publicados capítulos da história da Polícia Militar do Paraná<sup>121</sup>.

As obras confirmam as narrativas das comemorações do início do século XX, a instituição é um espaço de homens militares que deram o sangue pela Pátria e pelo Estado. Todavia, esses livros são indicativos da necessidade da instituição em afirmar sua identidade de militar. Mais uma vez, a referência a um passado de glória e da honra é utilizado para legitimar as características e os valores identificadores da instituição e dos seus agentes, os quais são apresentados como permanentes.

Ao longo do século XX as Ordens do Dia construíram uma identidade para a Polícia Militar do Estado do Paraná, vinculada à de Militar e à identidade nacional. As narrativas da história da instituição estão ligadas a acontecimentos da história nacional, nos quais se destacam as ações de homens militares e honrados. A participação das mulheres é excluída das narrativas, pois na história escrita pela instituição a guerra é o espaço de homens e a nação foi construída por homens que empunharam espadas e armas de fogo pela liberdade, pela ordem e pela segurança da nação e do povo.

Embora nesses discursos existam características que estão relacionadas aos diferentes contextos em que foram escritos, as virtudes e os valores da instituição, que se tornam visíveis nas atitudes dos policiais, principalmente dos heróis e dos comandantes, são apresentados como permanentes. Assim, as

---

<sup>121</sup> ROSA, J. **Combate do Irani**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998. ROSA, J. **Campanha do Contestado**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998. ROSA, J. **Epopéia da Lapa**: ação heróica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano (1893-1894). Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1999. ROSA, J. **Guerra do Paraguai**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2000. ROSA, J. **Revolução de 1924**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2001. ROSA, J. **Revolução de 1930**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2002. ROSA, J. **Revolução de 1932**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2004.

solenidades institucionais atuam como construtoras, reprodutoras e legitimadoras de uma concepção de honra militar, que é apresentada como imutável desde a Grécia Antiga, e coloca as virtudes e valores dos militares como superiores aos dos outros. Como é pelas virtudes que um homem se torna digno de honra e a honra individual existe quanto reconhecida pelos outros, segundo os estudos sobre esse princípio moral<sup>122</sup>, a das instituições militares pertence à coletividade e está incorporada à hierarquia. O comandante é um representante legítimo da honra institucional, com poder de distribuir honras (condecorações e elogios) e de punir os agentes que com suas atitudes afetam a honra institucional.

Assim, além das Ordens do Dia, as solenidades permitem visualizar a distribuição da honra institucional, como se pode observar pelos lugares ocupados pelos agentes na ordem institucional. A ordem da tropa e dos comandantes durante a solenidade é uma apresentação dos valores da Instituição. O observador reconhece os lugares de honra, que definem a diferença entre o superior hierárquico e o subordinado.

Norteadas por uma legislação do ano de 1949, a qual permanece em vigor até os dias atuais, as solenidades, da Polícia Militar do Estado do Paraná se destacam por sua função educativa.<sup>123</sup> Segundo a legislação do Exército do ano de 1942, que regulamentava as cerimônias militares, “o cerimonial militar [...] constitui uma afirmativa pública da disciplina e da educação militar da tropa”.<sup>124</sup> Assim, além do caráter pedagógico, as solenidades militares afirmam publicamente a disciplina e a hierarquia, pois um militar disciplinado cumpre as ordens superiores, demonstra respeito à hierarquia e possui atitudes que expressam os valores institucionais.

Para cumprir com sua função pedagógica, as comemorações da Polícia Militar do Estado do Paraná são constituídas por um conjunto de atividades especificadas pela legislação e divididas em

<sup>122</sup> GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. PERISTIANY, J. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 72-73.

<sup>123</sup> ESTADO..., *op cit*, **Decreto n. 9.060**, 1949, art. 32.

<sup>124</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. **Decreto n. 8.736**, Regulamento de continências, honras e sinais de respeito das Forças Armadas. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1942, art. 181.



- a) uma parte recreativa, constituída de prova de hipismo, atletismo, tiro, esgrima, jogos esportivos e outros de natureza militar;
- b) uma parte ilustrativa, constituída de conferências ou palestras em que se relembrem não só a data comemorada, como outros fatos notáveis da história militar do Brasil.[...]
- a) [a] formatura da Corporação ou de uma de suas Unidades;
- b) [as] reuniões internas de caráter social, às quais poderão comparecer civis.<sup>125</sup>

A leitura dos Boletins Gerais ao longo do século XX nos permite observar que as competições esportivas, as palestras e os desfiles militares nos quartéis ou em vias públicas são atividades que compunham as comemorações na Polícia Militar do Paraná na década de 1930 e que, com algumas alterações, se mantém até os dias atuais. No convite de Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná do ano de 1977 é publicada a programação das atividades alusivas à festividade, que inclui a Missa de Ação de Graças na Capela da Polícia Militar, a Corrida Rústica e o Desfile Policial Militar. No ano de 1998, a programação é composta por atividades. A abertura oficial foi constituída pela realização de uma solenidade militar e de um Baile de Aniversário, que ocorreu no dia 31 de julho. Ao longo dos dias que antecederam o dia 10 de agosto daquele ano, quando a instituição comemorou seus 144 anos de existência, ocorreram atividades como a Prova Hípica, um Passeio Ecológico, um Passeio Ciclístico, um Culto Evangélico, uma Missa Solene na Catedral de Curitiba, entre outras atividades. O encerramento das comemorações iniciou na manhã do dia 10 de agosto com o Desfile Policial Militar, que ocorreu no Quartel do Comando Geral, localizado na capital do Estado, e nos quartéis dos Comandos dos Batalhões do Interior; e terminou à noite com a apresentação da Banda de Música da Polícia Militar no Teatro Guaíra, também na capital.

A comparação entre o texto da lei e as atividades comemorativas realizadas do final da década de 1970 e as do final da década de 1990, mostra que as celebrações religiosas são atividades presentes na programação, mas não especificadas na legislação que regulamenta as comemorações militares. Embora o Estado seja laico, a Polícia Militar, uma das instituições armadas do Estado, realiza atividades oficiais de caráter religioso. Esse fato indica uma ligação histórica entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica. Além das atividades religiosas, destacam-se as competições esportivas e o desfile policial militar.

<sup>125</sup> ESTADO DO PARANÁ, *op cit*, **Decreto 9060**, 1949, art. 33.

Essas três partes das comemorações – a religiosa, a esportiva e o desfile – reconstróem uma tradição secular que se relaciona à identificação das virtudes do guerreiro, a qual é percebida na ligação deste com a divindade (a proteção divina), na sua ação durante a competição (o combate) e no reconhecimento de sua honra (a glória do herói). Em suas reflexões sobre o jogo, Johan Huizinga identifica que o *potlatch* pode ser uma festa solene ou um ritual, marcada pela honra, como “o mundo da cavalaria e do heroísmo, dominado pelos brasões e nomes ilustres, onde prima a nobreza de linhagem”.<sup>126</sup> Logo, afirma o autor, é o “jogo pela honra e pela glória”.<sup>127</sup> Tomando como base essas afirmações, podemos dizer que as comemorações militares, das quais fazem parte as solenidades comemorativas analisadas, também são lugares de distribuição de honra e heroísmo.

Entre as práticas que destacam a honra e a glória dos agentes institucionais estão as atividades esportivas e a entrega de medalhas. Nas atividades esportivas, que antecedem a solenidade policial militar, destacam-se a força e a destreza dos atletas da instituição. Os vencedores desses combates esportivos recebem as condecorações (medalhas) e o reconhecimento da sua habilidade, força e bravura.

Durante a solenidade, que culmina com o desfile da tropa diante do Comando Geral, também são distribuídas condecorações aos policiais. O exame da vivência dos agentes na família militar, termo presente na legislação institucional, permite ao Comandante identificar aqueles que assumiram as virtudes identificadoras da instituição. Pela verificação das fichas funcionais dos agentes, identificam-se os que dignos de honra, e estes são condecorados, pois por suas atitudes, norteadas pela disciplina e pelo respeito à hierarquia, conquistaram o mérito de receber um símbolo que representa o reconhecimento institucional das suas virtudes: a medalha. Um ato simbólico de prestígio, glória e poder, pois os agentes que recebem as medalhas ocupam um lugar de destaque na solenidade, conforme se observa na representação gráfica publicada pela instituição (Figura 1).

A visualização da disposição dos agentes na formatura militar – da tropa, dos guarda-bandeiras, dos comandantes de grupamento, comandante de tropa, do Comandante Geral e dos demais envolvidos – é uma afirmação pública da hierarquia e da disciplina, que constituem a ordem que distribui os agentes segundo seu posto e sua honra. Os convidados (autoridades, familiares dos policiais,

---

<sup>126</sup> HUIZINGA, *op cit*, 1971. p. 68.

<sup>127</sup> HUIZINGA, *op cit*, 1971, p. 70.

imprensa etc) que assistem à solenidade são testemunhas desta ordem e contribuem para legitimá-la.

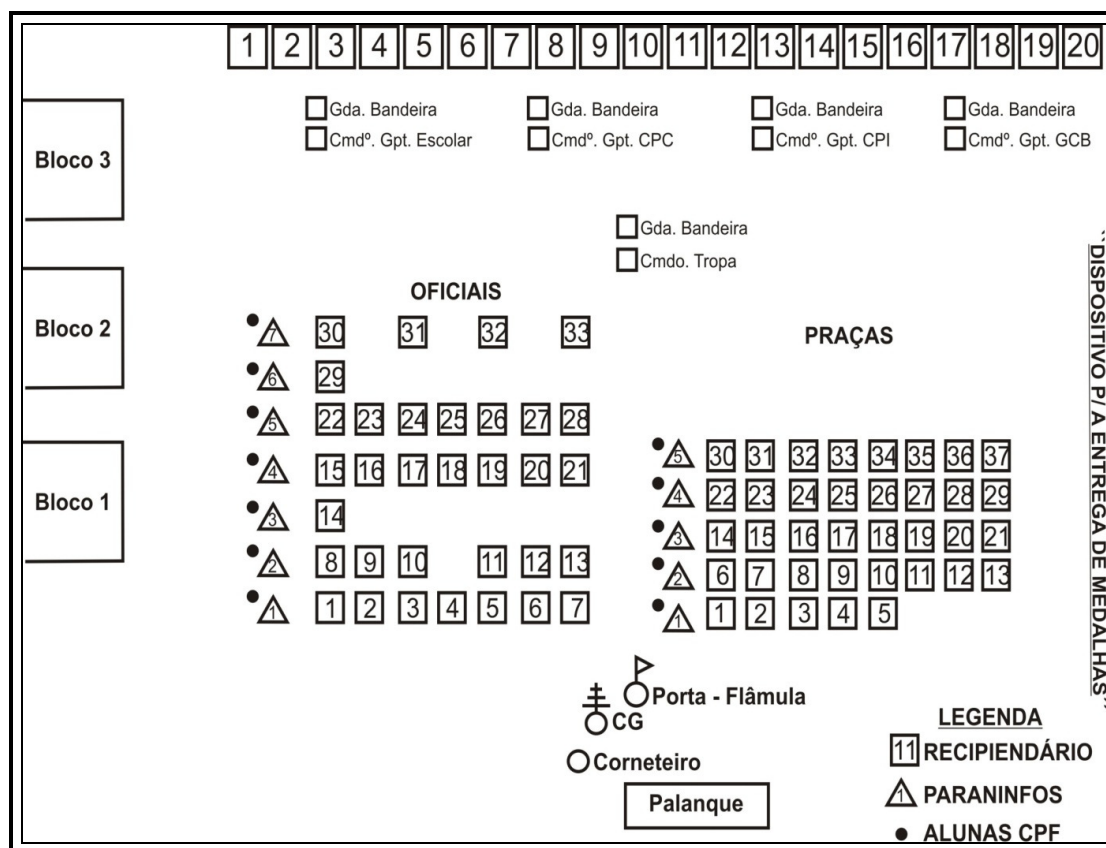


FIGURA 1 – DISPOSITIVO PARA ENTREGA DE MEDALHAS NO ANIVERSÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: Boletim Geral n. 146, 02 de agosto 1990. Desenho: ANSBACH, O.

Na figura, os agraciados estão diante da Bandeira Nacional, posicionada no centro, e o Comandante Geral está à direita dela, ocupando um lugar que representa o poder do cargo. A tropa está ao fundo, identificada pelos quadrados numerados de 1 até 20, à sua frente estão as insígnias<sup>128</sup> dos quartéis e os respectivos

<sup>128</sup> 1) A Insígnia de Comando, Chefia ou Direção é um símbolo representativo de Comandante, Chefe ou Diretor de Organização Policial-Militar e de suas frações.

2) A Insígnia de Comando destina-se não só a assinalar a presença do Comandante, Chefe ou Diretor, como também realçar a precedência hierárquica dos policiais-militares que a elas tenham direito de uso.

As cores heráldicas da PMPR, usadas nas Insígnias de Comando e Estandarte, são: azul, verde e vermelha, com a seguinte significação:

a. Azul: é o símbolo da justiça, da verdade, da lealdade, da serenidade e da caridade. Os que têm a cor azul em suas armas são obrigados a prestar socorro aos socialmente injustiçados. Por representar, também, a realeza e a majestade, impõe à Corporação a responsabilidade de proteção à comunidade em que está inserida.

comandantes de fração de tropa. Diante dos comandantes das frações está o comandante da tropa. Essa disposição espacial dos agentes na cerimônia expressa uma divisão do poder simbólico que a instituição cede a eles em função do lugar que se ocupa na cerimônia. A divisão dos agraciados entre praças e Oficiais indica mais uma divisão de poder simbólico existente na instituição, outra divisão são as medalhas que serão entregues, pois cada linha de agraciados corresponde a diferentes medalhas – de ouro, prata, bronze, de Sangue e outras – que estão relacionadas às suas conquistas e expressam o reconhecimento da instituição à honra conquistada. O símbolo de honraria entregue aos agraciados é ambíguo, pois se os identifica como policiais honrados diante da coletividade há diferenças entre os símbolos de honraria, que são cedidos pela instituição independentemente da posição hierárquica do agraciado. Dessa forma, um agente em uma posição inferior na hierarquia pode receber uma honraria cujo significado simbólico é superior à honraria recebida por seu superior hierárquico. As diferentes formas de distribuição e reconhecimento da honra entre os agentes institucionais indicam uma complexa distribuição de poder simbólico no espaço militar.

O lugar ocupado pelos agentes no espaço representa o poder simbólico que cada um adquiriu na instituição e está vinculado à honra daquele que se encontra naquela posição, pois a precedência é uma forma de significar a honra.<sup>129</sup> Para Robert Hertz o lado direito e a mão direita representam o poder, a honra, a bravura e a virilidade. A direita também é o espaço do sagrado, “é o lado direito do homem que se dedica ao deus da guerra [...], é portanto apenas a mão direita que irá carregar e manejar a arma”.<sup>130</sup> Todavia, além do poder simbólico do lado direito, como um lugar de honra, o centro e a posição em um local mais elevado são sítios de honra nas instituições militares, assim como a cabeça está relacionada a gestos que significam

---

b. Verde: é a cor representativa da esperança, da fé, do respeito e da amizade. Simboliza, além disso, a cortesia, atributo que deve caracterizar os responsáveis pela manutenção da ordem pública.

c. Vermelha: representa a coragem, a valentia, o sangue derramado a serviço do Estado. Aqueles que a levam em suas armas devem ter a justiça como norma de procedimento. É a cor dos guerreiros e simboliza, ainda, a intrepidez, a fortaleza, o valor e a vitória. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria do Comando Geral, n. 651**. 1.<sup>a</sup> Seção do Estado Maior, 27 de outubro de 1982.

<sup>129</sup> Ver: PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 17-41. BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Revista Religião e Sociedade**, v. 6, 1980, p. 99-128.

<sup>130</sup> HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Revista Religião e Sociedade**, v. 6, 1980, p. 99-128, p. 119.

a honra e poder. Conforme afirma Julian Pitt-Rivers, a cabeça é importante nos ritos de consagração e dessacralização; nos gestos de saudação e nas execuções.<sup>131</sup> Seja na saudação militar ou na retirada do chapéu como sinal de reverência, a cabeça constitui uma parte do corpo que indica honra. Elevar a mão direita até a cabeça, um gesto de saudação entre os militares, expressa relações de poder, pois demonstra o respeito ao superior hierárquico. Assim, o lado direito e a cabeça simbolizam a honra e a hierarquia na ordem institucional. Os lugares ocupados pelos comandantes militares nas cerimônias – no centro do palanque, em frente à tropa e à direita – são posições que destacam sua honra e sua superioridade hierárquica.

Essa espacialização simbólica da hierarquia indica que há diferentes níveis de honra dentro da instituição, pois está vinculada à virtude e à virilidade, e a solenidade é um lugar de afirmação da honra investida nas posições hierárquicas. Segundo J. Huizinga, “o ideal viril da virtude está sempre ligado à convicção de que a honra para ser válida, deve ser publicamente reconhecida [...]”.<sup>132</sup> Assim, as solenidades são lugar de reconhecimento, legitimação e distribuição de honra. A entrega das medalhas coloca em evidência a diferença e, mesmo buscando construir uma homogeneidade, característica das comunidades imaginadas, a Polícia Militar do Estado do Paraná necessita destacar a diferença entre os agentes institucionais, pois a honra institucional está vinculada à hierarquia e às condecorações.

A espacialização do poder e da honra presente nas solenidades, durante os procedimentos de entrega de medalhas e no desfile da tropa diante das pessoas que ocupam cargos reconhecidos como merecedores das honrarias prestadas por ela, expressa as diferenças na distribuição simbólica da honra no espaço institucional. Essas diferenças tendem a ser ocultadas nas Ordens do Dia, pois todos os policiais militares figuram como herdeiros da herança deixada pelos heróis. Porém, os heróis, que encarnam a identidade institucional, ocuparam posições superiores na hierarquia, fato que torna os Oficiais os legítimos herdeiros e transmissores das virtudes da instituição.

Mesmo que todos os presentes sejam identificados na Ordem do Dia como milicianos das araucárias, a herança deixada pelos heróis é distribuída aos herdeiros

---

<sup>131</sup> PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 17-41.

<sup>132</sup> HUIZINGA, *op cit*, 1971. p. 73.

em função da sua posição na hierarquia e das suas virtudes. Para Johan Huizinga, é a virtude que torna um homem digno de honra e “capaz de lutar e comandar”.<sup>133</sup> Conforme afirma esse autor, a virtude está historicamente relacionada à masculinidade e à virilidade, na Grécia, na Arábia, no Japão e na Europa Medieval. Assim, observa-se que nas instituições militares a honra é identificadora de masculinidades, pois os valores e as virtudes identificadoras da instituição estão atrelados à hierarquia e à distribuição de honras pelo Comandante Geral.

Portanto, a solenidade da Polícia Militar permite visualizar a hierarquia das masculinidades constituídas pela instituição. O desfile militar que encerra a solenidade representa o reconhecimento do poder do Comandante, pois a tropa presta homenagens a ele e às autoridades civis com precedência de honra. A ação de saudar as autoridades com a continência, que é prestada de diferentes formas pelos agentes que estão na tropa – comandantes sem espadas: elevando a mão direita até a cabeça e olhando para a autoridade; comandantes com espada: com ela desembainhada, olhando para as autoridades; tropa: olhando à direita – conforme disposto no *Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial Militar*<sup>134</sup>, é uma atitude de respeito e reconhecimento do poder simbólico e da precedência hierárquica dos cargos que se encontram no palanque localizado à direita da tropa que passa em marcha.

A forma com que cada agente realiza a continência durante o desfile militar da solenidade é definida pela sua posição hierárquica e pela sua localização na formação da tropa. No entanto, os gestos que indicam a superioridade das virtudes e honras daqueles que ocupam o lugar de honra mantêm uma construção simbólica que legitima a cabeça, a direita e a arma como significadores da honra e, conseqüentemente, do poder hierárquico.

A masculinidade hegemônica das instituições militares, tende a ocultar a pluralidade de masculinidades incorporadas por seus agentes, bem como as construídas pela hierarquia institucional e pela distribuição da honra. Os heróis que foram Oficiais Militares são os símbolos que transmitem a identidade institucional, pois são herdeiros de uma masculinidade que constitui o ideal institucional. A permanência da tradição e da memória coletiva construtoras da identidade

---

<sup>133</sup> HUIZINGA, *op cit*, 1971. p. 72.

<sup>134</sup> BRASIL. **Decreto n. 88.513**, de 13 jul. de 1983, Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Brasília: Ministério do Exército, 1983.

institucional resulta em um ordenamento do espaço institucional pautado pela masculinidade militar, que exclui as feminilidades e outras masculinidades. Todavia, a identidade coletiva, que objetiva construir a ideia de permanência e homogeneidade, revela que a constituição das masculinidades identificadoras dos policiais militares e da instituição é complexa e contraditória. É difícil definir as fronteiras entre masculinidades, as quais se tornam mais complexas com o ingresso de mulheres na instituição. A presença feminina é mais uma contradição na construção da identidade coletiva, que reafirma a necessidade de a instituição afirmar sua identidade masculina, legitimando o espírito militar como pertencentes aos homens.

As características identificadoras da instituição apresentadas nas solenidades são dirigidas para corpos masculinos e orientam as práticas institucionais. A referência constante à tradição legitima a ordem institucional, naturalizando as diferenças. A permanência desta construção simbólica de domínio de masculinidades é um indício da permanência das diferenças de gênero que subordinam o feminino ao masculino e definem os espaços dos homens e das mulheres nas instituições. As identificações generificadas constituídas e mantidas nas cerimônias da Polícia Militar existem para além das vontades individuais dos policiais, pois orientam práticas institucionais herdadas e legitimadas pela tradição e pela memória, que identificam a instituição como um espaço de guerreiros. A memória e o culto aos heróis patronos os tornam guias e modelos que representam o ideal de militar e de “miliciano das araucárias”, encarnações perfeitas do “espírito militar”.

A história que a instituição policial militar construiu para si, expressa nas solenidades e nas obras publicadas no final do século XX, é caracterizada pela afirmação de uma identidade de militar. O combate é central na construção das narrativas, enquanto a identidade de policial figura em segundo plano.

Portanto, a identidade de policial militar só pode existir encarnada em corpos masculinos e em corpos simbólicos – os heróis. Com a criação da Polícia Feminina, a instituição iniciou a constituição de uma identidade para a Policial Feminina e de um espaço feminino dentro da instituição masculina.

## CAPÍTULO 2

### VESTIR A FARDA: A CONSTITUIÇÃO DA POLÍCIA FEMININA E A INCORPORAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Ao ingressar em uma instituição militar, os homens e as mulheres tornam-se herdeiros de uma identidade institucional – uma identidade coletiva – que consiste em uma fantasia, pois, como afirmam Joan Scott<sup>135</sup> e Stuart Hall<sup>136</sup>, é uma construção histórica que transcende as identidades contraditórias e constitui uma ideia de homogeneidade. As solenidades militares e as narrativas sobre a história institucional e sobre os seus heróis são construtoras dessa identidade institucional, que é apresentada como unificada e vinculada a uma tradição. Uma identidade caracterizada por um ideal de masculinidade.

Os mecanismos de incorporação dessa herança identitária adotados pela instituição são as solenidades, construções simbólicas que representam a ordem do espaço institucional, os códigos balizados pela hierarquia, a disciplina e a educação. Considerando as colocações de Pierre Bourdieu, esses mecanismos são utilizados para objetivação e incorporação da identidade, que está relacionada à função desempenhada. Dessa forma, ao vestir a farda, “o seu corpo, em que está inscrita uma história, casa-se com a sua função, quer dizer, uma história, uma tradição, que ele nunca viu senão encarnada em corpos, ou melhor, nessas vestes habitadas por um certo *habitus*”.<sup>137</sup>

O *habitus*, entendido a partir de Bourdieu, é uma herança que orienta as escolhas, o comportamento e a posição “de um agente em ação”.<sup>138</sup> É uma história atualizada e assumida por agentes, “uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história.”<sup>139</sup> Um princípio que gera diferenças e unifica,

---

<sup>135</sup> SCOTT, J. W. *op cit*, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>. Acesso em: 4 fev 2009.

<sup>136</sup> HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>137</sup> BOURDIEU, *op cit*, 1998, p.88.

<sup>138</sup> BOURDIEU, *Op cit*, 1998, p.61.

<sup>139</sup> BOURDIEU *Op cit*, 1998, p.83.



constituindo um conjunto identificador e diferenciador dos agentes e da instituição, estabelecendo uma ordem simbólica.

A incorporação dessa herança identificadora da instituição pelo agente é o processo de construção de um “novo ser social” e se dá de forma diferente entre os agentes, pois depende dos outros *habitus* incorporados por aquele que veste a farda e do poder advindo da sua função na hierarquia institucional. Quanto mais poder um agente tiver dentro da instituição (poder hierárquico), maior será o seu capital simbólico.<sup>140</sup>

Na Polícia Militar do Estado do Paraná, o capital simbólico está vinculado ao ideal de masculinidade. Quando ingressaram na instituição policial militar, as mulheres eram os agentes que detinham menor capital simbólico, pois passaram a ser parte de um espaço construtor e identificador desse ideal de masculinidade. Considerando as afirmações de Pierre Bourdieu, a partir daquele momento as mulheres também se tornaram herdeiras do sistema simbólico institucional. Todavia, por serem possuidoras de um corpo cujas diferenças biológicas levavam a uma construção de significações sociais identificadoras do feminino que não corresponde ao corpo dos agentes que historicamente incorporam o sistema simbólico institucional, o resultado veio a ser uma contradição entre a herança, construtora da identidade institucional, e o herdeiro, que fala e age em nome da instituição, “de modo a dar um corpo biológico a um corpo constituído”<sup>141</sup>.

A identidade instituída nos textos das leis e diretrizes, bem como na linguagem da organização institucional, deveria inscrever-se nos corpos pelo *habitus*. Para Pierre Bourdieu, a construção das identidades é relacional e ocorre no espaço social e a partir do *habitus*. Segundo o autor, o espaço social é construído e é construtor de um sistema simbólico que dá significação às práticas e aos símbolos que são incorporados e identificam as pessoas pertencentes a ele, bem como é identificado por eles.<sup>142</sup> Os significados das práticas de uma instituição só são percebidos a partir da análise do sistema simbólico que dá significação à realidade

<sup>140</sup> “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. [...] Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é concebido através das categorias de percepção, na estrutura da distribuição desse tipo de capital [...]”. BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996, p.107.

<sup>141</sup> BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998, p.83.

<sup>142</sup> BOURDIEU, *op cit*, 1998, p. 92-95.

institucional. Esse sistema é reproduzido a partir da ação pedagógica, uma forma de violência simbólica que tem como objetivo impor um conjunto de significações identificadoras da cultura daqueles que a praticam e a mantêm.<sup>143</sup>

O espaço institucional Polícia Militar do Estado do Paraná como uma construção simbólica que constitui divisões de gênero é central neste capítulo. A instituição será problematizada como um espaço que institui diferenças de gênero a partir da linguagem simbólica institucional, que é constituinte de discursos e de identidades<sup>144</sup>. Um espaço social que reafirma uma construção histórica de divisão entre o masculino e o feminino.

O espaço social, conforme afirmações de Pierre Bourdieu, é uma construção histórica cujas particularidades estão nas diferentes “histórias coletivas”.<sup>145</sup> A diferença, prossegue o autor,

[...] está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou distanciamento e, também por relações de ordem, como acima, abaixo e entre [...].<sup>146</sup>

É no espaço que se definem os iguais e os diferentes. Constituído pelo movimento, como aponta Michel de Certeau, o espaço se forma na experiência, na ação “de sujeitos históricos”.<sup>147</sup> Desse modo, a Polícia Militar do Estado do Paraná caracteriza-se como um espaço que se estabelece pelas relações internas fundadas na tradição, na hierarquia e na disciplina, e pelas relações de poder da instituição com outros espaços.

Para a construção deste capítulo, foram selecionados documentos vinculados à instituição policial e ao processo de construção de um espaço feminino em uma instituição masculina.

Entre as fontes selecionadas, estão leis estaduais e federais, a legislação da Polícia Militar (Diretriz, Portarias e Currículos dos Cursos de Formação), os ofícios, a

<sup>143</sup> BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para a teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992, p.22-23.

<sup>144</sup> SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.1, p.11-30, jan./abr. 2005.

<sup>145</sup> BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996, p.15.

<sup>146</sup> BOURDIEU, *op cit*, 1996, p.18-19.

<sup>147</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.202-203.

legislação da IGPM<sup>148</sup> (Inspetoria Geral das Polícias Militares) e do Exército, bem como dados estatísticos com informações sobre o quadro de Soldados da Polícia Militar. A análise dessas fontes, que ordenam o espaço institucional e que constituem uma identidade de gênero para a Polícia Militar, bem como vinculam-se à constituição das identidades dos agentes, possibilita problematizar o espaço institucional como construtor e reproduzidor de diferenças entre as masculinidades e entre o masculino e o feminino.

Os dados quantitativos possibilitam identificar as divisões de gênero com relação às posições ocupadas por homens e mulheres na hierarquia, assim como a diferença quantitativa entre os gêneros. Os números são importantes para a observação do domínio do espaço e, dessa forma, para a manutenção de uma identidade institucional masculina. A comparação entre os números referentes aos homens e às mulheres permite a visualização das construções históricas dos espaços ocupados por ambos os gêneros na instituição, reproduzindo as divisões construídas ao longo do tempo em outros espaços sociais. Considerando-se que os agentes como menos capital simbólico no espaço institucional são as mulheres, deixar-se inscrever pela linguagem da instituição é um processo fundamental para que sejam reconhecidas como policiais e acumulem capital simbólico no espaço institucional.

## 2.1 O PODER NO ESPAÇO INSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA DA POLÍCIA MILITAR E DA POLÍCIA FEMININA

Na segunda metade da década de 1970, a Polícia Militar do Paraná passou por um processo de reorganização que está vinculado ao processo de “modernização” do Estado do Paraná<sup>149</sup>, discurso que está articulado ao Governo Federal dentro do processo de “abertura política” que se iniciou no ano de 1974, com a distensão. A Polícia Militar, seguindo as diretrizes dadas pela IGPM

<sup>148</sup> Órgão do Governo Federal subordinado ao Ministério do Exército até a década de 1990.

<sup>149</sup> OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000. MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. CANÇADO, A. **Majestades da Cidade Princesa**: concurso rainha da soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980). Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/15963>>. Acesso em 10 ago 2010. MOREIRA, R. “**Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope**”: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

(Inspetoria Geral das Polícias Militares) e do Governo do Estado do Paraná, alterou o organograma institucional, o currículo e o quadro de efetivo.

A relação entre esse discurso de “modernização” e o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná é defendida por Rosemeri Moreira<sup>150</sup>, bem como por Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musemeci,<sup>151</sup> em estudo sobre o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Rio de Janeiro, e por Monica Carvalho Alves Cappelle,<sup>152</sup> ao estudar a Polícia Feminina em Minas Gerais. Outra característica desse processo observada pelas pesquisadoras é a humanização das Polícias Militares.

No Paraná, a criação da Polícia Militar Feminina é justificada pelo discurso de “modernização” da instituição e do Estado, evidenciado principalmente pelos projetos de urbanização da cidade de Curitiba, que foi objeto de estudo de Dennison de Oliveira.<sup>153</sup> Conforme apontou o Comandante Geral, a utilização do policiamento feminino pela “Corporação [...] racionalizará e humanizará diversas atividades da Força, [...]”<sup>154</sup> modificando a imagem da instituição.

A preocupação com a imagem da Polícia Militar do Paraná surgiu no comando do Cel. César Tasso Saldanha Lemos (1974- 1976), Oficial do Exército e ex-instrutor da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras).<sup>155</sup> Nesse período, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizou uma pesquisa no Estado para coletar informações sobre a imagem da instituição policial. O resultado final, apresentado em 1976, indicou que 95% da população estavam satisfeita com a atuação da Polícia Militar.<sup>156</sup> Todavia, é necessário considerar que a pesquisa foi feita no período da Ditadura e tinha como objeto um dos órgãos repressores do Estado, portanto esses dados precisam ser relativizados. Os resultados da pesquisa foram divulgados no Boletim da 5.<sup>a</sup> seção (Relações Públicas) da Polícia Militar, que visava orientar os policiais para alterar a imagem da instituição diante das pessoas que lhe eram externas. Esse informativo, criado no ano de 1976, publicou, entre

<sup>150</sup> MOREIRA, R. “**Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope**”: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

<sup>151</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L. *op cit*, 2005.

<sup>152</sup> CAPPELLE, *op cit*, 2006, p. 165-168.

<sup>153</sup> OLIVEIRA, *op cit*, 2000.

<sup>154</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim geral especial**, n. 3. Curitiba, 21 jun. 1977.

<sup>155</sup> MOREIRA, *op cit*, 2007.

<sup>156</sup> DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Pesquisa**: imagem da polícia. Curitiba: UFPR/SESP, 1976.

outras notícias, orientações sobre a relação entre polícia e população, sobre a aparência dos policiais – cuidados com a farda, o cabelo e a barba, bem como com a questão moral e disciplinar – e informações sobre a polícia feminina.<sup>157</sup>

Modernizar a Polícia Militar e melhorar sua imagem são realizações dos comandantes no final da década de 1970 para justificar as mudanças na organização institucional. Em discursos dos anos de 1977 e 1978, o Comandante Geral, que criou a Polícia Feminina, afirmou que um Estado onde o Governador “entendeu o valor do componente SEGURANÇA [maiúsculas no original], do binômio Desenvolvimento e Segurança [...]”<sup>158</sup> e que possui um “alto grau de desenvolvimento [...] nos setores econômico e social” precisa de uma Polícia Militar “equipada” e “modernizada”.<sup>159</sup> Como parte da construção desse processo, foi apresentado um projeto para reorganizar a instituição. Segundo o Comandante, as alterações eram necessárias, pois a “legislação vigente num país que se dirige para o pleno desenvolvimento modernizou-se e a Polícia Militar acompanhou esse desenvolvimento.”<sup>160</sup>

Entre os resultados dessa reorganização, estão: a Lei de Organizações Básicas da Polícia Militar, que reestruturou a instituição e estava articulada à Lei de Reforma Administrativa do Estado;<sup>161</sup> a criação da “unidade da Polícia Feminina”; e a proposta de convênio com a UFPR “para a instituição do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros-Militares, providência pioneira em todo o País”.<sup>162</sup> Essas mudanças, segundo apontou o Comandante Geral, colocaram a Polícia Militar do Estado do Paraná “na vanguarda dos acontecimentos [...]”,<sup>163</sup> reafirmando a memória coletiva da instituição, que a identifica como participante do progresso da Nação.<sup>164</sup>

Com relação à inclusão de mulheres na Polícia Militar do Paraná, é preciso considerar, além do processo de reorganização da instituição, as modificações políticas da década de 1970 concernentes às questões de gênero e ao início do

<sup>157</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. A 5ª Seção Informa. [s.d]

<sup>158</sup> POLÍCIA... *op cit.*, **Boletim Especial**, n. 3. Curitiba, 21 de junho de 1977.

<sup>159</sup> POLÍCIA, ..., *op cit.* A 5ª Seção Informa. [s/d].

<sup>160</sup> *Loc cit.*

<sup>161</sup> *Loc cit.*

<sup>162</sup> POLÍCIA, ..., *op cit.*, **Boletim Especial**, n. 3, 1977.

<sup>163</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Especial**. Curitiba, 10 ago. 1978.

<sup>164</sup> No ano de 1976, também foi alterada a sigla que identificava a Polícia Militar do Estado do Paraná de PMEP para PMPR, mais um indicativo da preocupação com modificar a imagem da instituição, já que as polícias militares são geralmente identificadas pela sigla.

processo de distensão política no Brasil.<sup>165</sup> Nessa década, a ONU passou a defender políticas de proteção aos direitos das mulheres. Com a intervenção das Nações Unidas nas políticas de gênero, o Governo Geisel (1974-1979) iniciou ações governamentais que, segundo Sonia Alvarez, visavam à diminuição das desigualdades de gênero “e permitiu que as mulheres brasileiras organizassem encontros, conferências e passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher”.<sup>166</sup> No entanto, afirma Fanny Tabak, “os regimes autoritários sempre consideram as mulheres como reprodutoras dos valores tradicionais e conservadores, enfatizando seu papel na família como socializadoras das novas gerações.”<sup>167</sup>

Em um período de mudanças nas políticas de gênero em âmbitos nacional e internacional, a Escola Superior de Guerra via as mulheres como principais responsáveis pela permanência da família – que era identificada como uma das instituições básicas da sociedade –, assim como pela manutenção da tradição e pela transmissão da moral e dos bons costumes. O trabalho das mulheres fora de casa, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, “contribui para enfraquecer a coesão familiar.”<sup>168</sup> Trata-se de uma concepção conservadora do papel das mulheres na sociedade, conforme as afirmações de Fanny Tabak<sup>169</sup> e de Lucia Maciel Barbosa de Oliveira<sup>170</sup>.

É nesse contexto marcado pela organização do movimento feminista brasileiro<sup>171</sup>, das políticas de gênero das Nações Unidas, de abertura política no Estado brasileiro – mas com um governo federal alinhado com um discurso conservador da Escola Superior de Guerra, sobre a mulher – e de reorganização do aparato burocrático do Estado do Paraná e da sua Polícia Militar que ingressam as

<sup>165</sup> Para Maria José de Rezende, “[...] os anos de 1975 e 1976 podem ser considerados como um marco importante no processo de distensão política. Também, naquele momento, o grupo de poder da ditadura buscava legitimidade para as suas ações, estratégias e medidas através de seu pretenso ideário de democracia do qual o regime militar se autodenominava, desde o início, propulsor.” REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001, p.174.

<sup>166</sup> ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.315-380, p.327.

<sup>167</sup> TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983, p.71.

<sup>168</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1975, p.399.

<sup>169</sup> ESCOLA SUPERIOR, *Op cit*, 1975, p. 399.

<sup>170</sup> OLIVEIRA, L. M. B. de. **“Nossos comerciais, por favor!”: a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p.20.

<sup>171</sup> PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

primeiras mulheres na instituição policial militar. Esse fato é uma contradição, que indica que o posicionamento do Governo Federal no final dos anos 1970, no que se refere às questões de gênero, é contraditório.

O ingresso de mulheres na Polícia Militar foi possibilitado pelo contexto, que favoreceu as ideias “inovadoras” do Coronel César Tasso Saldanha Lemos e contribuiu para a abertura da primeira turma. Sendo o Coronel um Oficial do Exército, seu projeto de criação da Polícia Feminina é um indicativo da inexistência de um discurso e de um posicionamento heterogêneos dentro das Forças Armadas, no que tange às questões de gênero.

A reorganização da Polícia Militar, que se iniciou no ano de 1975, foi a primeira modificação na instituição proposta pelo Coronel. Porém, considerando as afirmações de Pierre Bourdieu sobre o poder do Estado, um dos seus poderes principais é o de “produzir e impor [...] as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo [...]”,<sup>172</sup> e sendo a Polícia Militar um organismo do Estado, a construção de espaço para a Polícia Feminina manteve a ordem estabelecida dentro da instituição. Essa ordem expressa as categorias do pensamento que orientam as políticas do Estado do Paraná e do Governo Federal, que contribuem para a construção de identidades e hierarquias de gênero.

A legislação é um dos mecanismos produtores de categorias de pensamento que ordenam os espaços de poder, definindo os sujeitos que devem ocupar esses espaços. A reorganização da Polícia Militar do Estado do Paraná é um processo de definição dos espaços de poder institucional. No ano de 1976, com a publicação da Lei de Organização da Polícia Militar do Estado do Paraná<sup>173</sup>, ficou definido, a partir do que determina a legislação federal,<sup>174</sup> que a Polícia Militar é “força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, [...], destinada à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná.”<sup>175</sup>

O texto da lei definiu as funções da Polícia Militar e a sua organização disciplinar e hierárquica, que tem como modelo o Exército brasileiro, ao qual será subordinada em caso de necessidade de defesa territorial. Nota-se que o capital simbólico da Polícia Militar foi herdado do Exército. Sendo assim, a sua identidade é

---

<sup>172</sup> BOURDIEU, P. **Razões práticas...** *op cit*, 1996, p.91.

<sup>173</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 6.774**, Lei de Organização Básica (LOB). Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

<sup>174</sup> BRASIL. **Decreto-Lei n. 667**, Brasília, 2 de julho de 1969.

<sup>175</sup> ESTADO... **Lei n. 6.774**. *op cit*, 1976. art. 1º.

constituída em relação a essa herança simbólica, que é expressa nos textos das leis.

Essa legislação de meados da década de 1970 reafirma o disposto na legislação federal do ano de 1969 e manteve a mesma organização hierárquica. Conforme essa legislação, a ordem hierárquica da Polícia Militar é composta pelos Oficiais, pelas Praças Especiais e pelas Praças, sendo a todos os graus hierárquicos acrescidos da designação PM.

QUADRO 1 - HIERARQUIA DA POLÍCIA MILITAR

OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR	PRAÇAS ESPECIAIS DE POLÍCIA MILITAR	PRAÇAS DE POLÍCIA MILITAR
1. Coronel	8. Aspirante a Oficial	10. Subtenente
2. Ten. Coronel	9. Aluno Oficial	11. 1.º Sargento
4. Major		12. 2.º Sargento
5. Capitão		13. 3.º Sargento
6. 1.º Tenente		14. Cabo
7. 2.º Tenente		15. Soldado <sup>176</sup>

FONTE: BRASIL. Decreto-Lei n. 667/69.

Essa organização hierárquica, dividida em três ordens, define o capital simbólico dos agentes de acordo com sua posição na hierarquia. No topo estão os Oficiais; abaixo, estão as Praças Especiais; por último, as Praças. Cada ordem é composta pelos graus hierárquicos citados no quadro 1. Porém, o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná do ano de 1954, e que permanece em vigor até os dias atuais, estabelece que além dessa divisão há a separação entre os combatentes – quadro de policiais treinados para atuarem no policiamento ostensivo – e não combatentes – policiais dos quadros de saúde, de manutenção, de música e outros, bem como as ordens são subdivididas em círculos hierárquicos. Essa organização do poder institucional produz uma hierarquia entre agentes de um mesmo grau hierárquico. Considerando que a tradição institucional se constitui de uma memória que cultua a luta em defesa da pátria e a legislação define como competência da Polícia Militar a repressão e a manutenção da ordem, os agentes combatentes são os que possuem mais capital simbólico.

<sup>176</sup> BRASIL. *op cit*, **Decreto-Lei n. 667**, Brasília, 2 de julho de 1969. Define que as polícias podem adotar divisões em até duas classes para os soldados. Na Polícia Militar do Paraná, existem duas: a dos Soldados de Primeira Classe, formada pelos soldados que concluíram o Curso de Formação de Soldados; e a dos Soldados de Segunda Classe, composta pelos soldados que não concluíram o Curso de Formação.



QUADRO 2 - ORDEM HIERÁRQUICA DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR E OS SEUS CÍRCULOS MILITARES

OFICIAIS COMBATENTES		OFICIAIS NÃO COMBATENTES		ASPIRANTES A OFICIAL
1. Coronel	Oficias Superiores	1. Coronel	Oficias Superiores	8.Aspirantes a Oficial <sup>(1)</sup>
2. Ten. Coronel		2. Ten. Coronel		
4. Major		4. Major		
5. Capitão		5. Capitão		
6. 1.º Tenente	Oficiais Subalternos	6. 1.º Tenente	Oficiais Subalternos	
7. 2.º Tenente		7. 2.º Tenente		

FONTES: PARANÁ. Lei n. 1.943/54; PARANÁ. Decreto n. 9.060/49. (RISG)

(1) Os Aspirantes a Oficial são Praças especiais e fazem parte do círculo dos Oficiais Subalternos.

A divisão em círculos é uma característica da hierarquia do Exército. Entre os Oficiais, há três círculos: o dos Oficiais Superiores (Coronel, Tenente-Coronel e Major); o dos Capitães; o dos Oficiais Subalternos (1.º Tenente e 2.º Tenente). Com relação à posição dos Aspirantes a Oficial e à dos Alunos da Escola de Oficiais, o Regulamento Interno de Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, cuja estrutura do documento é igual à do Exército,<sup>177</sup> define que eles são parte do círculo dos Oficiais Subalternos. Seguindo a ordem estabelecida pelos regulamentos os círculos e a separação entre combatente e não combate, são divisões que definem as relações entre iguais e diferentes na instituição policial militar do Paraná.<sup>178</sup>

QUADRO 3 - ORDEM HIERÁRQUICA DAS PRAÇAS POLÍCIA MILITAR E OS SEUS CÍRCULOS MILITARES

PRAÇAS COMBATENTES		PRAÇAS NÃO COMBATENTES	
9. Subtenente	Subtenentes e Sargentos	9. Subtenente	Subtenentes e Sargentos
10. 1.º Sargento		10. 1.º Sargento	
11. 2.º Sargento		11. 2.º Sargento	
12. 3.º Sargento		12. 3.º Sargento	
13. Cabo	Cabos e Soldados	13. Cabo	Cabos e Soldados
14. Soldado		14. Soldado	

FONTES: PARANÁ. Lei n. 1.943/1954. PARANÁ. Decreto n. 9.060/1949. (RISG)

<sup>177</sup> BRASIL. **Decreto n. 42.018**, Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), Exército. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1957, Capítulo 28.

<sup>178</sup> ESTADO... *op cit.* **Decreto n. 9.060**, Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG). Curitiba, 1.º de dezembro de 1949. O art. 331 do decreto divide os graus hierárquicos em cinco círculos, que são o de Oficiais Superiores; o de Capitães; o de Oficiais Subalternos e Aspirantes a Oficial; o de Subtenentes e Sargentos; e o de Cabos e Soldados.

Os círculos, conforme afirma Piero de Camargo Leiner, são incorporados e ordenam as relações estabelecidas entre os militares e as divisões dos ambientes do quartel – “salas, refeitórios, banheiros”<sup>179</sup>. Militares de círculos diferentes não podem compartilhar os mesmos espaços, pois a ordem é estabelecida a partir do poder incorporado em cada grau hierárquico. Esse ordenamento simbólico do poder produz distintas identificações entre os agentes institucionais.

A posição de cada agente na ordem hierárquica é determinante do seu poder no espaço institucional, um poder identificado pelos signos, que estão no fardamento do policial militar e que emitem uma mensagem que é decifrada por aqueles que conhecem o seu significado.<sup>180</sup> O conhecimento e o reconhecimento da ordem simbólica definidora e ordenadora do poder no espaço institucional são fundamentais para assumir uma posição na ordem institucional, uma estrutura hierárquica e simbólica, definida por leis do Estado do Paraná e por leis federais as quais permanecem inalteradas até os dias atuais, e que define a imposição de uma disciplina institucional – baseada na submissão à hierarquia, nas normas da instituição e nas leis.

A disciplina e a hierarquia são comuns, conforme afirma Pierre Bourdieu, a “todas as instituições totais, pelos quais o aparelho, ou os que o dominam, impõem a disciplina [...], com a cumplicidade daqueles cujos interesses servem, tendem a assegurar a reprodução das instituições e das suas hierarquias”.<sup>181</sup> A partir da legislação o Estado, mantém os mecanismos de reprodução das relações hierárquicas e disciplinares, permitindo aos policiais militares agirem em nome do organismo policial e do Estado para defender a ordem pública. Um conjunto de homens que age em nome da instituição, como se fosse um só,<sup>182</sup> criando uma unidade que tende a ocultar as diferenças de poder que se constituem na ordem hierárquica e as diversas identidades que se constituem nessa ordem.

As principais divisões que ordenavam o espaço institucional até a década de 1980 eram a de Oficiais e Praças e a de Combatentes e Não Combatentes. Essas divisões engendram diferentes relações de poder entre os agentes, bem como diferentes masculinidades. Vale lembrar que a masculinidade hegemônica que

<sup>179</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p.75.

<sup>180</sup> Ver: BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. p.203-204. BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 29-48.

<sup>181</sup> BOURDIEU, *op cit.* **O poder simbólico**, 1998, p.199.

<sup>182</sup> BOURDIEU, *op cit.* **O poder simbólico**, 1998, p.200.

constitui a identidade institucional unifica as diferenças que compõem as masculinidades de cada círculo, ao identificar todos os agentes como militar, porém, ao coloca no alto comando representantes dos Combatentes, estabelece outra hierarquia entre as masculinidades.

O fato de pertencer ao grupo dos Combatentes significa possuir maior poder simbólico dentro da instituição, pois culturalmente o espaço do combate pertence aos fortes e corajosos, o que corresponde ao modelo ideal de masculinidade da instituição. Na Grécia Antiga, conforme afirmações de Richard Sennett, apesar das diferenças entre Atenas e Esparta no que diz respeito ao ideal de guerreiro, a força física é significador desse ideal nas duas sociedades.<sup>183</sup> “Em Atenas, o adestramento dos corpos juvenis tinha múltiplas finalidades, que transcendiam a força bruta”, no entanto, afirma o autor, “um rapaz forte obviamente tornava-se um bom guerreiro”.<sup>184</sup> Esse ideal do Combatente (o guerreiro) como aquele que possui mais força tende a ser reproduzido nas comemorações institucionais da Polícia Militar, naturalizando a força como um indicativo de poder e como pertencente ao sexo masculino.

O processo de reorganização da Polícia Militar do Estado do Paraná no fim dos anos de 1970 não alterou esses círculos de poder e a disciplina, mas modificou o organograma institucional e estabeleceu novas modalidades de policiamento.<sup>185</sup> O novo organograma foi apresentado no anteprojeto de reorganização, que o Governador Jayme Canet Júnior encaminhou em 8 de junho de 1976 ao General da 5.<sup>a</sup> Região Militar para a “apreciação [...] quanto à localização das unidades das policiais militares.”<sup>186</sup> O organograma representa a organização da estrutura de poder na instituição, e alterações nessa representação indicam mudanças no espaço de poder institucional. A criação de novos lugares de poder gera novas relações de subordinação.

<sup>183</sup> SENNET, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

<sup>184</sup> SENNET, *op cit*, 2008, p.46.

<sup>185</sup> Entre os anos de 1977 e 1979, foram implantados o projeto de Polícia Feminina; o projeto Patrulha Escolar de Segurança, em novembro de 1979; e o Sistema de Modular de Policiamento, com a inauguração do primeiro Posto Policial de Socorro Familiar, em 29 de março de 1980, no dia do aniversário de Curitiba. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim** n. 214. Curitiba, 13 de novembro de 1979. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 219. Curitiba, 22 de novembro de 1979. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 068. Curitiba, 10 de abril de 1980.

<sup>186</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 995/76**. Curitiba, 8 de junho de 1976. (Arquivo da 1.<sup>a</sup> Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná, v.29, p.109-112.).

A criação de dois comandos de policiamento – o da Capital, com jurisdição sobre a área de Curitiba, e o do Interior, com jurisdição sobre o restante do território do Estado – instituiu novos lugares de poder, o do Comandante do Comando do Policiamento do Interior e o do Comandante do Comandando do Policiamento da Capital. Além disso, são criados Batalhões<sup>187</sup> em Campo Mourão e Apucarana, bem como Companhias<sup>188</sup> Independentes na Lapa, em União da Vitória, em Guarapuava e em Foz do Iguaçu, conforme anteprojeto do ano de 1976, encaminhado pelo Governador.<sup>189</sup>

Nesse mesmo ano, o Comando Geral encaminhou à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) um projeto de criação da Polícia Feminina.<sup>190</sup> Após a análise, as considerações e a aprovação do órgão federal<sup>191</sup>, o documento retornou ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e foi encaminhado ao Secretário de Segurança Pública, para que o Governo do Estado analisasse o anteprojeto de criação do Pelotão<sup>192</sup> de Polícia Feminina. Esses documentos foram acompanhados de um ofício, no qual o Comando Geral solicita a análise do Poder Executivo e informa que cabe ao Governador do Estado a criação dessa organização policial, “após ouvidos os órgãos federais competentes”<sup>193</sup>. O trâmite desse anteprojeto traça as relações de poder entre as instituições envolvidas no processo de criação da unidade feminina no Paraná e indica quem estava autorizado a criar um novo grupo e a definir o seu poder.

Com a criação dessas novas unidades de policiamento e a definição dos órgãos administrativos, no ano de 1977 foi redefinida a estrutura da Polícia Militar do

<sup>187</sup> Batalhão: “unidade militares que compreendem várias Companhias”. SILVA, Marco A. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003, p.26.

<sup>188</sup> Companhia: “unidade militar, comandada em princípio por um capitão e composta de quatro pelotões, compreendendo de 100 a 200 homens.” SILVA, *op cit*, 2003, p.43.

<sup>189</sup> ESTADO... *op cit*. **Ofício n. 995/76**. Curitiba, 8 de junho de 1976. Anteprojeto de reorganização da Polícia Militar do Paraná. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná, v. 29, p.109-112.).

<sup>190</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 31**. Curitiba, 3 de dezembro de 1976. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>191</sup> INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES. **Ofício n. 12**. Brasília, 31 de janeiro de 1977. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>192</sup> Pelotão: “pequena unidade elementar constitutiva das organizações militares e em geral comandada por um tenente. Em média, um pelotão é composto por 30 homens”. SILVA, Marco A. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003, p.112.

<sup>193</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 273**. Curitiba, 7 de março de 1977. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).



com a criação de novos batalhões, companhias e pelotões, porém a estrutura organizacional não foi alterada. Foi modificado o poder simbólico das unidades e de seus comandantes com a instituição das companhias em batalhões e dos pelotões em companhias.

A inclusão do Pelotão de Polícia Feminina como órgão de execução no organograma de 1977<sup>196</sup> não significou uma alteração imediata em todas as leis da Polícia Militar para incluir as mulheres como agentes da instituição. As mudanças ocorreram ao longo dos anos, mas nunca foram concluídas. O descompasso entre o teor dos textos das leis e a presença de mulheres na Corporação permanece até os dias atuais, pois, segundo os textos das leis do ano de 1949 e do ano de 1954, só homens poderiam ingressar na Polícia Militar. A legislação de 1949 afirma que, para se alistar, é necessário ser “brasileiro nato” e satisfazer os requisitos prescritos:

- a) estar quite com o serviço militar;
  - b) ser solteiro e não ser arrimo de família;
  - c) ser alfabetizado, pelo menos;
  - d) ter comprovada moralidade;
  - e) ter a precisa robustez física, verificada em inspeção de saúde, feita no Serviço de Saúde da Corporação;
  - f) ter no máximo 28 anos de idade. [...]
- Art. 321 – Não poderá servir na Polícia Militar quem tiver perdido os direitos de cidadão brasileiro ou quem tenha sido condenado por crime que o incompatibilize com serviço nas Forças Armadas, ou que, praticado por militar, importe expulsão do serviço.<sup>197</sup>

Em 1954, foi publicado o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, que passou por alterações ao longo dos anos, porém não foi modificado o texto que se refere ao ingresso na Instituição. Conforme afirma o texto da Lei,

---

13.º Batalhão de Polícia Militar – 13.º BPM; Batalhão de Trânsito – BPTran; Batalhão de Guarda – BPGd; Companhia de Polícia de Choque – Cia PChq; Pelotão de Polícia Feminina – Pel PFem), e ao Comando de Policiamento do Interior – CPI, com sedes no interior do Estado (1.º Batalhão de Polícia Militar – 1.º BPM, Ponta Grossa; 2.º Batalhão de Polícia Militar – 2.º BPM, Jacarezinho; 3.º Batalhão de Polícia Militar – 3.º BPM, Pato Branco; 4.º Batalhão de Polícia Militar – 4.º BPM, Maringá; 5.º Batalhão de Polícia Militar – 5.º BPM, Londrina; 6.º Batalhão de Polícia Militar – 6.º BPM, Cascavel; 7.º Batalhão de Polícia Militar – 7.º BPM, Cruzeiro do Oeste; 8.º Batalhão de Polícia Militar – 8.º BPM, Paranavaí; 9.º Batalhão de Polícia Militar – 9.º BPM, em Paranaguá, 10.º Batalhão de Polícia Militar – 10.º BPM, Apucarana; 11.º Batalhão de Polícia Militar – 11.º BPM, Campo Mourão; 1.ª Companhia Independente de Polícia Militar – 1.ª Cia Ind PM, Lapa; 2.ª Companhia Independente de Polícia Militar – 2.ª Cia Ind PM, União da Vitória; 3.ª Companhia Independente de Polícia Militar – 3.ª Cia Ind PM, Guarapuava; 4.ª Companhia Independente de Polícia Militar – 4.ª Cia Ind PM, Foz do Iguaçu) e na Capital (Batalhão de Polícia Rodoviária – B P Rv; Batalhão de Polícia Florestal – B P Flo).

<sup>196</sup> ESTADO... *op cit.* **Decreto n. 3.239**. Curitiba, 8 de janeiro de 1977.

<sup>197</sup> ESTADO... *op cit.* **Decreto n. 9.060**, 1949. Art. 319 e 321.

[...] os diferentes postos da hierarquia da Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20. O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) como oficial não combatente;
- b) como soldado; e
- c) como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes.

Art. 21. São condições para o ingresso:

- I - como oficial não combatente:
  - aprovação em concurso;
- II - como soldado:
  - a) ser brasileiro nato;
  - b) ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região;
  - c) ser alfabetizado;<sup>198</sup>
  - d) ter comprovada moralidade;
  - e) ter capacidade física comprovada pelo Serviço de Saúde da Corporação;
  - e
  - f) ter no máximo 30 anos de idade.
- III - como aluno do CFO:
- [...]

Art. 22. O ingresso nos quadros de oficiais das armas e dos serviços só é permitido nos postos iniciais das respectivas escalas hierárquicas.<sup>199</sup>

Entre os anos de 1949 e 1954, ocorreram algumas alterações com relação ao alistamento. Todavia, considerando os textos das leis, o ingresso continuou restrito ao sexo masculino. Os textos exigiam dos componentes serem alistados no Serviço Militar obrigatório, fato que excluía as mulheres. No ano de 1986, o Governador do Estado do Paraná autorizou modificar os requisitos para recrutamento de pessoal, conforme afirma a Diretriz n. 004 do ano de 1987, que definiu as novas regras para inclusão como soldado.

Ser Brasileiro (a); estar quite com o Serviço Militar, se homem; ter altura mínima de 1,65 m, se homem, e 1,60 m, se mulher; ter no máximo 30 (trinta) anos de idade; possuir escolaridade equivalente ao 1º grau; ser aprovado no exame de escolaridade; ser considerado apto através de: Teste Psicotécnico, Exame de Saúde, e Teste de Aptidão Física.<sup>200</sup>

A Diretriz referencia as leis estaduais citadas anteriormente, porém não cita a legislação da Polícia Feminina. Legalmente, os textos deveriam ter sido alterados na década de 1970, quando incluíram as primeiras mulheres. Porém, passados mais

<sup>198</sup> Alterado pelo art. 1.º do Decreto n. 1.029, de 23 de dezembro de 1991, o ingresso na Polícia Militar dar-se-á com a comprovação de conclusão do 2.º Grau, exceto para os cargos que se exige Nível Superior.

<sup>199</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 1.943**, Código da Polícia Militar do Estado do Paraná. Curitiba, 23 de junho de 1954.

<sup>200</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz nº 004/87**. Curitiba, 25 de maio de 1987. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

de 30 anos do ingresso das mulheres, os textos das leis permaneceram os mesmos. A permanência desses artigos é indicativa da “naturalização”, apropriando-se de Pierre Bourdieu, do espaço da Polícia Militar como pertencente a homens; a experiência e a construção discursiva sobre a história da instituição legitimam o texto das leis, que parecem naturais aos olhos daqueles que detêm o poder institucional – a Polícia Militar do Estado do Paraná é um espaço de homens.

O poder simbólico institucional é reconhecido como pertencente aos homens. O processo de inclusão de mulheres nesse espaço de homens, entre os anos de 1976 e 2000, foi marcado por um descompasso entre o disposto pela legislação e as práticas. Um ano antes de a Inspetoria Geral das Polícias Militares publicar o documento que autorizava a criação de unidades de Polícia Feminina<sup>201</sup> nas Polícias Militares Brasileiras, o Governo do Estado do Paraná previa a criação de uma unidade de Polícia Feminina no texto da Lei de Organizações Básicas.<sup>202</sup> Observando-se as datas de publicação dessa legislação – Portaria n. 027 do ano de 1977 e Lei de Organizações Básicas do ano de 1976 –, conclui-se que a legislação do Paraná é anterior à federal, o que confirma a legislação paranaense na vanguarda, bem como indica que o Estado não obedeceu à hierarquia, pois a legislação federal deveria ser anterior à estadual. Fato que é confirmado pela análise do ofício que o órgão federal enviou ao Comandante Geral, a partir da qual se conclui que o projeto de criação do Pelotão de Polícia Feminina foi encaminhado para Brasília no final do ano de 1976 ou no início de 1977.<sup>203</sup>

No ano de 1976, iniciou-se a construção de normas para a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Paraná e para definição das atividades que seriam realizadas pelas policiais femininas do Pelotão de Polícia Feminina, criado no dia 19 de abril de 1977.<sup>204</sup> Conforme observado na legislação que define as condições para ingressar na instituição, a admissão de mulheres não resultou em uma alteração imediata das leis estaduais e das normas institucionais. Criou-se um aparato legal exclusivo para a Polícia Feminina, que em alguns casos apresentava prescrições diferentes daquelas contidas nas leis que regiam a instituição no que se refere às

<sup>201</sup> MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Portaria n. 027/77**, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977, Brasília, (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>202</sup> ESTADO..., *op cit.* **Lei n. 6.774**, 1976, art. 72.

<sup>203</sup> INSPETORIA...*op cit.* **Ofício n. 12**, 1977. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>204</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto-Lei n. 3.238**, Lei de criação do Pelotão de Polícia Feminina. Curitiba, 19 de abril de 1977.



definições do perfil para inclusão; às atividades destinadas às mulheres; e às transgressões disciplinares – assuntos que serão analisados nos capítulos dessa tese. A Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação – a instituição deixou de ser exclusividade dos homens – e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino.

É a partir da relação entre a inovação e a tradição que foi instituída a Polícia Militar Feminina como um lugar de contradição. O capital simbólico institucional foi construído para ser incorporado por homens. A hierarquia e as unidades policiais militares ordenam o poder dos agentes herdeiros da tradição institucional. O período de seis anos, compreendido entre o ingresso das primeiras mulheres na Polícia Militar no ano de 1977 e a inclusão da Polícia Militar Feminina no quadro institucional no ano de 1983, é parte dessa contradição entre um organismo que possui um sistema simbólico identificador da masculinidade militar e o ingresso da alteridade nesse espaço.

Somente no ano de 1983<sup>205</sup> a Lei de Organizações Básicas de 1976 foi alterada para a inclusão da Polícia Feminina como “unidade operacional da Polícia Militar”, sendo definida a função da unidade do policiamento feminino.

Art. 37. Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e em razão de características fisiográficas do Estado, as unidades operacionais da Polícia Militar são dos seguintes tipos:

I - BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA MILITAR (BPM – Cia PM – Pel PM – Gp PM): encarregado do policiamento ostensivo normal de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros-a-pé, montados ou motorizados; [...]

XI - Batalhão, Companhia, Pelotão e Grupo de Polícia Militar Feminina (BPM Fem, Cia. PM Fem, Pel PM Fem e GP PM Fem) que tem a seu cargo a execução do policiamento ostensivo feminino, atuando na segurança pública, principalmente no que se refere à proteção de menores, mulheres e anciãos.

Parágrafo único. Com o desenvolvimento do Estado e consequente aumento das necessidades de segurança, poderão ser criadas unidades para emprego em outros tipos de policiamento específico preconizados pela Inspeção Geral das Polícias Militares.<sup>206</sup>

O texto que incluiu a Polícia Feminina define a função desse tipo de policiamento, que é principalmente a proteção de uma parcela da população

<sup>205</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 7.815**. Curitiba, 29 de dezembro de 1983. (Revogado pela Lei n. 12.975 de 17 de novembro de 2000).

<sup>206</sup> ESTADO *op cit.* **Lei n. 6.774**, 1976. (Conforme o original).

seguindo as legislações anteriores, que serão analisadas a seguir, bem como previu a criação de um Batalhão de Polícia Feminina, fato que nunca se concretizou, sendo mais um descompasso entre o texto das leis e a presença de mulheres na Polícia Militar. Contudo, é necessário considerar o tipo das letras utilizadas para a escrita do texto: enquanto as unidades masculinas estão grafadas com todas as letras maiúsculas, a unidade feminina apresenta outra forma de escrita que a diferencia das outras, o que simbolicamente indica que o policiamento feminino era menos nobre que as outras formas de policiamento e/ou que as mulheres não poderiam ser herdeiras da tradição institucional.

Essa construção de significados para o policiamento feminino, que o coloca como subordinado e menos nobre que as atividades de combate, consolidou-se entre os anos de 1976 e 1983, quando foi redigida uma legislação específica para a Polícia Feminina, bem como foi criado um quadro de pessoal destinado ao sexo feminino. Foi um período de instituição de um espaço para as mulheres dentro da corporação e de construção das diferenças entre a policial feminina e o policial militar.

A ordem simbólica institucional, naturalizada como pertencente aos homens e identificadora da masculinidade, “dispensa justificção”, conforme afirma Pierre Bourdieu, e “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”<sup>207</sup>. Dessa forma, a Polícia Militar do Estado do Paraná e seus agentes são identificados como masculinos, pois o espaço do Policial Militar (PM) pertence à masculinidade. A Policial Militar Feminina (PM fem) necessita de identificação e de um espaço para abrigar a alteridade, o que indica a sua subordinação à instituição e à estrutura de poder institucional.

---

<sup>207</sup> BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.18.

QUADRO 4 – QUADROS DA POLÍCIA MILITAR - 1976-1983

QUADRO DE OFICIAIS	PRAÇAS ESPECIAIS	PRAÇAS
1. Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);  2. Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);  3. Quadro de Saúde compreendendo: - Oficiais Médicos; - Oficiais Dentistas; - Oficiais Veterinários; - Oficiais Bioquímicos.  4. Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), compreendendo: - Oficiais músicos; - Oficiais de Comunicações.  5. Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM);  6. Quadro de Oficiais de Administração - (QOA).	1. Aspirantes a Oficial PM;  2. Alunos-Oficiais PM.	1. Praças Policiais-Militares (Praças PM).  2. Praças de Bombeiros-Militares (Praças BM).

FONTE: PARANÁ. Lei n. 6.774/1976.

Observando o quadro, identifica-se que a Polícia Feminina, mesmo existindo, não foi incluída no texto da lei. A organização feminina e as policiais estavam fora do quadro institucional até o ano de 1983. A demora para a inclusão das mulheres no texto da lei é parte da contradição entre o capital simbólico institucional e os herdeiros. O conflito em torno da criação do Quadro de Oficiais Feminino, identificado nos ofícios que tratam da criação e definição das vagas para as Oficiais, é indicativo da preocupação do alto comando em preservar determinados graus hierárquicos como de domínio masculino.

Considerando-se a legislação de criação e de organização do Pelotão de Polícia Feminina, em 1977, o quadro hierárquico previsto corresponde ao observado no quadro 5.

QUADRO 5 - EFETIVO PREVISTO PARA O PELOTÃO DE POLÍCIA FEMININA

QUADRO HIERÁRQUICO	NÚMERO DE MULHERES PREVISTO PARA CADA QUADRO
2.º Tenente	01
2.º Sargento	04
3.º Sargento	27
<b>Total efetivo feminino</b>	<b>32</b>

FONTE: Diretriz n.º 09/1976 PMPR

Porém, o projeto de criação do Pelotão definiu que todas as vagas destinadas às Polícias Femininas estariam contidas no efetivo previsto para a Corporação, portanto não foram criadas novas vagas para mulheres, mas reduzidas daquelas que historicamente pertenciam aos homens. Quanto a essa definição, não há documentos que questionem o posicionamento do Comando Geral, até porque quem fala em nome da instituição é o Comandante Geral, e qualquer questionamento indicaria desrespeito à hierarquia institucional. Possivelmente, os homens, sejam estes Oficiais ou Praças, não se sentiram confortáveis com esse projeto; entretanto, dentro de um contexto de mudanças institucionais e de preocupações com a imagem da instituição, o projeto foi aceito nas instâncias superiores, isto é, a Inspetoria Geral das Polícias Militares, na 5.ª Região Militar e no Governo do Estado, segundo a vontade do Comandante Geral.

Após a aprovação do projeto, foi aberto concurso, e em 20 de outubro de 1977 foram incluídas como Soldados de 1ª Classe as primeiras quarenta e duas (42) mulheres na Polícia Militar<sup>208</sup>, cujo número foi justificado a partir da possibilidade de desistência. Concluído o processo de formação, em 20 de maio de 1978 ocorreu a formatura de vinte e sete (27) Policiais Femininas do Curso de Formação de Sargentos Policial Militar Feminino, turma Anita Garibaldi.<sup>209</sup> Durante o curso, nove (9) alunas pediram para ser excluídas, e duas (2) foram reprovadas.<sup>210</sup> O resultado desse processo é que o número de policiais femininas formadas foi inferior ao previsto no projeto.

Em dezembro do ano de 1978, abriram-se as inscrições para o Curso de Formação de Oficiais Feminino, para o qual foram destinadas seis (6) vagas para mulheres, fato que alteraria os espaços ocupados pelas mulheres na hierarquia, pois

<sup>208</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 205. Curitiba, 3 de novembro de 1977.

<sup>209</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Informativo** n. 1, 5.ª Seção. Curitiba, 2 de janeiro de 1978.

<sup>210</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 108. Curitiba, 13 de junho de 1978.

elas seriam admitidas no círculo dos Oficiais, no qual se concentra o alto poder institucional. O primeiro requisito para a inscrição era ser “Sargento do Pelotão de Polícia Feminina da PMPR”,<sup>211</sup> diferente do edital para o Concurso para Oficiais masculinos que abriu vagas para civis.<sup>212</sup> Não há documentos que possibilitem identificar resistência quanto à definição do número de vagas para mulheres na Escola de Oficiais, porém observa-se que o número de mulheres que ingressaram no Curso de Formação de Oficiais foi superior ao previsto no projeto inicial de criação do Pelotão, no qual consta uma (1) vaga para 2.º Tenente, e ao do edital de abertura das inscrições para o curso.

No ano de 1979, ingressaram oito (8) alunas na Escola de Oficiais da Polícia Militar do Paraná<sup>213</sup>, das quais cinco (5) se formaram como Aspirantes a Oficial Feminino PM – nomeação que consta no Boletim Geral – em 11 de dezembro de 1981.<sup>214</sup> Diferentemente do texto do Boletim Geral, que informou a matrícula das alunas no Curso de Formação de Oficiais, no qual os nomes as mulheres estavam no final da lista dos alunos do 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais Policial Militar, na publicação da conclusão do Curso, o nome das mulheres está em um texto exclusivo para as Aspirantes mulheres. Outro elemento de diferenciação é que os homens foram destinados a estagiar nas unidades, e as mulheres, no Pelotão de Polícia Feminina<sup>215</sup> – mais um indicativo da preocupação da instituição em construir um espaço separado para as Policiais.

A ordem de publicação dos nomes dos homens e das mulheres indica a subordinação entre os gêneros, que é construída pelos valores da hierarquia e da tradição institucional. Na hierarquia militar, a diferença entre os iguais é definida pela antiguidade – pelo tempo de atividade dentro da instituição, e entre homens e mulheres, os mais antigos são os homens. Além do mais, eles são detentores de maior capital simbólico, pois a memória da instituição é fundada no valor da virilidade. Nesse contexto, a posterior distinção entre as listas com os nomes dos alunos Oficiais homens e das alunas Oficiais mulheres aprofunda a separação, marcando, além da subordinação à polícia masculina – a lista feminina sempre vinha depois da lista masculina –, a diferença entre os lugares do masculino e do feminino

<sup>211</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 224. Edital n. 013/78. Curitiba, 4 de dezembro de 1978.

<sup>212</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 211. Curitiba, 8 de novembro de 1979.

<sup>213</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 065. Curitiba, 4 de abril de 1979.

<sup>214</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 230. Curitiba, 11 de dezembro de 1981.

<sup>215</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Geral** n. 230, 1981.

dentro da instituição. Uma diferença que desencadeou novas preocupações com a presença das Aspirantes no círculo dos Oficiais Subalternos.

Enquanto as Aspirantes cumpriam seus estágios, o Comando da Polícia Militar iniciou o processo de criação de um Quadro para elas, pois embora estivessem atuando no Pelotão de Polícia Feminina elas não pertenciam a nenhum quadro. Objetivando resolver essa indefinição da situação das Aspirantes, o Comando Geral encaminhou ao órgão federal responsável pelas polícias militares, em dezembro de 1981, o anteprojeto de criação do “Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino” e, após o recebimento da resposta do Ministério do Exército, o documento foi encaminhado ao Secretário da Segurança Pública do Paraná.<sup>216</sup> Esse documento, que justifica os motivos da criação de um quadro para mulheres Oficiais, é fundamentado pelo texto das leis que regulamentam a Polícia Militar e a Polícia Feminina. É pelo poder simbólico da legislação que o Comandante Geral legitima a necessidade de instituir uma diferença entre homens e mulheres Oficiais da instituição militar.

Na justificativa do anteprojeto, o Comandante Geral informa que a Lei que criou o Pelotão de Polícia Feminina previu uma (01) vaga para comandante do Pelotão.<sup>217</sup> Segundo o texto do Decreto, “a vaga de Comandante do Pelotão de Polícia Feminina será deduzida do Quadro de Oficiais Policiais Militares e as das Praças da dotação de graduados prevista na Lei n. 5.797, de 24 de junho de 1968.”<sup>218</sup> Com base nesse Decreto e na Lei de Organizações básicas, o Comandante Geral argumenta que o Decreto previu somente uma (01) vaga para Oficial Feminino, e também que não havia um Quadro específico para as Oficiais, previsto em lei. Conforme afirma no texto do documento:

[...] a lei n. 6.774, de 08 de Jan. 76, citando o seu Art. 53, os diversos Quadros de Oficiais da corporação e também prevendo no Art. 72 a possibilidade da PMPR contar com uma organização Policial-Militar Feminina, não contém correspondência com relação a um Quadro de Oficiais Femininos.

Assim sendo torna-se necessário criar um Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino (QEOPF) visando preencher essa lacuna na PMPR,

<sup>216</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Ofício n. 079/82**. Curitiba, PM/1, 21 de janeiro de 1982. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>217</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Anteprojeto Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino**. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>218</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3.233**. Curitiba, 10 de abril de 1977.

e ao mesmo tempo, possibilitar que as suas futuras integrantes ingressem em um quadro específico pela condição de serem mulheres.<sup>219</sup>

O poder simbólico daquele que assina o documento – o Comandante Geral que está investido de poder para escrever, falar e agir em nome da instituição – e a força simbólica da lei dão reconhecimento e legitimidade aos argumentos que justificam o quadro de Oficiais feminino. Tais argumentos expressam uma preocupação da instituição em controlar o acesso de mulheres ao oficialato, pois as Policiais Femininas estavam presentes nos círculos das Praças da Polícia Militar do Paraná desde 1977, e em 1981 ainda não faziam parte dos quadros de qualificações policiais-militares instituídos em setembro de 1977<sup>220</sup>. Nos documentos do período não se identificou nenhuma preocupação da Polícia Militar em criar um quadro para as Praças da Polícia Feminina, elas eram simplesmente Policiais Femininas que não incomodavam o poder dos Oficiais.

É em relação à questão do poder que o debate sobre a questão do quadro de Oficiais Femininos ganha significado. Por mais que os círculos das Praças se sentissem incomodados com a presença feminina, o poder de construir os textos das leis pertencia aos Oficiais Superiores dos órgãos de direção, principalmente ao Comando Geral e ao Estado Maior, e além disso as sargentos do Pelotão de Polícia Feminina não representavam uma ameaça ao poder dos Oficiais. Todavia, quando as primeiras mulheres concluíram o Curso de Formação de Oficiais/Feminino,

<sup>219</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Anteprojeto Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino.** (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>220</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3.860.** Curitiba, 13 de setembro de 1977. “Art. 1.º - As Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná são grupadas em duas Qualificações Policiais-Militares Gerais (QPMG):

I - QPMG1 - Praças Policiais-Militares (Praças PM);

II - QPMG2 - Praças Bombeiros-Militares (Praças BM).

§ 1.º - São instituídas as seguintes Qualificações Policiais-Militares Particulares (QPMP):

a) - QPMP 0 - Combatente;

b) - QPMP 1 - Manutenção de Armamento;

c) - QPMP 2 - Operador de Comunicações;

d) - QPMP 3 - Manutenção de Motomecanização;

e) - QPMP 4 - Músico;

f) - QPMP 5 - Manutenção de Comunicações;

g) - QPMP 6 - Auxiliar de Saúde;

h) - QPMP 7 - Corneteiro;

i) - QPMP 8 - Condutor e operador de Viatura;

j) - QPMP 9 - Manutenção de Equipamento Especializado.

§ 2.º - A QPMG2 é constituída somente das QPMP 0, QPMP 8 e QPMP 9.

§ 3.º - Com exceção da QPMP 0 - Combatente, as Praças integrantes das demais QPMP são denominadas Praças Especialistas.”

conforme termo contido nos documentos consultados, surgiu a preocupação em criar um quadro específico para as Oficiais mulheres.

Além da criação do Quadro Especial de Oficiais Femininas, outra preocupação do Comando Geral era com o número de vagas para 2.º Tenente do quadro feminino. Segundo argumentos do Comando Geral, encaminhado ao Secretário de Segurança no mês de Abril de 1982, deveria ser cumprido o disposto na Lei de criação do Pelotão de Polícia Feminina e apenas uma das Aspirantes a Oficial ser promovida a Segundo Tenente. No entanto, o Governo do Estado indicava a promoção das cinco (05) Aspirantes, fato que motivou o Comando Geral a afirmar que se todas fossem promovidas, seria necessário criar outras vinte e três (23) novas vagas para 2.º Tenente, a fim de também promover os Aspirantes homens e dessa forma “salvaguardar os direitos dos demais Asp-a-Of.”<sup>221</sup> O receio do Comandante Geral é justificável, pois os legítimos herdeiros do capital simbólico institucional e os futuros comandantes das unidades de policiais militares são historicamente os homens e a eles pertence o poder simbólico do grau hierárquico de 2.º Tenente.

Essa resistência exposta pelos argumentos do Comando Geral está presente na fala de um dos Oficiais entrevistados por Rosemeri Moreira, o qual afirma que quando se criou a possibilidade de as policiais femininas ascenderem ao grau hierárquico dos Oficiais, mesmo os Oficiais que apoiaram o ingresso das Praças foram contra o ingresso de mulheres nos círculos do oficialato.<sup>222</sup> Sendo assim, os argumentos do Comando Geral representam o posicionamento da instituição que foi reafirmado pelo parecer da assessoria da Secretaria,<sup>223</sup> que reconheceu como legítimo o posicionamento da Polícia Militar que defendia a promoção de apenas uma Aspirante.

Em outubro do ano de 1982, após nove (09) meses de negociações, ficou definido que as vagas dos quadros de Oficiais em extinção seriam somadas ao quadro de Oficiais Combatentes<sup>224</sup> e em meados do ano de 1983 o Comando Geral

---

<sup>221</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Parecer n. 015**, 1.ª seção do Estado Maior. Curitiba, 07 de Abril de 1982. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>222</sup> MOREIRA, R. “**Entre o escudo...**” *op cit*, 2007, p. 109.

<sup>223</sup> SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA. **Informativo n. 31**. Grupo Técnico do Conselho Deliberativo de Pessoal. Curitiba, 29 de junho de 1982.

<sup>224</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 7638**, Curitiba, 10 de setembro de 1982.



aceitou a promoção das cinco (05) oficiais da Polícia Feminina<sup>225</sup>, porém informou que o projeto seria submetido novamente à apreciação do órgão federal devido à alteração no número de vagas. Em dezembro de 1983, aproximadamente dois anos após o início da discussão sobre a promoção das Aspirantes femininas, foi publicada a Lei que criou o “Quadro de Oficial Policial Militar Feminino” e elas foram promovidas. Essa mesma Lei incluiu o Pelotão de Polícia Feminina como Unidade Operacional, bem como incluiu as Praças Femininas como parte do pessoal da Polícia Militar.<sup>226</sup> Esse longo processo envolvido na criação do quadro de Praças e Oficiais Femininos tem seu significado na proteção dos espaços de poder pelos homens que já incorporaram a identidade institucional materializada no espaço institucional. O poder pertence aos comandantes e esses historicamente são homens, assim como os heróis institucionais – primeiro Tiradentes, depois o Coronel Sarmento.

No mês de abril do ano de 1983, no decorrer desse conflito pelo poder institucional, o Comando Geral encaminhou à IGPM uma proposta de criação de uma “Companhia de Polícia Militar Feminina” e de uma “Qualificação Policial Militar Geral” (QPMG) específica para as policiais femininas. A partir do ano de 1984 as polícias femininas Praças passaram a fazer parte de um quadro específico para policiais femininas, definindo-se que as policiais femininas concorreriam a promoção aos graus hierárquicos dentro do seu quadro.<sup>227</sup> O processo lento de instituição das policiais femininas nas leis e a definição de um lugar para as mulheres indica uma luta simbólica pelo poder. A lei deu legitimidade ao posicionamento da instituição e consagrou “a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado.”<sup>228</sup>

Entre 1977 e 1984, as Leis e Decretos do Estado Paraná criaram a organização de uma unidade feminina como pertencente a instituição, mas a margem a estrutura masculina. A unidade feminina era o outro, o sem nome, sem identidade institucional, o que causou conflito e contradições nos espaços de poder. Embora existindo legalmente desde 1977, o Pelotão de Polícia Feminina somente foi instituído como uma Unidade Operacional da Polícia Militar, em meados da década

<sup>225</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Informação n. 07.026/83**, protocolo n. 1381/ SESP. Curitiba, 03 de maio de 1983.

<sup>226</sup> ESTADO... *op cit.* **Lei n. 7815**, 1983.

<sup>227</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3.412**. Curitiba 21 de julho de 1984.

<sup>228</sup> BOURDIEU, **O poder ...**, *op cit*, 1998. p.237.

de 1980, junto com o processo de criação da Companhia de Polícia Feminina e de instituição do quadro de policiamento feminino.

QUADRO 6 - QUADROS DA POLÍCIA MILITAR - 1983-2000

QUADRO DE OFICIAIS	QUADRO DE PRAÇAS ESPECIAIS	QUADRO DE PRAÇAS
1. Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM); 2. Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM); 3. Quadro de Saúde, compreendendo: - Oficiais Médicos; - Oficiais Dentistas; - Oficiais Veterinários; - Oficiais Bioquímicos. 4. Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), compreendendo: - Oficiais músicos; - Oficiais de Comunicações. 5. Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM); 6. Quadro de Oficiais de Administração (QOA). 7. Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina (QOPM Fem). (Incluído pela Lei n. 7.815 de 29/12/1983) (Revogado pela Lei n. 12.975 de 17/11/2000)	1. Aspirante a Oficial PM, BM e PM fem.; (Redação dada pela Lei n. 7815 de 29/12/1983) (Revogado pela Lei n. 12975 de 17/11/2000) 2. Alunos - Oficiais PM, BM e PM fem. (Redação dada pela Lei n. 7815 de 29/12/1983) (Revogado pela Lei n. 12.975 de 17/11/2000)	1. Praças Policiais-Militares (Praças PM). 2. Praças de Bombeiros-Militares (Praças BM). 3. Praças Policiais-Militares Femininas - (Praças PM Fem). (Incluído pela Lei n. 7.815 de 29/12/1983) (Revogado pela Lei n. 12975 de 17/11/2000)

FONTES: Lei n. 7.815/83; Lei n. 12.975/2000.

A legitimação pelas leis de um espaço feminino dentro da Polícia Militar do Paraná amenizou as contradições entre o capital simbólico institucional e suas herdeiras, pois as mulheres não pertenciam ao quadro dos combatentes. A criação da Companhia de Polícia Feminina elevou o capital simbólico da Polícia Feminina – aumentou o efetivo e o grau hierárquico do comandante – e a visibilidade da presença de mulheres na instituição militar, pois além da sede na cidade de Curitiba foram criados três Pelotões de Polícia Militar Feminina nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá<sup>229</sup>. Todavia, a alteração da condição da unidade feminina dentro da estrutura institucional impossibilitou as Oficiais Femininas de

<sup>229</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3413**. Curitiba, 21 de julho de 1984.

assumirem legalmente o comando da Polícia Feminina, pois a ordem institucional define os tenentes como comandantes de pelotões e os capitães como os Oficiais no comando das companhias. Como as Oficiais foram promovidas a 2.º Tenente, a transformação do pelotão feminino em companhia é indicativo de uma estratégia da instituição para manter o poder de comando sob o controle dos Oficiais Masculinos, pois tanto a lei de criação do pelotão feminino, em 1977, quanto a da companhia, em 1984, definia que o comando pertenceria aos Oficiais Masculinos combatente até a promoção de uma oficial feminina ao grau hierárquico necessário para assumir o comando.<sup>230</sup> Entretanto, em termos práticos, a partir do ano de 1981 o comando da unidade feminina foi exercido algumas vezes por Oficiais Femininas sob a indicação do Comando Geral.

A criação de Pelotões Femininos em outras cidades afora Curitiba, além de aumentar a visibilidade da Polícia Feminina e contribuir com o objetivo principal de seu projeto, que é melhorar a imagem da instituição policial, também possibilita às Oficiais exercerem a função de comandantes nos pelotões do interior. No entanto, novamente se observou um descompasso entre a Lei e a prática no processo de implementação dos pelotões. Os concursos para o ingresso de mulheres nos Cursos de Formação de Soldados Femininos em Londrina, Maringá e Ponta Grossa ocorreram entre 1982 e 1984, antes da aprovação do Decreto de criação dos Pelotões nessas cidades. Outro descompasso ocorre na cidade de Cascavel, que não é citada no texto do Decreto, embora o 6.º BPM tenha incluído as primeiras mulheres no ano de 1984. No final da década de 1980 foi a vez da cidade de Foz do Iguaçu, sede do recém-criado 14.º BPM,<sup>231</sup> e em 1996 foi criado o último Pelotão de Polícia Militar Feminina do Estado do Paraná, na cidade de Guarapuava, que abriga o 16.º BPM, criado em 1989<sup>232</sup>.

Considerando a Diretriz de 1979, que define a “Finalidade e emprego da organização de Polícia Feminina”<sup>233</sup>, observa-se mais uma contradição entre a legislação institucional e a prática, pois segundo essa diretriz, a polícia feminina foi idealizada para ficar restrita a Curitiba e subordinada ao Comando do Policiamento

<sup>230</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Anteprojeto de decreto**: transforma em Cia PM Fem o Pel PM Fem. 1.ª Seção do Estado Maior. Curitiba, 1984. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>231</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 5.404**. Curitiba, 09 de maio de 1985.

<sup>232</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 5195**. Curitiba, 15 de junho de 1989.

<sup>233</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 076/79**. Curitiba, novembro de 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

da Capital (CPC), e teria como missão “executar policiamento ostensivo em diversos pontos da Capital julgados prioritários.”<sup>234</sup> Não há informações sobre os motivos que levaram o Comando Geral a instalar pelotões no interior; a preocupação existente com a imagem da corporação e reivindicações vindas de autoridades municipais são duas possibilidades de que nortearam a decisão do Comando. Todavia, como os concursos para Polícia Feminina ocorreram principalmente durante a ditadura militar ou logo após a abertura política, a primeira suposição é mais significativa.<sup>235</sup>

A criação dos pelotões na área do Comando do Policiamento do Interior ocorreu na década de 1980, com exceção de Guarapuava. Consultando os dados do Censo do IBGE de 1980 e 1991<sup>236</sup>, observa-se que somente em cidades com população urbana acima de 100.000 (cem mil) habitantes foram instalados pelotões femininos. No entanto, não há nos documentos informações que confirmem a relação entre o número de habitantes das cidades e a criação dos Pelotões. Não obstante, o número de habitante das cidades onde foram implantados os pelotões femininos deve ser considerado em relação à preocupação da instituição com sua imagem. A presença de policiais femininas nas maiores cidades do Estado teria influência significativa na imagem da instituição.

QUADRO 7 - POPULAÇÃO URBANA E PELOTÕES DE POLÍCIA MILITAR FEMININA (CPI)

CIDADE	CENSO	POPULAÇÃO URBANA	PRIMEIRO PELOTÃO	SEGUNDO PELOTÃO	TOTAL DE PELOTÕES
Londrina	1980	266.931	1982	1984	02
Maringá	1980	160.652	1983	-	01
Ponta Grossa	1980	172.929	1983	-	01
Cascavel	1980	123.656	1984	1989	02
Foz do Iguaçu	1991	186.385	1988	1990	02
Guarapuava	1991	116.210	1996	-	01

Fonte: Dados do IBGE; Boletins Gerais, 1977-2000

A presença de pelotões femininos poderia ter sido ampliada caso o Comando Geral atendesse aos pedidos de prefeituras que foram encaminhados à Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Com a criação da

<sup>234</sup> POLÍCIA *op cit.* **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>235</sup> Ver Anexo 1 – Cartograma do Estado do Paraná.

<sup>236</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Século XX. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm)>. Acesso em: 16 de out. 2009.

Companhia de Polícia Militar Feminina na Capital e de alguns Pelotões em Batalhões do Comando do Policiamento do Interior (CPI), o Comando da Polícia Militar recebeu, na segunda metade da década de 1980, ofícios de Câmaras Municipais das cidades de Campo Mourão, Guarapuava, Pato Branco e Toledo, solicitando a criação de um “Pelotão de Polícia Feminina”<sup>237</sup> nas respectivas cidades. No entanto, a única dessas cidades que superou os 100.000 habitantes entre 1984 e 2000 foi Guarapuava. Ao responder o ofício de Campo Mourão, o Comandante Geral Raul Victor Lopes nega a implantação com base no efetivo do batalhão responsável pela segurança da cidade. Segundo ele, o aumento previsto do efetivo do 11.º BPM para o número de “250 policiais-militares” possibilitaria “a criação e instalação de um Pelotão de Polícia Militar Feminino”<sup>238</sup>. Após 14 anos, a Câmara Municipal encaminhou ao Secretário de Estado de Segurança Pública um novo documento solicitando a implantação de um “Pelotão da Polícia Feminina” no município,<sup>239</sup> fato que não se concretizou, o que indica que o número de habitantes foi considerado, mesmo sem referência explícita.

Os pelotões femininos do interior ampliaram a visibilidade da Polícia Feminina, ainda que tenham criado outra contradição na organização da estrutura institucional. No ano de instituição da Companhia Feminina e dos pelotões no interior, o efetivo de mulheres na Polícia Militar era suficiente para a elevação da unidade feminina à posição de Batalhão. Embora isso tenha sido previsto pelo Coronel César Tasso Saldanha Lemos no documento que apresenta o projeto de criação do Pelotão em 1977<sup>240</sup>, e o número de policiais femininas indicasse um efetivo característico de batalhão em meados da década de 1980, jamais a unidade feminina adquiriu tal poder simbólico.

<sup>237</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Ofício n. 1029-83/84**. Campo Mourão, 05 de abril de 1984. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 1331/84**. Curitiba, 09 de novembro de 1984. Resposta ao Ofício n. 312/84 da Câmara Municipal de Pato Branco. CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Ofício n. 558/89**. Toledo, 08 de agosto de 1989. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná). CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ofício n. 100/84**. Guarapuava, 03 de abril de 1984. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná)

<sup>238</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 306/84**. Curitiba, 06 de julho de 1984. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>239</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Ofício n. 2.299-97/98**. Campo Mourão, 10 de fevereiro de 1998. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>240</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 413/77**. Curitiba, 25 de março de 1977. In: EKERMAN, L. A.; ROMERO, W. **Ajustamento da policial feminina na Polícia Militar**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José do Pinhais, 1993. p.13-15.

Os números de pelotões de policiais femininas entre 1977 e 2000 são de nove (09) no interior do Estado (conforme Quadro anterior) e oito (08) na Capital (segundo dados do Quadro 8), totalizando dezessete (17) pelotões, número suficiente para a criação de dois Batalhão de Polícia Feminina. A instituição de um Batalhão Feminino significaria um aumento do capital simbólico feminino na instituição e abriria a possibilidade de as Oficiais ascenderem ao grau hierárquico de, no mínimo, Tenente Coronel, grau necessário para um comandante de batalhão. A continuidade da unidade feminina na condição de companhia, com o comando pertencendo legalmente aos Oficiais Combatentes, foi uma estratégia institucional empregada para manter o capital simbólico de comandante de batalhão sob o domínio dos Oficiais Combatentes, pois legalmente as Oficiais só poderiam comandar unidades femininas e, sendo estas companhias, o grau máximo da hierarquia feminina se restringiria ao de Capitão.

QUADRO 8 - PELOTÕES DE POLÍCIA MILITAR FEMININA NO CPC - 1977-2000

ANO	NÚMERO DE PELOTÕES
1977	01
1979	01
1980	01
1981	01
1985	01
1990	01
1996	02

FONTE: Boletins Gerais, 1977-2000

A restrição da presença feminina na hierarquia do círculo dos oficiais também se estende ao quadro de Oficiais de Saúde, cujos concursos restringiam-se aos homens. Conforme edital da Polícia Militar do Estado do Paraná, para o preenchimento de vagas do Quadro de Saúde, no ano de 1989, exigiu-se dos candidatos “ser brasileiro, do sexo masculino”<sup>241</sup> e no ano seguinte o “Termo de Encerramento do Estágio de Adaptação para Oficiais do Quadro de Saúde”<sup>242</sup> confirma que somente homens realizaram o estágio. Somente nos primeiros anos do século XXI ingressaram as primeiras mulheres no Quadro de Oficiais de Saúde, na

<sup>241</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral nº 149**. Curitiba, 9 de agosto de 1989.

<sup>242</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 109**. Curitiba, 11 de junho de 1990.

área de odontologia.<sup>243</sup> A medicina continua sendo domínio dos homens até os dias atuais na Polícia Militar do Paraná, que preserva esse espaço de poder simbólico sob o domínio masculino. Um espaço onde os homens são investidos de dupla carga simbólica, a da medicina e o do oficialato. Todavia, em outras instituições militares brasileiras, as mulheres ingressaram como Oficiais dos quadros de Saúde nas décadas de 1980 e 1990. Na Marinha, o primeiro quadro feminino pertencia à área de saúde e foi criado no ano de 1981.<sup>244</sup> Na Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde as mulheres ingressaram no ano de 1981, foram admitidas no quadro de saúde no ano de 1991.<sup>245</sup> A preocupação com o poder é o motivo porque as mulheres não poderiam ingressar no quadro de saúde da Polícia Militar, pois nesse caso elas ascenderiam ao círculo dos Oficiais Superiores, enquanto no quadro feminino elas estavam restritas à condição de Oficiais Subalternas e Intermediárias.

O controle e a preservação do capital simbólico institucional são norteadores da instituição da Polícia Feminina de acordo com a lei, que construiu uma separação simbólica e objetiva entre os homens, herdeiros legítimos do capital simbólico institucional, e as mulheres, as herdeiras ilegítimas, que pertencem a um quadro institucional feminino e a uma unidade policial militar feminina. As fronteiras entre a instituição masculina e a unidade feminina foram definidas também pela criação de um quartel exclusivo para as policiais. Previsto no projeto de criação do Pelotão de Polícia Feminina, o quartel existiu entre o final da década de 1970 e meados da década de 1990 e estava localizado nas proximidades do Quartel do Comando Geral. Inicialmente, suas instalações ocuparam uma casa na Rua 24 de Maio, número 1434. Em meados da década de 1980, o quartel foi transferido para a Rua Santo Antonio, número 231, onde permaneceu até o seu fechamento no ano de 1994.

A construção de um espaço físico para abrigar a Polícia Feminina é parte do processo de estabelecimento das diferenças de gênero na instituição, as quais não eram exclusivas da Polícia Militar do Paraná: a divisão simbólica e objetiva entre os espaços de homens e mulheres é socialmente construída e legitima as diferenças,

<sup>243</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório geral dos cursos de 1971 a 2007**. Academia Policial Militar do Guatupê. Consulta em 04/12/2008.

<sup>244</sup> SILVEIRA, C. de C. As mulheres na Marinha do Brasil. In: **Center for Hemispheric Defense Studies** - REDES 2003: Research and Education in Defense and Security Studies. October 28-30, 2003, Santiago, Chile. Disponível em: <[www.ndu.edu/chds/redes2003/.../6.../2.%20Silveira-final.doc](http://www.ndu.edu/chds/redes2003/.../6.../2.%20Silveira-final.doc)>. Acesso em: 31 jul. 2009.

<sup>245</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres ... op cit**, 2005. p.29 e p.37.

construindo relações de poder entre superiores e inferiores. Trata-se de uma construção discursiva que ordena e naturaliza as relações de gênero, ratificando a diferença que subordina o feminino ao masculino. A separação também indica uma necessidade de proteger a identidade institucional. Baseada em uma homogeneidade ilusória, a instituição mantém-se como um espaço dos iguais, isto é, dos policiais militares; a alteridade é a polícia feminina, e esta precisa ser nomeada<sup>246</sup> e controlada pela instituição.

Porém, considerando-se as informações contidas nos Boletins Gerais, as policiais não ficaram restritas ao Pelotão e, posteriormente, à Companhia, mas passaram a prestar serviços em outros quartéis e unidades policiais militares, gerando preocupação para o Comando, pois em dois momentos o Comando Geral determinou o retorno das policiais para o quartel feminino. O primeiro deles foi em 1981, quando o Pelotão passou à subordinação do Batalhão de Polícia de Trânsito<sup>247</sup>, deixando de responder diretamente ao Comando do Policiamento da Capital, conforme o organograma anterior. Nesse mesmo processo, foi determinada a aplicação das Policiais em atividade de policiamento de trânsito. No ano de 1988, novamente o Comando Geral determinou, com base na Diretriz n. 076/1979, que “as policiais militares femininas, transferidas ou à disposição de outros órgãos da PMPR”, retornassem à Cia PM Fem.<sup>248</sup>

Essa preocupação com reunir as Policiais em uma unidade separada e exercendo atividades específicas permitia que se exercesse um maior controle sobre as mulheres. A legislação de 1979 sempre foi utilizada para justificar as ações do Comando. É pelo poder da lei e pelo capital simbólico do Comandante Geral que se define o que é feminino na instituição, bem como se constituem as diferenças e os espaços simbólicos que pertencem a Policiais Militares e Policiais Femininas. Esse ordenamento é produtor e reproduzidor de identidades.

O controle sobre a unidade feminina está expresso na constituição do quadro de funções da Companhia de Polícia Militar Feminina, o qual, no ano de 1984, quando foi criada essa unidade, apresentava as funções especificadas neste quadro 9.

---

<sup>246</sup> No Capítulo II, será analisado o ato de nomear.

<sup>247</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 120. Curitiba, 30 de junho 1981.

<sup>248</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 055. Curitiba, 23 de março de 1988.



QUADRO 9 - FUNÇÕES DA COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA - 1984

OPM	FUNÇÕES	POSTO/QUADRO GRADUAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	NÚMERO DA FUNÇÃO	SOMA
Cia PM Fem	Cmt	Cap QOPM	1	14
	Sgte da Cia	1.º Sgt QPM 3-12	1	
	Aux. Pel. PM Fem	2.º Sgt QPM 3-12	2	
	Cmt. GP. Pel PM Fem	3.º Sgt QPM 3-12	10	

FONTE: BOLETIM GERAL n. 26, 1984.

Comparando-se o quadro 9 com o quadro de funções de outra Companhia da Polícia Militar do Paraná, observa-se que o quadro da unidade feminina é muito próximo ao da unidade masculina; entretanto, como já foi informado, o Comando pertence ao Capitão do quadro de Oficiais Combatentes.

QUADRO 10 - FUNÇÕES DA COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA DE GUARDA - 1983

OPM	FUNÇÕES	POSTO/QUADRO GRADUAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	NÚMERO DA FUNÇÃO	SOMA
Cia Ind P Gd	Cmt	Cap QOPM	1	14
	Sgtte	1.º Sgt QPM	1	
	Aux Pelotões da Cia	2.º Sgt QPM	3	
	Cmt Gp Pel da Cia	3.º Sgt QPM	9	

FONTE: PARANÁ. Decreto n. 997/1983.

Entre os anos de 1984 e 1991,<sup>249</sup> para a função de Comandante da Unidade Feminina, foi previsto um Oficial do quadro de Oficiais Combatentes. No ano de 1991, quando uma das Oficiais foi promovida a Capitão, o quadro de funções da Companhia foi alterado.

<sup>249</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 26. Curitiba, 6 de fevereiro de 1984.

QUADRO 11 - FUNÇÕES DA CIA PM FEMININA - 1991

OPM	FUNÇÕES	POSTO/QUADRO GRADUAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO	NÚMERO FUNÇÃO	SOMA
Cia PM Fem	Cmt	Cap QPM Fem	1	3
	Sgte	1.º Sgt QPM 3-12	1	
	Furriel <sup>250</sup>	1.º Sgt QPM 3-12	1	

FONTE: PARANÁ. Decreto n. 596/1991

Comparando-se o quadro de 1991 com o de 1984, observa-se que naquele o número total das funções foi reduzido a três; mas os quadros das outras companhias também tiveram suas funções reduzidas nesse ano. Todavia, com a promoção da primeira Oficial feminina ao posto de Capitão, um decreto do Governo do Estado definiu que o Comando da Unidade Feminina da Capital passaria a um Capitão QPM Fem,<sup>251</sup> fato que alterou o espaço de poder ocupado pelas mulheres nos círculos de poder institucional e dentro das funções previstas para a Companhia de Polícia Militar Feminina.

No dia 7 de novembro de 1991, foi realizada a cerimônia de passagem de comando da Companhia Feminina,<sup>252</sup> que legitimou uma Oficial feminina na função de Comandante da Polícia Feminina. Embora na prática as Oficiais tenham, por determinação do Comando Geral, assumido o comando do Pelotão, entre os anos 1981 e 1984, e da Companhia, entre os anos de 1984 e 1991, essa função de poder legalmente pertencia aos Oficiais Masculinos. Somente a partir de 1991 esse espaço de poder passou a caber às Oficiais Femininas.

O longo período de negociações para criação do Quadro de Oficial Policial Militar Feminino e, depois, para a instituição legítima de uma Oficial no Comando da Companhia é indicativo da preocupação do organismo em controlar o acesso de mulheres no círculo de Oficiais e nas funções de comando. As divisões de gênero

<sup>250</sup> Segundo o RISG, a função do furriel é auxiliar o Subtenente da Companhia e é exercida por um 3.º Sargento. "Art. 141 [...] competindo-lhe especialmente: 1) organizar os papéis de vencimentos das Praças da Sub-unidade, mediante alterações fornecidas pelo Subtenente; 2) organizar, diariamente, sob a direção do Subtenente, os vales de refeições das Praças arranchadas e, bem assim, os de forragem dos animais da Sub-unidade; 3) executar o trabalho de escrituração que lhe forem dados pelo Subtenente e colaborar com ele na fiscalização, conservação e limpeza do material da Companhia; 4) manter-se em condições de prestar, na ausência do Subtenente, quaisquer informações relativas ao material da Companhia; 5) proceder, de acordo com as ordens do Subtenente, a entrega, distribuição e recolhimento do material." ESTADO... *op cit.*, **Decreto n. 9.060**, 1949.

<sup>251</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto nº 596**. Curitiba, 19 de julho de 1991.

<sup>252</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 315. Curitiba, 6 de novembro de 1991.

constituídas pela Polícia Militar do Estado do Paraná foram estabelecidas por relações de poder, legitimadas pelo simbólico e pela tradição institucional. Uma divisão que se registra nos corpos de homens – que se constituem em Policiais Militares – e de mulheres – que se constituem em Policiais Femininos.

A construção de um espaço para Polícia Feminina e o estabelecimento de uma hierarquia específica para as polícias foi um processo lento e teve como resultado a construção de uma diferença entre o policial militar e a policial feminina que subordinou o feminino ao masculino. Quando surge a possibilidade de diminuir essa subordinação, são criados mecanismos para sua manutenção, como foi observado ao longo do processo de criação e de estabelecimento da Polícia Feminina. A promoção de uma das Oficiais ao grau de Capitão e Comandante da Companhia de Polícia Feminina com um efetivo igual ao de um batalhão alterou a ordem de gênero e provocou um movimento para acabar com a unidade de Polícia Feminina.

No ano de 1992, ocorreu a primeira tentativa de desconstruir esse espaço destinado às mulheres, com a determinação de incorporação da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem) ao Comando do Policiamento da Capital (CPC) e a retirada dessa unidade do organograma institucional. Uma ordem do Comandante Geral, legitimada pelo poder simbólico da sua função e pelo capital simbólico institucional, determina que seja fechada a Companhia de Polícia Feminina. A justificativa do Comando Geral para o fechamento da unidade feminina foi a necessidade de “racionalizar o emprego de pessoal; evitar atividades sobrepostas; e liberar Oficiais e Praças”, e nesse mesmo processo o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) foi incorporado à Academia Policial Militar do Guatupê.<sup>253</sup> O poder simbólico alcançado pelas Oficiais altera as relações hierárquicas entre a Polícia Feminina e a Polícia Militar e incomoda a alta hierarquia institucional, pois a Polícia Feminina passou a ser detentora de um poder simbólico que tradicionalmente pertencia aos Oficiais Masculinos: a função de Comandante de Companhia.

---

<sup>253</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 238**. Curitiba, 21 de dezembro de 1992.

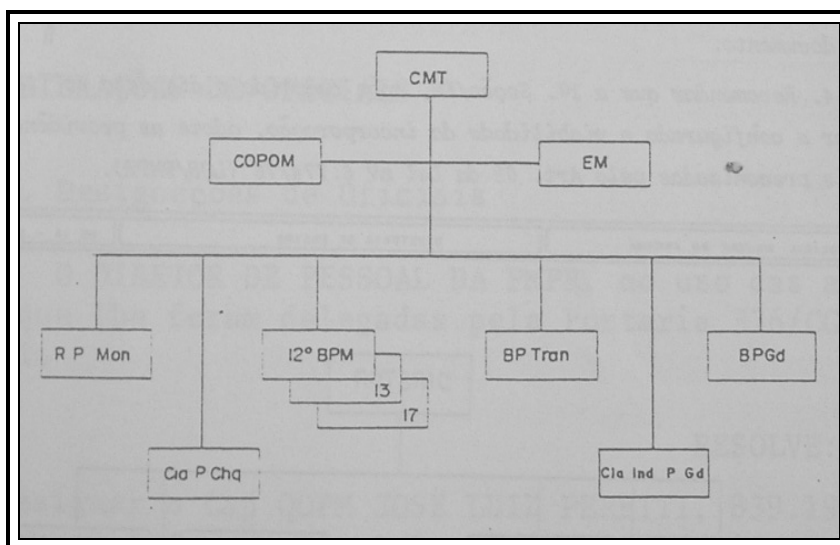


FIGURA 3 - ORGANOGRAMA DO COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL, PUBLICADO EM 1992

FONTE: BOLETIM GERAL n. 238, 1992.

Embora tenha sido apresentado um organograma do Comando do Policiamento da Capital (CPC) sem a representação da Companhia Feminina no ano de 1992, o desdobramento da unidade feminina, utilizando o termo presente nos documentos institucionais, que, na prática, significou a distribuição das Policiais Femininas para outras unidades da Capital e o fechamento do quartel da Polícia Feminina, só se concretizou no mês de fevereiro de 1994, quando o Comando Geral publicou uma nova determinação, afirmando que cabia

[...] ao CPC executar o desdobramento [...], à DAL [Diretoria de Apoio Logístico] elaborar cadastramento e realizar transporte de bens que fazem parte do patrimônio da Cia PM Fem, [...], à DP [Diretoria de Pessoal] classificar as Oficiais e as Praças policiais-femininas de acordo com o interesse institucional.<sup>254</sup>

O documento também definiu o prazo de cinco dias úteis para a execução da determinação, fato que não se concretizou, pois as transferências ocorreram em março e o efetivo feminino foi distribuído entre as seguintes unidades da Capital:

<sup>254</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 028. Curitiba, 9 de fevereiro de 1994.

Copom, BPTran, 12.º BPM, RPMont, 17.º BPM, BPGd, 13.º BPM e CPM.<sup>255</sup> Nenhuma Policial foi designada para a Companhia de Choque (Cia P Chq).

A preservação da Companhia de Choque da presença feminina é um ato que ganha significado se analisado a partir das colocações de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico e de Orna Sasson-Levy, em seu estudo sobre o Exército de Israel.<sup>256</sup> O poder simbólico da masculinidade institucional encontra-se de forma objetiva nessa unidade operacional. Pertencer a esse espaço institucional é compartilhar de uma virilidade que está acima de qualquer outra, é ser diferente entre os iguais. Excluir as mulheres desse espaço é reafirmar que o combate e a violência pertencem aos homens, assim como os círculos superiores da hierarquia são restritos aos homens.

O fechamento da unidade feminina no ano de 1994 não a excluiu da lei. No final do mês de fevereiro daquele ano, foi publicado um decreto que alterou o número de funções em algumas unidades policiais militares, e a unidade feminina aparece como subordinada ao Comando de Policiamento da Capital<sup>257</sup> e com o mesmo número de funções definidas pela legislação do ano de 1991, fato que indica mais um descompasso entre o texto de legislação e a prática institucional, pois foi fechado o quartel da Polícia Feminina e o seu efetivo foi distribuído para outros quartéis, mas legalmente a Companhia continuou existindo. A extinção física da unidade feminina foi uma estratégia do organismo para controlar o capital simbólico institucional, que iniciou o processo de processo de unificação dos quadros concluído no ano de 2000 com a extinção da Polícia Feminina. Com fim do quartel da Polícia Feminina, deixou de existir a materialidade da divisão entre policiais militares e policiais femininas, e as polícias se uniram à tropa masculina.

Não há uma justificativa clara do Comando Geral para o fechamento do quartel feminino, pois ele possui autoridade reconhecida pela hierarquia e pela disciplina e suas ordens são cumpridas sem questionamentos. Questionar a ordem assinada pelo Comandante Geral é um ato de insubordinação e o agente deve ser punido para manutenção da ordem, da hierarquia e da disciplina institucional. O decurso de mais de um ano para a concretização do fechamento da unidade

<sup>255</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 041. Curitiba, 2 de março de 1994. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 043. Curitiba, 4 de março de 1994.

<sup>256</sup> SASSON-LEVY, O. Feminism and military gender practices: Israeli women soldiers in "masculine" roles. **Sociological Inquiry**, v.73, n.3, August, 2003, p.440-465.

<sup>257</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3024**. Curitiba, 4 de fevereiro de 1994.

feminina é indicativo de que ocorreram resistências, porém elas não aparecem na documentação institucional. Legalmente, a Companhia de Polícia Militar Feminina continuou existindo até o ano de 2000. As mulheres que ingressaram na Polícia Militar entre os anos de 1994 e 2000 foram incluídas na Companhia de Polícia Feminina, segundo as publicações dos Boletins Gerais.

O desaparecimento físico da unidade feminina também é percebido nas comemorações institucionais, das quais foi excluído o pelotão feminino. Até o ano de 1993, a disposição da tropa no pátio do Quartel do Comando Geral deixava visível a divisão entre homens e mulheres na instituição. A localização do pelotão feminino marcava o espaço de poder institucional como pertencente ao masculino. O capital simbólico institucional ordenava a disposição das unidades policiais militares e dos agentes policiais a partir do poder simbólico cedido aos herdeiros. O lugar ocupado no pátio do quartel durante as solenidades institucionais expressava as relações de poder e hierarquia e construía identificações.

Estar posicionado à direita ou à esquerda, em um espaço simbólico, define o poder daqueles que ocupam essas posições. Como bem analisou Norbert Elias, em seu estudo sobre a sociedade de corte francesa no reinado de Luís XIV, no século XVII, o poder de uma pessoa no espaço da Corte é indicado pela posição que ela ocupa nas cerimônias. Alterações na posição ocupada indicavam mudanças nas relações de poder estabelecidas. Da mesma forma, os lugares ocupados pelas pessoas que participam de uma cerimônia indicam as relações de poder estabelecidas.<sup>258</sup>

A direita é o lugar de valor, que representa o sagrado. A esquerda é lugar do profano, da fraqueza. Os significados sobre direita e esquerda estão presentes em várias culturas, como demonstram os estudos de Pierre Bourdieu<sup>259</sup> e Robert Hertz<sup>260</sup>. No espaço militar, a direita é lugar de honra, assim como o centro. Esses dois lugares são espaços onde o poder militar se apresenta. A hierarquia militar é representada pela disposição dos militares no espaço. A arquitetura do quartel também expressa essa ordem. Quem está posicionado no centro é quem detém maior poder, e sendo assim ocupa o lugar de honra; em seguida vem aquele que está à direita e, por último, o da esquerda.

---

<sup>258</sup> ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

<sup>259</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007.

<sup>260</sup> HERTZ, A preeminência... *op cit*, 1980, p. 99-128.

Para observar essa espacialização da honra basta analisar a disposição dos policiais militares nas solenidades institucionais de Tiradentes, Sarmento e de 10 de agosto. A imagem na Figura 4 é uma representação do pátio no interior do Quartel do Comando da Polícia Militar, localizado no bairro Rebouças, na cidade de Curitiba, para as comemorações do Aniversário da Polícia Militar (10 de agosto) de 1993. O Comandante Geral e as demais autoridades civis e militares – Oficiais do Exército, Governador e Deputados – ocupam o palanque das autoridades, que fica no centro e na frente da tropa. O oficial comandante da tropa, o sub-comandante, o corneteiro, o porta flâmula e a guarda bandeira estão posicionados em frente ao palanque e na frente da tropa, logo, o centro é o lugar de honra. Em seguida, estão dispostas as demais unidades militares, cuja ordem hierárquica segue da direita para a esquerda, após a Banda de Música (identificada na imagem pela sigla B. Mús). (Figura 4)

Nessa imagem, observa-se que a honra está vinculada à hierarquia, e assim ao poder institucional. Os alunos da Escola de Oficiais ocupam a direita, pois essa unidade é a que possuiu maior capital simbólico: os agentes da Escola serão os futuros comandantes. As unidades que estão à esquerda são aquelas que possuem menor capital simbólico e esse lugar é ocupado pelo Grupamento de Bombeiro e Companhia de Polícia Feminina (Cia PM Fem) que é a última unidade da esquerda. A unidade policial feminina é a que possui menor capital simbólico institucional, se considerarmos a representação da disposição das unidades militares durante as solenidades institucionais e em relação aos discursos dos heróis institucionais. Os responsáveis pela salvação da Pátria no passado foram homens e os policiais militares devem seguir o exemplo desses homens, dos quais são herdeiros. Além do mais, quem tem a autoridade e o reconhecimento para falar em nome da instituição é o Comandante Geral que está na frente da tropa e em um palanque, o que o coloca acima do nível dos demais agentes da instituição. Esse ordenamento dos policiais no pátio do quartel emite um discurso que indica o poder atribuído à posição dentro da ordem institucional, pois o poder não pertence à pessoa, mas à posição que lhe dá reconhecimento e legitimidade.

Na comemoração de 10 de agosto do ano de 1994 (Figura 5) foi excluído o pelotão feminino e o pelotão do Corpo de Bombeiros passou a ocupar o espaço antes destinado ao pelotão feminino. Outra alteração se dá com relação à Companhia de Choque que ocupava a direita da tropa, como se observa na imagem da Figura 5.

Essas alterações na disposição da tropa indicam mudanças no poder simbólico das unidades de polícia. A exclusão da unidade feminina da tropa não significa que as policiais não participaram da solenidade, porém elas estavam incorporadas às unidades policiais para as quais foram designadas. A incorporação das policiais à tropa tem um significado ambíguo: pode ser um indicativo de igualdade entre policiais masculinos e femininos – embora a legislação permanecesse inalterada –, assim como pode representar que a Polícia Militar é espaço de homens, pois as policiais femininas incorporadas à tropa se tornam invisíveis, uma vez que o número de mulheres é menor que o de homens e que a própria farda dificulta a diferenciação do particular em meio ao coletivo. Além do mais, o posicionamento da Companhia de Choque (Cia P Chq) ao lado da Escola de Oficiais é indicativo de uma reafirmação da identidade institucional, fundada em um ideal de masculinidade que valoriza a bravura, a coragem e a força. Uma unidade que representa o modelo ideal de masculinidade, fundado no combate e na violência, está em um lugar de honra.

A exclusão da Companhia de Polícia Feminina da cerimônia de 10 de agosto é uma afirmação do poder simbólico institucional como pertencente aos homens. É uma representação da ordem institucional que confirma as conclusões dos estudos de Cynthia Cockburn, que concluiu que os espaços de poder nas organizações são ocupados por homens,<sup>261</sup> e de Pierre Bourdieu, que identificou a ordem social como masculina e excludente.<sup>262</sup> Os espaços identificadores da masculinidade são negados às mulheres, preservando a identidade institucional como identificadora da masculinidade e pertencente aos homens.

A constituição de um espaço para o feminino dentro da instituição se deu pela definição de uma legislação específica para a policial feminina; um quartel exclusivo para abrigar a unidade feminina; uma hierarquia própria e inferior à hierarquia da polícia militar, a qual manteve inalterado o capital simbólico institucional, que continuou a ser identificador de masculinidade e assim representado nas solenidades institucionais. O poder de comando continuou pertencendo aos Oficiais Masculinos. A formação das policiais militares femininas durante os cursos destinados às Policiais Femininas Praças e Oficiais é o início de

<sup>261</sup> COCKBURN, C. **In the way of women**: men's resistance to sex equality in organizations. London: Macmillan, 1991.

<sup>262</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007. p. 34.



um processo de incorporação à ordem institucional que tende a excluir as mulheres das funções de comando da unidade de Polícia Feminina, assim como das outras unidades policiais militares.

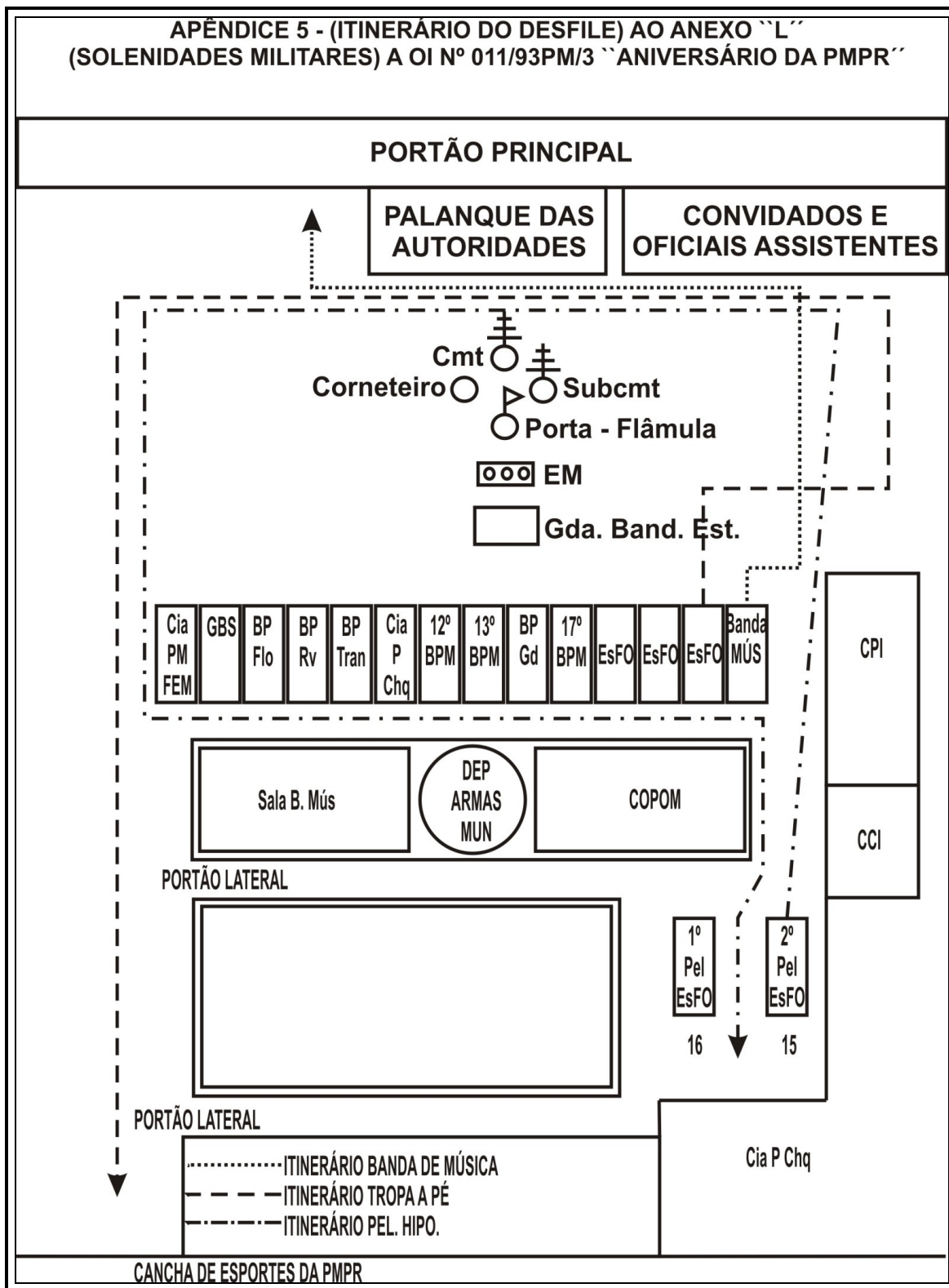


FIGURA 4 - DISPOSIÇÃO DA TROPA NA COMEMORAÇÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1993.

Fonte: Boletim Geral n. 149, 1993. Desenho adaptado: ANSBACH, O.

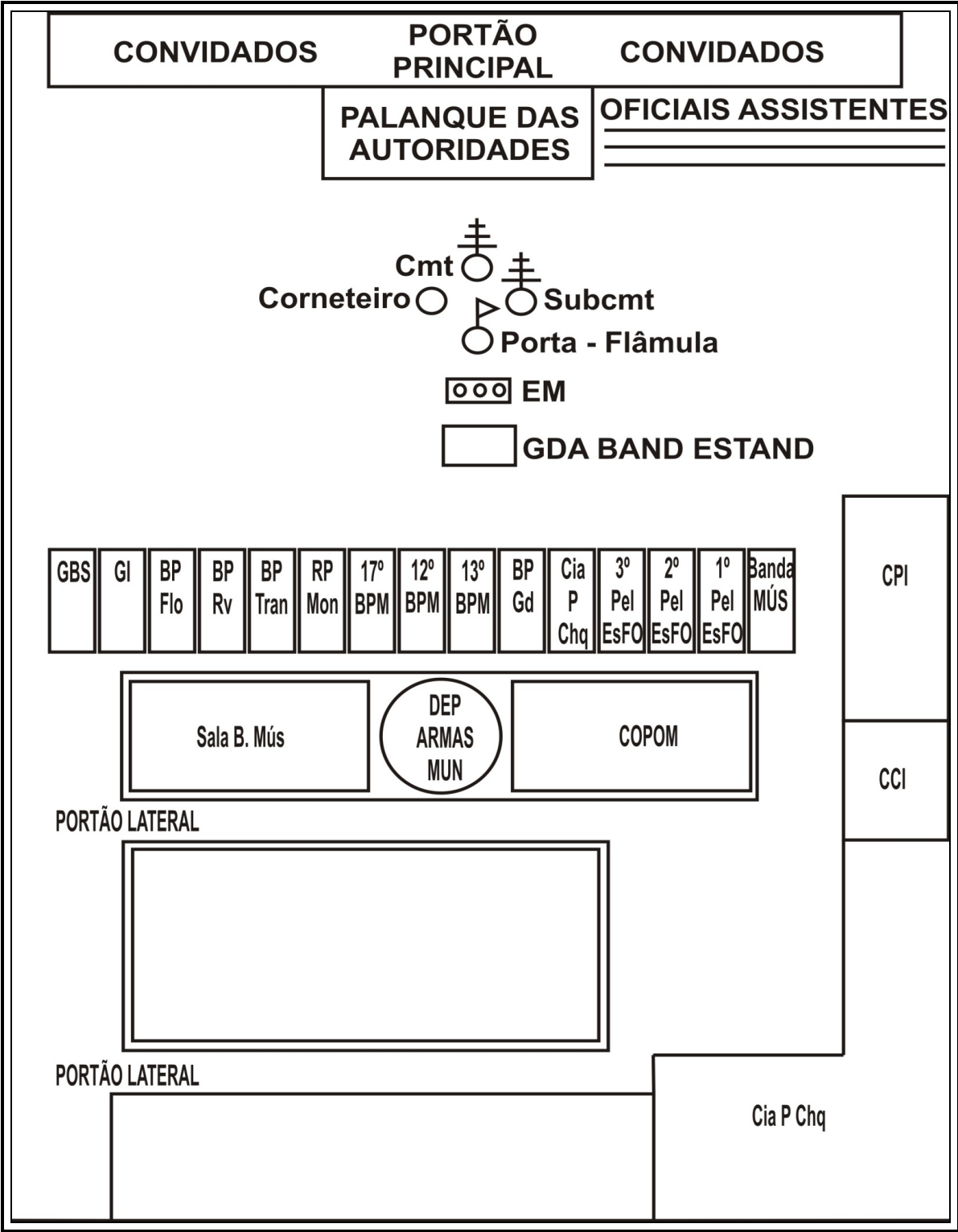


FIGURA 5 - DISPOSIÇÃO DA TROPA NA COMEMORAÇÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1994

Fonte: Boletim Geral n. 149, 1994. Desenho adaptado: ANSBACH, O.

## 2.2 AS MULHERES VESTIRAM A FARDA: A INCLUSÃO DE CIVIS E A CONSTITUIÇÃO DAS MILITARES FEMININAS

A legislação de 1949 define um modelo de policial, descrito no texto de juramento do soldado e pronunciado pelos formandos na cerimônia de formatura. Após esse juramento público, civis são instituídos em policiais militares, legitimando a diferença entre os investidos e os outros, conforme afirma Pierre Bourdieu, o que transforma a pessoa consagrada, “porque a investidura transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação”.<sup>263</sup> Ao pronunciar o seguinte texto:

Alistando-me soldado na Polícia Militar do Estado do Paraná, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, respeitar os meus superiores hierárquicos, tratar com afeto os meus companheiros de arma e com bondade os subordinados; cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes e voltar-me inteiramente ao serviço do Estado e da minha Pátria, cujas instituições, integridade e honra, defenderei até com o sacrifício da minha própria vida.<sup>264</sup>

A pessoa é reconhecida e se reconhece como Policial Militar e assume um espaço dentro da ordem institucional e do Estado, incorporando a ordem estabelecida – disciplinar e hierárquica. O modelo de soldado definido pelo juramento de consagração representa o ideal do guerreiro, que luta até a morte para defender o Estado, uma construção histórica e culturalmente consolidada, que define o espaço da luta e das armas como pertencente aos homens. Com a entrada de mulheres nesse espaço de guerreiros, a instituição iniciou um processo de construção de um modelo de policial feminina que estava relacionado à definição de mulher que nele poderia ingressar. As características – a altura, o peso, o estado civil, a moral – determinadas para as candidatas são necessárias para constituição do modelo de policial feminina.

As mulheres selecionadas cumpriram os requisitos definidos e deveriam se constituir em policiais iguais ao modelo estabelecido. Ao vestirem a farda, elas assumem o discurso e incorporam uma identidade definida pela legislação, pois ao se sujeitarem ao discurso elas assumiram uma posição que constitui suas

<sup>263</sup> BOURDIEU, **A economia...** *op cit*, 1998. p.99.

<sup>264</sup> ESTADO...*op cit*. **Decreto n. 9.060**, 1949.

identidades, que não estão livres de contradições. O modelo é necessário para diminuir as diferenças de apropriação da identificação e indica uma busca por uma construção discursiva homogênea, que deveria sobrepor-se à subjetividade.

Na Grécia Antiga, o modelo de guerreiro pertencia aos homens. As poucas mulheres que se tornaram guerreiras são identificadas pela renúncia ao casamento e à condição de esposa para ocupar um espaço masculino. A deusa Atena, filha de Zeus, renunciou à maternidade e ao casamento, mantendo-se virgem, para tornar-se uma guerreira, e guarda a democracia ao acesso dos homens. Na lenda grega das Amazonas, uma sociedade de guerreiras cujos filhos tinham apenas mães, as mulheres se constituíram em guerreiras pela renúncia ao casamento e à feminilidade.<sup>265</sup>

A preocupação com a definição do perfil das mulheres que ingressariam na Polícia Militar do Paraná indica que desde a Antiguidade a mulher que se propõe ingressar em um espaço destinado aos guerreiros precisa apresentar um perfil específico. A definição do perfil para as candidatas à Polícia Feminina encontra-se no projeto de criação da unidade feminina, nos editais dos concursos e na legislação. Entre os anos de 1976 e 1979, definiu-se o perfil ideal das mulheres que se tornariam policiais femininas, o qual pode ser vinculado a uma adaptação do ideal de mulher guerreira grega.

O primeiro perfil da mulher candidata a policial feminina foi definido no ano de 1976, em um documento identificado como sendo a Diretriz de Recrutamento para a turma do ano de 1977. Nele a única diferença com relação ao perfil dos homens é com relação à altura e ao sexo<sup>266</sup>. No ano de 1977, foi publicado outro documento, que tinha com base o texto do Decreto de criação da Polícia Feminina e afirmava a necessidade de observar os critérios previstos para o pessoal masculino, porém com “as adaptações necessárias à natureza do pessoal feminino”.<sup>267</sup> A partir desse documento, aprofundaram-se as diferenças entre o perfil feminino e o perfil masculino, os quais constituem as diferentes identidades para policiais militares e policiais femininas. Embora o juramento permanecesse igual para ambos os sexos,

<sup>265</sup> IRIARTE, A. La virgen guerrera en el imaginario griego. In: TAVERA, Susanna; NASH, Mary (Eds). **Las mujeres y las guerras**: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporânea. Barcelona: Icaria Editorial, 2003. p. 17-32.

<sup>266</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 009/76**. Curitiba, 1976. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná).

<sup>267</sup> ESTADO... *op cit.* **Decreto n. 3.238**, 1977.

a constituição das identidades dos agentes que se inicia com o processo de seleção é diferente para homens e mulheres.

Assim, as diferenças são necessárias para constituição das identidades na Polícia Militar do Estado do Paraná. Conforme afirma Tomaz Tadeu da Silva, em seu estudo sobre identidades, é necessário conhecer o espaço social em que são instituídas as diferenças, pois identidade e diferença são inseparáveis.<sup>268</sup> Os processos de identificação e diferenciação, prossegue o autor, resultam de produções discursivas e simbólicas, constituídas por relações de poder que demarcam as fronteiras, dividindo e ordenando o espaço social. Os sujeitos históricos que detêm o poder de ordenar e classificar atribuem valores e hierarquizam o social.<sup>269</sup>

Portanto, os perfis físico e moral da candidata e da policial feminina, utilizando os termos presentes nos documentos da instituição, são características identificadoras da Polícia Feminina – constituindo a identidade das agentes e também a institucional – e foram definidos pelos Oficiais da instituição – recordando que o Comandante Geral é um Oficial do Exército – e expressam um conservadorismo vinculado às instituições militares.

A definição de um espaço para a mulher na Polícia Militar do Estado do Paraná é central no processo de implantação da Polícia Feminina e acompanha-se da necessidade do Comando Geral em negar a influência do feminismo no processo, afirmando que a Polícia Feminina “não é um movimento feminista, embora seja uma ambição latente da mulher, particularmente no campo social, de concorrer em igualdade de condições [...]”.<sup>270</sup> Ao se referir ao movimento feminista, a Polícia Militar fez referência à “ambição” das mulheres pela “igualdade de condições” no “campo social”, indicando que esse não é o objetivo das mulheres policiais militares. Ao reafirmar as asserções da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM)<sup>271</sup> de que as Polícias Femininas seriam unidades com “graus hierárquicos assemelhados ao da hierarquia militar”<sup>272</sup>, indicava que dentro da instituição policial as diferenças

<sup>268</sup> SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.73-102; p. 7.

<sup>269</sup> SILVA, *Op cit*, 2000, p. 81-82.

<sup>270</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Diretriz n. 076/79**, 1979.

<sup>271</sup> ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Portaria n. 027/77**, Normas para organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Inspetoria Geral da Polícias Militares (IGPM), Brasília, 16 de junho de 1977.

<sup>272</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Diretriz n. 076/79**, 1979.

entre homens e mulheres seriam mantidas, independente da movimentação política das mulheres daquele contexto. Na polícia militar, as mulheres são destinadas a ocupar espaços culturalmente identificados como femininos, os quais foram historicamente constituídos como inferiores ao masculino e identificados como atributos do sexo feminino – como a gentileza, o cuidado e o sentimento.

As armas e a violência pertencem historicamente aos homens, porque são justificadas por uma construção que naturaliza os atributos vinculados ao sexo masculino – como a força, a coragem, a razão. Sendo assim, afirma Françoise Héritier, a violência dos homens é legítima e a das mulheres é transgressora. O uso das armas pelas mulheres e a participação delas em combate são aceitos apenas quando em defesa do Estado e em caráter de exceção.<sup>273</sup> O espaço tradicional da mulher e do feminino é caracterizado, conforme afirmações de Pierre Bourdieu, “por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação”,<sup>274</sup> que historicamente são identificadas como inferiores às características masculinas.

Herdeiras dessas construções históricas – que inferiorizam as características identificadoras da feminilidade e que identificam o sexo feminino como seu portador natural – e inseridas num contexto ditatorial, as instituições que criaram a Polícia Feminina no Paraná – a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), a Polícia Militar e o Estado do Paraná – reafirmam essas construções nas legislações e documentos que constituem a Polícia Feminina. A legislação do ano de 1979, comparada com os documentos de 1977, aprofundou as diferenças entre a Policial Feminina e o Policial Militar, percebidas nas definições do “perfil físico e social”<sup>275</sup> das mulheres que deveriam ingressar na corporação e no que se refere ao modelo de policial feminina.

A Diretriz de recrutamento para o Curso de Sargento Feminino de 1977<sup>276</sup> definiu o perfil físico afirmando que “no ato da inscrição far-se-á o exame biométrico preliminar relativo à altura e proporcionalidade corporal (peso x altura), [...]” e “idade

<sup>273</sup> HÉRITIER, F.. **Masculino Feminino**: dissolver a hierarquia. Lisboa, Instituto Piaget, 2002, p. 60-62.

<sup>274</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007. p. 73.

<sup>275</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Diretriz n. 076/79**, 1979.

<sup>276</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 029/77**. Boletim Geral n. 105. Curitiba, 06 de junho de 1977. Essa Diretriz cita como referências os seguintes documentos: Lei de Organizações Básicas, 1976; Decreto de Criação da Polícia Feminina (n. 3238/77); Decreto de Reorganização da PMPR (n. 3239/77)

entre 18 e 28 anos”.<sup>277</sup> Ficou definida a altura mínima de 1,60m, medida que permaneceu inalterada até 2000. Com relação às questões social e moral, os editais de 1977 referem-se à necessidade da candidata “não ter antecedentes criminais”, bem como “ser solteira, viúva ou desquitada, sem encargos de família”.<sup>278</sup> Comparando as definições de recrutamento das candidatas a Sargento com o recrutamento dos homens para o Curso de Formação de Sargentos, identificam-se algumas diferenças. Para o candidato homem, a idade ficou definida entre 19 e 26 anos e a altura em 1,65m<sup>279</sup>. Também não há referência à proporção peso/altura.<sup>280</sup> Os motivos da diferença da idade e da altura para homens e mulheres não são explicitados. Porém, culturalmente, a altura é símbolo de poder, pois historicamente os homens são representados como altos e fortes, enquanto as mulheres são baixas e fracas. Essas diferenças socialmente construídas são incorporadas na organização da Polícia Militar, que afirma serem os homens mais altos que as mulheres e, sendo assim, mais nobres para a atividade de policiamento. O valor simbólico historicamente atribuído à diferença entre as alturas de homens e mulheres foi mais uma justificativa que norteou a constituição de um espaço feminino subordinado ao masculino.

Analisando a altura das mulheres que ingressaram como Praças na Polícia Militar do Paraná nos primeiros anos – entre 1977 e 1982 –, observa-se que aproximadamente 50% delas tinha altura inferior a 1,65m, a altura mínima para os homens. A propósito, há mulheres com altura inferior à mínima especificada nos editais (1,60 m). No ano de 1979, doze (12) candidatas solicitaram ao Comando Geral isenção de altura para realizar inscrição para o Concurso de Formação de Soldados Femininos e o pedido foi aceito, fato que não ocorria com relação aos pedidos dos homens.<sup>281</sup> Sendo a diferença física entre a altura de homens e mulheres significada como um atributo de força, que é um dos valores que

<sup>277</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 029/77**. Boletim Geral n. 105, 1977.

<sup>278</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 029/77**. Boletim Geral n. 105. Curitiba, 06 de junho de 1977. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital n. 2/77**. Boletim Geral n. 113. Curitiba, 17 de junho de 1977.

<sup>279</sup> A altura exigida para o recrutamento de homens permanece inalterada entre 1977 e 2000.

<sup>280</sup> Em 1995 foi localizado um edital para Concurso de Soldados masculinos que exigia proporção peso/altura. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital n. 01/95 CRS**. Boletim Geral n. 102. Curitiba, 30 de maio de 1995.

<sup>281</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 017. Curitiba, 14 de janeiro de 1979.

identificam a instituição, as Praças da Polícia Feminina são os agentes com menor capital simbólico.

Outra diferença se dá com o perfil social, utilizando termo presente na legislação. No ano de 1978 exigia-se do candidato civil, para se inscrever no Curso de Formação de Sargentos, “ser solteiro”, “não possuir antecedentes criminais” e estar em condições “de ambiente social e doméstico, que não colidam com as obrigações e deveres impostos aos integrantes da Polícia Militar”.<sup>282</sup> Não há referência à questão de encargos familiares, bem como a ser viúvo ou desquitado. Observa-se que, com relação ao estado civil, há maior flexibilidade para as mulheres, que poderiam ser viúvas, desquitadas ou solteiras. No entanto, observando os dados sobre as mulheres que foram incluídas na instituição antes da alteração na legislação, que ocorreu no ano de 1979, verifica-se que entre as setenta e três (73) admitidas não há registro do ingresso de viúvas, sendo uma (01) desquitada e as outras setenta e duas (72) solteiras. As exigências morais para os candidatos a sargentos homens e mulheres, definidas nos editais, indicam que a instituição estava construindo um padrão moral feminino que não compartilhava do ideal da guerreira, mas também se diferenciava do masculino. Porém, na prática, a maioria das mulheres que ingressaram na instituição eram solteiras, condição igualmente exigida dos homens e identificadora do perfil da guerreira. As definições abstratas sobre as condições de vida doméstica exigidas para os homens e as mulheres indicam uma aproximação entre os padrões masculino e feminino. A diferença entre os perfis exigidos aos homens e às mulheres está na capacidade de cometer ações criminosas, pois para as mulheres não há referência a antecedentes criminais, ainda que na prática a instituição deva ter verificado se as candidatas aprovadas cometeram atos criminosos.

No ano de 1979, mudou o perfil exigido para as mulheres que iriam vestir a farda da Polícia Militar do Paraná, o que é indicativo de uma tentativa de conciliar os ideais de guerreira e de mulher da Escola Superior de Guerra, que segue um modelo conservador. Sendo assim, definiu-se que as candidatas a policiais possuísem “padrões de conduta moral e de bons costumes insuspeitos”; “boa conduta pessoal, honorabilidade, antecedentes de família e relacionamento irreprováveis”, comprovados pela “investigação social” e por “outros instrumentos de

---

<sup>282</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 212. Curitiba 16 de novembro 1978.



avaliação”; bem como deveriam “ser solteiras, não se admitindo o ingresso na organização de mulheres desquitadas ou divorciadas, viúvas e amasiadas, [...], ainda que não possuam encargos de família”.<sup>283</sup> Essa alteração constitui outro ideal de mulher a ingressar na instituição. Os motivos da mudança no perfil moral exigido para as candidatas não estão expressos nos documentos institucionais do final da década de 1970, mas o estado civil exigido das candidatas nos anos de 1977 e 1978 não correspondia ao modelo que representava a guerreira e apresentava os valores que identificavam as mulheres merecedoras de vestir a farda da Polícia Feminina. Todavia, a contradição entre a função social da mulher, idealizada pela Escola Superior de Guerra, e o ingresso de mulheres em uma unidade militar que era comandada por um oficial do Exército e identificada como sua força auxiliar, permaneceu.

Em meados da década de 1980, o Comando Geral solicita aos Comandantes dos Batalhões onde foram criados Pelotões de Polícia Feminina um estudo sobre os pontos positivos e negativos da criação da Polícia Feminina.<sup>284</sup> Entre os vários aspectos, a moralidade das candidatas que ingressaram é destacada como ponto negativo, devido a envolvimento pessoais entre os policiais e as policiais.<sup>285</sup> Mesmo com as exigências legais, os Oficiais Comandantes apontam como problema a moral das candidatas selecionadas, que não corresponde ao padrão moral idealizado pela Polícia Militar para a Policial Feminina.

O perfil social exigido das candidatas e das policiais foi instituído pela legislação e representa o ideal de mulher que é compartilhado pelos agentes que formam o Comando da Polícia Militar – um Oficial do Exército e Oficiais Superiores da Polícia Militar – e pelos agentes da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e do Governo do Estado do Paraná. Os valores abstratos identificadores da conduta da mulher que será instituída policial militar significam as suas experiências e qualificam-nas como socialmente aceitas para uma policial feminina, definindo as fronteiras entre a moral da policial e do policial e produzindo identificações. Para os homens, exige-se uma moralidade comprovada pela pesquisa social, porém ela não é qualificada como ocorre com a definição do ideal de policial feminina. Enquanto a

<sup>283</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Grifo no original)

<sup>284</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Memorando n. 010/86** – Comandante do CPI. Curitiba, 09 de abril de 1986.

<sup>285</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Estudo do Estado Maior - EM n. 02/86**. Ponta Grossa, 05 de maio de 1986. (Arquivo 1º BPM)

moralidade do homem é identificada pelos antecedentes criminais, a moral feminina é significada pelos antecedentes de família e pelos seus relacionamentos pessoais. Define-se uma separação entre as esferas pública, que pertence ao masculino, e privada, que é vinculada ao feminino.

Na análise dos editais dos Concursos para Oficiais emitidos entre 1978 e 2000, detecta-se que o edital para o Concurso de Oficiais Femininos do ano de 1978 exigia das candidatas serem solteiras, viúvas ou desquitadas, com idade de até 28 anos, altura de 1,60m e as outras características exigidas aos candidatos civis ao Curso de Sargento daquele ano. Já os homens deveriam possuir a altura de, no mínimo, 1,65m, serem solteiros e possuírem moral comprovada. A partir de 1979 ocorreu uma aproximação entre o perfil dos homens e das mulheres, cuja diferença ficou restrita à altura, como se observa no edital do “Concurso para admissão ao Curso de formação de Oficiais Policiais-Militares e Policiais Militares Femininos”<sup>286</sup> do ano de 1983, que exigia dos candidatos e candidatas serem: solteiros (as); ter entre 18 e 25 anos; ter 1,65m, se mulher, e 1,70m, se homem.<sup>287</sup> Esses editais, que são imposições de identificações e diferenças, indicam que entre os Oficiais se buscou uma unificação dos perfis de candidatos e candidatas. Uma aproximação significativa, pois a Escola de Oficiais forma os herdeiros e transmissores do capital simbólico institucional. Criar um padrão próximo para homens e mulheres é indicativo de uma pretensa homogeneidade no grupo dos Oficiais. Mesmo que as Oficiais sejam uma contradição no círculo, elas precisam incorporar o capital simbólico do grau hierárquico que lhes for atribuído para serem respeitadas entre os iguais, mesmo sendo diferentes.

Nos editais dos Concursos para Soldados de 1978<sup>288</sup> e 1981<sup>289</sup> observa-se que a questão central, quanto ao perfil das candidatas, é a moral. A partir da década de 1980 não há mais referências ao peso, porém se acentua a preocupação com a moral das candidatas e com seu estado civil. Os editais emitidos entre 1981 e 1988 exigiam da candidata “ser solteira”, “não possuir encargos de família” – com a

<sup>286</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Edital n. 13/83 Diretoria de Ensino (DE). In: **Boletim Geral**, n. 219. Curitiba, 24 de novembro de 1983.

<sup>287</sup> POLÍCIA..., *op cit*, Edital n. 13/83, 1983.

<sup>288</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 210. Curitiba, 13 de novembro de 1978.

<sup>289</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 118. Curitiba, 26 de junho de 1981.

comprovação de um “atestado de estado civil passado por duas pessoas idôneas”<sup>290</sup> –, ter “boa conduta, honrabilidade e antecedentes irreprováveis”.<sup>291</sup> Após a promulgação da Constituição Brasileira, fato ocorrido em 5 de outubro de 1988, o estado civil das candidatas deixou de ser requisito para ingresso na Polícia Militar, todavia o texto da Diretriz n. 76/79 não foi alterado e a preocupação com a moral das candidatas permaneceu. Enquanto nos editais para recrutamento de homens não havia referência à moral e o estado civil de solteiro, mas apenas aos “antecedentes criminais”<sup>292</sup>, os editais dos concursos para Polícia Feminina exigiam da candidata “não possuir antecedentes nos aspectos criminal, policial, social e moral que contra-indiquem a função, [...]”<sup>293</sup>. O discurso identificador da moral feminina e masculina pela Polícia Militar é construtor de diferença e identidade e expressa uma ordem social que define o homem honrado como aquele que respeita as leis e a mulher honrada por um comportamento socialmente aceito como digno.

A mulher solteira e possuidora de comportamento compatível com a moral feminina idealizada pela instituição é o modelo ideal. A idealização da policial feminina como uma mulher solteira é uma adaptação que reproduz o ideal da guerreira, presente nos mitos e entre as deusas da Antiguidade grega, bem como o ideal da “esposa não trabalhadora”<sup>294</sup>, defendido pelos sindicatos do século XIX, conforme afirma Joan Scott, em seu estudo sobre as trabalhadoras do século XIX. Em seus estudos sobre o trabalho de mulheres, Cristina Bruschini constata que o número de mulheres trabalhadoras separadas e solteiras, no Brasil das décadas de 1970 e 1980, superava o de casadas, sendo as jovens e solteiras “preferidas pelos empregadores”.<sup>295</sup> A partir dessa informação, conclui-se que a Polícia Militar reafirmava uma prática histórica que identifica as mulheres trabalhadoras como solteiras, ao definir o perfil do estado civil das candidatas a policial feminina.

<sup>290</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Boletim Geral**, n. 118, 1981. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 116. Curitiba, 24 de junho de 1988.

<sup>291</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital n. 09 Diretoria de Ensino (DE)**. Curitiba, junho de 1982. (Arquivo PM/1)

<sup>292</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 142. Curitiba, 26 de julho de 1994. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 102. Curitiba, 30 de maio de 1995.

<sup>293</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, nº 95. Curitiba, 20 de maio de 1996.

<sup>294</sup> SCOTT, J. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, G; PERROT, M. (dir.) **História das mulheres no Ocidente: O século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991. p. 443-475; p. 467.

<sup>295</sup> BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, M. M. (org.) **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994. p. 63-93; p.69.

A ênfase na moral da candidata permanece nos editais até o ano de 1996, quando ocorreu o último concurso para Soldado da Polícia Militar Feminina.<sup>296</sup> A diferença entre a moral feminina e a masculina indica uma permanência do corpo como norteador da definição do espaço masculino e do espaço feminino na instituição policial militar. Como o espaço masculino já está legitimado na instituição, a preocupação estava em definir um espaço feminino sem alterar o capital simbólico institucional. Além do mais, a moral feminina idealizada era significada pelo estado civil das mulheres que foram incluídas na instituição, entre 1977 e 1990. Um estudo recente sobre mulheres policiais militares no Brasil confirma que a maioria das policiais militares é solteira.<sup>297</sup> O que indica a profissão de policial é socialmente aceita como pertencente às mulheres solteiras.

A mulher solteira e observadora da moral e dos bons costumes é o ideal de policial feminina. Ao definir esse ideal a Polícia Militar re-significou o arquétipo de guerreira, porém, é uma identificação de feminilidade contrária ao ideal de mulher do Regime Militar e as experiências das mulheres que vestiram a farda da Polícia Militar. Pertencer à Polícia Feminina significava assumir diferentes identidades, constituídas pela relação entre o ideal de mulher presente na legislação da instituição, os círculos hierárquicos e as experiências pessoais constituintes da feminilidade. No entanto, devido ao controle da instituição sobre seus agentes, principalmente do sexo feminino, as ações pessoais tendem a se enquadrar no ideal institucional para evitar as punições disciplinares.<sup>298</sup>

As cento e cinquenta e uma (151) mulheres que entraram para a Polícia Feminina entre os anos de 1977 e 1982 identificaram-se principalmente como estudantes. Entre as demais, a maioria se identificou como auxiliar de escritório ou professora, atividades que indicam uma tendência à reprodução das profissões historicamente identificadas como femininas, confirmando as conclusões dos estudos de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombard, sobre trabalho feminino<sup>299</sup>.

<sup>296</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Geral**, n. 95, 1996.

<sup>297</sup> SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres...** *op cit*, 2005. p. 162.

<sup>298</sup> O capítulo IV aborda as transgressões disciplinares.

<sup>299</sup> BRUSCHINI, C.; LOMBARD, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras**: trabalho feminino no final do século XX. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.157-196.

QUADRO 12 - PROFISSÕES DAS MULHERES QUE INGRESSARAM NA POLÍCIA FEMININA (1977-1982)

PROFISSÃO	1977	1979	1980	1981	1982
Estudante	25	17	26	18	12
Professora	06	02	-	01	-
Auxiliar de escritório	03	05	-	04	04
Comércio	-	-	-	-	04
Outras <sup>(1)</sup>	08	07	-	07	02
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>30</b>	<b>22</b>

Fontes: Boletins Gerais, 1977-1982.

(1) Telefonista, secretária, laboratorista, funcionária pública, socióloga, escriturária, radiocomunicadora, auxiliar de contabilidade, costureira, decoradora, enfermeira, contadora, recepcionista e datilógrafa.

Nos anos seguintes, há uma permanência dessas profissões. São mulheres que ocupavam áreas de trabalho que, para Tânia Mara Galli Fonseca, são “como gueto ocupacional de mulheres”<sup>300</sup>, que reproduzem as relações simbólicas da esfera doméstica<sup>301</sup>, as que foram aprovadas para entrar na Polícia Feminina.

Ao ingressarem na Polícia Feminina, essas mulheres iniciam um processo de incorporação da identidade de policial feminina, constituída por instituições do Estado, e que reproduz uma ordem simbólica de dominação masculina. A inclusão na instituição, publicada pelo Boletim Geral, é o marco inicial desse processo de incorporação de uma identificação que se expressa na legislação, na ordem do espaço físico dos quartéis e da disposição da tropa nas solenidades institucionais, na hierarquia e na farda. Vestir a farda, conforme afirma Pierre Bourdieu, é incorporar uma identidade, um *habitus* institucional. Assim, somente as mulheres que possuísem o padrão moral definido pela instituição poderiam incorporar, isto é, vestir a farda identificadora da policial feminina e da Polícia Militar. A veste simbólica que representa a identificação institucional e as diferenças de gênero.

A não localização de legislação regulamentando o uniforme da Polícia Feminina impede uma análise do discurso institucional sobre a farda feminina. Na Diretriz do ano de 1979, afirma-se que “o uniforme da policial feminina se caracteriza pela sua simplicidade, conforto e discrição, obedecendo, no entanto, à tendência mais significativa da moda feminina da época”.<sup>302</sup> Considerando as fotos e as fardas existentes no Museu da Polícia Militar, assim como a pesquisa sobre uniformes da Polícia Militar do Estado do Paraná realizada por Everaldo Guilmann, observa-se

<sup>300</sup> FONSECA, T. M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 94.

<sup>301</sup> FONSECA, *op cit*, 2000, p. 97.

<sup>302</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Diretriz n. 076/79**, 1979.

que a bota com salto ou o sapato com salto, assim como a saia-calça e a bolsa, são diferenciadores da farda feminina. Em 1977, segundo Everaldo Guilmann<sup>303</sup>, havia quatro uniformes femininos compostos por saia-calça e um por calça, além, é claro do uniforme de educação física. O fardamento composto por calça, segundo estudos de Rosemeri Moreira, era destinado apenas à instrução dentro dos quartéis; a farda utilizada pelas policiais nas atividades de policiamento, no final da década de 1970, foi o de saia-calça e bolsa a tiracolo.<sup>304</sup> Não há referências sobre quando as policiais passaram a usar calça nas atividades de policiamento, mas uma análise das fotos existentes no arquivo do Museu da Polícia Militar indica meados da década de 1980.

A mudança no uniforme é indício de uma alteração no significado atribuído à policial feminina pela instituição ou resultado de reivindicações das próprias policiais, pois não deveria ser nada confortável trabalhar no policiamento de trânsito usando saia-calça, meias-calças e calçados com salto. Para Pierre Bourdieu, as roupas revelam um “confinamento simbólico” das mulheres que limita seus movimentos<sup>305</sup> e Richard Sennet indica que elas são constituintes de identificação, pois revelam “uma ordem social”<sup>306</sup> e “têm um sentido independente da pessoa que as usa e do corpo de quem as usa”.<sup>307</sup> Nas instituições militares, a farda é identificadora de uma posição dentro da hierarquia institucional, é símbolo do poder hierárquico.

Mudanças nas fardas da Polícia Feminina indicam alterações na constituição do feminino pela instituição, bem como no espaço ocupado pelas mulheres dentro desta. A observação do fardamento das policiais entre as décadas de 1980 e 2000 indica uma aproximação do uniforme feminino operacional<sup>308</sup> com o uniforme masculino operacional, ficando a saia e os calçados de salto reservados apenas a serviços administrativos e solenidades, conforme estudo de Everaldo Guilmann.<sup>309</sup> A aproximação simbólica dos uniformes feminino e masculino utilizados nas atividades de policiamento ostensivo aumenta a mobilidade das mulheres, antes dificultada pelos sapatos e pela saia-calça, diminuindo as diferenças simbólicas expressas pelo fardamento, entre os policiais e as policiais. No entanto, é necessário acrescentar

<sup>303</sup> GUILMANN, *op cit*, 2008 [mimeo], p.163. Ver Anexo.

<sup>304</sup> MOREIRA, *op cit*, 2007, p.140.

<sup>305</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007. p. 39.

<sup>306</sup> SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 91.

<sup>307</sup> SENNET, *op cit*, 1998, p. 92.

<sup>308</sup> Uniforme operacional é o utilizado nas atividades de policiamento ostensivo a pé, montado ou motorizado.

<sup>309</sup> Ver anexo 2 – Uniforme da Polícia Feminina

que há diferenças nas fardas dos diferentes tipos de policiamento – policiamento de trânsito, florestal, rodoviário, de choque –, indicando que existem diferentes identificações mesmo entre os policiais masculinos – além das diferenças constituídas pelos círculos hierárquicos –, o que resulta em diferentes constituições de masculinidade. Sendo a atuação da polícia feminina identificada como uma forma de policiamento, porém específico para mulheres que cumprissem os padrões exigidos pela legislação, a farda também constitui diferenças entre o masculino e o feminino e entre as agentes femininas.

Vestir a farda é um ato simbólico da incorporação, marcando a transição de uma identidade civil para a de policial feminina, em um processo de incorporação do texto da lei. Ao enquadrar-se dentro dos padrões definidos, a mulher civil se constitui em policial feminina, pois incorpora uma identidade. A expedição de um documento de identidade funcional dá legitimidade e reconhecimento legal à identidade, que é vestida e inscrita nos corpos das mulheres que se constituem em Policiais Femininas.

A constituição de mulheres civis em policiais femininas inicia-se com a seleção das candidatas que cumprem com o modelo definido, aprofunda-se nos cursos de formação de Soldado ou de Oficial e continua nos processos de diferenciação que se estabelecem no decorrer do dia a dia dentro da instituição. Além das diferenças na ordem hierárquica, no perfil exigido para as candidatas – definido pela legislação e expressos nos editais –, na farda, a definição de um currículo para mulheres é outro elemento da constituição da Policial Feminina, bem como da delimitação do espaço destinado ao feminino na instituição.

A construção de um currículo com disciplinas específicas à formação das Policiais Femininas é importante para o estabelecimento de uma identidade para a Policial Feminina. A diferença construída entre o masculino e o feminino “a partir da observação das regularidades anatômicas e fisiológicas da diferença dos sexos”, conforme afirmação de Françoise Héritier, “se constituem as categorias principais do pensamento, baseadas na oposição do idêntico e do diferente”,<sup>310</sup> que são organizadoras da ordem do espaço social.

A diferença entre os currículos de formação dos Policiais Militares e das Policiais Femininas é uma forma de estabelecer, conforme afirma Joan Scott,

---

<sup>310</sup> HÉRITIER, *op cit*, 2002. p.55-56.

“significados para as diferenças corporais”<sup>311</sup> e constitui e legitima “as hierarquias de gênero”<sup>312</sup>. Os currículos – formal e informal –, segundo Anastásia Prokos e Irene Padavic, produzem identidades generificadas que são constituídas em relação a outras estruturas sociais. As diferenças entre as identidades masculinas e femininas são reveladas pelo currículo formal, pelo número de instrutores homens, pelo número de mulheres recrutas em relação ao número de homens e pela definição de atividades e comportamentos femininos e masculinos. Essas diferenças definem a Polícia como pertencente aos homens e reforça a noção de que eles são superiores às mulheres nesse organismo, bem como em outros espaços sociais.<sup>313</sup>

O currículo em construção para a formação da primeira turma de policiais femininas diferenciava-se do currículo dos policiais militares apenas em uma disciplina, segundo afirmações expressas em uma monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do ano de 1983.<sup>314</sup> Essa afirmação resultou da consulta à Diretriz de Ensino para o Curso de Formação de Sargento Feminino. Porém, como o documento citado não foi localizado no arquivo da Polícia Militar, será utilizada somente a grade curricular citada no trabalho de conclusão. A comparação entre a grade do Curso de Formação de Sargento Feminino do ano de 1978 e a do Curso de Formação de Sargentos do ano de 1977 possibilita constatar diferenças nos currículos, conforme se verifica no quadro.

---

<sup>311</sup> SCOTT, J. Prefácio a “Gender and politics of history”. **Cadernos Pagu**, n.3, 1994. p.11-27, p.13.

<sup>312</sup> SCOTT, Prefácio... *op cit*, 1994, p.14.

<sup>313</sup> PROKOS, A. H.; PADAVIC, I. “There Oughtta Be a Law Against Bitches”: Masculinity Lessons in Police Academy Training. **Gender, Work & Organization** 9(4), 2002, p.439-459, Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/home>>. Acesso em: 09 jun 2009.

<sup>314</sup> GRECIO, A. P.; ALCURE, N. dos S.; ARAUJO, V. de M. **Análise do emprego da Polícia Militar Feminina no Policiamento Ostensivo Urbano de Curitiba**. Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, junho de 1983, p.13-14.



QUADRO 13 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SARGENTOS - 1977 E 1978

GRADE CURRÍCULO 1978 – CURSO DE SARGENTOS FEMININO	GRADE CURRÍCULO 1977 – CURSO DE SARGENTOS PM
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica
-	Matemática Básica
Comunicação e Expressão	-
Higiene Militar e Socorros de Urgência	Higiene e Primeiros Socorros
Psicologia e Relações Públicas e Humanas	Relações Públicas
Educação Física Militar	Educação Física
Instrução Geral	Instrução Geral
Ordem Unida	Ordem Unida
Armamento e Tiro	Armamento e Tiro
Informações e Contrainformações	Informação
Noções de Comunicações	-
-	Redação Oficial
Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial	Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial
Técnica Policial Militar	Técnica Policial Militar
Serviço Social	-
-	Método e Raciocínio Tático
-	Metodologia da Instrução
-	Polícia Judiciária
-	Geografia e História do Paraná
-	Assistência religiosa moral e social

FONTES: GRECIO, A. P., 1983<sup>315</sup>; Boletim Geral n. 100, 1977.

O currículo do Curso de Sargentos PM é mais extenso, contendo sete (7) disciplinas que o diferenciam do Curso de Sargentos Feminino. Entre essas disciplinas, está a de Matemática e a de Método de Raciocínio Tático, as quais reafirmam a constituição discursiva definidora do masculino como essencialmente lógico e destinado ao combate ao crime. Por outro lado, as duas (2) disciplinas que são específicas do Curso de Sargentos Feminino – Serviço Social e Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa) – indicam a concepção de feminilidade da instituição, qual seja: a mulher é destinada ao cuidado e à interação. Ademais, o maior número de disciplinas contidas no curso de formação de Sargentos PM afirma a superioridade intelectual masculina.

Ao comparar o Currículo do Curso de Sargentos Feminino com o Curso de Formação de Soldados PM do ano de 1978, observa-se uma aproximação maior da grade do Curso de Sargentos com a do Curso de Soldados.

<sup>315</sup> GRECIO, A. P.; ALCURE, N. dos S.; ARAUJO, V. de M. *op cit*, 1983, p.13-14.

QUADRO 14 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SOLDADOS PM DE 1978 E CURSO DE SARGENTOS FEMININO DE 1978

GRADE CURRICULAR 1978 - CURSO DE SOLDADOS PM	GRADE CURRÍCULO 1978 - CURSO DE SARGENTOS FEMININO
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica
Comunicação e expressão	Comunicação e Expressão
Aritmética	-
Higiene Militar e Socorros de Urgência	Higiene Militar e Socorros de Urgência
Relações Públicas e Humanas	Psicologia e Relações Públicas e Humanas
Educação Física Militar	Educação Física Militar
Instrução Geral	Instrução Geral
Ordem Unida	Ordem Unida
Armamento e Tiro	Armamento e Tiro
Informações e Contar Informações	Informações e Contar Informações
Noções de Comunicações	Noções de Comunicações
Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial	Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial
Técnica Policial Militar	Técnica Policial Militar
-	Serviço Social

FONTES: Diretriz n. 001/1978 DE<sup>316</sup>; GRECIO, A., p. 1983.

Essas grades demonstram que a formação das Sargentos foi bem diferente daquela dos Sargentos. Isso significa que, embora elas ingressassem com essa função, foram formadas como Soldados, mas com certa especificidade. O currículo feminino não compreendia a disciplina de Aritmética (Matemática), destinada a treinar o raciocínio lógico dos homens, uma das características constituintes da masculinidade institucional; no entanto, havia a disciplina Serviço Social, formadora das habilidades necessárias a uma policial feminina.

A justificativa para as diferenças nos currículos foi instituída principalmente pela Diretriz n. 076/1979, considerando que na Diretriz n. 048/1977 não há referência ao Currículo da Polícia Feminina. As diferenças são necessárias, segundo a Diretriz, para atender “às peculiaridades impostas pelas características específicas da organização de Polícia Feminina.”<sup>317</sup> Essas características específicas são para “atender às diferenças bio-psicológicas da mulher, bem como às características específicas das missões básicas”<sup>318</sup> da Polícia Feminina, segundo afirmações do documento citado.

Essa diferença de formação encontra-se em todos os Currículos de Curso de Formação de Soldados PM Fem entre 1977 e 1990. Comparando a grade do

<sup>316</sup> A Diretriz 001/1978 DE PMPR foi elaborada, segundo informações que constam da própria Diretriz, com base na Diretriz Geral de Ensino e Instrução 78/79 da IGPM. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 001/78, DE**. Curitiba, 1978. Arquivo PM/1.

<sup>317</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n.º 076/79**, 1979.

<sup>318</sup> POLÍCIA..., *op cit.* **Diretriz n.º 076/79**, 1979.

Curso de Soldado Feminino com a do Curso de Soldado Policial Militar do ano de 1983, reafirmam-se as diferenças, havendo distinções não só nas disciplinas como também na sua carga horária. Essa diferenciação entre os currículos dos homens e das mulheres no início da década de 1980 constitui uma ordem simbólica que define o que pertence ao feminino e o que pertence ao masculino no espaço institucional.

QUADRO 15 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SOLDADO PM E SOLDADO PM FEMININO - 1983

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR		CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR FEMININO	
Matéria	Carga horária	Matéria	Carga horária
Armamento e Tiro	49	Armamento e Tiro	40
Leis e Regulamentos	33	-	-
-	-	Instrução Geral	50
Educação Moral e Cívica	10	Ed. Moral e Cívica	10
Ordem Unida	40	Ordem Unida	40
-	-	Serviço Social	50
Matemática	19	-	-
Informações/ Contrainformações	13	Informação/ Contrainformação	10
Relações Públicas e Humanas	24	Relações Pública e Humanas	40
Língua Portuguesa	20	Língua Portuguesa	30
O.D.I.D.T. <sup>319</sup>	63	O.D.I.D.T.	20
Comunicações	09	Comunicação	10
Educação Física	60	Educação Física	80
Socorros de Urgência	29	Higiene e Socorros de Urgência	35
Tec. Pol. Mil. Pol. Ost. Comum	67	Tec. Pol. Mil. Pol. Ost. Comum	70
Tec. Pol. Mil. Pol. Radiopatrulha	67	Tec. Pol. Mil. Pol. Radiopatrulha	40
Tec. Pol. Mil. Pol. Trânsito	67	Tec. Pol. Mil. Pol. Trânsito	60
Defesa Pessoal	60	-	-

FONTE: Boletim Interno do 1.º BPM, n. 220, 1983.

Observa-se que as disciplinas de Matemática, Leis e Regulamentos e Defesa Pessoal são exclusivas do Curso de Formação de Soldado Policial Militar. Essa diferença afirma uma construção cultural secular na qual o pensamento lógico, a luta e o direito são domínio da masculinidade e culturalmente pertencentes aos homens. O espaço simbólico concernente ao feminino está fora da instituição militar; a presença de mulheres nos quartéis é, desse modo, uma contradição.

A comparação entre as grades de disciplinas dos cursos de Polícia Feminina dos anos de 1978 e de 1983 confirma a permanência do currículo.

<sup>319</sup> Organização de Defesa Interna e Defesa Territorial.

QUADRO 16 - GRADES CURRICULARES DOS CURSOS DE SARGENTOS FEMININO DO ANO DE 1978 E SOLDADO FEMININO DO ANO DE 1983

GRADE CURRÍCULO 1978 - CURSO DE SARGENTO FEMININO	GRADE CURRÍCULO 1983 - CURSO DE SOLDADO FEMININO
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa
Higiene Militar e Socorros de Urgência	Higiene e Socorros de Urgência
Psicologia e Relações Públicas e Humanas	Relações Públicas e Humanas
Educação Física Militar	Educação Física
Instrução Geral	Instrução Geral
Ordem Unida	Ordem Unida
Armamento e Tiro	Armamento e Tiro
Informações e Contra informações	Informações e Contra informações
Noções de Comunicações	Comunicação
Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial	Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial
Serviço Social	Serviço Social
Técnica Policial Militar	Téc. Pol. Mil. Pol. Ostensivo Comum
-	Téc. Pol. Mil. Pol. Radiopatrulha
-	Téc. Pol. Mil. Pol. Trânsito

FONTES: GRECIO, A. P., 1983; Boletim Interno do 1.º BPM, n. 220, 1983.

Observa-se que a grade do ano de 1983 é praticamente igual à do ano de 1978. A diferença está nas especificações da Técnica Policial Militar. No entanto, a grade do ano de 1978 é do Curso de Formação de Sargento Feminino, e a do ano de 1983, do Curso de Formação de Soldados. A permanência do currículo feminino de 1978 na formação das Soldados Policiais ao longo desses anos iniciais indica que o modelo de Policial Feminina manteve-se inalterado. Nesse período, foram redigidas as leis e normas que instituíram a policial feminina e do espaço feminino na hierarquia.

QUADRO 17 - CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SOLDADOS PM FEM E PM - 1988

GRADE CURRÍCULO – CURSO SOLDADOS PM FEM	GRADE CURRÍCULO – CURSO DE SOLDADO PM
Armamento e Tiro	Armamento e Tiro
Comunicações	Comunicações
Defesa Pessoal	Defesa Pessoal
Educação Física Militar	Educação Física Militar
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
-	Matemática
Socorros de Urgência	Socorros de Urgência
Ordem Unida	Ordem Unida
Relações Humanas	Relações Humanas
Serviço Social	-
Psicologia	-
-	Leis e Regulamentos
Instrução Geral	-
Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial	Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial
-	Informações
TPM I (policciamento ostensivo)	TPM I (policciamento ostensivo)
TPM II (policciamento de trânsito)	TPM II (policciamento de trânsito)
TPM III (policciamento de guarda e escolta)	TPM III (policciamento de guarda e escolta)
TPM IV (outros tipos de policiamento)	TPM IV (outros tipos de policiamento)
TPM V (policciamento modular)	TPM V (policciamento modular)
-	TPM VI (generalidades sobre extinção de incêndios)

FONTES: BOLETIM GERAL n. 182, 1988; BOLETIM GERAL n. 142, 1988.

No ano de 1990, os Cursos de Soldados PM Fem e PM apresentam os mesmos currículos, que são muito próximos dos currículos de 1978, o que indica não ter ocorrido alteração significativa na constituição das identificações dos soldados de ambos os sexos ao longo desses anos, mesmo com as mudanças sucedidas no processo de democratização do País. Na segunda metade da década de 1990, os currículos dos Cursos de Soldado Feminino e de Soldado Policial Militar foram unificados, assim como foram criados currículos específicos para cada tipo de policiamento. Passou a existir um currículo para Formação Geral e outros direcionados para o Policiamento de Trânsito Urbano, para o Policiamento Florestal, o Policiamento de Trânsito Rodoviário, o Policiamento Montado e o Policiamento de Choque.<sup>320</sup>

Comparando-se o currículo de Formação Geral do ano de 1995 como os currículos anteriores, identifica-se que foram excluídas as disciplinas Educação Moral e Cívica, Matemática e Português, bem como foram incluídas Deontologia

<sup>320</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 193**. Curitiba, 9 out. 1997.

Policial Militar, Psicologia Social e do Comportamento, Direitos Humanos e Cultura Jurídica.

QUADRO 18 - CURRÍCULO CFSD PM - 1995

ENSINO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Fundamental	Educação Física	90
	Deontologia Policial Militar	20
	Ordem Unida	40
	Psicologia Social e do Comportamento	30
	Relações Humanas	20
	Direitos Humanos	20
Instrumental	Comunicações	15
	Socorros de Urgência	20
	Legislação e Regulamentos	75
	Cultura Jurídica	60
	Armamento e Tiro	60
	Operação de Defesa Interna e Territorial	40
	Defesa Pessoal	40
Operacional	Técnica Policial Militar	200
	Prevenção e Combate a Incêndio	20
<b>Soma</b>		750
Execução Especial e Complementar	Estágio Supervisionado	30
	A Disposição do Comando	20
<b>Total</b>		800

FONTE: Boletim Geral n. 138, 1995. Diretriz para o funcionamento do CFSd PM.

A exclusão e a inclusão de disciplinas indicam uma alteração no processo de formação dos policiais. Isso não significa que ocorreu uma feminização do Currículo com a inclusão da disciplina Psicologia Social, pois ela é parte do currículo de Formação de Oficiais desde 1977. A partir da análise dos currículos apresentados, é possível concluir que houve um processo de eliminação das especificidades do feminino nos currículos, com a extinção da disciplina de Serviço Social, que, juntamente com a Matemática, marcavam a principal diferença na formação dos Soldados homens e mulheres. Todavia, durante o tempo em que os currículos foram marcadamente diferentes, os Policiais Militares e as Policiais Femininas incorporaram diferentes identidades, que afirmam o espaço do feminino na instituição. A presença insignificante de Policiais Femininas como instrutoras dos cursos de formação na Polícia Militar nas décadas de 1980 e 1990 é uma característica que reafirma as diferenças de gênero ocultas pelos currículos unificados, fato que também foi constatado por Anastasia Prokos e Irene Padavic, nos seus estudos sobre a Polícia dos Estados Unidos, do final da década de 1990.

Também é necessário relembrar que foi no início da década de 1990 que foi fechada a Companhia de Polícia Feminina. Nessa década, a Polícia Militar do Estado do Paraná reafirmou-se como instituição masculina, com a eliminação das identificações de feminilidade aparentes nos currículos e no espaço físico. Considerando-se, conforme as afirmações de Mariana Sirimarco, que a identidade do policial representa a identidade institucional e que os cursos de formação devem constituir policiais masculinos,<sup>321</sup> as mudanças ocorridas no organismo militar paranaense tinham como objetivo incorporar as mulheres ao capital simbólico institucional. Para serem reconhecidas como polícias militares as mulheres precisavam incorporar as características da masculinidade institucional. A função da escola de polícia é perpetuar a identidade institucional, que não é imutável, que tende a reproduzir a ordem institucional.

A diferença nos currículos dos Cursos de Formação de Soldado Policial Militar e Policial Feminino, bem como no primeiro Curso de Sargento Feminino, indica que Cabos, Sargentos e Oficiais Policiais Femininas tinham uma formação específica, justificada pela natureza da mulher e pelas atividades desempenhadas pelas policiais femininas. A não localização dos currículos dos Cursos de Sargentos Femininos e Cabos Femininos após o ano de 1978 impossibilitam a realização de uma análise comparativa para identificar as diferenças na formação desses graus hierárquicos. Considerando o número de Soldados mulheres matriculadas nos Cursos de Formação de Cabos Femininos dos anos de 1980<sup>322</sup> e 1984<sup>323</sup>, conclui-se que havia um curso só para mulheres. A partir da segunda metade da década de 1980, continuaram a existir formalmente dois cursos: um destinado à formação dos Policiais e outro à das Policiais Sargentos e Cabos. Entretanto, como diminuiu o número de vagas destinadas às Policiais Femininas<sup>324</sup> e as orientações da Diretriz n.

<sup>321</sup> SIRIMARCO, M. Marcas de gênero, cuerpos de poder. Discursos de producción de masculinidade em la conformación del sujeto policial. **Cuaderno de Antropología Social**, n.20, p.61-78. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2004000200005](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2004000200005)>. Acesso em: 15 jul. 2009.

<sup>322</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 176. Curitiba, de 18 de setembro de 1980, matrícula de vinte (20) alunas.

<sup>323</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 009. Curitiba, 12 de janeiro de 1984, matrícula de vinte e nove (29) alunas.

<sup>324</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 073. Curitiba, de 22 de abril de 1986, Curso de Sargentos 52 QPM 1-0 e 08 QPM 3-12. **BOLETIM GERAL** 164, 1.º de setembro de 1989. Curso de Cabos 137 homens e 20 mulheres, com cursos na Academia (70 H 10 M), no 5.º BPM (32 H 05 M) e no 6.º BPM (35 H e 05 M).

076 previam “a manutenção permanente de turmas mistas de alunos”<sup>325</sup>, supõe-se que a formação foi unificada – Policiais Militares e Policiais Femininas assistiam às aulas juntos.

No Curso de Formação de Oficiais, foram identificadas diferenças no currículo do último ano de formação das primeiras Oficiais, pois os currículos do primeiro e do segundo ano não foram localizados.

QUADRO 19 - CURRÍCULO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - 3º ANO POLICIAL MILITAR (PM) E POLICIAL FEMININA (PF) - 1981

CFO 3 PM	CFO 3 PF
Direito Processual Penal	Direito Processual Penal
Direito Processual Penal Militar	Direito Processual Penal Militar
Trabalho de Comando	Trabalho de Comando
Administração	Administração
Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial	Operação de Defesa Interna e Defesa Territorial
Ordem Unida	Ordem Unida
TPM (Policimento Modular)	TPM (Policimento Modular)
TPM Comunicações	-
Educação Física	-
-	TPM
-	Direito Administrativo

FONTE: Boletim Geral n. 124, 1981.

Além das diferenças nas disciplinas, os instrutores designados para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Femininos eram diferentes dos que lecionavam no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, inclusive nas mesmas disciplinas. A não localização dos currículos dos outros anos impede uma análise mais detalhada da formação das Oficiais. É possível que a formação tenha sido unificada a partir do segundo Curso de Formação de Oficiais Policiais Femininos no ano de 1984,<sup>326</sup> com a abertura do curso para o ingresso de mulheres civis e um ano depois da criação do quadro de Oficiais Femininos. A dificuldade de localizar informações sobre o Curso de Formação de Oficiais Policiais Femininos é compreensível, pela questão hierárquica e pelos documentos consultados. Não foi possível acesso aos Boletins da Academia Militar do Guatupê, onde são formados os Oficiais, e os Boletins Gerais são restritos quanto às informações sobre os Oficiais, devido à

<sup>325</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 076/1979**, 1979.

<sup>326</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 219. Curitiba, 23 de novembro de 1983.



hierarquia, pois são documentos públicos. Assuntos que expressam as contradições e os conflitos no âmbito do círculo dessas funções<sup>327</sup>, como as punições, são publicados no Boletim Reservado, destinado apenas aos Oficiais. Considerando que os Oficiais são os herdeiros e transmissores do capital simbólico institucional, a unificação da formação era um modo expressar que os Oficiais Combatentes são os herdeiros legítimos e as Oficiais pertencem ao espaço feminino. Enquanto os homens são formados para comandar homens e mulheres, as mulheres ficariam restritas ao comando da unidade feminina.

A hierarquia é uma ordem institucional importante para processo de constituição das Policiais Militares, bem como na definição dos espaços pertencentes a elas na instituição. A tendência é que, quanto mais elevado o grau hierárquico da Policial, maior a identificação dela com o ideal feminino construído pela instituição, pois, ao incorporar o discurso do organismo, ela age reproduzindo o modelo, que deixa de ser texto para tornar-se corpo. A análise dos dados quantitativos permite identificar os números como parte do processo de construção da identidade da Polícia Feminina e como definidores do espaço feminino na hierarquia. Essa constatação é possível pela comparação entre o número de mulheres e o de homens que constituem o efetivo da instituição, bem como pela análise da distribuição desse efetivo na hierarquia e nos espaços da organização institucional (atividade meio e atividade fim)<sup>328</sup>. Também, os dados quantitativos são indicativos da visibilidade das Policiais Femininas na instituição, que é ampliada pela minoria numérica, pois elas se diferenciam dos agentes tradicionais da instituição e se tornam a exceção que confirma a regra: o poder institucional pertence aos homens.

A definição de um modelo para a policial feminina e dos espaços a serem ocupados por elas demarca as fronteiras culturalmente constituídas entre o masculino e o feminino dentro da instituição e reafirma uma divisão histórica, identificada em outras instituições armadas do Brasil e de outros países, bem como

<sup>327</sup> Como, por exemplo, processos envolvendo Oficiais e punições, devido a transgressões disciplinares.

<sup>328</sup> ESTADO... *op cit.* **Lei n. 6.774**, Lei de Organizações Básicas (LOB). Curitiba, 8 de janeiro de 1976. Define a atividade-meio e atividade-fim da Polícia Militar. Atividade meio: “Art. 7.º Os órgãos de apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, de animais e de material de toda a Polícia Militar. Atuam em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção”. Atividade-fim: “ Art. 8.º Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam as atividades-fins da Polícia Militar; cumprem as missões ou a destinação da Corporação [policimento ostensivo fardado].”

em outros organismos sociais. A definição dessas fronteiras simbólicas entre o masculino e o feminino na Polícia Militar do Paraná constitui espaços e uma identidade para a Polícia Feminina, que exclui as Policiais Femininas da identidade institucional e dos espaços superiores de poder, mantendo a Polícia Militar do Estado do Paraná como um espaço de poder pertencente aos homens e culturalmente identificado como masculino.

Entre 1977 e 2000, não havia uma legislação que definisse o número de vagas que deveriam pertencer às mulheres. A lei definia que essa quantidade estava vinculada ao número do quadro efetivo previsto para a instituição. Abrir concurso para Soldados Policiais Militares Femininos significava reduzir o número de vagas para Soldados Policiais Militares, e o controle desse processo pertencia ao Comando Geral.

Além do mais, o número de Oficiais, de Sargentos e de Cabos é definido proporcionalmente ao número de Soldados. Isso significa que, para suprimento de vagas em outros círculos de poder, era necessário abrir concurso para Soldado da Polícia Feminina. Os dados sobre o número de mulheres e de homens, em cada espaço dentro da hierarquia institucional, revelam um controle sobre a proporção de mulheres em relação aos homens.

No ano seguinte ao da criação da Polícia Feminina, o efetivo de Policiais Femininas, comparativamente ao efetivo de Policiais Masculinos, apresentava um quadro conforme apresentado neste quadro 20.

QUADRO 20 - QUADRO DE PRAÇAS DA PMPR - 1978

QUADROS/ QUALIFICAÇÕES	GRADUAÇÃO						TOTAL
	Sub Ten	1.º Sgt	2.º Sgt	3.º Stg	Cb	Sd	
QPMG/1-0	196	274	539	1.175	1.470	6.913	10.564
PFem	0	0	4	27	0	0	31

FONTES: Decreto Estadual n. 3.860/1977. Boletim Geral n. 108, 1978. PMPR, Diretriz n. 09/1976.

Observa-se que o número de mulheres em relação ao de homens não corresponde a 1% do efetivo. A presença de mulheres não significou uma mudança no espaço ocupado pelos homens. Ademais, a atividade de Polícia Feminina estava restrita à cidade de Curitiba e ao círculo dos sargentos. No projeto que criou a Polícia Feminina, em 1977, foi definido que as mulheres ocupariam os graus de 2.º

Sargento e de 3.º Sargento, e a lei legitimou esse espaço na hierarquia como pertencente às Policiais Femininas nos primeiros anos.

Quando da criação da Companhia de Polícia Militar Feminina, no ano de 1984, já se observam mudanças com a presença de mulheres nos círculos das Praças. Embora o espaço feminino tenha avançado para o grau de 1.º Sargento, identifica-se uma redução de Policiais no grau de 3.º Sargento.

QUADRO 21 - PRAÇAS MULHERES DA PMPR - 1984

QUADROS/ QUALIFICAÇÕES	GRADUAÇÃO						TOTAL
	Sub Ten	1.º Sgt	2.º Sgt	3.º Stg	Cb	Sd	
QPMG/1-0	124	159	369	840	1.189	7.976	10.677
QPMG/3-12	0	1	4	22	32	166	225

FONTE: Boletim Geral n. 144, 1984. PARANÁ. Decreto n. 3.412/1984.

Os números indicam que, após sete anos de ingresso das mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, as Policiais perderam poder hierárquico entre as Praças. Considerando-se que não ocorreu um aumento na previsão do número de Praças entre os anos de 1977 e 1984, as vagas destinadas às mulheres foram deduzidas do efetivo existente, o que significa que elas ocuparam quadros na hierarquia que seriam destinados aos homens. Os quadros da hierarquia ocupados pelas mulheres foram cedidos pelos homens, porém dentro de um contexto político e social de crescente participação das mulheres na política e no mercado de trabalho, bem como em um momento que o Estado do Paraná institui políticas identificadas como modernizadoras. A presença de mulheres em um espaço de homens, imbuídas do poder simbólico dos graus da hierarquia militar, foi significadora da modernidade do Estado.

A representação gráfica do espaço feminino entre as Praças da corporação expressa o domínio masculino. O poder incorporado pelas mulheres quando estas são investidas Sargentos, Cabos e Soldados, após o término dos cursos de formação, foi diluído no espaço institucional. Mesmo assim, constatou-se uma constante preocupação do Comando em controlar a unidade feminina e as Policiais a ela vinculadas (gráfico 1).

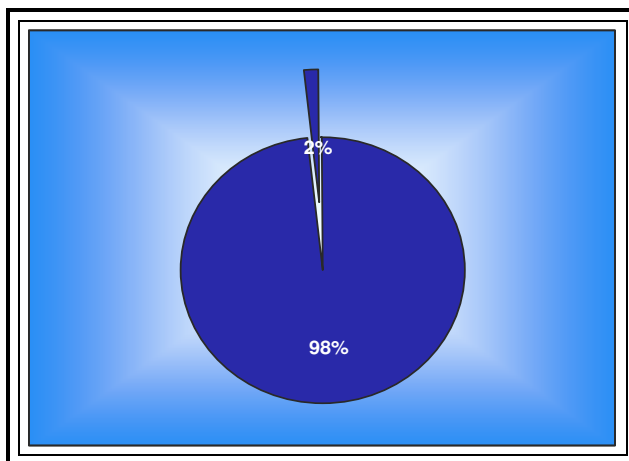


GRÁFICO 1 - PRAÇAS HOMENS E MULHERES - 1984

FONTE: BOLETIM GERAL n. 144, 1984.

No ano de 1984, o efetivo de Praças Femininas correspondia a aproximadamente 2% do efetivo de Praças da instituição. Embora pouco significativo dentro do organismo, esse percentual e os espaços ocupados pelas mulheres nos círculos hierárquicos das Praças era bem mais significativo que os espaços ocupados pelas mulheres Oficiais.

Enquanto as mulheres estavam presentes em cinco das seis graduações da hierarquia das Praças, no círculo dos Oficiais o espaço feminino restringiu-se ao posto de 2.º Tenente, e após um demorado processo. O objetivo do Comando Geral foi limitar o poder simbólico cedido às Policiais e proteger o círculo dos Oficiais Superiores. Embora existisse essa diferença quantitativa entre homens e mulheres, também vinculada ao poder hierárquico, o salário era igual para homens e mulheres que ocupavam a mesmas posições na hierarquia. A única forma de construir uma diferença salarial entre homens e mulheres era restringir a ascensão delas à alta hierarquia, o que já estava definido em lei (as policiais só poderiam chegar a Capitão) – quadro 22.

QUADRO 22 - OFICIAIS QOPM FEMININAS PMPR - 1984

QUADROS	POSTO						TOTAL
	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1.º Ten	2.º Ten	
QOPM Fem	0	0	0	0	0	5	5

FONTES: BOLETIM GERAL n. 4, 1984, Lei n. 7.815/1983.

Esses dados representam aproximadamente 1% do efetivo de Oficiais da instituição. Além de ocuparem apenas um círculo de poder dentro da hierarquia dos

Oficiais, o número de mulheres desse espaço de poder institucional é inferior ao número de mulheres Praças, indicando o controle maior sobre o ingresso de mulheres nos espaços de poder, o que confere aos agentes um poder simbólico que os autoriza a produzir e modificar a legislação institucional.

A representação gráfica do quadro de Oficiais Femininos em relação ao quadro masculino permite visualizar, dentro do círculo dos Oficiais, o espaço feminino, que é insignificante, mas incomoda os donos do poder, porque a presença de mulheres Oficiais rompe com a tradição e expõe uma contradição entre a identidade institucional e o corpo do agente que a assume. Também elas detêm parte do poder simbólico que pertence aos agentes do círculo dos Oficiais, pois ocupam um espaço que as diferencia dos legítimos representantes do poder institucional (gráfico 2).

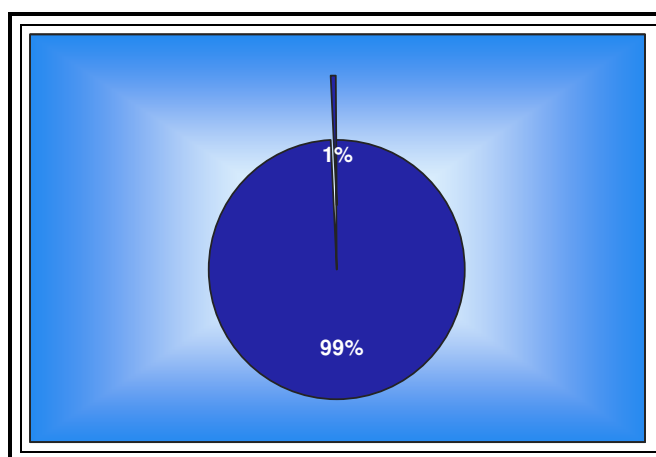


GRÁFICO 2 - QUADRO DE OFICIAIS HOMENS E  
MULHERES - 1984  
FONTE: BOLETIM GERAL n. 4, 1984

Entre os anos de 1984 e 1995, o espaço ocupado pelas mulheres dentro da hierarquia da corporação manteve-se inalterado. Com relação às Praças, ocorreu uma permanência do poder simbólico cedido às mulheres entre 1977 e 1984. O número de Sargentos Feminino no ano de 1995 é próximo daquele no ano de 1977 – quatro 2.<sup>o</sup> Sargentos e vinte e sete 3.<sup>o</sup> Sargentos – conforme os dados apresentados no quadro seguinte.

QUADRO 23 - PRAÇAS MULHERES DA PMPR - 1984 E 1995

QUADROS/ QUALIFICAÇÕES	ANO	GRADUAÇÃO						TOTAL
		Sub Ten	1.º Sgt	2.º Sgt	3.º Stg	Cb	Sd	
QPMG/3-12	1984	0	1	4	22	32	166	225
QPMG/3-12	1995	0	2	10	33	45	333	423

FONTES: BOLETIM GERAL nº 144, 1984; BOLETIM GERAL n. 3, 1995.

O quadro 23 apresenta um aumento no número de Soldados, porém esses números são ilusórios, se analisados em relação ao número do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. O gráfico seguinte (gráfico 3) comparado com o gráfico 1, possibilita perceber que o espaço das Praças Femininas permaneceu inalterado no período. No entanto, o número de Policiais Femininas já constituía um efetivo de batalhão. A instituição e o Estado, entretanto, mantiveram o capital simbólico institucional protegido e controlado pelos homens, uma vez que o efetivo feminino concentrava-se nos círculos inferiores da hierarquia. O Batalhão de Polícia Feminina, idealizado no projeto de criação da Polícia Feminina, seria criado no ano de 1982, porém não foi concretizado.

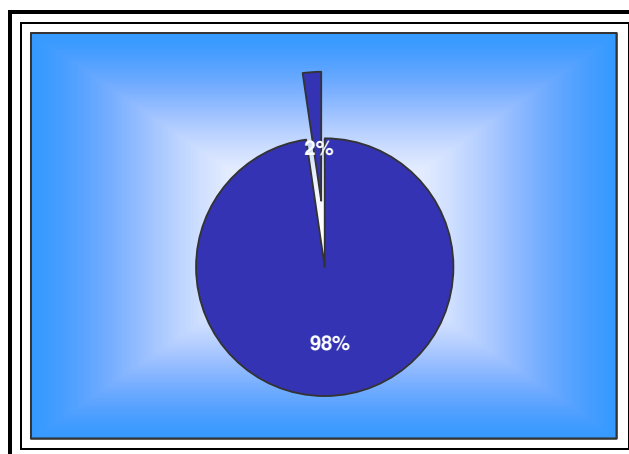


GRÁFICO 3 - PRAÇAS HOMENS E MULHERES - 1995  
 FONTE: BOLETIM GERAL n. 03, 1995.

No quadro de Oficiais Femininos, a proporção também continuou inalterada, ficando em aproximadamente 1% do total do efetivo masculino, conforme demonstra o gráfico 2. Todavia, em termos de poder simbólico, iniciou-se uma alteração no ano de 1991, com a promoção de uma das Oficiais a Capitão, seguida pela promoção de

mais quatro mulheres ao círculo dos Oficiais Capitães. O quadro de Oficiais da Polícia Militar no ano de 1995 apresenta a distribuição apresentada no quadro 24.

QUADRO 24 - DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS QOPM E QOPM FEMININA PMPR - 1995

QUADROS	POSTO						TOTAL
	Cel	Ten. Cel	Maj	Cap	1.º Ten	2.º Ten	
QOPM	12	37	61	174	192	230	706
QOPM Fem	0	0	0	5	5	7	17
Total <sup>329</sup>	16	56	92	244	300	364	1.072

FONTE: Relatório Estatístico PM/1

A conquista de capital simbólico de Capitão pelas Oficiais foi um processo lento e ocorreu junto com o processo de fechamento da Companhia de Polícia Feminina e de distribuição do efetivo para outras unidades. O fechamento da Companhia é um ato simbólico, que marca o princípio da unificação dos quadros e/ou da extinção da Polícia Feminina.

Após o ano de 1995, houve um crescimento do número de Oficiais Femininos, em relação ao número de Praças Femininos. Em 1999, existiam quatrocentas e trinta (430) Praças Femininos e doze (12) Oficiais Femininos. Em 2000, o número de Praças permanece inalterado e o de Oficiais aumentou para vinte (20) mulheres, o que corresponde a 2% do oficialato da Polícia Militar do Paraná daquele ano.

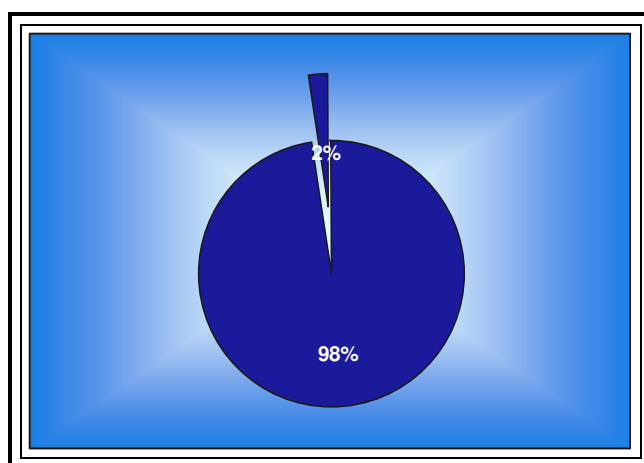


GRÁFICO 4 - OFICIAIS HOMENS E MULHERES - 2000

FONTE: Relatório Estatístico PM/1

<sup>329</sup> Soma de todos os quadros de Oficiais restritos ao efetivo masculino – quadros de Saúde, de Músicos, de Comunicações, de Oficiais Administrativos.

Na comparação do número de Oficiais Masculinos com o número de Praças masculinos, observou-se que o número de Oficiais, no ano de 2000, corresponde a aproximadamente 6% do efetivo. Considerando que o número de Praças determina o número de Oficiais, a proporção das Oficiais em relação às Praças Policiais Femininas deveria ser igual à dos homens. Porém, os números revelam outra realidade.

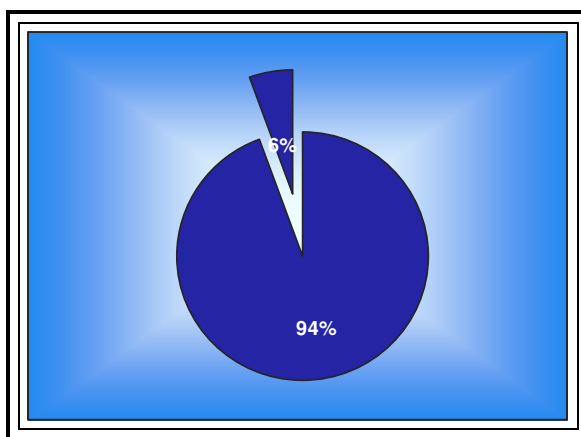


GRÁFICO 5 - OFICIAIS E PRAÇAS MASCULINOS - 2000

FONTE: Relatório Estatístico PM/1

Ao comparar a proporção do efetivo de Oficiais e de Praças Femininos com os dados do efetivo masculino, observa-se a proporção de Oficiais Femininos é inferior ao do quadro masculino, mesmo com o aumento significativo de Oficiais Femininos na década de 1990. Dessa forma, o discurso de proporcionalidade de vagas de Oficiais e de Praças no ano de 1981, quando da conclusão do curso das primeiras mulheres Oficiais, não se aplicava ao quadro feminino. O número de Oficiais mulheres naquele ano corresponde a aproximadamente 4%. Considerando-se o número de Oficiais masculinos no ano de 2000, as Oficiais sempre representaram um espaço menor.



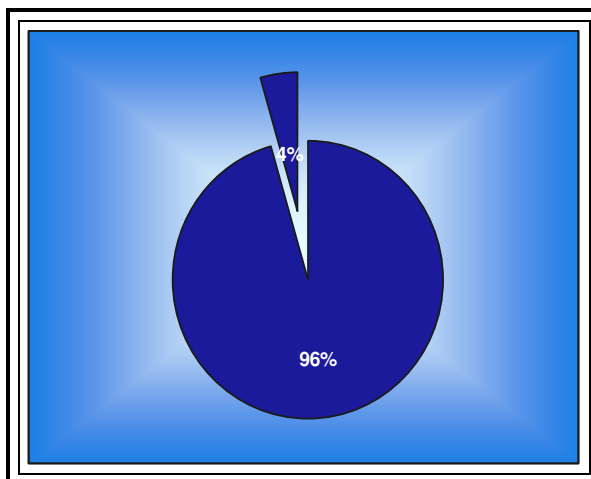


GRÁFICO 6 - OFICIAIS FEMININAS E PRAÇAS FEMININAS - 2000  
 FONTE: Relatório Estatístico PM/1

As diferenças quantitativas mantêm o espaço feminino inferior e subordinado ao masculino. O controle dos círculos de poder e dos símbolos identificadores dos graus superiores da hierarquia é indicativo do domínio masculino e das ansiedades pela presença feminina nesse espaço viril que são as instituições militares, um controle que é identificado também na distribuição dos efetivos femininos dentro do Estado. Enquanto no ano de 1996 mais de 50% do efetivo masculino estava no Interior do Estado, o efetivo feminino se concentrava na Capital, local onde está o Comando Geral e onde a sua presença física e simbólica torna seu poder mais presente. Na Capital, além dos regulamentos e das determinações expedidas pelo Comando Geral para controlar os agentes da instituição, está o olhar do Comandante Geral, que observa os seus subordinados. Principalmente o subordinado feminino, que continua incomodando e gera uma contradição entre a tradição institucional e o corpo do herdeiro que deve incorporá-la.

Vale destacar que o número de mulheres nas instituições armadas tende a seguir um padrão, pois no México, no ano de 1990, o efetivo feminino na polícia correspondia a 3,6%.<sup>330</sup> A polícia de Portugal possuía no ano de 2000, um efetivo feminino de 6,8%, do qual 0,3% de oficiais.<sup>331</sup> Segundo o estudo de Barbara Soares

<sup>330</sup> BOTELLO, Nelson Artega. El trabajo de las mujeres policías. **El Cotidiano**, México, vol. 16, nº 101, p. 74-83. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32510107>>. Acesso em: 02 nov 2009, p. 76.

<sup>331</sup> DURÃO, Susana. Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a ótica etnográfica. **Etnográfica**, Portugal, vol. VIII, nº 1, PP. 57-78. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_08/N1/Vol\\_viii\\_N2\\_04susanadurao.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N1/Vol_viii_N2_04susanadurao.pdf)>. Acesso em: 30 mai 2008, p.60

e Leonarda Musumeci<sup>332</sup>, no ano de 2000 as polícias militares brasileiras possuíam 6% do efetivo feminino. Nas outras instituições armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) não é diferente. Em Cuba, apesar da participação das mulheres na luta armada na década de 1950, a porcentagem de mulheres nas instituições armadas, no início da década de 1990, é de aproximadamente 5% do efetivo<sup>333</sup>. Na França em 2000 o efetivo feminino nas Forças Armadas era de 8,5% e na Inglaterra de 7%.<sup>334</sup> No Brasil o efetivo feminino nas Forças Armadas no ano de 2006 é de 5,2%, segundo dados apresentados por Cristina da Silva.<sup>335</sup> Sendo assim, a diferença entre o número de homens e mulheres na Polícia Militar do Paraná não é uma especificidade da instituição.

O controle sobre o feminino também é percebido na distribuição das Policiais Femininas nas unidades policiais e nos espaços da estrutura institucional. No ano de 1997, das duzentas e vinte e nove (229) Praças Femininas da Capital, trinta e uma (31) mulheres atuavam no Copom – unidade responsável pelas chamadas de emergência do número telefônico 190 – onde havia um efetivo de quarenta e seis Policiais (46) homens, o que significa que aproximadamente 40% do efetivo da unidade é composto por mulheres.

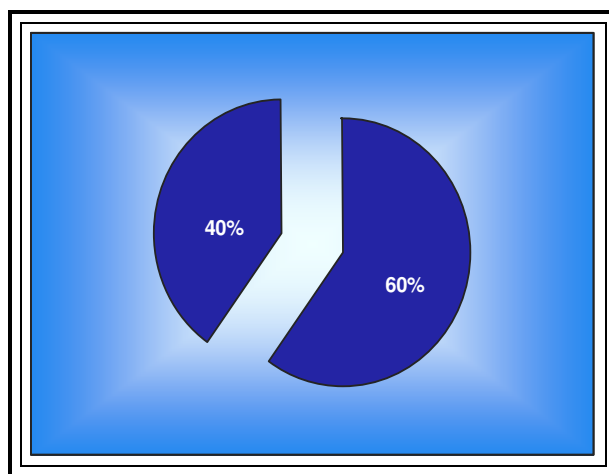


GRÁFICO 7 - EFETIVO DE POLÍCIAS FEMININAS E POLÍCIAS MILITARES DO COPOM - 1997 (FONTE: Relatório Estatístico PM/1)

<sup>332</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L, *op cit*, 2005, p. 152.

<sup>333</sup> FEDERACION DE MUJERES CUBANAS. **Documento nº 63**. Arquivo da Federacion de Mujeres Cubanas, Havana.

<sup>334</sup> VIEIRA, M. A. **Nota técnica**: a presença feminina das Forças Armadas. Consultoria Legislativa. Brasília, dez., 2001. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/112264.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. 2009.

<sup>335</sup> SILVA, C. R. **Gênero, Hierarquia e Forças Armadas**: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/Premios/LeviStrauss/cristina.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2011.

Nos órgão de direção e apoio, o efetivo feminino correspondia a 4% (vinte e três policiais femininas), e as demais mulheres (198) estavam classificadas a serviço da Companhia PM Fem, a qual foi fechada no ano 1994. Nas outras unidades de policiamento da Capital não há mulheres, segundo os dados estatísticos analisados. Na prática, possivelmente havia mulheres em atividade; contudo, oficialmente, elas continuavam identificadas como pertencentes à Companhia Feminina e não aparecem nos dados Oficiais.

Esses dados indicam que as policiais continuavam sendo empregadas em atividades identificadas como femininas, pois, de acordo com Pierre Bourdieu, “a gestão do capital simbólico das famílias” pertence às mulheres, e esse papel é transportado para o ambiente de trabalho, “onde se lhes pede quase sempre para coordenar atividades de apresentação e de representação, de recepção e acolhida [...]”.<sup>336</sup> Como os nomes que a instituição deu às Policiais – Policial Feminina – e para as suas unidades policiais – Pelotão de Polícia Feminina e Companhia de Polícia Militar Feminina – indicam, os espaços destinados às mulheres na instituição são uma reprodução daqueles historicamente identificados como femininos e pertencentes às mulheres, os quais devem reproduzir a esfera doméstica e do privado, enquanto os homens ocupam os espaços historicamente pertencentes aos homens no Estado e nas outras instituições sociais – o do poder simbólico e objetivo, que nomeia e determina os espaços do feminino, bem como os padrões de conduta e moral que deve possuir uma mulher para ingressar na Polícia Militar do Estado do Paraná. No entanto, mesmo diante das diferenças de poder entre homens e mulheres dentro da instituição, perante a sociedade a mulher usando uniforme da Polícia é uma policial e possui o poder que a destaca, reconhecido pela vestimenta.

Os atos de nomear e definir as atividades designadas para serem executadas pela Polícia Feminina também são constituintes de uma identidade para instituição feminina, marcando a diferença entre esta e a instituição militar à qual pertence. Esse processo também é construtor de fronteiras entre o feminino e o masculino, bem como de relações de poder. Problema abordado no capítulo seguinte.

---

<sup>336</sup>BOURDIEU, *op cit*, 2007, p.119.

### CAPÍTULO 3

#### **“SEU NOME E SUA ATIVIDADE”: IDENTIFICANDO A POLÍCIA FEMININA**

No período compreendido entre os anos de 1977, quando ingressaram as primeiras mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, e 2000, quando foi extinta a Polícia Feminina no Estado do Paraná, ocorreu a inclusão das mulheres na Polícia Militar do Estado. Os discursos institucionais procuram atribuir uma identidade à Polícia Feminina, a qual deveria ser incorporada pelas mulheres policiais. As Leis Estaduais, as normas da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) e a legislação interna da Polícia Militar proporcionaram definições identificadoras para a polícia feminina. Estas fazem parte de um processo de constituição da categoria polícia feminina e legitimaram as diferenças entre homens e mulheres no espaço institucional. As definições em lei da nomenclatura para a unidade policial feminina (Pelotão de Polícia Feminina) e das atividades destinadas às policiais, são discursos que atribuíram uma identidade à Polícia Feminina e à policial, em relação às identidades da Polícia Militar, do policial militar e de um modelo de feminilidade.

Uma instituição que historicamente é identificada com a masculinidade, cujas práticas e símbolos são culturalmente identificadores do masculino, precisou atribuir uma identidade para a alteridade feminina. Nesse processo algumas práticas e símbolos identificadores da Polícia Militar e do policial militar foram cedidos às novas integrantes.

Considerando que a identidade institucional manteve-se inalterada no período estudado, o objetivo deste capítulo é problematizar a construção de uma nomenclatura que identificasse a unidade da polícia feminina e as policiais, bem como a definição das atividades a elas atribuídas, como parte do processo de atribuição de uma identidade para a Polícia Feminina e para as policiais. A resposta para tais problemas foi construída com base na análise das fontes selecionadas e a partir dos conceitos de gênero e identidade.

As fontes selecionadas foram as Leis Estaduais; os documentos da IGPM, que se encontram no arquivo da Polícia Militar; as diretrizes do Comando Geral da Polícia Militar; e os Boletins Gerais que se referem à Polícia Feminina e às policiais. Esses textos foram analisados, tendo-se como referencial teórico os estudos de

Joan Scott e Pierre Bourdieu e partindo-se do pressuposto de que a Polícia Militar do Estado Paraná mantém uma identidade coletiva fundada em ideais de masculinidade e se constitui como um espaço simbólico representativo do masculino.

O espaço simbólico da instituição, expresso nas comemorações, revela uma identidade generificada que norteia a organização institucional. A permanência de uma identidade institucional marcada por características identificadoras da masculinidade deve ser observada em relação ao poder daquele que escreve, sejam os textos comemorativos, sejam as leis. O poder simbólico, segundo Pierre Bourdieu, está no reconhecimento daqueles que “exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” e na “[...] crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, [...]”.<sup>337</sup> Sendo assim, aqueles que assinam os documentos produzidos pela Polícia Militar e pelo Estado do Paraná são homens que têm legitimidade e são reconhecidos para exercerem esse poder. Quando o Comando Geral afirma que o quartel é um espaço de homens bravos e fortes, ele mantém a identificação da Polícia Militar com o domínio do masculino.

Uma instituição de homens e identificadora de um ideal de masculinidade produziu leis e normas cujos textos atribuíram uma identidade à Polícia Feminina e às mulheres, construindo um ideal de mulher policial. Ao problematizar a identidade da policial, torna-se fundamental analisar os documentos institucionais, principalmente da legislação (leis, diretrizes, pareceres), pois considerando a afirmação de Joan Scott de que o gênero é “o saber a respeito das diferenças sexuais” e é uma forma de organizar as construções sociais, entre as quais as instituições<sup>338</sup>, nela está presente o saber que organizou e atribuiu uma identidade à Polícia Feminina.

O resultado desse processo, apropriando-nos das afirmações de Joan Scott<sup>339</sup>, foi a constituição de novos sujeitos, novas identidades e da categoria polícia feminina no Estado do Paraná e na Polícia Militar. Para a autora, os sujeitos, as identidades e as categorias são construções discursivas cujos processos de constituição são marcados por conflitos e contradições. Além do mais, afirma Joan Scott que os sujeitos e as identidades estão sujeitos às condições definidas de

<sup>337</sup> BOURDIEU, P. **O poder...** *op cit*, 1998, p. 14-15.

<sup>338</sup> SCOTT, J. W. Prefácio... *op cit*. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994.

<sup>339</sup> SCOTT, J. W. Experiência. **La Ventana**, n. 13, p. 42-72, 2001. Disponível em: <<http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventan/volumenes/ventana13.htm>> Acesso em: 13 ago 2009, p. 66.

existência, ação e exercício.<sup>340</sup> Sendo assim, não são imutáveis, mas resultam de processos políticos, sociais e culturais.<sup>341</sup>

### 3.1 UM NOME PARA O OUTRO: A ATRIBUIÇÃO DE UMA NOMENCLATURA E A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIFICAÇÃO

Historicamente, o Estado e as suas organizações de poder, como as instituições militares e as polícias, são espaços ocupados por homens, cujos símbolos e práticas são identificadores de masculinidades. Os heróis, as fardas e as armas são construções simbólicas do Estado e de uma masculinidade identificada pela violência legítima, pela força e pela coragem. Essas construções são produtoras de identidades de gênero, que se expressam em práticas, símbolos e leis que organizam e identificam o Estado e suas instituições.

A análise das instituições militares e policiais sob uma perspectiva de gênero é uma preocupação recente do meio acadêmico. Esses espaços são historicamente observados como exclusivos do sexo masculino, porém, há séculos foram também ocupados por mulheres. Da Antiguidade aos dias atuais, identifica-se a participação de mulheres nas guerras, mas sempre de forma restritiva, segundo conclusões de estudos realizados a partir da década de 1970, entre os quais os de Raymond Carie<sup>342</sup> e as pesquisas publicadas no livro organizado por Susanna Tavera e Mary Nash<sup>343</sup>, pois não lhes era permitida a participação nos combates. Elas eram destinadas a outras atividades, como cuidar dos feridos. Porém, a existência de mulheres guerreiras pode ser localizada na história, na literatura, na mitologia e na religião, afirma Walnice Nogueira Galvão<sup>344</sup>, mulheres que romperam com os padrões socialmente identificados como femininos e assumiram condutas culturalmente identificadas como pertencentes aos homens.<sup>345</sup> Para Helena

<sup>340</sup> SCOTT, J. W. Experiência... *op cit.* **La Ventana**, n. 13, p. 42-72, 2001. Acesso em: 13 ago 2009, p. 64-66.

<sup>341</sup> SCOTT, J. W. O enigma... *op cit.* **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. abr. 2005, p. 29.

<sup>342</sup> CARIE, R. **A mulher ...** *op cit*, 2002.

<sup>343</sup> TAVERA, Susanna; NASH, Mary (Eds). **Las mujeres...** *op cit*, 2003.

<sup>344</sup> GALVÃO, W. N. **A donzela...** *op cit*, 1998, p. 11.

<sup>345</sup> Em seu livro sobre a Guerra do Paraguai, Francisco Doratioto afirma que o esquecimento historiográfico de Florisbela, mulher que pegou em armas e lutou na Guerra do Paraguai, e a constante referência a Ana Nery justifica-se pela identificação da segunda com o ideal de mulher,

Carreiras, as mulheres guerreiras contribuem para sustentar a hegemonia masculina, pois elas são vistas como uma transgressão, mulheres que romperam com “a ordem natural”, legitimando o domínio masculino no combate.<sup>346</sup>

Michele Perrot afirma que a guerra é um ato viril e consolida os papéis tradicionais de homens e mulheres.<sup>347</sup> No entanto, não é apenas a guerra que consolida as diferenças. Estudos confirmam que no final do século XX as instituições identificadoras dos guerreiros contemporâneos – Polícias e Forças Armadas – permanecem como domínio do masculino e os espaços de poder são majoritariamente ocupados por homens<sup>348</sup>.

O ingresso de mulheres nos quadros permanentes das polícias e das instituições militares é um fato datado do século XX. No Brasil, o ingresso efetivo de mulheres em instituições armadas do Estado ocorreu em 1954, com a inclusão das primeiras mulheres na Guarda Civil de São Paulo. Na década de 1970 essa organização foi extinta e seu efetivo foi incorporado à Polícia Militar de São Paulo<sup>349</sup>. A segunda instituição policial militar a admitir mulheres no país foi a Polícia Militar do Paraná, em 1977. Em 1980 as mulheres foram admitidas na Marinha Brasileira, a primeira das Forças Armadas a admitir mulheres no seu quadro permanente, e até o final da década de 1990 ocorreu o ingresso de mulheres em todas as instituições militares brasileiras.

No final do século XX, foram realizados os primeiros estudos acadêmicos sobre o ingresso de mulheres nas instituições militares e policiais. Entre os estudos brasileiros, um dos problemas abordados é sobre os motivos que possibilitaram a abertura dessas instituições militares para as mulheres. Entre estes estão os estudos de Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci sobre a “presença

---

que é o de mãe e não o de guerreira. DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**: uma nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 189-191.

<sup>346</sup> CARREIRAS, H. **Gender and the military**: a comparative study of the participation of women in the Armed Forces of Western Democracies. Thesis. Department of Political and Social Sciences. European University Institute, Florence, 2004, p.12.

<sup>347</sup> PERROT, M. Sair. In: FRAISSE, G; PERROT, M. (dir.) **História das mulheres no Ocidente**: O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991, p 503-539, p. 532-533.

<sup>348</sup> BROWN, J. Integrating women into policing: a comparative European perspective. In: PAGON, M. **Policing in Central and Eastern Europe**: Comparing firsthand knowledge with experience from the West. Ljubljana, Slovenia: 1996. Disponível em: < <http://www.ncjrs.gov/policing/contents.html> >. Acesso em: 10/08/2008. JACKSON, L. A. **Women Police**: gender, welfare and surveillance in the twentieth century. USA: Manchester University Press, 2006. CARREIRAS, H. **Gender and the military**: a comparative study of the participation of women in the Armed Forces of Western Democracies. Thesis. Department of Political and Social Sciences. European University Institute, Florence, 2004. Entre outros que serão citados neste capítulo.

<sup>349</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres...** *op cit*, 2005, p. 15.

feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro”, instituição que criou a Companhia de Polícia Feminina em 1981.<sup>350</sup> Ambas concluíram que a abertura das polícias militares para as mulheres está relacionada à necessidade de “humanizar” e “modernizar” a imagem das polícias militares.<sup>351</sup>

A ideia de que a presença de mulheres humaniza e moderniza a polícia militar também é afirmada por Mônica Carvalho Alves Cappelle. Apropriando-se da explicação de Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci, ela aponta que esses são os motivadores da abertura para o ingresso de mulheres na Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1981, com a criação da Companhia de Polícia Feminina.<sup>352</sup> Os dois estudos apontam para uma questão de marketing das polícias militares, pois, segundo as pesquisadoras, a abertura política e o processo de redemocratização do país criaram a necessidade de desconstruir a imagem das polícias militares, que estavam relacionadas à repressão dos governos militares.

A concepção de modernização e humanização também compõe o discurso da Polícia Militar do Paraná, como informa a pesquisa de Rosemeri Moreira, que analisou o processo de inclusão de mulheres nessa corporação. A historiadora observou que os textos da legislação que instituiu a Polícia Feminina, bem como o discurso do Comandante Geral, responsável por sua implantação, referem-se a tais ideias. Porém, a pesquisadora afirma que o contexto político e as questões relacionadas aos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade também fazem parte desse processo de inclusão.<sup>353</sup>

A inclusão de mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que ocorreu no ano de 1985, com a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina foi analisada por Márcia Esteves Calazans<sup>354</sup>. Ela concluiu que o ingresso de mulheres na polícia militar não se explica somente pelo processo de humanização e modernização, mas por outros motivos, entre os quais a crise da instituição policial, que por sua vez está relacionada a uma crise da valorização da “força física” e da “identificação tradicional com a figura masculina”<sup>355</sup>. A pesquisadora afirma que a crise do uso da força, a partir de meados da década de 1980, possibilitou o ingresso de mulheres na instituição, pois elas são identificadas como portadoras de diferentes

<sup>350</sup> SOARES; MUSUMECI, **Mulheres...** *op cit*, 2005, p. 29.

<sup>351</sup> SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres...** *op cit*, 2005, p. 28-29; p. 55-56.

<sup>352</sup> CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho feminino...** *op cit*, 2006, p. 165-168.

<sup>353</sup> MOREIRA, R. **“Entre o escudo...** *op cit*, 2007, p. 63-77

<sup>354</sup> CALAZANS, M. E. de. **A constituição de...** *op cit*, 2003, p. 46.

<sup>355</sup> CALAZANS, **A constituição de...** *op cit*, 2003, p. 38 e 108.



valores vinculados a uma identidade policial militar menos violenta e mais estratégica. Outros motivos, como a transformação do mercado de trabalho e a constituição de novas identidades femininas; o processo de democratização do país, que gerou a crise do modelo de polícia existente nos anos de 1980; e a inserção do modelo de polícia cidadã são fatores que explicam o ingresso das mulheres nas instituições policiais.<sup>356</sup>

As mudanças nas políticas de gênero e nos espaços ocupados pelas mulheres nas sociedades ocidentais nas décadas de 1970 e 1980, relacionadas a questões específicas de cada instituição, são fatores que possibilitam o ingresso de mulheres nos quadros permanentes desses espaços masculinos, pois, como confirmam as pesquisas recentes, a participação de mulheres em tais espaços em tempos de guerra é comum. As mudanças ocorreram na presença permanente de mulheres nas instituições de violência do Estado e em períodos de guerra não declarada. A explicação para essa alteração, segundo Helena Carreiras, está nos fatores culturais, sociais e políticos, que se transformaram com a participação crescente de mulheres na sociedade e na política e as alterações no espaço militar com o desenvolvimento tecnológico e a profissionalização dos exércitos, que criaram condições para o recrutamento de mulheres.<sup>357</sup>

Outro problema analisado nos estudos de instituições militares e policiais é que o ingresso de mulheres em instituições historicamente identificadas com a masculinidade não alterou as identidades institucionais. Construídas e mantidas em função de um ideal de masculinidade, essas instituições construíram uma identidade feminina para as mulheres militares que as diferencia do ideal de identidade institucional.

Para Orna Sasson-Levy, as práticas significadoras das identidades de gênero são definidas pelas identidades ideais e pelas mudanças nas relações sociais. Ao analisar as identidades das instituições militares, ela afirma que estas são marcadas pelas diferenças entre homens e mulheres, cujos significados historicamente construídos justificam a exclusão das mulheres das funções de combate. As atividades destinadas aos homens e às mulheres dentro das instituições militares, afirma a autora, mantêm construções identitárias de gênero dicotômicas e essencialistas. Essas construções reafirmam as instituições militares

---

<sup>356</sup> CALAZANS, **A constituição de...** *op cit*, 2003, p. 38 e 108.

<sup>357</sup> CARREIRAS, H. **Gender...** *op cit*, 2004, p.21.

como masculinas e para ocuparem funções de poder dentro dessas instituições, as mulheres precisam assumir a identidade masculina que as caracteriza e rejeitar a identidade feminina que elas constroem para as mulheres. Ao assumirem a identidade de soldados, as mulheres subvertem as identidades de gênero e reafirmam o domínio do masculino.<sup>358</sup>

A constituição de uma identidade militar e uma identidade feminina pelas instituições militares também são problematizações presentes nos estudos sobre a identidade militar de organizações brasileiras, entre os quais está o de Emilia Eni Takahashi, que afirma existirem poucos estudos sobre esse assunto no Brasil, entre os quais cita o estudo pioneiro de Celso Castro<sup>359</sup>. O objetivo da pesquisadora é analisar a construção da identidade militar entre os membros da Academia das Forças Armadas Brasileiras numa perspectiva de gênero. A construção da identidade nessa instituição militar é identificada como “um fenômeno psicossocial”<sup>360</sup>, que está relacionado ao controle social e à obediência existente nesse espaço. A disciplina e a hierarquia são identificadas como características centrais da identidade militar.

Sua pesquisa valeu-se de entrevistas e documentos oficiais. Conclui que a instituição possibilita aos seus membros assumir vários papéis no espaço institucional. Esses papéis não são alterados com o ingresso de mulheres, pelo contrário, são elas que precisam incorporá-los. As identidades dos membros presentes nos papéis incorporados são fundadas na hierarquia e na disciplina e a identidade coletiva é marcada pela oposição entre o militar e o civil. Nesse sentido, para Emilia Eni Takahashi as mulheres devem se constituir em militares e não em mulheres militares. Para se tornarem cadetes das forças armadas, as mulheres devem assumir uma identidade até então destinada aos homens. Porém, conforme a pesquisadora, as entrevistas revelam a permanência de construções históricas sobre as diferenças sexuais e os espaços de homens e mulheres nas instituições. Sendo assim, as mulheres são destinadas às atividades administrativas e deslocadas das funções de combate, pois, explicações de cunho biológico, físico e

<sup>358</sup> SASSON-LEVY, O. *Feminism and...* *op cit*, 2003, p. 440-445.

<sup>359</sup> CASTRO, C. *O espírito militar:...* *op cit*, 1990.

<sup>360</sup> TAKAHASHI, E. **Homens e mulheres...** *op cit*, 2002, p.17.

psíquico limitam os espaços ocupados pelas mulheres no interior do espaço militar.<sup>361</sup>

Tendo como objeto o ingresso de mulheres nas instituições militares a partir das mudanças políticas ocorridas na América Latina com o fim das ditaduras militares e da incorporação das mulheres nas Forças Armadas da OTAN, Maria Celina D'Araújo<sup>362</sup> defende que os militares construíram uma identidade feminina fundada na fragilidade física. Segundo o posicionamento dos oficiais entrevistados por ela, os homens devem proteger as mulheres e as instituições militares não podem designá-las para funções de combate, por serem indefesas e frágeis, prejudicando a ação.<sup>363</sup>

A construção de gênero no espaço institucional militar identifica as mulheres como naturalmente mais sensíveis e frágeis e os homens, como mais fortes e violentos. Essas características identificadoras do feminino e do masculino são entendidas como inerentes a ambos. Sendo assim, as atividades desempenhadas por homens e mulheres devem seguir essa “herança natural” de habilidades<sup>364</sup>, conforme constatação apresentada por Márcia Esteves de Calazans. A pesquisadora identifica que a instituição tende a buscar uma construção hegemônica para identificar o policial militar e a violência é central nesse processo. Dessa forma, a Polícia Militar é um espaço da violência e de homens e, para tornar-se uma policial, a mulher deve agir como um policial militar.<sup>365</sup>

Para Mônica Carvalho Alves Cappelle, a Polícia Militar de Minas Gerais tem o policial herói como modelo para seus membros. É um campo de poder masculino e o espaço ocupado pelas mulheres na Polícia Militar é o das atividades socialmente aceitas como femininas. Por sua vez, as atividades de policiamento operacional são identificadas como masculinas e são para os homens. Assim, o perfil ideal de policial é fundado na virilidade, na bravura, na força e no heroísmo e o policial que trabalha na rua precisa ter essas características, logo, deve ser um homem. Para a pesquisadora, esse modelo dificulta o ingresso de um número maior de mulheres na Polícia Militar Mineira, cuja proporção em relação ao número de homens é de 5%.<sup>366</sup> Para ela, a Polícia Militar de Minas Gerais é uma instituição que possui uma

<sup>361</sup> TAKAHASHI, **Homens e mulheres...** *op cit*, 2002.

<sup>362</sup> D'ARAUJO, Mulheres, homossexuais e... *op cit*, 2004, p.439-459.

<sup>363</sup> D'ARAUJO, Mulheres, homossexuais e... *op cit*, 2004, p. 444.

<sup>364</sup> CALAZANS, **A constituição de...** *op cit*, 2003, p. 48; 91-92; 109.

<sup>365</sup> CALAZANS, *op cit*, 2003, p. 111- 113.

<sup>366</sup> CAPPELLE, **O trabalho feminino...** *op cit*, 2006, p. 340.

identidade masculina, representada pelo uniforme e pelo militarismo, que são características homogeneizadoras e identificadoras de uma identidade única. Afirmando esse domínio da masculinidade estão as atividades destinadas às policiais dentro da instituição, que são as de assistente social, secretária e relações públicas, bem como a separação dos quadros, pois as mulheres pertencem ao quadro feminino, enquanto os homens, ao quadro policial militar. Porém, para serem boas profissionais, as mulheres foram treinadas para executar as funções de policial militar, mesmo que na prática não desempenhem as mesmas atividades atribuídas aos homens.<sup>367</sup>

A existência das organizações militares como espaço do masculino, cujas identidades institucionais permaneceram inalteradas após o ingresso de mulheres, é uma constatação das pesquisadoras aqui comentadas. O militar é identificado como masculino, pois o poder institucional e os símbolos identificadores da instituição são historicamente significadores de masculinidade.

As características do militar são identificáveis em objetos simbólicos, como a farda e a arma, e na organização hierárquica e disciplinar das instituições, que são expressas pela obediência aos superiores e às normas. Características que historicamente foram incorporadas em corpos de homens e reafirmadoras de uma identidade masculina fundada na virilidade, tanto para a instituição quanto para seus membros. Uma identidade, apropriando-nos de Pierre Bourdieu, “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino [...]”.<sup>368</sup> Sendo assim, a identidade militar foi construída para afirmar a virilidade do homem e libertá-lo do perigo da feminilidade, para torná-lo forte e corajoso. Quanto mais alta a posição dentro da hierarquia, mais viril é o militar e mais homens ele terá sob seu comando. O ingresso de mulheres aprofunda o “medo do feminino” e insere nas instituições militares a necessidade da construção de um espaço para o feminino que seja diferente do masculino; é o que os estudos sobre o tema sublinham.

Essa constatação possibilita problematizar como a Polícia Militar do Estado do Paraná – cujo nome, práticas e símbolos foram historicamente construídos a partir de uma definição de masculinidade – atribuiu uma identidade para a mulher policial militar no final dos anos de 1970. Os novos membros, socialmente

---

<sup>367</sup> CAPPELLE, *op cit*, 2006.

<sup>368</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007, p. 67.

identificados com a feminilidade, não poderiam ocupar os lugares pertencentes aos homens e herdar uma identidade masculina. Foi necessário nomear o espaço feminino e as agentes mulheres, a fim de marcar a diferença.

Assim, a definição desse nome ocorre em relação à identidade da corporação, que é uma construção histórica que criou elementos identificadores do grupo e de seus membros, bem como, vinculado ao ideal de feminino, compartilhado por aqueles que detinham o poder de nomear. Uma definição que é uma construção de identidades de gênero, pois conforme estudo de Aquiles Amparán sobre identidade, o processo de construção de identidade estabelece fronteiras e constitui lugares de poder.<sup>369</sup>

Herdeira de uma identidade militar expressa no nome institucional – Polícia Militar do Paraná. A instituição policial militar paranaense era um lugar de poder e de homens policiais militares, pois o seu nome e seu quadro hierárquico representavam a força e a virilidade, características que culturalmente não pertencem às mulheres, mas aos guerreiros da Antiguidade, aos cavaleiros medievais e aos soldados das sociedades modernas. Assim, foram homens autorizados a elaborar a legislação institucional redigiam os documentos que constituíram um lugar para as mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Para Michel de Certeau, o sujeito que detém o poder da escritura domina a linguagem e produz o saber que é inscrito em corpos. Os corpos são moldados pelo discurso, são inscritos pela lei. Prossegue o autor afirmando que “o discurso normativo só anda se já se houver tornado relato [...], uma lei historiada e historicizada, narrada por corpos”.<sup>370</sup> Inscrito em um corpo, o discurso confere-lhe uma identidade e ele “torna-se um fragmento da linguagem, um só nome, legível por outros [...]”.<sup>371</sup> O que não é nomeado está na margem, não tem um corpo escrito pelo discurso, de forma que “[perturba] a ordem construída”.<sup>372</sup> É o ato de nomear que organiza, cria e define uma identidade.

Antecedendo o ingresso das primeiras mulheres essa instituição do Estado do Paraná elaborou uma legislação que possibilitou a abertura de concurso para mulheres. Os textos desses documentos nomearam inicialmente a unidade

<sup>369</sup> AMPARÁN, A. C. **Sociologia de la identidad**. México: Universidad Metropolitana/Miguel Ángel Perrúa, 2002, p. 6-8.

<sup>370</sup> CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 241.

<sup>371</sup> CERTEAU, *op cit*, 2002, p. 242.

<sup>372</sup> CERTEAU, *op cit*, 2002, p. 247-248.

destinada às mulheres como “Pelotão de Polícia Feminina”. O nome dessa organização é a primeira forma de identificação das mulheres policiais e foi instituído pela Polícia Militar do Paraná, pela Inspetoria Geral das Polícias Militares<sup>373</sup> e pelo Governo do Estado do Paraná. A atribuição dessa denominação diferenciava as mulheres em relação à identidade institucional estabelecida e aos demais membros masculinos. Ao nominar a unidade feminina e as suas agentes a instituição constituiu uma ordem que incluí as mulheres na instituição, mas também às excluía da identidade institucional e da hierarquia estabelecida. Assim, mesmo pertencendo à instituição policial militar a unidade feminina e as mulheres policiais estão na margem a ordem institucional.

O nome identifica um sujeito, seja este uma pessoa ou uma instituição, em relação ao conjunto de outros sujeitos e indica uma singularidade, afirma Antonio da Costa Ciampa. Para “conhecer a identidade de alguém”, prossegue o autor, “a forma mais simples, habitual e inicial é fornecer um nome, um substantivo.”<sup>374</sup> Os substantivos e os adjetivos são inscritos nos corpos para dar-lhes identidade e ordenar os espaços sociais. Ao aceitarem a identificação instituída pela Polícia Militar, os membros da instituição assumem uma identidade e ocupam um espaço social constituído pelas diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres. A identificação do Pelotão Feminino definia um espaço para o feminino na Polícia Militar.

O ato de nomear o “Pelotão de Polícia Feminina” é uma construção que ocorre em relação ao saber sobre as diferenças sexuais existentes na Polícia Militar, no Estado do Paraná e na Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), no final dos anos de 1970. Sendo a Polícia Militar uma instituição identificadora do Estado, a legislação que criou e nomeou a Polícia Feminina foi assinada pelo Governador do Estado, que é quem detém o poder simbólico de nomear e reconhecer as mulheres como policiais.

As diretrizes de criação da Polícia Feminina do ano de 1977 e a de organização da Polícia Feminina do ano de 1979 são as leis que definiram o que identificaria uma policial. Para se tornarem policiais, as mulheres deveriam incorporar o texto da legislação. Para Michel de Certeau, não há lei “que não se

---

<sup>373</sup> Órgão do Governo Federal subordinado ao Ministério do Exército.

<sup>374</sup> CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.62-63.

escreva sobre corpos”. Pela inscrição da lei, os corpos se tornam parte da coletividade e são reconhecidos como pertencentes àquele espaço social.<sup>375</sup>

O texto impresso remete a tudo aquilo que se imprime sobre o nosso corpo, marca-o (com ferro em brasa) como o Nome e com a Lei, altera-o enfim com a dor e/ou prazer para fazer dele um símbolo do Outro, um dito, um chamado, um nomeado. [...]. O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido [...].<sup>376</sup>

No ano de 1976, iniciou-se o processo de construção dos textos para constituir a policial e o seu lugar na instituição. O primeiro documento, que tem como objetivo “estabelecer as bases e os elementos essenciais para a atração, recrutamento e seleção de pessoal para formar o Pelotão de Polícia Feminina da PMPR”,<sup>377</sup> identifica com um nome a futura unidade policial militar. Uma denominação que indica pertencimento e simboliza o poder da Polícia Militar do Estado do Paraná de nomear e dar reconhecimento à unidade feminina. No mesmo ano, no texto da lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná, que possibilitou a implantação da Polícia Feminina, há referência à “criação de organização policial-militar feminina”<sup>378</sup>. Em 16 de junho do ano de 1977, a IGPM baixou uma portaria regulamentando a Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, a qual orienta e autoriza a criação de unidade de Polícia Feminina, conforme termo contido no documento.<sup>379</sup>

Os textos que antecedem a lei de criação da unidade feminina na Polícia Militar do Paraná identificaram-na de diferentes formas. Nos três documentos citados aparecem três nomes – Pelotão de Polícia Feminina da PMPR; organização policial militar feminina; Polícia Feminina. A nomenclatura que exclui o adjetivo militar foi utilizada duas vezes no documento da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) e em um documento da Polícia Militar do Estado do Paraná. Essa dificuldade em instituir uma nomenclatura identificadora da unidade feminina, percebida nas diferentes nomeações que são utilizadas, justifica-se pela construção cultural que

<sup>375</sup> CERTEAU, *op cit*, 1994, p. 231.

<sup>376</sup> CERTEAU, *op cit*, 1994, p. 232.

<sup>377</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Diretriz n. 009/76**. Estado Maior da Polícia Militar, 1ª seção. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR)

<sup>378</sup> ESTADO DO PARANÁ... *op cit*. **Lei n. 6.774**, 1976, art. 72.

<sup>379</sup> ESTADO MAIOR DO... *op cit*. **Portaria n. 027/77**, 1977, Brasília, p. 16. (arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná)

universaliza as instituições militares como espaços pertencentes ao masculino. O universal não precisa ser nomeado, pois o poder de se constituir em militar pertence aos homens que incorporam as práticas e símbolos de uma masculinidade identificadora do militar. Logo, as mulheres não poderiam se constituir em militares, mas em “assemelhados”<sup>380</sup>, isto é, não eram percebidas como iguais, pois biologicamente não possuíam as características para herdar o poder simbólico presente no adjetivo militar que significa a masculinidade.

A unidade ganha o adjetivo feminino e perde o militar para marcar a distinção daqueles que detêm o poder simbólico institucional e são estranhos à instituição.<sup>381</sup> Ao solicitar à Secretaria de Segurança do Estado a “criação da unidade de Polícia Feminina”, o Comandante Geral afirma que o “Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade policial-militar feminina”<sup>382</sup>. Mesmo sendo reconhecida como uma “unidade policial-militar feminina”, o nome não a identifica como militar, mas como polícia feminina. O diferente no espaço militar são as mulheres e o ato de nomeá-las é a primeira forma de marcar as fronteiras entre o que é universal – o masculino – e o diferente – o feminino.

Esse processo de instituição de uma nomenclatura para a unidade de polícia feminina e a sua criação, ocorreram dentro de um processo de reestruturação da Polícia Militar do Paraná e das Polícias Militares Brasileiras. Trata-se de um período de transição que está relacionado às questões políticas nacionais de abertura e transição para a democracia. É nesse contexto de abertura política e reafirmação da identidade policial militar que a lei de 19 de abril de 1977, que criou o “Pelotão de Polícia Feminina”<sup>383</sup>.

No seu artigo primeiro, a lei instituiu legalmente a nova unidade, criando o “Pelotão de Polícia Feminina, nas formas do artigo 72 da Lei n. 6.774 de 08 de Janeiro de 1976”. O poder da lei cria e define o nome que identificou a unidade policial e que marcaria o corpo das mulheres que se tornariam policiais femininas no Estado do Paraná, um pelotão que foi constituído como uma “organização policial-

<sup>380</sup> ESTADO MAIOR DO... *op cit.* **Portaria n. 027/77**, 1977, Brasília, p. 16. (arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná)

<sup>381</sup> BOURDIEU, **A economia...** *op cit.*, 2007, p. 18.

<sup>382</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Ofício n. 273/76** – PM/1, 1977. Arquivo PM/1.

<sup>383</sup> ESTADO DO PARANÁ... *op cit.* **Decreto n. 3238**, 1977. In: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 078, 27 de abril de 1977, p.03-04.



militar”<sup>384</sup>, porém identificado como feminino. Essa tensão entre o militar e feminino reafirma ambigualmente a necessidade de construir um espaço feminino às margens da identidade institucional. Uma divisão historicamente construída e que acompanha as relações entre o masculino e o feminino ao longo dos tempos.

Foi pelo poder da lei, que é sua voz, que o Estado nomeou e deu uma identidade para a mulher policial e a constituiu em policial feminina. Isso nos remete à Pierre Bourdieu, pois para ele “o direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, [...]. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, [...]” Ele tem o poder de criar e nomear a organização que recebeu as mulheres e pelo ato de tal nomeação, afirma uma ordem estabelecida, criando um espaço feminino subordinado à corporação militar. A hierarquia da organização feminina não seria a mesma do espaço masculino, mas possuiria “determinados graus hierárquicos”<sup>385</sup>, o que significa que as policiais não poderiam ascender em todos os graus hierárquicos da corporação e sempre estariam subordinadas aos homens.

A “instrução para o recrutamento e seleção de pessoal para o Pelotão de Polícia Feminina”, para a inclusão no “Curso de Formação de Sargentos de Polícia Feminina (CFS/PF)”<sup>386</sup>, foi publicada no dia 6 de junho do ano de 1977. No mesmo mês, foi publicado o edital do concurso para o “Pelotão de Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado do Paraná”<sup>387</sup>. Trata-se de documentos que se referem à unidade policial e às mulheres, indicando a construção de um lugar para o feminino na instituição. Esses mesmos documentos fazem referência a uma nova denominação, que define a existência de um novo curso dentro da instituição, que é o Curso de Formação de Sargentos de Polícia Feminina, pois até aquele momento existiam dois cursos, o de Formação de Sargentos Policiais Militares (CFC/PM), destinado aos policiais militares, e o de Formação de Sargentos Bombeiros Militares (CFC/BM), destinado aos bombeiros.<sup>388</sup>

<sup>384</sup> ESTADO DO PARANÁ... *op cit.* **Decreto n. 3238**, 1977. In: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 078, 27 de abril de 1977, p.03-04.

<sup>385</sup> ESTADO MAIOR DO...*op cit.* **Portaria n. 027/77**, 1977, Brasília, p. 16. (arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná). POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 009/76**. Estado Maior da Polícia Militar, 1ª seção. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR)

<sup>386</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 115, de 6 de junho de 1977.

<sup>387</sup> POLÍCIA, *op cit.* **Boletim Geral**, 1977.

<sup>388</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 219, 24 de novembro de 1977.

O início das aulas do Curso de Formação de Polícia Feminina ocorreu em 20 de novembro.<sup>389</sup> No dia seguinte, o Centro de Formações de Praças e o Comando Geral assinaram a Portaria com a “Norma para os procedimentos a serem adotados pelas integrantes do Curso de Formação de Sargentos Feminino”.<sup>390</sup> Nessa portaria, foram definidas nomenclaturas para a identificação das mulheres que ingressariam na unidade feminina, até então identificadas como **policial feminina** ou **a policial militar**. Ficou definido que **a policial militar**, integrante do Pelotão de Polícia Feminina e matriculada no CFS Fem, seria identificada como “**aluna do CFS Feminino**”<sup>391</sup>, durante o processo de formação.

Em 16 de junho de 1978, a Polícia Militar do Paraná formou a primeira turma do “Curso de Formação de Sargentos Policial-Militar Femininos”.<sup>392</sup> No termo de encerramento, o curso é identificado como “Curso de Formação de Sargentos Feminino Policial Militar.”<sup>393</sup> Entre a abertura do concurso e o encerramento do curso, localizamos três denominações para o curso de sargentos feminino – Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS/Fem); Curso de Formação de Sargentos Policial-Militar Femininos (CFSPM/Fem); Curso de Formação de Sargentos Feminino Policial Militar (CFS Fem PM) – porém, a denominação mais usada foi a primeira.

No documento de promoção das alunas à graduação de sargento são utilizadas duas denominações para o recém-concluído curso. Primeiramente, o documento faz referência às “alunas egressas do CFS Fem PM”, que significa Curso de Formação de Sargento Feminino Policial Militar; a seguir, o nome citado é “Curso de Formação de Sargentos PM Fem”. As alunas que concluíram o curso foram promovidas, como determinava a lei anterior de criação do Pelotão, a Sargentos. As quatro primeiras colocadas foram promovidas à graduação de “2.º Sargento PF QPM 1-0” e as demais à graduação de “3.º Sargento PF QPM 1-0”. Mesmo tendo elas sido nomeadas como “Sargentos PF” (Sargentos Policial Feminina), a “Qualificação Policial Militar Geral” e a “Qualificação Militar Específica” adotada é a indicada na legislação de 13 de setembro de 1977, segundo a qual a QPM 1-0 é identificadora

<sup>389</sup> MOREIRA, *op cit*, 2007, p. 119.

<sup>390</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria do Comando Geral n. 232/77** – CFAP. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 219, 24 de novembro de 1977.

<sup>391</sup> Aluna do Curso de Formação de Sargento Feminino

<sup>392</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Boletim informativo** n.01, 1978.

<sup>393</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Boletim Geral**, n. 108, 1978.

das “Praças Policiais Militares Combatentes”<sup>394</sup>, a mesma qualificação utilizada pelos homens, o que diferenciou foi a sigla PF. As várias formas de nomear as policiais é mais uma confirmação da dificuldade da instituição em identificar-las, inclusive elas são promovidas como combatentes.

No mês de setembro de 1978, em um elogio do Comandante do 5.º Grupamento de Incêndio de São Paulo, elas são identificadas como “as Sargentos Fem PM”. O elogio foi dirigido às “policiais-militares” do Batalhão de Polícia Feminina de São Paulo, onde as sargentos do Paraná realizavam um estágio.<sup>395</sup> Esse estágio, segundo Rosemeri Moreira, tinha por objetivo “padronizar a ação, o comportamento e a aparência das mulheres inseridas nas corporações militares”<sup>396</sup> e também significou um momento de definição das diferenças entre o feminino e o masculino na Polícia Militar. Uma definição que se expressa também no processo de nomeação, pois a multiplicidade de nomes presentes nos documentos institucionais faz parte do difícil processo de estabelecimento das diferenças entre o feminino e o institucional – como o masculino é historicamente constituinte da instituição, ele não é nomeado nos documentos institucionais –, o que indica a dificuldade das autoridades do Estado em denominar a alteridade, fato resultante de tensões entre a identidade institucional, viril, que precisava ser mantida e a construção de uma identidade para a polícia feminina, que identificasse as mulheres policiais com a instituição, ao mesmo tempo em que as diferenciasse da identidade institucional.

Essa confusão de nomes que identificam o Curso de Formação de Sargentos, o Pelotão e a Graduação das policiais expressa que aqueles que detinham o poder simbólico de reconhecer a diferença tiveram dificuldades para construir uma identificação para as policiais. Em dois Boletins Gerais de meados de 1979, as policiais são identificadas como “os Sargentos PF”<sup>397</sup>, indicativo da dificuldade da instituição – sendo esta incorporada em corpos masculinos que falam e agem em nome da instituição, a dificuldade de nomear, identificar e diferenciar essas mulheres é dos homens que redigiram os documentos – em definir um substantivo feminino, são reveladores, para nos apropriarmos de Pierre Bourdieu, dos “esquemas do inconsciente sexuado [...] [que são] estruturas históricas,

<sup>394</sup> ESTADO DO PARANÁ... *op cit.* **Decreto n. 3860**, 1977.

<sup>395</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 116, 23 de junho de 1978.

<sup>396</sup> MOREIRA, *op cit.*, 2007, p.158.

<sup>397</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Boletim Geral**, n. 104, 4 de junho 1979. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 128, 10 julho de 1979.

altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços.”<sup>398</sup> A experiência dos homens da Polícia Militar com o corpo, a identidade e o espaço colocava muitas dificuldades para identificar a instituição como um espaço para mulheres, bem como nomear as mulheres que foram aceitas como agentes da Polícia Feminina.

Assim, o ato de definir uma nomenclatura está vinculado à constituição do feminino na Polícia Militar do Estado Paraná, pois ao nomear as mulheres policiais e construir uma unidade de polícia para elas, a instituição fundamentava a diferença entre o masculino e o feminino, bem como entre os femininos. É em relação a identidades supostamente homogêneas que se nomeia a mulher policial – um ideal de militar e um ideal de mulher – e constitui-se a identidade da Polícia Feminina, a qual se pretende homogênea, todavia ao definir-se uma nomenclatura para a hierarquia feminina se estabelece a diferença entre as mulheres policiais e entre a hierarquia feminina e a masculina.

No edital, publicado em outubro de 1978, para “preenchimento de vagas no Pelotão de Polícia Feminina”<sup>399</sup>, destinadas ao “Curso de Formação de Soldados Feminino (CFSD/Fem)”<sup>400</sup>, foi excluído da identificação do curso o adjetivo militar. Individualmente, as alunas que participaram do curso foram nomeadas como “Aluna Soldado Feminina” (Al Sd/Fem). Novamente, o adjetivo feminino marcava a diferença entre a identidade institucional e a identidade da policial feminina, que não é identificadora da instituição, pertencendo somente a ela.

A vinculação desse adjetivo como referência para a identificação da unidade e das policiais do Pelotão de Polícia Feminina, faz parte do processo de constituição de uma identidade marcada pela diferença entre o feminino, que é o singular, o diferente, enquanto o masculino é o coletivo, o igual. O feminino não é militar, está subordinado à instituição militar, pertence a uma unidade que está incluída na corporação, mas, no entanto está à margem da identidade militar da corporação. Trata-se, portanto, de uma inclusão problemática, a começar pela própria

<sup>398</sup> BOURDIEU, *op cit*, 2007, p.124.

<sup>399</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Edital n. 001/78** Centro de Recrutamento de Soldados. In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 196, 20 de outubro de 1978.

<sup>400</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Boletim Geral** n. 210, 1978.

denominação particular que a unidade e suas integrantes recebem como se fossem um suplemento à ordem institucional.

Essa construção da diferença ocorre entre 1977 e 1979. A análise da Diretriz do Comando Geral n. 6, do ano de 1978, e a Diretriz n. 76, do ano de 1979, possibilita observar alterações na nomenclatura das polícias. Segundo o documento de 1978,

[...] os alunos matriculados nos cursos do CEFAP terão as seguintes designações:

- a. No CAS, Curso de Especialização e Estágios
  - 1) Sargento-Aluno;
  - 2) Sargento-Aluna;
  - 3) Cabo-Aluno;
  - 4) Soldado-Aluno;
  - 5) Cabo-Aluna;
  - 6) Soldado-Aluna.
- b. No CFS
  - 1) Aluno-Sargento;
  - 2) Aluna-Sargento.
- c. No CFC
  - 1) Soldado-Aluno;
  - 2) Soldado-Aluna.
- d. No CFSd
  - 1) Aluno-Soldado;
  - 2) Aluna-Soldado.<sup>401</sup>

O substantivo “aluna” ou “aluno” são os diferenciadores entre homens e mulheres nesse documento. Porém, como demonstrado anteriormente, não havia uma forma única de nomear as policiais, pois nos Boletins Gerais e Editais foram localizadas outras denominações. Estas, muitas vezes, são confundidas como a pretensa homogeneidade da identidade institucional e as mulheres são nomeadas como “aluna PM CFO”<sup>402</sup> e “Aluna PM”<sup>403</sup>.

No ano de 1979 ocorreu uma alteração na definição da nomenclatura e o adjetivo feminino foi instituído legalmente pela Diretriz n. 076 como definidor da diferença, alterando a nomenclatura definida pela legislação de 1978. Segundo afirmações do documento:

Até que seja definida a situação da Polícia Feminina com relação à Qualificação Policial-Militar Geral e Particular (QPM-G e QPM-P), mediante

<sup>401</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz n. 06/78. Uso de uniformes pelos alunos do CEFAP e outras providências. **Boletim Geral**, n. 236, Curitiba, 22 de dezembro de 1978.

<sup>402</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Boletim Geral** n. 219. Curitiba, 1979.

<sup>403</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 237. Curitiba, 18 de dezembro de 1979.

Decreto do Poder Executivo, a policial-militar passa a ser identificada pelas abreviaturas e siglas, conforme [abaixo especifica]:

- |                  |  |
|------------------|--|
| 1) Soldado       | Sd PM FEM;   |
| 2) Cabo          | CB PM FEM;   |
| 3) Sargentos     | (3. <sup>o</sup> ), (2. <sup>o</sup> ), (1. <sup>o</sup> ) PM FEM; |
| 4) Aluna do CFO  | AI Of PM FEM;  |
| 5) Aluna do CFS  | AI Sgt PM FEM;   |
| 6) Aluna do CFC  | AI Cb PM FEM;  |
| 7) Aluna do CFSd | AI Sd PM FEM. <sup>404</sup>                                       |

Ao se referir à identificação da policial, o documento busca padronizá-la dentro das graduações da corporação. O documento faz referência à forma de nomear as alunas do Curso de Oficiais (AI OF PM FEM), mas não há referência à identificação das praças especiais (as aspirantes a oficial) e às oficiais. Essa preocupação surge quando se formam as primeiras mulheres na Escola de Oficiais, no final do ano de 1981.

No mês de janeiro do ano de 1982, o Comando Geral da Polícia Militar encaminhou um anteprojeto à IGPM, solicitando a criação de um “Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino”, o qual previa a criação de uma vaga para 2.<sup>o</sup> Tenente Feminino, que seria deduzida das vagas de oficiais previstas para os homens.<sup>405</sup> Após ser aprovado pela IGPM, o documento foi encaminhado ao Governo do Estado do Paraná, juntamente com uma justificativa da necessidade de criação desse Quadro. Segundo o Comando Geral, “torna-se necessário criar um Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino (QEOPF) visando preencher uma lacuna na PMPR e, ao mesmo tempo, possibilitar as suas futuras integrantes o engajamento em quadro específico pela condição de serem mulheres.”<sup>406</sup> A criação do quadro define o poder das oficiais na instituição.

O nome do Quadro determina o lugar dessas oficiais na hierarquia militar como Oficiais de Policiamento Feminino, não como Oficiais Militares. O espaço de poder das oficiais ficou restrito à polícia feminina. Dentro da hierarquia militar, instituiu-se uma hierarquia de gênero, construindo espaços para as mulheres e as feminilidades e espaços para os homens e as masculinidades. Observa-se que a construção desses espaços femininos dentro da hierarquia são posteriores ao ingresso das mulheres.

<sup>404</sup> POLÍCIA...*op cit.* **Diretriz n. 076/7**, 1979.

<sup>405</sup> POLÍCIA...*op cit.* **Ofício n. 079/82 PM/1**. 1982. Do Comando Geral ao Secretário de Segurança.

<sup>406</sup> POLÍCIA..., *op cit.* **Ofício n. 079/82 PM/1**. 1982.

A nomeação das graduações das praças e das patentes das oficiais femininas foi instituída após o ingresso das mulheres, indicando um descompasso entre a prática e a lei. A Diretriz de 1979 informa sobre a necessidade de definir a situação da Polícia Feminina em relação às qualificações das praças, pois após a formatura das primeiras sargentos elas foram promovidas com a mesma Qualificação Policial Militar (QPM)<sup>407</sup> dos policiais combates, sendo elas identificadas como “3.º Sargento PF QPM 1-0” e “2.º Sargento PF QPM 1-0”<sup>408</sup>, fato que deve ter causado um certo desconforto entre os homens graduados. Dois meses após essa publicação, elas não são mais identificadas como QPM 1-0, mas como Sargentos Fem PM<sup>409</sup> – naquele momento não havia o quadro para as policiais femininas. Com relação ao Quadro de Oficiais Feminino, houve resistência por parte de oficiais, identificada nos ofícios e nas justificativas que acompanham o anteprojeto de lei, bem como na fala dos entrevistados por Rosemeri Moreira.<sup>410</sup>

Um dos indícios de resistência é o longo processo de tramitação do anteprojeto de criação do Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino, que se iniciou em janeiro de 1982 e se tornou Lei em dezembro de 1983, com a criação do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminino (QOPM Fem). Nessa Lei, definiu-se a identificação das alunas do CFO como Alunas Oficiais PM Fem, bem como determinou-se como se identificariam as aspirantes e as tenentes. Seguindo a mesma identificação dos homens, foi acrescida a sigla “Fem” no final. Sendo assim, as policiais aspirantes formadas em 1981 foram identificadas como Aspirantes a Oficial PM Fem e, depois de promovidas, passaram a 2.º Tenente PM Fem.<sup>411</sup>

Essa mesma Lei alterou a legislação de 8 de janeiro de 1976 e a organização feminina foi incluída no artigo que trata das “unidades operacionais da Polícia Militar” como “Batalhão, Companhia, Pelotão e Grupo de Polícia Militar Feminina (BPM Fem, Cia. PM Fem, Pel PM Fem, e GP PM Fem)”<sup>412</sup>, bem como criou qualificação para as praças policiais femininas. Após transcorridos seis anos da criação do Pelotão de Polícia Feminina, este foi legalmente identificado como uma unidade policial militar feminina e foram criados os quadros para identificação e

<sup>407</sup> Quadro de qualificação dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo.

<sup>408</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 111. Curitiba, 16 de junho de 1978.

<sup>409</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 163. Curitiba, 1 de setembro de 1978.

<sup>410</sup> MOREIRA, *op cit*, 2007, p. 109-110.

<sup>411</sup> ESTADO... *op cit*, **Lei n. 7815**, 1983.

<sup>412</sup> ESTADO... *op cit*, **Lei n. 7815**, 1983.

qualificação das policiais. Segundo a Lei, “as praças Policiais-Militares, Bombeiros-Militares e Policiais-Militares Femininas serão agrupados em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP)”<sup>413</sup>, sendo criada a Qualificação Policial-Militar Feminino (QPM-Fem).

No ano seguinte, em 1984, foi criada foi instituída a QPM 3-12 como quadro de identificação para as praças policiais femininas. A identificação de combatente (QPM 1-0) continuou identificando somente os homens policiais militares.<sup>414</sup> A identificação das policiais militares femininas e a constituição de um quadro próprio para elas conclui a definição de um espaço para o feminino dentro da corporação, legitimado por uma modalidade de policiamento, o feminino, restrito a atividades que a instituição e o Estado identificaram como pertencentes às mulheres. O combate ao crime e a execução da lei pertenciam aos homens.

No início dos anos de 1980, a unidade feminina foi nomeada pelo Estado como Militar e suas integrantes passaram a existir como parte das qualificações policiais militares, mas continuaram sendo femininas e não combatentes. A qualificação de combate é um espaço identificador e qualificador da masculinidade nas instituições militares e nas polícias, mesmo as não militares, como demonstram os estudos de gênero sobre organizações policiais. Para Cara E. Rabe-Hemp, a história e as práticas institucionais contribuem para a reprodução das identidades femininas e masculinas nas corporações policiais.<sup>415</sup>

Entre a primeira metade da década de 1980 e o ano de 2000, não ocorreram alterações nas leis e decretos do Estado, no que se refere à unidade de Polícia Militar Feminina. Em 2000 foram extintos o “Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem)” e “a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem)”<sup>416</sup>, ocorrendo a inclusão das policiais nos espaços até então destinados aos homens.

Esse processo de unificação ocorreu em todas as Polícias Militares do Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990 e início do século XXI.<sup>417</sup> A

<sup>413</sup> *Loc cit.*

<sup>414</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Decreto n. 3412**. Curitiba, 21 de julho de 1984.

<sup>415</sup> RABE-HEMP, Cara E. **Police women or police Women?** Doing gender and police work. *Feminist Criminology*, vol. 4, n. 2, Abril, 2009, p. 114-129, p. 115. Acesso: <<http://fcx.sagepub.com>>, Capes, 09 de junho de 2009.

<sup>416</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 12.975**. Curitiba 17 de novembro de 2000.

<sup>417</sup> A partir da segunda metade da década de 1990, até o ano de 2001, ocorreu o processo de extinção do quadro de polícia feminina na maioria das Polícias Militares Brasileiras. SOARES, B. M.; MUSUMECI, *op cit.* **Mulheres...**, 2005, p.173.



Polícia Militar do Paraná foi uma das últimas a unificar o quadro de oficiais e a qualificação de praças, incluindo as policiais ao quadro e à qualificação identificadora dos homens policiais. Segundo o texto da Lei:

As atuais integrantes dos quadros extintos passam a compor o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), a Qualificação de Praças Especiais Policiais Militares (Asp Of PM e Aluno Oficial PM) e Qualificação Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e a Particular QPMP-0, correspondentes com [sic] seus Postos ou Graduações, de acordo com a sua antiguidade relativa.

§ 2.º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 6% (seis por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares e Qualificações de Praças.<sup>418</sup>

Mesmo não havendo muita clareza com relação à reserva de vagas destinadas ao ingresso de pessoas do sexo feminino, reservaram-se até seis por cento destas<sup>419</sup>, devido à “natureza especial da função de Policial Militar”<sup>420</sup>. Constata-se que a legislação não utiliza mais o discurso de *natureza feminina* para justificar a porcentagem do efetivo da instituição destinada às mulheres, como ocorreu na legislação que constituiu o espaço para a Polícia Feminina e suas agentes<sup>421</sup>, mas sim a idéia de que a atividade de policial militar possuiu uma natureza. Assim, uma construção histórica que identifica a função de militar como pertencente aos homens é naturalizada pela legislação para legitimar a diferença entre o feminino e o masculino. Além do mais, quando o texto da lei indica a extinção da Companhia e dos pelotões de Polícia Feminina, os quais, em meados da década de 1980, foram nomeados como militares, não aparece nas suas nomenclaturas o substantivo militar. Esse fato é um indicativo de que a dificuldade da instituição e o Estado em nomear as mulheres como militares permaneceu até a extinção da Polícia Feminina.

<sup>418</sup> ESTADO DO PARANÁ, *op cit*, **Lei n. 12.975**, 2000.

<sup>419</sup> No ano de 2005, a lei n. 14.804 estabeleceu: “Art. 1.º. Fica alterado o § 2.º e acrescidos §§ 3.º, 4.º e 5.º ao art. 1.º, da Lei n. 12.975, de 17 de novembro de 2000, com a seguinte redação:

“§ 2.º. Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino.

§ 3.º. Fica permitido o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM), nas Qualificações de Praças Especiais Bombeiros-Militares (Aspirante-a-Oficial BM e Aluno Oficial BM) e de Praças Bombeiros-Militares Geral 2 (QPMG-2), e na Particular QPMP-0”. PARANÁ. **Lei n. 14.804**. Curitiba, 20 de julho de 2005.

<sup>420</sup> ESTADO DO PARANÁ *op cit*. **Lei n. 12.975**, 2000.

<sup>421</sup> ESTADO DO PARANÁ *op cit*. **Decreto n. 3238**, 19 de abril de 1977, Boletim Geral n. 078, 27 de Abril de 1977. PARANÁ. **Decreto n. 3413**. Curitiba, 24 de julho de 1984.

Entre os anos de 1977 e 2000, foi instituída uma identidade ao pelotão e à companhia feminina, bem como às suas integrantes. O processo de construção de um nome para a unidade de polícia feminina e para as policiais foi marcado pela resistência do Estado e da Polícia Militar em nomear as mulheres como militares. Isso indica um medo de masculinizá-las e, principalmente, feminizar a instituição policial militar, pois a “imposição de um nome [...]”, afirma Pierre Bourdieu, “é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser [...]. É fazer ver alguém o que ele é e ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade.”<sup>422</sup> O início de desconstrução desse medo é a unificação dos quadros, porém, foi uma unificação relativa, pois em relação ao efetivo mantém-se o controle sobre o número de mulheres que ingressam na instituição. Porém, antes da unificação, as leis foram inscritas nos corpos das mulheres e elas incorporaram a identificação instituída pela Polícia Militar, a fim de serem reconhecidas pela corporação. Nessa construção discursiva, a função da mulher é o cuidado e do homem é o combate. É a partir dessa relação entre o cuidado e o combate que se definem quais espaços da polícia são femininos, quais são masculinos.

A partir de 2000, todos os membros da instituição são policiais militares e estão submetidos a uma legislação única. Isso não significa uma desconstrução total das diferenças instituídas a partir do ingresso das primeiras mulheres, pois a construção dessa divisão entre os sexos não está restrita à Polícia Militar. Conforme afirma Pierre Bourdieu, são relações de poder que estão presentes em outros espaços sociais e “as mudanças visíveis que afetam a condição feminina, mascaram a permanência de estruturas invisíveis.”<sup>423</sup> Mudanças na lei não significam uma ruptura com o que foi instituído ao longo do tempo, com a colaboração da produção do conhecimento histórico, que legitima a guerra e as instituições armadas como espaços da masculinidade.

---

<sup>422</sup> BOURDIEU, **A economia...** *op cit*, 1998, p. 100-101.

<sup>423</sup> BOURDIEU, **A dominação...** *op cit*, 2007, p. 126.

### 3.2 A ATIVIDADE POLICIAL FEMININA: CONSTITUINDO DIFERENÇAS DE GÊNERO

No decorrer do processo de criação e abertura do primeiro concurso para o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná, além da definição do nome para a organização policial feminina e para as polícias, estabeleceu-se qual deveria ser a “missão básica” do Pelotão de Polícia Feminina. Ao se definir uma finalidade específica para a Polícia Feminina, reafirmou-se a separação entre esta e a Polícia Militar. Essa construção é a expressão de “esquemas de pensamentos”, apropriando-nos de Pierre Bourdieu, que naturalizam “as divisões das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre masculino e feminino”.<sup>424</sup>

Ao definir as atividades destinadas à Polícia Feminina, a Polícia Militar reafirmou a hierarquia de gênero construída historicamente. No século XIII, conforme estudo de Luz Gabriela Arango, já havia uma especialização dos ofícios fundamentada no gênero, sendo as corporações femininas separadas das masculinas e com estruturas similares. O aumento do poder dessas instituições de ofícios resultou na exclusão feminina das corporações a partir do século XVI e iniciou-se um processo de subordinação dos ofícios femininos aos masculinos. No caso específico das costureiras, por exemplo, elas se tornaram assistentes dos alfaiates.<sup>425</sup> No século XIX, conforme estudos de Joan Scott sobre o trabalho feminino nas fábricas, existia a separação entre trabalhos femininos e masculinos e manteve-se “a predominância do trabalho de agulha como trabalho de mulher [...]”<sup>426</sup>. Os discursos dos empregadores, dos economistas e das leis, afirma a autora, produziram uma divisão das atividades destinadas a homens e mulheres. Características tidas como inerentes aos sexos definiam o “trabalho feminino” e o “trabalho masculino”<sup>427</sup>.

Historicamente construída, a divisão sexual das atividades não ficou restrita ao espaço das fábricas ou do comércio, mas também faz parte de instituições do Estado. O gênero como definidor das atividades culturalmente constituídas como

<sup>424</sup> BOURDIEU, **A dominação** *op cit*, 2007, p. 16-17.

<sup>425</sup> ARAGO, L.G. Identidad femenina, identidad obrera: la proletarización de la mujer en Francia en el siglo XIX. In: ARAGON, L. G.; LEON, M.; VIVEROS, Mara. **Género e identidad**: ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá, Colômbia: TM editores, Ediciones Uniandes, 1995, p. p. 121-237, p. 215-216.

<sup>426</sup> SCOTT, J. A mulher... *op cit*, p. 443-475, p. 450.

<sup>427</sup> SCOTT, J. A mulher... *op cit*, p. 455-464.

masculinas e femininas está na organização nas instituições policiais e militares no século XIX e no século XX, como demonstram os estudos de gênero dessas instituições.

O estudo de Louise Jackson sobre mulheres policiais no Reino Unido é uma referência para as pesquisas sobre divisão de gênero em instituições policiais. O recorte temporal da sua pesquisa compreende o período entre os anos de 1915 e 1975 e foi delimitado pelo ano de ingresso das primeiras mulheres como policiais nos departamentos de polícia e pela integração delas na estrutura policial. Até 1976, as policiais recebiam salários menores, bem como pertenciam a uma estrutura promocional diferente da dos homens.<sup>428</sup> É com base nas diferenças de gênero que se justificou a necessidade de mulheres policiais, pois o sexo feminino era identificado como apropriado para o trato com mulheres vítimas e ofensoras, bem como para o cuidado com crianças, sendo instituídos os Departamentos de Polícia Feminina.<sup>429</sup> Nesses Departamentos, afirma a autora, foi criada uma identidade profissional feminina em relação ao policiamento masculino.<sup>430</sup>

Nos Estados Unidos, segundo afirma Nelson Arteaga Botello, as mulheres atuavam informalmente em atividades policiais desde meados do século XIX e, no início do século XX, assumiram oficialmente as funções de mulheres policiais. Suas atividades estavam restritas ao cuidado dos bailes, dos parques, dos cinemas e dos lugares de recreação destinados a mulheres e crianças. A partir da década de 1970, as policiais passaram a ocupar espaços até então destinados aos policiais homens.<sup>431</sup>

Um estudo comparativo sobre a presença de mulheres entre países europeus e nos Estados Unidos, realizado por Jennifer Brown, conclui que a data de ingresso de mulheres nas polícias dos países pesquisados ocorreu na primeira metade do século XX e as atividades a elas destinadas estão relacionadas a questões da esfera doméstica, ligadas à atuação sobre mulheres e crianças. O afastamento das atividades violentas era justificado pelas diferenças sexuais e pela força física. Mesmo após o fim das discriminações e a instituição de direitos iguais a

---

<sup>428</sup> JACKSON, L. A. **Women Police**: gender, welfare and surveillance in the twentieth century. USA: Manchester University Press, 2006, p. 2.

<sup>429</sup> JACKSON, *op cit*, 2006, p. 4.

<sup>430</sup> JACKSON, *op cit*, 2006, p. 5.

<sup>431</sup> BOTELLO, El trabajo... *op cit*, 2009, p. 75

partir da segunda metade da década de 1970, as policiais continuaram a ocupar atividades culturalmente identificadas como “aceitáveis” para as mulheres.<sup>432</sup>

Para entender as diferenças de gênero na polícia de hoje, é importante analisar o ingresso das mulheres, afirma Vanessa Garcia, referindo-se ao seu estudo sobre a polícia dos Estados Unidos. Segundo a autora, em 1910 o Departamento de Polícia de Los Angeles admitiu oficialmente a primeira mulher como policial, porém elas atuavam de forma não oficial desde 1840, nos departamentos prisionais. Antes de 1925, havia 210 cidades dos Estados Unidos que empregavam policiais femininas, principalmente como matronas de prisão. As atividades das mulheres policiais, conforme afirma a autora, era de assistência social, pois atuando no cuidado de jovens e mulheres e na prevenção do crime dirigido a essa parcela da população, mantinham o ideal de feminilidade aceito pela instituição. Nos anos de 1970, ocorreu o processo de integração e a policial especialista na proteção de crianças, jovens e mulheres e na atuação em crimes envolvendo vítimas femininas e infantis ou a prática criminosa de mulheres tornou-se legalmente uma policial, com os mesmos direitos dos policiais homens e atuando em todas as situações de crime. No entanto, afirma a autora, na prática elas continuam atuando como especialistas.<sup>433</sup>

Em Portugal o ingresso das mulheres na polícia ocorreu na década de 1950, segundo Susana Durão<sup>434</sup>. Entre os anos 1950 e 1970, foram abertos três concursos para mulheres. A partir dos anos de 1980, ocorreram ingressos mais frequentes e, no ano de 1984, ingressaram as primeiras mulheres no curso de formação de oficiais. Atualmente, afirma a autora, as mulheres atuam principalmente nas atividades de “apoio aos idosos, às escolas, ao comércio e às vítimas de violência doméstica” e suas práticas são “associadas a valores de feminilidade.”<sup>435</sup> Nas ações de combate ao crime, prossegue a autora, há poucas mulheres atuando. Elas são identificadas como “corpo mais frágil, menos dotadas do que os parceiros para o combate ao crime e o enfrentamento corpo-a-corpo [sic]”.<sup>436</sup>

<sup>432</sup> BROWN, *op cit*, 1996.

<sup>433</sup> GARCIA, V. “Difference” in the Police Department: women, policing and “going gender”. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 19, 2003, p. 330-344. Disponível em: <<http://ccj.sagepub.com>>. CAPES. Acesso em: 30 mai 2008, p. 333-340.

<sup>434</sup> DURÃO, S. Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a ótica etnográfica. **Etnográfica**, Portugal, vol. VIII, n. 1, pp. 57-78. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_08/N1/Vol\\_viii\\_N2\\_04susanadurao.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N1/Vol_viii_N2_04susanadurao.pdf)>. Acesso em: 30 mai 2008, p.60.

<sup>435</sup> DURÃO, *op cit*, 2008, p. 75.

<sup>436</sup> *Loc cit*.

No México as mulheres ingressaram na polícia na década de 1930, conforme afirma Nelson Arteaga Botello<sup>437</sup> e, até o final da década de 1990, as atividades ocupadas pelas mulheres na polícia eram as consideradas secundárias. Entre essas atividades estão as áreas administrativas, o patrulhamento em parques, em museus, em escolas e na patrulha ecológica (um tipo de policiamento de trânsito que controla os veículos que devem circular), atividade que foi desprezada pelos homens. Somente na década de 1990, quando as policiais foram designadas para a patrulha ecológica, foi-lhes permitido portarem armas. Para o autor, o trabalho das policiais segue o modelo presente em outros países, sendo as atividades de policiamento regulares destinadas aos homens, mantendo-se a polícia como um espaço masculino. O espaço feminino é o do cuidado das mulheres, das crianças e da natureza. Essas divisões, afirma o autor, reproduzem as construções culturais do privado e do doméstico.

As atividades que historicamente foram destinadas às policiais mulheres são construções discursivas definidoras de identidades de gênero. A identificação do policial com o homem viril, forte e corajoso foi mantida com a designação das policiais para atividades culturalmente relacionadas ao feminino, que são o cuidado e a proteção. A violência e as armas, que são constituídas como identificadoras de masculinidade, compõem as atividades masculinas atribuídas aos homens.

Essas construções discursivas produzem significados que organizam e dão sentido às práticas e às identidades. É pelo discurso, que é uma estrutura histórica, social e institucional, que produzem as identidades. Sendo assim, para que uma pessoa se identifique de uma determinada maneira, é necessário que exista previamente o correspondente conceito de identidade.<sup>438</sup>

É pelo “saber a respeito das diferenças sexuais”,<sup>439</sup> o qual é sempre relativo, que se constituem as identidades de gênero, pois, como identidades, esses significados variam no tempo e no espaço, bem como constroem, legitimam, contestam e mantêm as hierarquias de gênero. Conforme afirma Joan Scott<sup>440</sup>, identidade e experiência estão articuladas e variam em relação à organização

<sup>437</sup> BOTELLO, *op cit*, Acesso em: 02/11/2009, p. 76-82.

<sup>438</sup> CABRERA, M. A. Lenguaje, experiencia e identidad. La contribucion de Joan Scott a la renovacion teórica de los estudios históricos. BORDERIAS, C. **Joan Scott y las políticas de la História**. Barcelona: Editora Icaria, 2006, p. 233-258.

<sup>439</sup> SCOTT, J. W. Prefácio... *op cit*. **Cadernos Pagu**. 1994, n. 3, p.11-27, p.12.

<sup>440</sup> SCOTT, J. W. Experiencia... *op cit*, **La Ventana**, n. 13, 2001. p. 42-73. **Cadernos Pagu**. 1994, n. 3, p.11-27.

discursiva particular. Elas são discursos que significam e organizam as instituições, as práticas culturais, os rituais, enfim, as relações sociais e as subjetividades. É pelo discurso que se organiza o mundo e que se constroem as identidades. Sendo assim, para que uma identidade exista, é necessário um discurso correspondente.

As escolhas existem, porém não são ilimitadas, pois as experiências, que são coletivas ou individuais, estão relacionadas aos discursos do grupo. Assim, é pela identidade do grupo que as identidades individuais são articuladas. Os sujeitos, afirma Joan Scott<sup>441</sup>, são constituídos discursivamente em uma relação marcada por conflitos e contradições. A ação dos sujeitos, nesse processo, ocorre dentro das condições sociais existentes.

Assim, a legislação que constituiu um espaço para o feminino na Polícia Militar do Estado do Paraná é norteadas por construções que a antecedem e que são percebidas como naturais. A diferença estabelecida entre o feminino e o masculino na instituição policial paranaense também existem em outras instituições policiais e militares, o que legitima a diferença. Também vale lembrar que aqueles que redigiram a legislação detinham o poder de criar e definir.

É o poder simbólico que autoriza aqueles que detêm o poder de escrever e assinar as leis a definir as diferenças sexuais no espaço de reconhecimento do seu discurso. Dessa forma, esses agentes – o Estado do Paraná, a Polícia Militar do Estado do Paraná e a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) – nomearam, criaram e definiram a Polícia Feminina, constituíram um espaço de trabalho feminino na Polícia Militar do Paraná, seguindo um processo histórico de divisão de atividades e utilizaram como justificativa para essa divisão a “natureza do pessoal feminino”<sup>442</sup>, citada no texto da Lei que criou o Pelotão de Polícia Feminina.

A partir dos significados que esses agentes deram às diferenças sexuais é que se criou um nome e se definiram as atividades destinadas às policiais. Foram significados culturais atribuídos às diferenças físicas do corpo feminino em relação ao masculino que construíram a identidade da polícia feminina; um processo que estabeleceu que as mulheres não se constituíam em policiais militares, mas em policiais femininas.

---

<sup>441</sup> SCOTT, J. W. O enigma... *op cit.* **Revista Estudos Feministas**, 13(1): 11-30, 2005. p. 20. SCOTT, J. W. Experiência. **La Ventana**, n. 13, 2001. p. 42-73. Disponível em: <<http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/volumenes/ventana13.htm>>. Acesso: 13 ago 2009, p. 64-66.

<sup>442</sup> ESTADO DO PARANÁ... *op cit.* **Decreto n. 3238**, 1977.

O discurso que definiu as atividades da polícia feminina existia em outros espaços sociais e inscrito em corpos de mulheres que, para serem reconhecidas, precisavam assumir o discurso institucional. Outro elemento da historicidade dessas construções discursivas é apresentado pela historiografia, que tende a apagar da história a presença das mulheres lutando em guerras e usando armas. As mulheres armadas participando de combate rompem com a ordem, são corpos não nomeados, sem identificação com a construção discursiva sobre a violência. Historicamente, o lugar da mulher na ordem não é a guerra. As permanências dessas construções discursivas reafirmam as diferenças de gênero em instituições nas quais as construções simbólicas permanecem além da vida individual.

Na Polícia Militar do Estado do Paraná, a instituição das diferenças entre as atividades de policial militar e de policial feminina iniciou-se com o projeto de criação do Pelotão de Polícia Feminina, no ano de 1976, quando o Comando Geral informou à IGPM quais atividades seriam destinadas à futura “policial-militar feminina”<sup>443</sup>, num processo imbricado com a construção da nomenclatura da polícia feminina e das policiais. Esta definição faz parte do transcurso que levou à atribuição de identidade para as policiais. Ao estabelecer que as atividades destinadas às policiais são “o policiamento ostensivo de costumes, menores e trânsito urbano,”<sup>444</sup> a Polícia Militar do Paraná reafirma uma construção de feminilidade identificada com o cuidado e a orientação, uma construção representativa da maternagem, sendo a policial aquela que cuida e educa como uma mãe.<sup>445</sup> Outro elemento que está presente nesse documento é a demarcação da atividade de polícia militar como algo que está além dessas funções destinadas à polícia feminina, pois na continuação do texto o Comando afirma que as policiais serão utilizadas “nas operações de informações, como apoio às atividades normais de polícia militar”.<sup>446</sup> A função feminina quando em atividades de polícia militar era de apoio e não de execução, pois cabia aos homens executar a prática de polícia militar. Além do mais, o poder pertence a quem executa e, historicamente, o poder de polícia pertence aos homens.

Posteriormente, o Comando Geral informou ao Poder Executivo quais seriam as atividades destinadas ao Pelotão de Polícia Feminina, porém, além das

<sup>443</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Ofício n. 31/76** – PM/1. Curitiba, 3 de dezembro de 1976. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>444</sup> *Loc cit.*

<sup>445</sup> MOREIRA, *op cit.*, 2007, p. 91.

<sup>446</sup> POLÍCIA..., *op cit.* **Ofício n. 31/76** – PM/1. Curitiba, 3 de dezembro de 1976. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).



ações informadas à IGPM – o policiamento ostensivo de costume, menores e trânsito urbano – acrescentou-se a atribuição de “assistência supletiva à população”.<sup>447</sup> Esta atividade seria desempenhada em espaços urbanos, como “nos terminais de transporte de massa, nos locais de diversão pública e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados.”<sup>448</sup>

Ao se dirigir ao Poder Executivo, o Comando Geral amplia as atividades destinadas à polícia feminina, bem como informa em quais espaços urbanos as policiais estariam presentes. No entanto, a construção da policial feminina relacionada ao cuidado, à proteção, à educação, à informação e ao apoio é mantida. Uma construção que reafirma a divisão das tarefas com base nos significados construídos para os sexos e está presente nos Manuais da Escola Superior de Guerra, bem como em outras polícias dos países ocidentais e na história das mulheres trabalhadoras.

O conjunto das atividades femininas na Polícia Militar emite um discurso produtor da categoria de polícia feminina, construída em relação às categorias de polícia militar e de mulheres. Esta construção, que identifica a policial feminina como diferente do policial militar e incapaz de desempenhar as atividades de policial militar, inscreve-se nos corpos de homens e mulheres, que para serem reconhecidos precisam se comportar em função da identidade. A diferença estabelecida entre as policiais e os policiais reatualiza uma invenção que, como afirmou Joan Scott, continua legitimando e mantendo as hierarquias de gênero, subordinando o feminino ao militar, pois enquanto as policiais são destinadas à proteção, ao cuidado e ao apoio, a ação, a violência e a força policial militar cabem ao homem. Como afirma Françoise Héritier, o que se valoriza no homem é “o fato de ele poder verter o seu sangue, arriscar a sua vida, tirar a vida dos outros”<sup>449</sup> e essas atividades não pertencem às mulheres, pois, para Rafael Ramirez, as construções discursivas sobre a masculinidade têm a “intenção de subordinar a mulher e desvalorizar a esfera do feminino”, construções que se dirigem a mulheres e a outros homens.<sup>450</sup>

A divisão de atividades dentro da Polícia Militar do Paraná é determinada com a publicação do documento institucional que definiu o “emprego da Polícia

<sup>447</sup> POLÍCIA... *op cit*. **Ofício n. 273/76** – PM/1. Curitiba, 7 de março de 1977. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>448</sup> POLÍCIA..., *op cit*, 1977.

<sup>449</sup> HÉRITIER, *op cit*, 1997, p. 11-26, p.25.

<sup>450</sup> RAMIREZ, R. L. Ideologias masculinas: sexualidade e poder. In: NOLASCO, Sócrates (org.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 75-82, p.77.

Feminina”<sup>451</sup>. Nesse documento, foram estabelecidas as atividades destinadas às policiais, as quais sofreram algumas alterações em relação aos documentos anteriores. Segundo o texto dessa Diretriz, cabia à Polícia Feminina as missões de:

- a. Policiamento ostensivo normal visando à guarda e a segurança de estabelecimentos públicos;
- b. Policiamento preventivo de trânsito em estabelecimentos escolares;
- c. Ações de policiamento ostensivo, relacionados à mulher, a menores e anciãos.<sup>452</sup>

A função da policial feminina como apoio às atividades masculinas desapareceu e as atividades destinadas à Polícia Feminina ficaram restritas a determinados espaços. Conforme informa o documento, “as missões serão executadas” na “Biblioteca Pública; teatros e cinemas; museus; exposições; aeroporto; rododferroviária; campo de futebol e presídio de mulheres”.<sup>453</sup> A definição desses lugares como espaços de execução das atividades das policiais femininas torna mais clara a construção discursiva da divisão sexual do trabalho e atribui à policial feminina e à mulher o espaço do cuidado, da proteção e da orientação.

Com base na legislação federal, a Lei de Organizações Básicas de 1976 definiu a função da Polícia Militar do Paraná, instituindo que competia à instituição policial militar:

- I - Executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;
- III - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- IV - atender à convocação do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem, ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da 5.<sup>a</sup> Região Militar, para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa territorial;
- V - realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros

<sup>451</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 048/77**. Curitiba, dezembro de 1977. (Arquivo da 1<sup>a</sup> Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>452</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Diretriz n. 048/77**. Curitiba, dezembro de 1977. (Arquivo da 1<sup>a</sup> Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>453</sup> *Loc cit*.

em caso de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.<sup>454</sup>

Entre as competências da Polícia Militar, não há referência ao cuidado e à proteção a determinadas categorias sociais, tais como crianças e idosos, competências previstas no texto de criação da Polícia Feminina. Mesmo na legislação federal de 1977, que definiu as normas para Organizações Básicas das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, o texto que se refere às missões das polícias militares é igual ao da legislação paranaense, citado anteriormente. Não há referências ao cuidado e à proteção como parte das atividades da Polícia Militar, assim como da Polícia Feminina. Ao prever sua criação, essa Portaria da IGPM afirma que a Polícia Feminina atuaria “nas atividades normais de policiamento ostensivo” em decorrência das “dificuldades para a efetiva ação no trato com menores delinquentes ou abandonados e como mulheres envolvidas em ilícitos penais”.<sup>455</sup>

A análise desses dois documentos permite duas constatações. A primeira é que a legislação do Estado do Paraná e do Ministério do Exército não identificam a atividade de Polícia Feminina como uma “Unidade Operacional”, mas como uma organização que pertence à estrutura da instituição e está fora da finalidade das atividades de policial militar. A outra é que há um descompasso entre a legislação Estadual e a Federal, pois o projeto para ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná é anterior à legislação federal, o que se comprova com a publicação da Portaria n. 27 de 16 de junho de 1977 e com a alteração, em 1983<sup>456</sup> e 1984,<sup>457</sup> do Decreto n. 677 de 1969. Essa portaria é a primeira legislação federal que indica a possibilidade de as polícias militares criarem unidades policiais femininas e foi publicada dois meses depois da criação da Polícia Feminina no Paraná. As alterações que ocorreram no Decreto n. 677 no ano de 1983 não incluíram o policiamento feminino como atividade policial, bem como não há referência ao ingresso de mulheres como membros das polícias militares. Somente com as alterações do ano de 1984 instituiu-se legalmente a admissão de pessoal feminino nas Polícias Militares, “para atender necessidades da respectiva Corporação em

<sup>454</sup> ESTADO DO PARANÁ ... *op cit.* **Lei n. 6.774**, 1976. art. 2.º.

<sup>455</sup> MINISTÉRIO DO... *op cit.* **Portaria n. 27**, 1977.

<sup>456</sup> BRASIL. **Decreto n. 2010**. Brasília, 12 de janeiro de 1983.

<sup>457</sup> BRASIL. **Decreto n. 2106**. Brasília, 6 de fevereiro de 1984.

atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército”.<sup>458</sup> Isso significa que sete anos após o ingresso da primeira turma de policiais femininas na Polícia Militar do Paraná a legislação federal confirma as limitações das atividades das policiais e o controle do Ministério do Exército sobre os processos de admissão de mulheres nas instituições militares.

Essa legislação da primeira metade da década de 1980 veio legitimar a Diretriz da Polícia Militar do Paraná, que previa a “Finalidade e Emprego da Organização da Polícia Feminina”, publicada em 1979, e que substituiu a legislação de 1977. Institucionalmente, o texto da Diretriz de 1979 permaneceu em vigor até 2000, quando foi revogada pela extinção da Polícia Feminina. Nesse período, localizou-se apenas uma alteração no texto dessa legislação, no ano de 1983<sup>459</sup> – sobre a legalidade do matrimônio das policiais, ficando definido o disposto na Lei n. 1943/54 (Código da PMPR) – e uma recomendação, no ano de 1999,<sup>460</sup> para que os comandantes cumprissem o disposto na Diretriz.

Esse conjunto de legislações que englobam leis federais e estaduais, assim como uma legislação institucional, não diminuiu as diferenças de gênero; ao contrário, instituiu uma nova categoria nas Polícias Militares brasileiras, que é a de policial feminina. A construção discursiva que se expressa no texto da legislação e nas práticas simbólicas institucionais redefinem as diferenças, constituindo a identidade da policial feminina em relação ao policial militar, que não é nomeado como homem ou masculino; ele é, apropriando-nos de Simone de Beauvoir, “o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”.<sup>461</sup> É ela que perturba a ordem e precisa ser normatizada, definida em um espaço de atividades que não modifiquem o que já está significado, a ordem masculina. Uma ordem simbólica, segundo afirma Pierre Bourdieu, que “dispensa justificção [...] e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la.”<sup>462</sup> A preocupação da legislação é legitimar e ordenar a margem, o espaço da alteridade, do nomeado.

Na construção dessa ordem para a Polícia Feminina ocorreu um aprofundamento das diferenças entre as atividades de polícia militar e de polícia feminina entre os anos de 1977 e de 1979. Essas diferenças são percebidas não

<sup>458</sup> BRASIL... *op cit.* **Decreto n. 2106**, 1984.

<sup>459</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Boletim Geral n. 149**, 1983.

<sup>460</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 194. Curitiba, 15 de outubro de 1999.

<sup>461</sup> BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: 1. fatos e mitos. 11.<sup>a</sup> Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 10.

<sup>462</sup> BOURDIEU, ... *op cit.* **A dominação masculina**, 1999, p.18.

somente ao compararem-se as diretrizes dos respectivos anos, mas também, e primeiramente, na definição da finalidade do documento. Enquanto a primeira Diretriz tinha como finalidade “estabelecer as base para o emprego da Polícia Feminina”<sup>463</sup>, a Diretriz seguinte objetivava “estabelecer as bases doutrinárias sobre a missão básica da organização de Polícia Feminina e sua finalidade, de modo a orientar seu emprego, instrução, ensino, procedimentos, justiça e disciplina”.<sup>464</sup> Trata-se de um objetivo que visa definir os motivos da presença feminina na instituição, bem como criar mecanismos de controle específico para as policiais femininas. A segunda é mais abrangente e propõe-se a controlar as práticas da policial feminina dentro e fora da instituição. Isso não significa que a primeira não se preocupe com essas práticas, porém o texto é curto e não explicita claramente todas as diferenças.

As atividades atribuídas às policiais são parte de um processo que constitui o feminino e estrutura o seu espaço na instituição. Nesse processo, a Diretriz de 1979 é central, pois ela permanece legalmente em vigor até 2000 e é um documento mais extenso que o de 1977, que, além de reafirmar o que estava posto na legislação anterior, ampliou as especificações sobre a atuação da policial feminina, bem como sobre fardamento, armamento e comportamento. Foi por essa Diretriz que a Polícia Militar justificou os motivos da criação da Polícia Feminina, relacionado essa organização paranaense com outros modelos de polícia feminina. Segundo o documento:

Para a implementação da Polícia Feminina no Estado, tomou-se como modelo a experiência acumulada através dos anos na PMSP [Polícia Militar de São Paulo], além de informações adicionais de países que mantêm em funcionamento organizações policiais femininas, tais como: Estados Unidos, Canadá, França, Chile e outros.<sup>465</sup>

Foi nas experiências anteriores que o Comando Geral buscou o modelo. Porém, enquanto a partir da segunda metade da década de 1970 as polícias da Inglaterra e dos Estados Unidos estão igualando homens e mulheres policiais por meio da legislação, no Paraná estava se construindo uma Polícia Feminina com

<sup>463</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 048/77**. Curitiba, dezembro de 1977. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR). Arquivo PM/1.

<sup>464</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 076/79**. Curitiba, novembro de 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>465</sup> *Loc cit.*

base no modelo anterior ao da década de 1970, o qual incorporava as mulheres na Polícia Militar e as excluía das atividades concernentes aos policiais militares e à identidade institucional, pois a Polícia Militar continuou a ser identificada nas Comemorações como um espaço de homens viris.

Uma instituição viril que afirma na Diretriz do ano de 1979 a necessidade da atuação do sexo feminino “na atividade policial, especialmente no atendimento de determinadas atividades em que a atuação do sexo masculino tem revelado dificuldades, [...]”.<sup>466</sup> Essa é a preocupação central da Diretriz, ou seja, definir essas atividades, pois é pelo discurso das leis que se determinaram as atividades da Polícia Militar, pela experiência dessas ações no dia a dia do policial militar e pela memória institucional que a Polícia Militar e seus membros instituíram sua identidade. O ingresso de mulheres nesse espaço ameaçava a ordem da linguagem institucional e a identidade do grupo. Definir as atividades que deveriam ser realizadas pelas mulheres era fundamental para constituição de uma identidade para a Polícia Feminina.

Entre 1977 e 1979, a Polícia Militar estava preocupada em solucionar “os problemas”, “as preocupações, “as indagações” que surgiram diziam respeito à presença feminina na instituição, conforme está descrito na Diretriz de 1979. Uma situação indefinida que gerou “opiniões, atitudes e mesmo comportamentos divergentes”, com relação à definição do “emprego” e “de atuação” da “Polícia Feminina”, “nas ações preventivas e repressivas”. Solucionar esses conflitos que passaram a existir com o ingresso do pessoal feminino foi o objetivo dessa legislação, que define qual a missão da Polícia Feminina. Afirma a Diretriz que a Polícia Feminina tinha como missão:

[a] manutenção da ordem pública do Estado do Paraná, em ações de policiamento ostensivo relacionados com mulheres envolvidas em ilícitos penais, menores delinquentes ou na fase de pré-delinquência e também de certos tipos de relações com determinados públicos, em que seja conveniente o seu emprego, da suas qualificações específicas.<sup>467</sup>

Esse trecho do texto é muito próximo do descrito na legislação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) de 1977 e define o tipo de atividade da Polícia Feminina. Considerando-se que culturalmente os homens são destinados a praticar

<sup>466</sup> POLÍCIA ..., *op cit*, **Diretriz n. 076/79**, Curitiba, novembro de 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>467</sup> *Loc cit*.

ações violentas, os crimes cometidos por mulheres e crianças não poderiam ser comparados aos cometidos por homens. Sendo assim, é a essas pessoas qualificadas como fracas e frágeis que se destina a atividade da Polícia Feminina.

A outra finalidade da Polícia Feminina não diz respeito à criminalidade e à violência, mas especificamente às relações públicas e ao cuidado. Conforme afirma a Polícia Militar, outra missão da Polícia Feminina tinha como objetivo “apoiar as tarefas assistenciais”, sendo que a “sua finalidade básica é orientar, proteger e informar a população especialmente o menor, a mulher e o ancião na situação de abandono.”<sup>468</sup> A instituição da identidade da Polícia Feminina está relacionada à identidade de Polícia Militar, que pertencia aos homens e a uma linguagem culturalmente constituída como identificadora da feminilidade, sendo que o cuidado, a proteção e a informação definem o feminino.

A definição da Polícia Feminina como espaço destinado à reprodução de um modelo de feminilidade, enquanto a Polícia Militar é identificadora e identificada com a masculinidade, nega às policiais o direito portarem armas ostensivamente. A contradição entre a identidade institucional e o feminino é identificada também pelos símbolos institucionais – a farda e arma. A farda foi cedida às policiais, mas com um modelo diferente do masculino, e a arma lhes foi negado o direito de portar ostensivamente. O símbolo que culturalmente é associado à masculinidade continuou a ser exibido pelos homens, enquanto as mulheres, caso viessem a portar uma arma, deveriam mantê-la oculta, para não afrontar o significado simbólico identificador da virilidade.

As mulheres policiais deveriam portar os símbolos que culturalmente são identificadores da feminilidade, como a bolsa e a saia. As armas não lhes pertenciam, como afirma a Diretriz no início e no final do documento. Primeiramente, a Polícia Feminina foi definida como “uma organização militarmente disciplinada cujas componentes não portam ostensivamente armas, mas aprendem a manejar o armamento de uso individual e fazem largo uso dos meios de defesa pessoal para os casos de emergência. [...]”<sup>469</sup>

Para deixar claro que a arma pertencia aos homens e a sua utilização pela policial militar não seria a regra, mas a exceção foi reafirmada no final da Diretriz, “a

<sup>468</sup> POLÍCIA ..., *op cit*, **Diretriz n. 076/79**, 1979. Curitiba, novembro de 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR). [grifo no original].

<sup>469</sup> *Loc cit*.

policial militar não faz uso ostensivo de armamento, atua em princípio desarmada e para quando as situações exigirem, a adoção de armamento é o revólver e o espargidor de gás MK-V ou similar”<sup>470</sup>.

Na legislação do ano de 1977 não havia referência ao poder de arma. Para impedir que as policiais portassem ostensivamente a arma, a legislação do ano de 1979 afirma que elas são impedidas de usar arma regularmente, pois a atuação da mulher na Polícia Militar não seria a mesma que a dos homens. A especificação da Polícia Feminina como uma organização destinada ao cuidado e à proteção foi utilizada por seis vezes no decorrer do texto, como uma forma de deixar claro o espaço que pertenceria às policiais, cuja atividade principal era de assistência social, portanto não necessitavam de armas. Essa ideia era tão clara que precisou ser negada pela Diretriz, afirmando que a Polícia Feminina “não é um grupo fardado de assistentes sociais, embora faça uso destes instrumentos em benefício das atividades policiais”<sup>471</sup>, mas também “não se destina a efetuar prisão de criminosos ou de interferir em distúrbios e arruaças.”

O processo de definição de Polícia Feminina e de quais atividades ela deveria executar, permite identificar um grande desconforto por parte daqueles que falam e escrevem em nome da Polícia Militar, os quais expressam os significados das diferenças entre os homens e as mulheres na Diretriz. Uma dessas diferenças define que a atividade da Polícia Militar está associada culturalmente aos homens e a preocupação da Diretriz é definir o que é e o que não é a Polícia Feminina, a partir das construções de gênero compartilhadas pelos Oficiais da Polícia Militar, pelo Governo do Estado do Paraná e pelo órgão federal responsável pelas polícias militares.

A justificativa apresentada na legislação que define a Polícia Feminina e de suas atividades está baseada em um discurso essencialista, isto é, nas “diferenças bio-psicológicas de suas integrantes”<sup>472</sup>. Por serem consideradas pelo Estado e pela Polícia Militar como emocional e fisicamente diferentes, a elas foram destinadas atividades compatíveis com suas características. Assim, foi a partir da diferença essencialista de gênero que a legislação da Polícia Militar define quais operações devem ser executadas pelas policiais femininas e pelos policiais militares, bem como

---

<sup>470</sup> POLÍCIA ..., *op cit*, **Diretriz n. 076/79**, 1979.

<sup>471</sup> *Loc cit*.

<sup>472</sup> *Loc cit*..



justifica as atividades destinadas aos sexos. Tal divisão reafirma as diferenças históricas de gênero, definindo a virilidade – o combate, a força, a coragem, a violência – como características naturais do sexo masculino.

Enquanto a legislação de 1977 previa o policiamento ostensivo normal para as policiais, sem descrever qualquer entendimento quanto ao significado desse tipo de policiamento, a legislação de 1979 especifica todos os tipos de operações destinadas à Polícia Feminina. Essas modalidades de policiamento feminino, que estavam voltadas para um público específico, exigiam da “policia militar”, segundo afirmação da Diretriz, “respeitadas as diferença biológicas, [...] os mesmos padrões de desempenho profissional atribuídos ao policial-militar do sexo masculino”.<sup>473</sup> A exigência do “padrão de desempenho” é igual ao dos policiais militares masculinos, todavia, as atividades, as condições de trabalho e a legislação não eram as mesmas para homens e mulheres. As mulheres deveriam demonstrar a capacidade de realizar todas as atividades destinadas aos homens, porém, devido às diferenças biológicas, elas são destinadas às atividades tidas, cultural e historicamente, como femininas.

Assim, legitimadas pela legislação e por uma construção histórica que excluiu as mulheres do combate, as policiais foram designadas para a atividade de “policiamento ostensivo a pé”, isto é, “patrulhamento para manutenção da ordem em pontos centrais e bairros da Capital, em duplas femininas”.<sup>474</sup> Bem como para o “policiamento ostensivo motorizado”, com a finalidade de orientar e cuidar da população, “preferencialmente” sem portarem a arma de maneira ostensiva. O patrulhamento motorizado destinava-se ao patrulhamento nas proximidades de “estabelecimentos escolares”, à “colaboração com o policiamento modular” (atividade de policiamento restrita aos homens) e ao “patrulhamento com vistas à mendicância e a desabrigados em conjunto com os órgãos assistências do Estado, Município ou Entidades Privadas”.<sup>475</sup> Essas especificações reafirmam a finalidade da Polícia Feminina como designada a colaborar com as atividades de policiamento destinadas aos homens.

A preocupação de tornar a Polícia Feminina visível à população é central no processo de definição das atividades, como se observa nas afirmações sobre o

<sup>473</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 076/79.** Curitiba, novembro de 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>474</sup> POLÍCIA ..., *op cit.*, 1979..

<sup>475</sup> *Loc cit.*

“policciamento ostensivo de Postos”. O objetivo desse tipo de policiamento foi o “atendimento ao público”, nos seguintes lugares:

[...] terminais de transporte rodoviários e ferroviários; Postos de Saúde Pública de Curitiba, Prontos Socorros; COPOM [Central de Operações da Polícia Militar, onde são recebidas as ligações realizadas para o número 190]; Exposições e feiras, [...]; Legião Brasileira de Assistência; Palácio Iguaçu; Aeroporto, [...]; Juizado de menores; Teatros, [...]; Estádio de Futebol; Bailes carnavalescos, e outros.<sup>476</sup>

Até mesmo no COPOM, onde as atividades também eram realizadas por policiais masculinos, as policiais foram designadas somente para o “atendimento ao público externo”<sup>477</sup>; a atuação na comunicação via rádio com as viaturas e as outras unidades de policiamento continuou sendo uma atividade para policiais masculinos. As outras atividades destinavam-se principalmente ao cuidado de “menores, mulheres e indigentes”; “registro de queixa de pessoas desaparecidas”; “administração de Primeiros Socorros”; “informações de caráter geral” e outras atividades ligadas ao serviço social. A única atividade descrita nessa parte da Diretriz que se aproxima de uma prática que também pertencia aos homens é a revista das pessoas que seriam encaminhadas aos órgãos de assistência social. As policiais militares estavam incumbidas de realizar “revista em mulheres e a menores, evitando que sejam conduzidas armas, drogas e outros objetos que possam servir de instrumento para ação delituosa.”<sup>478</sup>

A utilização das policiais como uma forma de melhorar a imagem da Polícia Militar foi apontada pelos estudos apresentados anteriormente, sobre o ingresso de mulheres nas polícias militares brasileiras, e confirmada pela Major Mirian, da Polícia Militar de Minas Gerais, no livro que ela escreveu sobre sua trajetória na instituição.<sup>479</sup> A legislação da Polícia Militar confirma que as policiais deveriam ir para as ruas, praças, parques e outros espaços públicos para serem vistas, ou melhor, para darem atendimento ao público.

Outra característica construtora da identidade da policial é expressa por mais uma atribuição da Polícia Feminina, que é a função de apoio “nas diversas modalidades de operações”; “apoio às operações de Ação Cívica Social”; “apoio às operações de calamidade pública”; “apoio às campanhas educativas de trânsito” e

<sup>476</sup> POLÍCIA ..., *op cit*, **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>477</sup> *Loc cit*.

<sup>478</sup> *Loc cit*.

<sup>479</sup> LIMA, M. A. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

“apoio ao Serviço Preventivo Velado”. Essas determinações definem a prática da ação como pertencente ao sexo masculino, cabendo às mulheres apoiá-las.

Com relação ao apoio ao “policimento velado”<sup>480</sup>, há referências no projeto de criação da Polícia Feminina, de 1976. No ano seguinte, quando foi publicada a Diretriz de 1977, não há referência a essa atividade como função da Polícia Feminina e em 1979 a Diretriz retoma o emprego das policiais em apoio às atividades de investigação, porém especifica em quais práticas elas atuariam. Destinava-se a Polícia Feminina, segundo afirmações da Diretriz de 1979, a:

- a) Coleta e busca de informes nos diversos campos de atividades.
- b) Observação e vigilância sigilosa sobre pessoas suspeitas de práticas de atos delituosos, de interesse da Corporação.
- c) Pesquisa de opinião pública quando de implantação de um novo sistema de policiamento.
- d) Investigação social reservada da vida pregressa de candidata à Corporação.<sup>481</sup>

Essas atividades foram qualificadas como de apoio ao serviço de investigação, isto significa que a instituição não via as policiais como executoras deste tipo de policiamento.

Na década de 1980, a Polícia Feminina ficou restrita à cidade de Curitiba e em 1981 o Pelotão passou à subordinação do Batalhão de Polícia de Trânsito. O objetivo do Comando era reconduzir as policiais para sua atividade fim. Para isso, ordenou-se o retorno de todas as policiais que atuavam em outras unidades para o Pelotão Feminino.<sup>482</sup> Dessa forma, a atividade principal das policiais passou a ser o policiamento de trânsito, com a finalidade de orientar condutores e pedestres, controlar e fiscalizar o trânsito, autuar motoristas infratores e apoiar outros tipos de policiamento, conforme afirmações do Plano de aplicação do Policiamento Feminino.<sup>483</sup>

A partir de 1982 foram criados pelotões em outras cidades do Estado, assim como foi formada a Companhia de Polícia Feminina, no ano de 1984. Com o processo de criação desses pelotões, a atividade de policiamento de trânsito se

<sup>480</sup> “É uma atividade de preservação da ordem pública, executada em apoio ao policiamento ostensivo, que emprega policiais em trajes civis e que possui características, princípios e variáveis próprias.” SILVA, M. A. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003, p. 120

<sup>481</sup> POLÍCIA ..., *op cit.* **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>482</sup> POLÍCIA..., *op cit.* **Boletim Geral** n. 120. Curitiba, 30 de junho 1981.

<sup>483</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Aplicação do Policiamento Feminino de Trânsito Urbano – BPTan**. Curitiba, 31 de janeiro de 1983. Arquivo 1.º BPM.

tornou a atividade fim da policial feminina. Embora a Diretriz de 1979 não tenha previsto o policiamento de trânsito como responsabilidade destinada às policiais, até a década de 1990, essa foi a principal atividade desempenhada pelos pelotões de polícia feminina do Estado.

O cuidado com crianças, mulheres e idosos e o policiamento de trânsito foram as justificativas utilizadas por Câmaras Municipais de várias cidades quando solicitaram, ao Secretário de Segurança ou ao Comando Geral, a implantação de um Pelotão de Polícia Feminina nos respectivos municípios. Na justificativa apresentada pela Câmara de Campo Mourão, ao solicitarem a criação de um Pelotão de Polícia Feminina na cidade, no ano de 1998, os vereadores afirmam que:

[a] solicitação é aspiração antiga de todos os munícipes, haja vista ser a Polícia Feminina uma organização incumbida de prestar imediata assistência social e socorro à [sic] crianças, mulheres e pessoas de idade [...]. É comum a existência das policiais no trânsito [...] e até ocupando viatura na caça a malfeitores, em missões perigosas.<sup>484</sup>

Entre 1984 e 1998, as justificativas utilizadas pelas Câmaras para a necessidade da implantação de pelotões de Polícia Militar Feminina referem-se às atividades de policiamento de trânsito<sup>485</sup> e ao cuidado com crianças, mulheres e idosos<sup>486</sup>. Elas estão presentes no documento da Câmara de Guarapuava, do ano de 1984, segundo o qual a “Polícia Feminina” contribuiria para a segurança, “principalmente, junto às Escolas e Orientação de Trânsito”.<sup>487</sup> Também são a base da justificativa da Câmara de Toledo, em documento enviado ao Comando da Polícia Militar no ano de 1989.<sup>488</sup>

No ano de 1993, um projeto de dois Oficiais da Polícia Militar, elaborado como trabalho de conclusão de Curso de Especialização, previu a implantação de “radiopatrulhamento feminino [...] para proteção à mulher e à criança”.<sup>489</sup> Na justificativa do projeto, o discurso do direcionamento da atuação das policiais

<sup>484</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Ofício n. 2.299-97/98**. Campo Mourão, 10 de fevereiro de 1998. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>485</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Ofício n. 558/89**. Toledo, 8 de agosto de 1989. Arquivo PM/1.

<sup>486</sup> CÂMARA..., *op cit*, **Ofício n. 2.299-97/98**, 1998. (Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>487</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ofício n. 100/84**. Guarapuava, 3 de abril de 1984. Arquivo PM/1.

<sup>488</sup> CÂMARA..., *op cit*, **Ofício n. 558/89**, 1989. Arquivo PM/1.

<sup>489</sup> DIOTALEVI, S.; PAZINATTO, J. A. **Projeto de implantação de radiopatrulhamento feminino através da Cia de Polícia Militar Feminina para proteção à mulher e à criança**. Curitiba, PR, IPARDES, UEL, Dezembro, 1993.

femininas para determinadas parcelas da população permanece. O aumento da violência contra as mulheres e as crianças, segundo afirmações do projeto, é um “tipo de problema” que “prejudica” o policiamento normal, que engloba os “sistemas de prevenção e repressão ao crime”.<sup>490</sup> Com essa afirmação conclui-se que a violência contra a mulher e a criança está fora da atividade de polícia militar, cabendo então às policiais femininas.

A definição dos objetivos específicos do projeto retoma a histórica divisão sexual das atividades, afirmando que o “patrulhamento feminino” possibilitaria:

- a) atendimento rápido e eficaz aos casos de assistência às Escolas da Rede Pública de Curitiba e Região Metropolitana, bem como aos de violência contra a mulher;
- b) atendimento e condução de menores carentes, abandonados e/ou infratores que perturbem as atividades escolares às entidades correspondentes para cada caso;
- c) atendimento especial e rápido a crianças perdidas, mulheres agredidas;
- d) diminuição considerável da utilização de recursos destinados à prevenção e repressão do crime neste tipo de serviço incrementando assim, consideravelmente, o número de patrulheiros disponíveis para atendimento aos demais casos criminais que envolvam o povo de nossa capital e região metropolitana.<sup>491</sup>

O projeto é revelador de como a ordem de gênero também é significativa do que é o crime, estabelecendo uma hierarquia entre as práticas criminais destinadas à polícia militar e as destinadas à polícia feminina. O silêncio com relação à ação de mulheres criminosas revela que a prática do crime, assim como a de policiar, pertence à masculinidade. A mulher é citada como vítima de violência e não é identificada como envolvida em crimes que necessitem de uma ação masculina. É possível afirmar que o modelo de masculinidade instituído na Polícia Militar possibilita construir essas divisões sexuais nas atividades designadas a homens e mulheres policiais, bem como no significado do que é um crime.

O poder simbólico que institui os espaços da feminilidade e da masculinidade na instituição são definidores da hierarquia de gênero, expressos no projeto citado. A preocupação central não é com a população e os crimes que se destinam ao policiamento feminino, mas com a liberação do “policiamento ostensivo masculino, para uma ação policial seja preventiva ou repressiva [...], propiciando assim uma eficácia e uma efetividade operacional de policiamento ostensivo, num

<sup>490</sup> DIOTALEVI; PAZINATTO, *op cit*, 1993, p. 2-3.

<sup>491</sup> DIOTALEVI; PAZINATTO, *op cit*, 1993.

combate ao crime mais firme e forte”<sup>492</sup>. Isso significa que, uma vez que as policiais não eram identificadas como militares e possuidoras do poder de polícia, cabia a elas a assistência e o cuidado às vítimas de violência de ordem doméstica, o que revela também que os crimes são definidos a partir da ordem de gênero.

Todavia, um elemento novo precisa ser analisado. Trata-se do primeiro documento consultado que faz referência ao policiamento masculino, o que pode ser indicativo de uma transformação nas instituições de masculinidade e feminilidade no espaço institucional. Até então, o masculino era universal e não necessitava ser nomeado, indicando que a contradição iniciada com o ingresso das mulheres na polícia resultou em alterações no espaço da masculinidade, daí a necessidade de nomear o seu domínio, afirmando que os espaços da violência e do crime não relacionados com o espaço doméstico pertencem ao masculino.

A delimitação de um espaço para as policiais é uma forma de impedir a apropriação pelas mulheres da masculinidade institucional. Considerando, conforme afirmações de Robert W. Connell, que a feminilidade não pertence somente às mulheres, assim como a masculinidade não é atributo inerente aos homens,<sup>493</sup> nomear os espaços do feminino e do masculino na Polícia Militar é uma estratégia de preservação da masculinidade para os homens, reafirmando que o cuidado e a proteção são atribuições femininas.

Na documentação consultada não há referência à implantação do “Radiopatrulhamento feminino para proteção à mulher e à criança”, porém, as minhas experiências profissionais possibilitam afirmar que, em meados da década de 1990, foi implantada em Curitiba uma modalidade de policiamento identificada como patrulha escolar<sup>494</sup>, para o qual foram designadas somente mulheres policiais. Embora elas portassem armas<sup>495</sup> e conduzissem viaturas, mantinha-se a ordem simbólica das atividades destinadas ao feminino e ao masculino. Também vale lembrar que na década de 1990 o Comando de Operações Especiais, pertencente à Companhia de Choque, permitiu o ingresso de mulheres e uma policial foi aprovada nos testes para acesso a unidade policial militar. A presença de uma mulher no Comando de Operações Especiais legitima a ordem estabelecida e marca as

<sup>492</sup> DIOTALEVI; PAZINATTO, *op cit*, 1993, p.22.

<sup>493</sup> CONNELL, Políticas... *op cit*. **Educação e Realidade**, vol. 20, n. 2, 1995, p.185-206, p. 189.

<sup>494</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 047**. Curitiba, 11 de março de 1997.

<sup>495</sup> Não foi localizado nenhum documento que alterasse a legislação de 1979; todavia, na prática, as mulheres utilizam armas desde a primeira metade da década de 1980.

fronteiras entre o feminino e o masculino na Polícia Militar do Estado do Paraná. Assim, reafirma-se uma construção história, pois conforme afirmações de Vanessa Garcia em seu estudo sobre a polícia norte-americana, a execução da lei é uma atividade masculina, pois necessita de ações que exigem força física e violência. Considerando-se que as mulheres são supostamente mais delicadas e emocionais, não lhes cabe essa atividade.<sup>496</sup>

Ao definir uma nomenclatura e ao estabelecer as atividades destinadas às mulheres policiais, a legislação delimitava as fronteiras entre o feminino e o masculino, bem como constituía uma hierarquia de poder entre o masculino e o feminino e entre as mulheres policiais, sem alterar a ordem estabelecida. Outra construção discursiva que constitui essas diferenças é a da disciplina militar, pois ao vestirem a farda da Polícia Feminina, as mulheres deveriam assumir um comportamento de policial feminina.

---

<sup>496</sup> GARCIA, *op cit*, 2003, p.330-344. Disponível em: <<http://ccj.sagepub.com>> CAPES . Acesso em: 30 mai 2010, p. 333-335.

## CAPÍTULO 4

### A ORDEM E A MARGEM: O COMPORTAMENTO DISCIPLINAR E AS PUNIÇÕES DAS TRANSGRESSORAS

A identidade institucional é constituída por um modelo de masculinidade hegemônica. Embora existam distintas masculinidades na instituição, as solenidades em homenagem aos heróis institucionais e a narrativa da história da instituição constroem uma identidade institucional homogênea que tende a unificar as diferenças constituintes da honra dos agentes. O poder simbólico herdado por eles ordena os lugares destinados às masculinidades e a honra pertencente aos agentes.

O ingresso de mulheres nesse espaço masculino, no qual a legislação, o comportamento e a tradição são ferramentas para manter a coerção e a identidade da comunidade imaginada, levou a instituição a construir um lugar para o feminino dentro dela. O comportamento da Policial Feminina também é parte da definição das fronteiras entre o feminino e o masculino no organismo. Excluídas da memória e da tradição, as Policiais Femininas, assim nomeadas para marcar mais uma diferença nas identificações que existem no espaço institucional, precisam assumir o comportamento feminino definido pela legislação. Para serem reconhecidas como agentes institucionais honradas, deveriam assumir publicamente um comportamento qualificado para uma Policial Feminina.

A punição do comportamento irregular ou transgressor faz parte do processo de construção do modelo de Policial Feminina e de Policial Militar, pois é uma das ferramentas do aparato pedagógico institucional – entre cerimônias, condecorações, cursos de formação, elogios, processos disciplinares –, que objetiva inscrever nos corpos a norma e a ordem estabelecida. Conforme afirma Michel Foucault, em seu estudo sobre as transformações dos processos de punição, a pena tem com objetivo “procurar corrigir, reeducar, curar”<sup>497</sup>. Assim, prossegue o autor,

[...] o objeto do crime, aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, [...]. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os

---

<sup>497</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, p.15.



instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade.<sup>498</sup>

O objetivo deste capítulo é analisar a legislação disciplinar e as punições como construtoras de um padrão de comportamento para a Policial Feminina que está vinculado à construção de uma identidade para a Polícia Feminina. Assim, a construção de um comportamento disciplinar feminino resulta na afirmação da honra institucional e na construção de uma honra para a Policial Feminina.

O comportamento da Policial Feminina – construído pela legislação e nos processos institucionais contra as transgressoras – é marcado pelo controle da sexualidade feminina e pela demarcação da sexualidade de uma Policial Feminina. Trata-se de uma construção discursiva que oculta os diferentes comportamentos femininos, vivenciados pelas mulheres Policiais, constituindo um padrão de comportamento para a Policial Feminina, uma concepção de comportamento, que é norteadada pela subjetividade dos Oficiais – responsáveis por redigir a legislação e encarregados de julgar as transgressões disciplinares – e das Policiais Femininas – deladoras e testemunhas nos processos.

As fontes utilizadas nesse capítulo – a legislação que define as transgressões e crimes militares, três processos de punição de mulheres Policiais, os Boletins Gerais da Polícia Militar do Estado do Paraná (1977-2000), Regulamento Disciplinar do Exército e Regulamento Disciplinar da Polícia Feminina de São Paulo – permitem analisar a construção das diferenças entre o masculino e o feminino na Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como se constituem em ferramentas construtoras do comportamento-padrão para a Policial Feminina.

Para a análise das fontes, recorreremos aos estudos de Michel Foucault sobre punição, vigilância e disciplina, pois a legislação disciplinar e as punições dirigidas às Policiais Femininas são constituintes da ordem institucional, norteadada por relações de poder entre o Estado e a Polícia Feminina, entre as agentes da Polícia Feminina, bem como entre as Policiais e as outras mulheres, tendo em vista que a conduta de uma Policial Feminina está vinculada à honra institucional e ao ideal de Policial. Assim, a vigilância e a punição, que visam definir um padrão de comportamento que oriente as atitudes das Policiais nas esferas profissional, pública

---

<sup>498</sup> FOUCAULT, *op cit...*, 1989, p. 21.

e privada, também norteiam a construção de uma identidade para a Polícia Feminina.

#### 4.1 CONSTRUINDO A NORMA E A ORDEM: A DISCIPLINA MILITAR E A TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR

Nas primeiras décadas do século XX, o Exército e a Marinha vivenciaram vários movimentos indicativos de que o respeito à disciplina e à hierarquia não estavam incorporados pela tropa, principalmente por Praças e Tenentes<sup>499</sup>. Em seus estudos sobre a masculinidade nas instituições militares brasileiras no início do século XX, Peter Beattie apresenta alguns indícios do processo de construção de uma concepção de disciplina militar, que consolida o serviço militar com uma atividade viril. Os estudos do autor vinculam o ideal de militar, que se firma no início do século XX no Brasil, à influência das ideias europeias – principalmente dos exércitos francês e alemão – sobre organização militar e comportamento sexual. Para ele, essas mudanças na disciplina alteram a identidade do militar, pois os quartéis, lugares até então identificados com a marginalidade e com valores opostos aos da família, deveriam constituir-se em lugares de homens honrados. Os apontamentos do autor indicam que a invenção de uma concepção de disciplina nas instituições armadas brasileiras nas primeiras décadas do século XX é central ao processo de construção de uma masculinidade controlada nos quartéis. O recrutamento obrigatório e a construção da ideia de família militar fortaleceram a formação da identidade militar viril e responsável pela Pátria.<sup>500</sup>

Os estudos de Frank D. McCann também revelam que a preocupação com o comportamento e a disciplina norteou as ações dos Comandos das Forças Armadas e do Governo Federal nas primeiras décadas do século XX. A disciplina dos

<sup>499</sup> Ver: CASTRO, C. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, C; IZECKSON, V.; KRAAY, H. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.301-114. LANNA, M. Jr. Tenentismo e crise política na Primeira República. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. (org.) **O Brasil Republicano** – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.313-350. McCANN, F. A revolta dos sargentos. In: \_\_\_\_\_. **Os soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.232-233.

<sup>500</sup> BEATTIE, P. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, C; IZECKSON, V.; KRAAY, H. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.269-299.

Tenentes, dos Sargentos, dos Cabos e dos Soldados foi criticada por militares franceses e norte-americanos.<sup>501</sup>

A comparação entre os textos dos regulamentos dos anos de 1942, 1977, 1984 e 2002 permite constatar que as ideias de disciplina, de hierarquia, de transgressão, de punição, de recompensa, de comportamento, de honra e de família militar estão presentes em todos eles. É necessário destacar que os significados dessas ideias estão vinculados aos diferentes contextos vividos pela instituição militar ao longo do século XX, bem como da subjetividade dos agentes que possuem o poder simbólico de interpretar os textos das leis. Porém, os regulamentos apontam que na primeira metade do século XX estabeleceu-se a norma disciplinar do Exército, e a disciplina se constituiu em um atributo da honra militar. Assim, considerando que as instituições militares se estabeleceram como um espaço de homens honrados, ao longo do século XX existe uma tendência da reprodução do comportamento identificador do militar.

Historicamente, as instituições militares são percebidas como espaços reprodutores de valores e categorias sociais. A disciplina, a hierarquia, a formação nas escolas militares, o culto aos heróis e a história institucional produzem e reproduzem o modelo de comportamento dos agentes militares que orienta as atitudes do militar dentro e fora dos quartéis, principalmente daqueles que possuem maior poder hierárquico. Assim, a Polícia Militar do Paraná do final do século XX também é um espaço de construção e reprodução de um comportamento, o qual é herdado do Exército Brasileiro e da história da instituição policial militar.

Atualmente, a norma disciplinar que estabelece o comportamento do Policial Militar na Polícia Militar do Estado do Paraná é o *Regulamento disciplinar do Exército*. No decorrer da pesquisa, não foram localizados documentos que informassem o ano em que a instituição policial paranaense adotou como norma disciplinar o regulamento do Exército, mas a localização no arquivo do 1.º Batalhão da Polícia Militar de uma edição do regulamento com data do ano de 1962 indica que na década de 1960 a instituição já o adotava.

A definição do que é irregular é central para estabelecer-se a norma, uma lógica que é percebida no texto do *Regulamento disciplinar do Exército* do ano de

---

<sup>501</sup> McCANN, F. **Os soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

1977. Da apresentação da sua finalidade consta a afirmação de que o objetivo da lei disciplinar é “especificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a punições disciplinares, comportamento militar das praças, recursos e recompensas.”<sup>502</sup> Objetivando identificar a norma existente na Polícia Militar do Paraná, no final do século XX, quando foi criado o Pelotão de Polícia Feminina, foi utilizado nesse capítulo o texto do Regulamento Disciplinar do Exército do ano de 1977.

A definição pela legislação dos significados de disciplina militar e de transgressão disciplinar estabelece os princípios da ordem institucional. No *Regulamento disciplinar do Exército*, disciplina militar é definida como:

A rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.

São manifestações essenciais de disciplina:

- 1) a correção de atitudes;
- 2) a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
- 3) a dedicação integral ao serviço;
- 4) a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência da instituição.

A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade. As ordens devem ser prontamente cumpridas.<sup>503</sup>

Ser um militar disciplinado significa aceitar e nortear suas atitudes pela legislação, bem como respeitar a hierarquia. Além do mais, a lei recomenda que todo militar que souber de uma ação contrária à disciplina militar deve informar o superior hierárquico; caso contrário, também está infringindo a ordem. “A disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados.”<sup>504</sup>

A esfera de ação do poder da disciplina militar rompe com as fronteiras da atividade militar e alcança outras esferas sociais – públicas e privadas. Ao estabelecer o que é disciplina, o regulamento institui uma rede de vigilância, tornando todos responsáveis pela ordem institucional e com o poder de controlar o comportamento dos agentes.

<sup>502</sup> BRASIL. Decreto n. 79.985, de 19 de junho de 1977. Regulamento Disciplinar do Exército. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 1977. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=194449>>. Acesso em: 15 set. 2009.

<sup>503</sup> BRASIL... *op cit*, **Decreto n. 79.985**, 1977.

<sup>504</sup> FOUCAULT, *op cit*, 1989. p.158-159.

O comportamento do militar – seus gestos, sua vestimenta, seu corte de cabelo, seu tom de voz, sua postura, sua sexualidade, seu respeito à hierarquia, a moralidade, os bons costumes – é construído pela disciplina do corpo, pois é nele que a honra institucional se inscreve. O conjunto de atitudes, valores e ideias vinculados à identidade do militar torna visível a honra do agente e da instituição. A disciplina militar é uma ferramenta de inscrição da identidade nos corpos dos agentes, mas também de construção e de reprodução do comportamento militar e da ordem institucional.

A transgressão afeta a ordem e atinge a honra (pessoal e/ou coletiva), pois a indisciplina é um ato desonroso, que traz vergonha para a instituição e para aqueles que vestem o uniforme institucional. A definição de transgressão disciplinar é necessária para afirmar o modelo de comportamento. Segundo o regulamento, a transgressão disciplinar é:

qualquer violação dos preceitos de ética, dos deveres e das obrigações militares, na sua manifestação elementar e simples.[...]

São transgressões disciplinares:

- 1) Todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar especificadas [...];
- 2) Todas as ações ou omissões, não especificadas na relação de transgressões [...], nem qualificadas como crime nas leis penais brasileiras, que afetem a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas no Estatuto dos Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra normas e ordens de serviço emanadas de autoridade competente.<sup>505</sup>

Essa definição generalizante possibilita que múltiplas atitudes dos agentes institucionais possam ser qualificadas como transgressoras, principalmente porque a legislação permite que elas sejam caracterizadas como ofensivas à “honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”. Os significados das expressões pundonor militar e decoro de classe indicam a existência de uma honra e uma moral coletiva vinculadas à identidade institucional. As fronteiras entre a honra pessoal e a coletiva na instituição militar são difíceis de definir, pois o culto aos heróis, a história institucional (oficial) e a ideia de família militar – outra expressão que é norteadora da construção do comportamento disciplinado – dificultam a delimitação entre o pessoal e o coletivo no espaço institucional.

A ideia de que a instituição é uma família militar – entendendo que a família tem um papel de reprodução da ordem, assim como a história institucional – permite

<sup>505</sup> BRASIL.... *op cit*, **Decreto n. 79.985**, 1977.

vincular o comportamento militar à moral tradicional, afirmadora do domínio masculino, bem como estabelecer inúmeras transgressões como ofensivas à honra. Romper com a disciplina é um ato desonroso que atinge a honra da família militar. Dessa forma, toda transgressão disciplinar afeta a honra institucional, pois rompe com a normalidade. Contudo, isso não significa que a instituição qualifique toda transgressão como ofensiva à honra.

A identificação da instituição militar como “família militar” está presente nos regulamentos disciplinares do Exército e representa uma ordem simbólica que legitima o poder de vigilância dos agentes, independentemente da posição hierárquica. Todos os agentes são responsáveis por cuidar do nome da instituição e por manter a normalidade. Enquanto a vigilância cabe a todos, o poder de julgar as transgressões e de distribuir as honrarias pertence aos comandantes (modelos de homens honrados, viris e heterossexuais).

A punição e a recompensa distribuídas aos agentes representam um padrão de comportamento. Qualificar e tornar públicas as condutas dos agentes – tanto as recompensas como as punições – são encenações que afirmam o ideal de comportamento do grupo. Ao se tornar pública a qualificação de um comportamento – honrado ou despossuído de honra – ele contribui para afirmação da honra institucional.

No início das atividades do dia, diante da tropa formada para a cerimônia de hastear a Bandeira Nacional, é realizada a leitura do Boletim Interno, no qual são publicados os atos do Comando, entre os quais os elogios – para as Praças e os Oficiais – e as punições das Praças – a punição dos Oficiais é publicada em Boletim Reservado, destinado aos círculos dos Oficiais –, para conhecimento de todos os agentes institucionais. Essa prática é uma encenação de universalidade, pois indica que toda a instituição tomou conhecimento dos atos que se tornaram públicos e a assinatura do comandante no final do boletim torna legítimo o seu texto.

A classificação do comportamento das praças, segundo o *Regulamento disciplinar do Exército*, “espelha o seu procedimento civil e militar”<sup>506</sup>. Assim, classificar o comportamento é parte da constituição da hierarquia da honra, a qual é marcada pela seguinte classificação comportamental: excepcional, ótima, boa, insuficiente e má.<sup>507</sup>

<sup>506</sup> BRASIL... *op cit*, **Decreto n. 79.985**, 1977.

<sup>507</sup> Ver anexo 3 - Classificação do Comportamento das Praças – RDE.

A finalidade da punição, segundo o texto do *Regulamento disciplinar do Exército*, é “preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.”<sup>508</sup> Esse esclarecimento indica que o ato de punir objetiva afirmar a norma e servir de ferramenta pedagógica – educativa e exemplar. Punir é construir e afirmar a normalidade, conforme sustenta Michel Foucault, e o conjunto de preceitos que forma a normalidade “são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares.”<sup>509</sup> Assim, a construção da norma e da ordem também é construtora das diferenças.

O ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná criou na instituição a necessidade de construir uma norma para o comportamento da Policial que afirmasse a ordem estabelecida e definisse as diferenças entre o masculino e o feminino, bem como entre as Policiais e as outras mulheres.

Herdeiros de uma tradição marcada por um ideal de masculinidade hegemônica, os Oficiais responsáveis pela redação da legislação criaram um modelo de comportamento para a Policial, o qual também é ativado no perfil das candidatas à corporação. Ao construir um padrão de comportamento para a Policial, a instituição afirmou as diferenças de gênero.

A construção da normatização do comportamento das Policiais Femininas foi norteada pelo regulamento disciplinar adotado pela Polícia Militar do Estado do Paraná e pela legislação da Polícia Feminina, redigida a partir das concepções de comportamento feminino compartilhadas pelos redatores da legislação. Assim, as Policiais tinham dois regulamentos disciplinares: o *Regulamento disciplinar do Exército* e o *Regulamento da Polícia Feminina*.

O corpo da mulher Policial – o cabelo, a sexualidade, o modo de sentar e de caminhar, o tom de voz, o condicionamento físico – deveria estar de acordo com o texto da norma disciplinar da Polícia Feminina. O padrão de conduta feminino, empregando a expressão utilizada na legislação, construiu mais uma diferença entre o Policial Militar e a Policial, além das já apresentadas – o quartel, a farda, a nomenclatura, o currículo, as atividades de policiamento, a hierarquia –, uma concepção de honra feminina. Portanto, a conduta honrada construída para a Policial Feminina a diferenciava do Policial Militar, bem como das outras mulheres.

---

<sup>508</sup> BRASIL *op cit*, **Decreto n. 79.985**, 1977.

<sup>509</sup> FOUCAULT, *op cit*, 1989. p.164.

O estabelecimento de um comportamento identificador da Policial, vinculado à honra institucional e à construção de uma honra feminina, foi iniciado no ano de 1977 e concluído no ano de 1979. Nesse período, foi redigida a legislação que definiu a norma que organizou a Polícia Feminina e que permaneceu em vigor até o ano 2000. Analisando a legislação da Polícia Militar do Paraná, observa-se que entre os anos de 1977 e 2000 o ideal de Policial Feminina não sofreu alterações significativas.

No dia 8 de novembro de 1977, foram publicadas algumas “instruções complementares referentes ao Pelotão de Polícia Feminina”,<sup>510</sup> entre as quais estavam as que se referiam aos “deveres e obrigações”<sup>511</sup> da Policial. Nesse documento, o Comando afirmou que as alunas Sargentos tinham os mesmos deveres e obrigações que os alunos Sargentos. No dia 24 de novembro, foi publicado outro documento destinado às alunas Sargentos, no qual o Comandante alterou o seu posicionamento e estabeleceu normas e procedimentos específicos para tais alunas.<sup>512</sup>

Ficou estabelecido que, além das transgressões disciplinares e das normas determinadas pelo *Regulamento disciplinar do Exército*, às quais estavam sujeitos todos os agentes institucionais, para as Policiais foram estabelecidas transgressões disciplinares específicas. A existência de uma normatização diferente, segundo afirmação contida na regulamentação, foi “em função das peculiaridades [do] novo Quadro”.<sup>513</sup> Assim, ficou estabelecido como transgressões disciplinares femininas:

- a. comprometer-se irregularmente com encargos de família;
- b. fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão de serviço;
- c. freqüentar, uniformizada, café, bares ou estabelecimentos similares salvo em missão de serviço;
- d. frequentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casa de diversão ou similares, salvo em missão de serviço;
- e. fumar quando de serviço, estando uniformizada ou não;
- f. manter relacionamento de amizade com pessoas de duvidosa reputação;
- g. receber visita nos postos de serviço ou interior do aquartelamento;
- h. usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor.<sup>514</sup>

<sup>510</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 208**. Curitiba, 8 de novembro de 1977.

<sup>511</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Geral n. 208**, 1977.

<sup>512</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Geral n. 219**, 1977.

<sup>513</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 208**, 1977.

<sup>514</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 208**, 1977.



O controle sobre o corpo da Policial – a moral identificada nas ações do corpo, que passa a representar a instituição e um modelo de Policial Feminina – é central nas transgressões citadas. Ao moldar o corpo e inscrever nele a lei da instituição, a Polícia Militar construía a Policial – um corpo em que é inscrito um comportamento identificador de uma identidade feminina e que também incorpora a instituição policial militar –, marcada por diferenças de gênero e por contradições. Uma construção que afirma o proibido para estabelecer a norma; um corpo feminino em uma ordem masculina.

Comparando-se o regulamento da Polícia Paranaense com o da Polícia Paulista, observamos que são semelhantes, indicando a reprodução de uma categoria já estabelecida.<sup>515</sup> No “Regulamento do Quadro Especial de Policiamento Feminino da Polícia Militar do Estado de São Paulo”, em vigor no ano de 1977, identifica-se que, além de proibir que as Policiais fumassem quando em serviço, conforme na citação, há outras transgressões disciplinares semelhantes ou iguais às especificadas para a Polícia Feminina do Paraná, que são as seguintes:

Freqüentar, uniformizadas, cafés ou bares.  
 Ingerir bebidas alcoólicas em bares, cafés ou similares.  
 Freqüentar, quando uniformizada, boates - lugares assemelhados, cinemas, teatros ou casas de diversões.  
 Freqüentar, uniformizada, restaurantes sem permissão. [...]  
 Fazer-se acompanhar, quando uniformizada, de pessoas estranhas à Corporação, salvo se estiver de serviço. [...]  
 Apresentar-se em público com uniforme alterado, desabotoado, desfalcado de peças, sem cobertura, com canetas, lapiseiras, correntes ou qualquer objeto pendente, jóias, enfeites, óculos não permitidos ou carregando volumes.[...]  
 Usar, quando uniformizada, cabelos cumpridos, de cor diferente da natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas, ou com verniz extravagante. [...].<sup>516</sup>

As outras transgressões disciplinares da Polícia Paulista são semelhantes às especificadas no *Regulamento disciplinar do Exército*. A proximidade entre as transgressões previstas para as Policiais de São Paulo e para as do Paraná revelam que o ideal de mulher Policial construído pela Polícia Paulista foi apropriado pela Polícia Paranaense. O silêncio da legislação paranaense quanto ao consumo de

<sup>515</sup> Vale lembrar que as mulheres ingressaram na Polícia Paulista na década de 1950 e no início da década de 1970 foram incluídas na Polícia Militar de São Paulo.

<sup>516</sup> SÃO PAULO. Decreto n. 52.655, 12 fev. 1971. Regulamento Disciplinar do Quadro Especial do Policiamento Feminino da Polícia Militar de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 13 fev. 1971. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=81950>>. Acesso em: 18 ago 2009.

bebida alcoólica pelas mulheres Policiais Militares, uniformizadas ou à paisana, possibilita duas interpretações: a) as mulheres Policiais poderiam consumir bebida alcoólica em lugares públicos, desde que se vestissem à paisana; b) a instituição entende que uma mulher de moral e bons costumes não consome bebida alcoólica – nos processos se identifica que o consumo de bebida alcoólica pelas mulheres Policiais foi qualificado como conduta irregular. Considerando-se a preocupação da instituição com o controle do corpo da Policial fora da atividade de trabalho, estando ele uniformizado ou à paisana, é bem provável que a instituição entenda como desnecessárias determinadas especificações, como no caso da bebida alcoólica, pois historicamente são qualificadas como ofensivas à moral e aos bons costumes femininos.

Na comparação entre as transgressões disciplinares especificadas no *Regulamento disciplinar do Exército* do ano de 1977 e as previstas no código destinado às Policiais, fica evidente o controle sobre os lugares proibidos a elas. Como há um silêncio sobre os permitidos, é possível afirmar que as mercearias, os supermercados, as padarias, as escolas, os açougues, as igrejas, entre outros, são lugares permitidos, pois representam uma extensão do espaço doméstico. Embora sejam locais públicos, estão vinculados ao espaço doméstico, que historicamente pertence ao feminino.

Diferentemente das determinações para as mulheres, aos homens é permitida a circulação em todos os espaços públicos. Observa-se que, na legislação, não há referência específica ao controle dos lugares onde os Policiais podem circular, o que é indicativo de que a eles era permitido frequentar, mesmo uniformizados, bares, cafés, cinemas, teatros e outros locais. Ainda que o *Regulamento disciplinar do Exército* também estabeleça um controle sobre o corpo do Policial Militar, aos Policiais Militares é permitido frequentar todos os lugares públicos, uniformizados ou à paisana, desde que esses lugares não atinjam a moral, os bons costumes e a honra institucional. Ao proibir as policiais de frequentar determinados lugares públicos, a instituição impõe limites ao movimento das agentes nos lugares públicos e reproduz uma ordem que exclui as mulheres de boa conduta dos espaços públicos.

O texto da legislação estabelece uma ordem que reproduz o privado como feminino e o público como masculino. Ainda que a instituição seja um espaço masculino que permitiu o ingresso de mulheres, a legislação que constrói o lugar do

feminino na instituição é um instrumento de afirmação de um ideal de comportamento feminino e de reprodução de uma ordem masculina. Ao impor limites ao corpo da policial, o organismo preserva a honra institucional, pois a má conduta de uma agente atinge e mancha o nome da instituição – Polícia Militar e Polícia Feminina – diante dos que estão fora dela e também afeta a honra e a moral da agente.

Sobre o ato de fumar, também o *Regulamento disciplinar do Exército* estabelece um controle: aos homens, era permitido quando em serviço, porém com restrições, enquanto para as mulheres foi proibido, pois, historicamente, as mulheres de boa conduta não fumam em público e não frequentam bares e casas noturnas. Em seu estudo sobre mulheres trabalhadoras e sexualidade no Brasil da primeira metade do século XX, a historiadora Margareth Rago afirma que “pelo menos até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada [...]”.<sup>517</sup> Analisando-se a legislação da Polícia Feminina do ano de 1977, observa-se que o comportamento feminino ideal, compartilhado pelos Oficiais que redigiram essa legislação, é uma permanência do comportamento feminino ideal da década de 1960.

Além das transgressões citadas, a norma publicada no dia 24 de novembro de 1977 definiu também orientações vinculadas ao matrimônio, à maternidade e à apresentação pessoal, especificamente sobre o padrão do cabelo para a policial feminina.<sup>518</sup> Sobre o matrimônio, ficou definido que a Policial que “amiasse ou contraísse matrimônio durante o seu funcionamento”<sup>519</sup> seria punida com o desligamento do Curso de Formação de Sargentos. Como a lei não especificou quando as Policiais poderiam constituir família, supõe-se que fosse após o término do curso. Na orientação sobre a Policial gestante, foram adotadas as regulamentações do *Estatuto dos funcionários civis do Estado* do ano de 1970<sup>520</sup>, e

<sup>517</sup> RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2008. p.578-606, p.604.

<sup>518</sup> POLÍCIA... *op cit.*, **Boletim Geral** n. 219, 1977.

<sup>519</sup> POLÍCIA... *op cit.*, **Boletim Geral** n. 208, 1977.

<sup>520</sup> “Art. 236 - À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por três meses, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

§ 1.º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

§ 2.º - Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada por três meses.

sobre o uso do uniforme pela Policial grávida e as atividades dela na instituição, foi estabelecido que no quinto mês de gestação a Policial deixaria de usar uniforme e passaria às atividades burocráticas.<sup>521</sup>

O pequeno espaço de tempo entre as duas publicações da Polícia Militar do Estado do Paraná (dias 8 e 24 de novembro de 1977) e os diferentes posicionamentos do Comando (na primeira publicação, ele afirmou a igualdade na formação dos homens e das mulheres; e na segunda, estabeleceu a diferença) expressa a dificuldade deste em construir o agente feminino – uma contradição dentro da instituição. Tais documentos estabelecem que o casamento, os relacionamentos afetivos e a maternidade são significantes da honra da Policial Feminina.

Orientada por um ideal feminino que estabelecia o casamento e a maternidade como destino para mulheres honradas, a Polícia Militar foi construindo um padrão de comportamento para as Policiais, ao mesmo tempo em que construiu um padrão visual para a agente. Além do comportamento ideal, as Policiais deveriam possuir uma “boa apresentação pessoal”<sup>522</sup>. Objetivando normatizar a aparência das Policiais, os dois documentos mencionados dedicam três parágrafos a orientações sobre as formas de usar o cabelo, o que indica uma preocupação significativa com o cabelo das mulheres, conforme constatação de Rosemeri Moreira, em sua pesquisa sobre a Polícia Feminina do Paraná.<sup>523</sup> A pesquisadora afirma que o cabelo é o principal sinal da feminilidade, sendo um sinal de virilidade o cabelo curto.<sup>524</sup>

No *Regulamento disciplinar do Exército*, não há referência sobre o padrão de cabelo dos homens. Porém, o visual do militar é algo já estabelecido, isto é, a norma está incorporada às práticas institucionais, sendo desnecessária a sua determinação em lei. A tradição e a memória institucionais naturalizaram determinadas atitudes e o visual do militar como identificadores de valores institucionais, sendo desnecessária a atualização da norma escrita que data do ano de 1916. Uma das marcas

---

§ 3.º - A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do quinto mês de gestação, sem prejuízo do direito à licença de que trata este artigo.” PARANÁ. **Lei n. 6.174**, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado. Curitiba, 20 nov. 1970.

<sup>521</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 208**, 1977.

<sup>522</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 208**, 1977. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 219**. Curitiba, 24 de novembro de 1977.

<sup>523</sup> MOREIRA, *op cit*, 2007, p.114.

<sup>524</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Boletim Geral n. 219**, 1977.

identificadoras do militar e da masculinidade, o padrão do corte do cabelo militar motivou o Comando do Exército a publicar, no ano de 1995, uma diretriz para substituir a norma do início do século XX.<sup>525</sup> Os motivos que moveram o Comando do Exército a reafirmar essa norma são desconhecidos.

Como as Policiais estão fora da tradição e da memória militar – historicamente, as mulheres pertencem a outros espaços, embora a partir da década de 1970 elas passem a ocupar um amplo espaço no mercado de trabalho, os espaços de poder continuam sendo ocupados por homens, principalmente no que se refere ao poder das instituições armadas –, a instituição policial militar necessitava construir uma norma para o cabelo da mulher Policial Militar. Todavia, em outras instituições militares essa normatização do visual da mulher militar pode ser diferente. Observando-se algumas imagens de mulheres militares publicadas nas últimas décadas do século XX no Brasil, verifica-se que o padrão de cabelo é curto ou comprido e preso. Em Cuba, no mesmo período, nas imagens, as mulheres das instituições armadas usam principalmente cabelos compridos e soltos, sendo raras as imagens em que elas estejam com os cabelos presos.<sup>526</sup> Isso indica que a construção dos padrões visuais da mulher militar não é homogênea, assim como o padrão de comportamento feminino exigido das militares.

A legislação do ano de 1979, que substituiu a de 1977, tende a manter o comportamento já estabelecido e apresenta uma justificativa para a existência de uma disciplina específica para as Policiais Femininas a partir das “peculiaridades da organização”<sup>527</sup> – utilizando o termo presente na legislação. Considerando-se a legislação, legalmente, o padrão de comportamento da Policial Feminina manteve-se praticamente inalterado até a extinção da Polícia Feminina.

Objetivando definir um padrão de comportamento que correspondesse às ditas especificidades, a instituição estabeleceu as seguintes transgressões disciplinares:

<sup>525</sup> Conforme informações contidas na Portaria Ministerial n. 310, de 29 de maio de 1995, a legislação que regulamentava o corte de cabelo dos militares datada do ano de 1916. MINISTÉRIO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Portaria n. 310, de 29 de maio de 1995**. Normas para corte de cabelo e uso de barba e bigode por oficiais e praças do Exército. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/modules.php?name=Legislacao&file=display&jid=223>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

<sup>526</sup> Ver anexo 4 – Imagens de Militares Mulheres.

<sup>527</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da PMPR).

- (1) Comprometer-se irregularmente com encargos de família, principalmente se solteira; [sem grifo no original]
- (2) Manter relacionamentos íntimos não recomendáveis ou socialmente reprováveis com superiores, pares ou subordinados;
- (3) Fazer-se acompanhar, quando uniformizada, por elementos do sexo masculino, salvo se estiver em missão ou serviço;
- (4) Frequentar, uniformizada cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço;
- (5) Frequentar, quanto uniformizada, cinemas, teatros, casas de diversões ou similares, salvo em missão ou serviço;
- (6) Fumar quando em serviço, instrução ou no interior do aquartelamento, na presença de outrem, estando uniformizada ou não;
- (7) Manter relacionamento de amizade ou de intimidade com pessoas de reputação duvidosa;
- (8) Receber visitas nos postos de serviço ou no interior do aquartelamento;
- (9) Usar quando uniformizada, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cores extravagantes;
- (10) Invocar circunstâncias de matrimônio ou encargos de família para eximir-se das obrigações funcionais.

São consideradas transgressões disciplinares passíveis de licenciamento a Bem da Disciplina aquelas que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e em particular o da organização da Polícia Feminina ou que venha ainda de encontro aos padrões de conduta fixada na presente Diretriz.<sup>528</sup>

Comparando as transgressões disciplinares do ano de 1979 com as citadas anteriormente, verifica-se que a solteirice se constituiu em agravante da transgressão. Na legislação de 1977, não foi estabelecido vínculo entre as obrigações familiares e a condição de solteira. O posicionamento do organismo revela a construção moral feminina para as Policiais solteiras, que qualifica como irregular a maternidade fora do casamento, bem como os relacionamentos irregulares das Policiais com policiais Militares. Assim, apesar de as casadas, desquitadas e divorciadas apresentarem, para os legisladores militares, uma moral diferente, porque estavam desprovidas da pureza, que é identificada no corpo da mulher solteira honrada, elas também deveriam assumir uma postura norteadas pela moral e pelos bons costumes. O controle da instituição sobre os relacionamentos amorosos, as amizades e o matrimônio das Policiais, bem como sobre a opção pela maternidade fora do casamento, constituiu-se como definidor do comportamento feminino idealizado para a Policial.

O controle sobre a vida privada das Policiais é reafirmado no decorrer do texto da Diretriz, principalmente sobre a temática do matrimônio referente a elas. Foi estabelecido que a Policial deveria solicitar ao comando uma autorização para o matrimônio com antecedência de sessenta (60) dias. No decorrer desse período,

---

<sup>528</sup> *Loc cit.*

seria realizada, segundo a legislação, “uma investigação social sobre a vida pregressa do noivo da solicitante”.<sup>529</sup> Essa exigência é uma exclusividade da legislação da Polícia Feminina, pois não há referência de investigação sobre a vida da noiva do Policial que solicitasse autorização para o casamento. Embora o Código da PMPR também determine que o Praça homem solicite autorização para o matrimônio, não há o estabelecimento de um prazo. Somente para os Oficiais está definido o prazo de dez (10) dias para apresentação ao comando de documento que comprove o matrimônio.<sup>530</sup> Essa norma permanece em vigor.

Também foi estabelecido que a Policial somente poderia “contrair matrimônio após um período de 2 (dois) anos, contados da data de inclusão na Corporação”.<sup>531</sup> A ampliação desse período em comparação com o especificado na legislação do ano de 1977 é mais um indicativo do controle da instituição sobre a sexualidade das Policiais. Assim, a instituição tende a reproduzir uma construção histórica de pureza sexual feminina que culturalmente está vinculada à honra masculina. Quando rompem com o ideal de pureza construído pela legislação, as Policiais atingem a honra institucional e afetam o ideal de Policial.

O modelo ideal de Policial resulta da construção de uma ordem moral diferenciada para homens e mulheres. A conduta da Policial é descrita a partir de conceitos historicamente construídos – bons costumes, relacionamentos socialmente reprováveis, honra e conduta moral – , cujo significado pertence a contextos específicos. Os processos de julgamento das transgressões disciplinares permitem identificar como a instituição, ou melhor, os homens que representam a instituição e que redigiram a legislação significaram esses conceitos identificadores do comportamento feminino idealizado, ao qualificar as atitudes irregulares das transgressoras.

O controle expresso na legislação sobre a sexualidade, os relacionamentos das mulheres Policiais e os locais públicos frequentados pelas Policiais em uma sociedade em que a participação das mulheres é crescente revelam que o modelo ideal de comportamento feminino que permeia a legislação da Polícia Feminina não corresponde aos múltiplos comportamentos que as mulheres estão assumindo na década de 1970. Vale destacar que, embora exista um silêncio quanto aos lugares

<sup>529</sup> POLÍCIA **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>530</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 1943**, Código da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, 23 de junho de 1954.

<sup>531</sup> POLÍCIA **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da PMPR).

que as Policiais podem frequentar quando despidas da pele que identifica a Polícia Feminina – o uniforme –, a legislação delega ao Comandante da Polícia Feminina esse controle.

O controle sobre o comportamento das Policiais foi o dispositivo que o organismo encontrou para diminuir as contradições entre o ideal de feminilidade e a sua vivência pelas diferentes mulheres que ingressaram na Polícia Militar Feminina. Conforme afirmações do texto da Diretriz de 1979,

[...] o Comandante da organização de Polícia Feminina deve ter como preocupação permanente o acompanhamento e avaliação de todas as atividades das policiais-militares, não só naquelas de caráter operacional ou funcional, mas também nas de caráter privado, que possa repercutir negativamente à Corporação como um todo. Neste particular, deve ser preocupação permanente: o local de moradia e com quem vive, a conduta civil; os relacionamentos com pessoas militares ou não, atividades complementares, diversões, e outros padrões de conduta.<sup>532</sup>

O poder do Comandante de controlar o dia a dia dessas mulheres Policiais dentro e fora do espaço das atividades policiais é indicativo de que se instituiu uma rede de vigilância e controle. Como ele não poderia estar em todas as partes, cada agente institucional tornava-se os seus olhos. Todos, Policiais mulheres e homens, foram legalmente instituídos como responsáveis pelo controle da conduta dos agentes institucionais, principalmente desses agentes diferentes – as Policiais Femininas –, que ocupavam um espaço indefinido no organismo e que representavam a imagem maternal da instituição.

No ano de 1983, o Comando Geral publicou a única alteração ocorrida na Diretriz do ano de 1979 antes da extinção da Polícia Feminina, que se refere à “permissão para contrair matrimônio”<sup>533</sup>. Com a alteração, passou a ser observado o texto do Código da PMPR, que veio a regulamentar o matrimônio das mulheres.<sup>534</sup>

A preocupação em controlar o matrimônio das Policiais, nos primeiros anos da presença feminina na Polícia Militar, é um elemento que marcou as diferenças entre o ideal de Policial Militar e o de Policial Feminino. A preocupação do organismo com o comportamento das Policiais está vinculada à reconstrução da

<sup>532</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Diretriz n. 076/79**, 1979. (Arquivo da 1.ª Seção do Estado Maior da PMPR).

<sup>533</sup> POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 149**. Curitiba, 5 de agosto de 1983.

<sup>534</sup> “Art. 111. O oficial em atividade que contrair matrimônio, comunicará a realização do ato ao Comando Geral, no prazo de dez dias, exibindo a respectiva certidão. Parágrafo único. “A praça só poderá assumir tal compromisso mediante prévia autorização do mesmo Comando.” PARANÁ. **Lei n. 1.943**, Código da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, 23 de junho de 1954.



imagem institucional, mas também indica que a instituição – a Força Armada do Estado do Paraná – é o Estado atuando como reprodutor de valores tradicionais ligados ao ideal de família e de comportamento feminino, bem como reproduzindo a divisão dos papéis e dos lugares do feminino e do masculino na ordem institucional.

No ano de 1986, em um relatório solicitado pelo Comando do Policiamento do Interior (CPI) sobre a Polícia Feminina – aos comandos de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel –, um dos Comandantes do Interior apresentou entre os pontos negativos os problemas morais vinculados aos relacionamentos entre Policiais Militares e Policiais Femininas, utilizando a nomenclatura constante no documento. O comandante também apresenta a gravidez das mulheres casadas como um problema para instituição. Além do mais, a fragilidade física e psíquica, a falta de coragem, entre outras constatações, são apresentadas como problemáticas, indicando que a presença de mulheres na Polícia Militar causou transtornos administrativos e poucos benefícios para a instituição.<sup>535</sup>

O envolvimento íntimo, qualificado como não recomendável, entre as Policiais e os Policiais rompia com os ideais de moral feminina e de família. Todavia, o casamento entre um Policial masculino e um feminino estabelecia a ordem. Todavia, o casamento entre Praças e Oficiais é um problema para a hierarquia institucional, pois, como esposas, as Praças passam a circular em reuniões e clubes destinados aos Oficiais.

Embora a presença das mulheres no organismo policial seja uma contradição à ordem institucional, a legislação e o posicionamento do Comando tendem a reafirmar a ordem simbólica institucional ao legitimar o controle sobre a sexualidade das Policiais e, principalmente, os vínculos estabelecidos entre Oficiais e Praças da Polícia Feminina. Esse controle foi reafirmado por uma publicação do Comandante Geral no ano de 1999. Ele recomendou aos Comandantes das Organizações Policiais Militares para que se cumprisse a legislação da Polícia Feminina, “especialmente no que concerne ao relacionamento de intimidade entre policiais militares de círculos diferentes e, de maneira muito especial e séria entre policiais militares e policiais militares femininos, quando o envolvimento afetivo

---

<sup>535</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Estudo de Estado Maior** n. 02/86. Ponta Grossa, 5 de maio de 1986. Arquivo do 1.º BPM.

comprometa a imagem da Corporação [...]”<sup>536</sup>. Como legítimo representante da instituição, ele reconhece o ideal de comportamento feminino vigente na década de 1970, bem como as transgressões disciplinares que ordenam o padrão de comportamento feminino descrito na legislação. Observa-se que a necessidade de controle sobre o comportamento das Policiais permaneceu até o final do século XX, principalmente no que se refere aos relacionamentos entre Policiais de círculos de poder diferentes, pois esses relacionamentos afetavam a ordem disciplinar e a hierarquia institucional.

Entretanto, verificando-se os processos, nota-se que as atitudes das mulheres que vestiram a farda da Polícia Feminina ao longo das últimas décadas do século XX afetavam o ideal de feminilidade compartilhado pelos redatores da legislação no final da década de 1970. As Policiais, que simbolizavam a sacralidade da figura maternal na Polícia Militar, eram mulheres jovens, geralmente vindas do Interior do Estado do Paraná e de outros Estados, e que viviam entre outras mulheres jovens. A independência financeira e familiar dessas jovens era motivo de preocupação para homens que idealizavam a mulher como mãe e esposa, missão sagrada das mulheres honradas. Longe do controle da família, as jovens foram controladas pela instituição, que definiu as condutas que eram impróprias para uma moça de família. Além do mais, essas mulheres jovens usavam um uniforme cujo poder simbólico está vinculado à força do Estado. Tal fato as constituía possuidoras de um poder que historicamente pertenceu aos homens, e aos olhares da sociedade elas eram legítimas herdeiras da Polícia Militar do Estado do Paraná, pois vestiam um dos símbolos identificadoras da instituição.

Vale destacar que as mulheres que ingressaram na Polícia Feminina já transgrediam o ideal de boa moça, ao escolherem uma “profissão de homem”. Assim, embora a instituição estabelecesse um ideal de comportamento feminino conservador, a presença de mulheres na instituição militar era uma ruptura com o conservadorismo do espaço institucional vinculado aos espaços de poder ocupados pelas mulheres na sociedade. Visando amenizar as contradições observadas e vivenciadas por homens e mulheres no espaço institucional, a instituição utilizou a legislação e a vigilância como aparatos construtores de um padrão de comportamento para as Policiais, os quais reproduzem um comportamento feminino

---

<sup>536</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral** n. 194. Curitiba, 15 de outubro 1999.

conservador. Um padrão de comportamento que, além de constituir e reproduzir diferenças que subordinam o feminino ao masculino – na ordem institucional e no controle sobre as atitudes das agentes –, estabeleceu diferenças entre as Policiais disciplinadas e as indisciplinadas e entre as Policiais Femininas e as mulheres civis.

#### 4.2 AS MARGENS: O COMPORTAMENTO IRREGULAR E AS PUNIÇÕES EXEMPLARES COMO DEFINIDORES DA ORDEM

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelo debate sobre a sexualidade e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Um conjunto de circunstâncias vinculadas às mudanças ocorridas no país e no âmbito internacional<sup>537</sup> é indicativo de uma heterogeneidade de posicionamentos sobre os papéis femininos e a sexualidade feminina na sociedade brasileira. Uma heterogeneidade construtora de múltiplas identidades femininas.

Os posicionamentos do Estado e das instituições que o representam são marcados pela contradição nos seus discursos e ações, como se verifica na legislação disciplinar da Polícia Militar do Estado do Paraná. Em um contexto de debates sobre os direitos das mulheres e sobre a sexualidade feminina, a instituição militar reproduz uma visão conservadora do comportamento feminino que permite à instituição exercer um controle sobre a sexualidade das mulheres Policiais.

Ao analisar as permanências em seu estudo sobre a dominação masculina, Pierre Bourdieu concluiu que “a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças [...]”<sup>538</sup> são naturalizadas por instituição do Estado e orientam a organização do privado. Uma ordem que para o autor é masculina e tende a se perpetuar.

Assim, a norma definidora do comportamento da Policial Feminina foi definida a partir de um ideal de feminilidade e da identidade institucional masculina, que tende a reproduzir uma ordem masculina vinculada a uma construção de masculinidade hegemônica. A instituição masculina impõe os limites ao corpo

<sup>537</sup> Aos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade brasileira – mercado de trabalho, família, educação, política –; ao processo de redemocratização do Brasil; aos valores, à moral e aos papéis femininos; aos direitos das mulheres – à Década Internacional da Mulher (1975-1985), à Lei do Divórcio do ano de 1977, à criação da Delegacia Especializada da Mulher no ano de 1985 e à Constituição de 1988 –; às organizações femininas conservadoras e organizações feministas; etc.

<sup>538</sup> BOURDIEU, *op cit...*, **A dominação...**, 2007. p. 7.

feminino para defender a moral, os bons costumes e a família. O comportamento das mulheres Policiais é controlado pela instituição através dos múltiplos olhares dos seus agentes masculinos e femininos.

Ao se considerar as respostas aos pedidos de cancelamento de punições solicitados por Policiais Femininas que foram publicados nos boletins gerais nas décadas de 1980 e 1990, verifica-se que no período compreendido entre os anos de 1985 e 1991 ocorreu um aumento no número de punições. Esse fato está vinculado à construção do comportamento ideal de Policial Feminina e à afirmação da ordem institucional.

Entre 1982 e 1989 foram formados pelotões em cidades do interior e da capital e as punições se constituem em uma ferramenta educativa no processo de formação do comportamento da Policial. Assim, para afirmar a norma, a instituição torna visível o comportamento desviante e pune o transgressor.

O Gráfico 8 permite visualizar o aumento significativo das punições, assim como comparar os tipos de sanções que foram aplicadas às Policiais entre 1978 e 1996. Dele não constam as exclusões, pois estas ocorreram durante a escola de formação de Soldado.

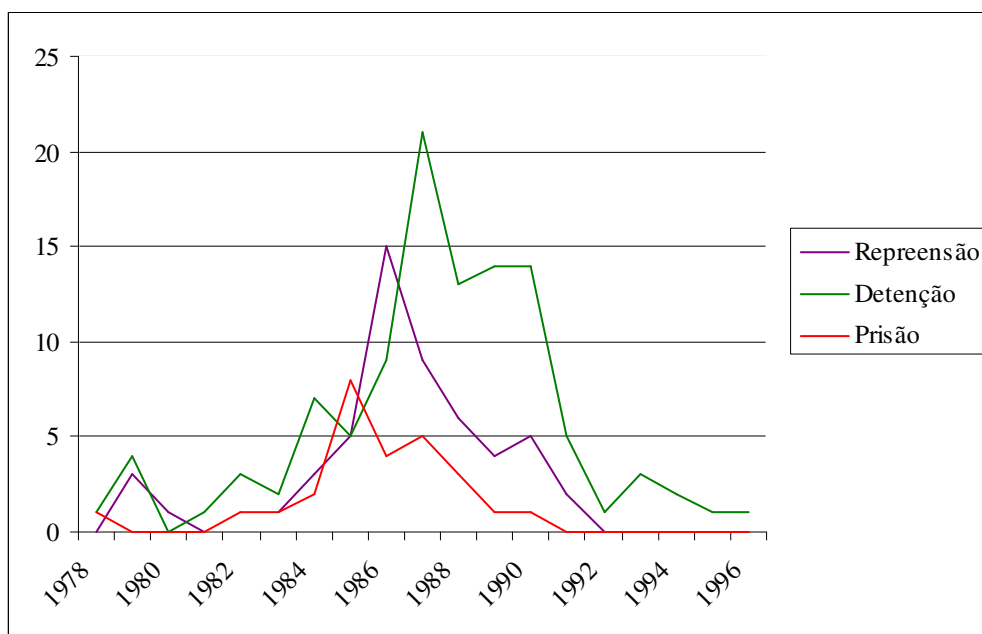


GRÁFICO 8 - PUNIÇÕES DAS POLÍCIAS FEMININAS ENTRE OS ANOS DE 1978 E 1996

Fonte: Boletins Gerais dos anos de 1978 a 2000.

Observa-se que a detenção<sup>539</sup> é a punição mais recorrente, seguida da repreensão<sup>540</sup> e, por último, da prisão<sup>541</sup>. Somente com a leitura da ficha individual das Policiais e/ou a localização dos processos disciplinares é possível um aprofundamento na análise dos motivos das punições.<sup>542</sup> O aumento de detenções no ano de 1988 pode ganhar outro significado se associado à Constituição Brasileira daquele ano, mas para essa análise é importante o conhecimento das condutas que foram julgadas como desviantes e o parecer que define a punição das transgressoras.

No recorte temporal que norteia esta tese foram localizados três processos disciplinares<sup>543</sup>, que figuram como transgressores agentes da Polícia Feminina. O comportamento desviante das agentes foi considerado como ofensivo à honra feminina e da Polícia Militar. A conduta sexual das mulheres foi qualificada – pela instituição e por testemunhas ouvidas nos processos – como imprópria para uma Policial, pois afetava a moral e os bons costumes.

Os posicionamentos dos Oficiais encarregados de julgar as transgressões, legítimos representantes da instituição Policial Militar e do Estado do Paraná, e das testemunhas, emitem um discurso que qualifica as condutas das mulheres como inadequada e desonrosa. O julgamento é pautado por uma concepção de honra constituída pela ideia de que a conduta individual afeta a coletividade. Assim, a conduta desviante afeta a honra da instituição e de seus agentes, rompendo com o padrão estabelecido, pois a honra está vinculada à identidade institucional.

Os processos disciplinares, conforme afirma Michel Foucault, são uma forma de controle do corpo. Embora os processos disciplinares existissem antes dos séculos XVII e XVIII em instituições religiosas e militares, bem como nas oficinas, foi nesse período que a disciplina constituiu o que o autor identifica como “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de

---

<sup>539</sup> Detenção: cerceamento da liberdade, sem encarceramento.

<sup>540</sup> Repreensão: censura publicada em boletim.

<sup>541</sup> Prisão: cerceamento da liberdade, com encarceramento.

<sup>542</sup> As fichas individuais não estão disponíveis para a consulta e os processos não foram localizados. Antes da década de 1990 muitas das punições eram aplicadas pelo Comandante da unidade policial, sem abertura de processo disciplinar. Um estudo sobre as punições disciplinares na Polícia Militar do Estado do Paraná ao longo do século XX ainda está por ser realizado.

<sup>543</sup> No Arquivo Geral da Polícia Militar não foram localizados outros processos. Provavelmente existam processos nos arquivos das unidades nas quais as Policiais trabalharam (na capital e no interior do Estado).

seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.”<sup>544</sup> Sendo assim, afirma o autor, a disciplina “é um tipo de poder”<sup>545</sup> e o processo disciplinar é um recurso construtor de normalidade.

A existência do processo disciplinar está vinculada a um conjunto de instrumentos disciplinadores – a vigilância, o exame e a punição. A vigilância é exercida por todos. Os olhares dos agentes institucionais compõem o olhar da instituição que controla a ordem e produz poder. Todos são responsáveis pelo controle do comportamento dos agentes, porém a aplicação das punições é um poder que pertence aos agentes nomeados pela instituição para exercê-lo. O exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”.<sup>546</sup> No exame, o poder da escrita descreve, qualifica, compara, julga e pune, afirmando a diferença e a norma.

A disciplinarização do comportamento da Policial, na Polícia Militar do Estado do Paraná é uma forma de poder construtor de identidades. Nos processos disciplinares são estabelecidas a diferença e a norma, pois neles são demarcados os limites para o comportamento feminino de uma mulher Policial e traçadas as fronteiras entre a conduta sexual de uma Policial Militar e das outras mulheres. Os processos disciplinares instaurados contra algumas Policiais são fontes importantes para análise da construção de um padrão de sexualidade para a Policial. Diferente do padrão masculino e de outras condutas sexuais femininas, o comportamento sexual da Policial é caracterizado por um discurso conservador sobre a sexualidade feminina. Com um discurso fundado na moral, nos bons costumes e na honra Policial Militar, a instituição puniu Policiais que apresentaram conduta sexual fora do padrão de feminilidade idealizado.

No ano de 1979, duas alunas Policiais Femininas foram processadas e punidas com a exclusão a bem da disciplina, para recorrermos aos termos contidos nos processos e na legislação. Os processos – institucionalmente identificados como sindicâncias – produzem e afirmam um saber sobre a atitude sexual ideal para uma Policial Feminina, constituído pela legislação e por aqueles que figuram no processo. A diferença entre o comportamento sexual feminino de uma Policial honrada e os comportamentos femininos inadequados é constituída pela fala daqueles que

<sup>544</sup> FOUCAULT, *op cit...* **Vigiar e punir**, 1989. p. 127.

<sup>545</sup> FOUCAULT, *op cit...*, **Vigiar e punir**, 1989, p. 189.

<sup>546</sup> FOUCAULT, *op cit...*, **Vigiar e punir**, 1989, p. 164.

figuram na sindicância – testemunhas, sindicado, sindicante e comando. Assim, os posicionamentos dos Oficiais, das deladoras e das testemunhas ao se referirem ao comportamento das alunas, produzem um padrão de conduta sexual aceitável para uma Policial, que está vinculado à legislação, aos valores e à concepção de sexualidade feminina dos agentes e das testemunhas civis que ganham voz nos processos.

As mulheres que figuram como sindicadas – termo utilizado nos processos para identificar as agentes que foram acusadas de comportamento irregular – frequentavam o primeiro Curso de Formação de Soldado Feminino da Polícia Feminina – a turma de 1977 formou sargentos –, iniciado em janeiro do ano de 1979. além delas, havia outras vinte e oito (28) alunas, entre as quais apenas oito (08) nascidas em Curitiba, enquanto as demais provinham de cidades do interior do Estado, bem como de outros Estados da Federação.

O primeiro processo foi aberto no terceiro mês do Curso, a partir de um documento produzido pelo Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina, no qual ele informou ao Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP) os fatos narrados por quatro (04) alunas Soldados. Segundo consta, elas o procuraram na data de 6 de abril de 1979 para revelar sobre um acontecimento ocorrido dias antes – as informações contidas no documento inicial não precisam a data do fato, porém no processo consta que o acontecimento ocorreu no mês de fevereiro – no Bairro Barigui. Conforme o documento, em uma noite, duas mulheres estiveram na casa onde viviam dez (10) alunas do curso de formação de Soldado, uma das quais se dizia esposa de um tenente da Polícia Militar e acusava uma das alunas de manter relacionamento amoroso com seu esposo. Entre outras informações, as alunas relataram que o tenente envolvido escreveu para a suposta amante marcando um encontro.<sup>547</sup>

No processo está oculto o que motivou as quatro (04) denunciante a procurarem o comandante da Polícia Feminina vários dias depois de ocorrido o fato – as testemunhas informaram que o fato ocorreu na Travessa Marumbi, Bairro Barigui, e no momento da denúncia elas residiam na sede do Pelotão de Polícia Feminina, localizado na Rua 24 de Maio, número 1434, no Bairro Rebouças. A atitude delas ganha significado se articulada às seguintes hipóteses: a) a existência

---

<sup>547</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Sindicância n. 061/79. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, fls 03.

de conflitos entre as denunciante e a denunciada, resultantes da convivência na instituição e no espaço doméstico; b) as denunciante buscavam reconhecimento junto aos superiores e demonstram estar preocupadas com o comportamento transgressor da colega; c) as denunciante possuíam uma percepção do comportamento feminino que se assemelhava ao ideal buscado pela instituição e se sentiram afetadas pela conduta da denunciada; d) as denunciante foram convencidas por um superior hierárquico a formalizar a denúncia semanas depois do fato.

O conjunto dessas hipóteses permite uma reflexão sobre a ação das denunciante, pois Pierre Bourdieu, ao se referir ao Estado como construtor e reproduzidor de ordem social, afirma que “o mundo social está semeado de chamados à ordem, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que reanimam disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pela via da consciência e do cálculo [...]”.<sup>548</sup> Assim, ao qualificarem a atitude da colega como desviante e a denunciarem à instituição, as deladoras exercem o poder de vigilância – tornam-se responsáveis pelo estabelecimento da fronteira entre a conduta sexual aceitável e a desviante –, aceitam ordem institucional estabelecida e buscam o reconhecimento institucional. Dessa forma, elas atuam como reprodutoras e construtoras de um ideal de feminilidade e de sexualidade feminina, caracterizado por valores e atitudes conservadores, o qual norteia a legislação disciplinar da Polícia Feminina. Igualmente, o Estado se constitui em definidor e reproduzidor de um ideal de comportamento feminino, pois a legislação e o posicionamento dos julgadores legitimam uma ordem que diferencia e qualifica as condutas sexuais de mulheres e de homens.

No dia 17 de abril foi aberta a sindicância, na qual figuram como sindicados um “2.º Tenente”<sup>549</sup> e uma “Aluna Recruta Policial Feminina”<sup>550</sup>. No mesmo dia foi inquirida, utilizando-nos do termo que consta no documento, a primeira testemunha, a qual foi identificada como solteira e nascida em Canoinhas, no Estado de Santa Catarina. Ela relatou os fatos que envolvem a presença da esposa do Tenente na casa em que viviam. A sua fala apresenta indícios de que já havia se passado vários dias do acontecimento e afirma que só informou o Comandante “para salvar o bom

<sup>548</sup> BOURDIEU, *op cit...* **Razões práticas...**, 1996. p. 117.

<sup>549</sup> POLÍCIA..., *op cit.* **Sindicância n. 061/79.** Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, 1979, fls. 01.

<sup>550</sup> *Loc cit.*



nome de sua classe”.<sup>551</sup> A testemunha também informa sobre o comportamento irregular de outras três (03) alunas, que residiram na casa da Travessa Marumbi, mas que no momento da denúncia residiam em uma casa nas proximidades do quartel da Polícia Feminina. Ela afirma que essas alunas Soldados recebiam “visitas masculinas à noite”<sup>552</sup> e faziam uso de bebida alcoólica, assim como relata que uma das moças recebia dinheiro do seu noivo. O fato de o noivo ajudar a noiva é explicado pela testemunha como indicativo de “haver entre ambos mais que um relacionamento normal entre noivos.”<sup>553</sup>

A identificação de práticas comportamentais desviantes também está presente na fala da segunda testemunha que foi ouvida no mesmo dia. A Soldado Policial Feminina Recruta, conforme identificação que consta no documento, com 27 anos de idade, nascida em Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, inquirida sobre o fato narrado no documento de abertura da investigação, informou ao Oficial responsável sobre fatos que antecederam o evento investigado. Primeiramente, explicou ao Oficial como todas foram viver juntas na casa da Travessa Marumbi. Devido a problemas financeiros, deixaram a casa na Travessa Marumbi e foram residir no Pelotão da Polícia Feminina – as quatro (04) denunciantes e a denunciada – e as demais jovens alugaram outra casa. Para a testemunha, a liberdade foi a justificativa para as jovens não residirem no quartel e alugarem uma casa. O comportamento das alunas que viviam nas proximidades do quartel foi qualificado como impróprio, pois elas recebiam visitas masculinas. Ao prosseguir informando sobre o comportamento das colegas com as quais convivera, afirmou que uma das alunas saiu da residência do Barigui para ir viver como o noivo, o qual era Soldado da Polícia Militar e que outra colega recebia ajuda financeira de seu noivo. Sobre o fato investigado, ela narra sobre a chegada da esposa do tenente na casa e diz que a aluna sindicada afirmou ser apenas amiga do Oficial envolvido.

Naquele mesmo dia foi ouvida a terceira testemunha, também solteira e nascida em União da Vitória, Estado do Paraná. Ela também residiu no Bairro Barigui e naquele momento morava com um casal de idosos no Bairro Bom Retiro. Ela narrou os fatos sobre a visita da esposa do Tenente e afirmou que a aluna acusada realmente tinha um relacionamento com o Oficial, pois viu os dois

<sup>551</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR 1979, fls 05.

<sup>552</sup> *Loc cit*.

<sup>553</sup> *Loc cit*..

conversando nos corredores das salas de aulas na Academia Policial Militar do Guatupê.

A quarta testemunha foi ouvida no dia 18 de abril. Solteira, nascida em Uraí, Estado do Paraná e residente no quartel do Pelotão de Polícia Feminina, ela confirmou as narrativas anteriores, isto é, que a esposa do tenente esteve na Travessa Marumbi e acusou a sindicada de ser amante do seu esposo. Para confirmar tal suspeita, a esposa apresentou dois bilhetes datilografados encontrados no bolso da farda do esposo e afirmou que foram escritos pela sindicada.

Ao longo dos depoimentos, observa-se que a terceira e a quarta testemunhas comentaram apenas a questão do suposto adultério do tenente, enquanto as outras também estavam dispostas a informar sobre o comportamento de outras alunas Policiais Femininas. A vigilância sobre as atitudes das colegas é expressa nas falas das testemunhas. Diante do Oficial encarregado da sindicância elas exercem seu poder de qualificar as atitudes das colegas, afirmando um ideal de comportamento para a Policial. O fato de as colegas que viviam na Travessa Marumbi não aceitarem residir no quartel do Pelotão da Polícia Feminina é julgado como inadequado, pois elas buscavam fugir do controle do olhar institucional. A palavra liberdade é usada por três testemunhas para qualificar o fato de suas colegas optarem por viver em uma casa alugada, uma atitude qualificada como suspeita e inadequada para moças honradas.

Ao serem inquiridas sobre o comportamento desviante da aluna sindicada, as testemunhas informaram sobre outros comportamentos que elas julgaram desviantes para uma mulher honrada. As jovens identificadas por suas colegas como possuidoras de conduta imprópria romperam com o ideal de comportamento feminino aceito pela instituição e pela deladoras, afetando a honra das Policiais Femininas. Como a honra pessoal só existe quando reconhecida pelo grupo, a atitude de uma mulher Policial qualificada como desonrosa atingia todo o grupo, pois as concepções de família militar e de espírito de corpo presentes na legislação vinculavam a honra pessoal à honra institucional.

Em seus estudos sobre a honra, J. G. Peristiany<sup>554</sup> diz que a honra é coletiva e individual, portanto o comportamento que afeta a reputação pessoal, identificado como desonroso, atinge a honra pessoal e a honra coletiva. Conforme afirma Pierre

---

<sup>554</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 13- 59.

Bourdieu, a honra necessita ser inscrita no corpo para orientar pensamentos e práticas, constituindo identidades sociais.<sup>555</sup> Assim, na Polícia Militar do Estado do Paraná as atitudes dos agentes tornam visível tanto a honra pessoal quanto a institucional. Uma atitude qualificada como irregular é ofensiva à honra do grupo, pois o agente é herdeiro do nome da instituição. Pela fala das testemunhas, percebe-se a vinculação entre o individual e o coletivo que norteia a construção de uma identidade para a Policial Feminina.

Depois de ouvidas as alunas do Curso de Formação de Soldados Femininas, o sindicante convocou o Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina. Era casado, nascido em Apiaí, no Estado de São Paulo, residente na Vila Hauer, na cidade de Curitiba, e compareceu diante do Oficial encarregado no dia 18 de abril do ano de 1979. Em sua declaração ele afirmou que durante o processo de seleção já havia sido apurado o suposto envolvimento entre a aluna acusada e o Oficial, todavia não existiam provas sobre o suposto relacionamento. Informou ainda que após ter sido informado sobre o ocorrido no Bairro Barigui providenciou junto ao Comando a transferência das Policiais para a sede da Polícia Feminina com a finalidade de “salvaguardar o nome da Polícia Feminina”<sup>556</sup>. Também informou que algumas das alunas passaram a viver em uma casa nas proximidades do quartel e recebiam visitas de Policiais Militares masculinos. Para concluir, o Tenente Comandante afirmou que “além dos fatos comunicados, desconhece qualquer outro que comprometa o passado ou a conduta das [Soldados recrutas Policiais Femininas]”<sup>557</sup>. Todas essas informações foram relatadas, segundo consta em sua declaração, por alunas recrutas que não queriam figurar como deladoras, porém ele

[...] procurou sensibilizá-las dizendo que de nada adiantaria elas darem informações sem querer se expor, e arriscar ter em suas companhias pessoas que por seus procedimentos comprometedores poderiam fazê-las envergonhar-se do uso do uniforme; e, ainda sondando-as para captar se não escondiam ressentimentos contra as pessoas apontadas ou envolvidas em comportamento irregular, pôde sentir que as informantes estariam dispostas a testemunhar por escrito aqueles fatos de que tinham conhecimento a fim de procurar responsabilizar quem merecer, para evitar um mal maior no futuro [...]

<sup>555</sup> BOURDIEU, *op cit*, ... **A dominação...**, 2007. p. 63-64.

<sup>556</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 061/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, fls. 19.

<sup>557</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**, 1979.

<sup>558</sup> *Loc cit*.

A declaração do Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina confirma que entre a data do fato ocorrido no Bairro Barigui (no mês de fevereiro) e a oficialização da denúncia (no dia 6 de abril) ocorreram conversações entre ele e as jovens que testemunharam no processo. No transcorrer das semanas ele convenceu as testemunhas a formalizarem a denúncia sobre o comportamento inadequado das colegas. A concepção de que o comportamento irregular (utilizando o termo que consta no processo) de uma das alunas envergonharia a Polícia Feminina, é central na construção do convencimento das informantes. A ordem institucional e os valores identificadores de uma Policial Feminina honrada são produzidos e reproduzidos pelas alunas do Curso de Formação de Soldados Femininos, ao reconhecerem como legítimo e normal o modelo de Policial Feminina construído pela instituição. Todavia, o poder hierárquico orienta e convence as testemunhas a se posicionarem de acordo com o comportamento feminino definido como norma. Ao aceitarem a norma, as agentes assumem a disciplina institucional e são reconhecidas por possuírem um comportamento disciplinado.

No dia 20 de abril prestou declaração a esposa do tenente sindicado. Ela é apresentada como do lar, nascida em Curitiba, no Estado do Paraná, e residente no Jardim Primavera, na cidade de Curitiba. Ela afirmou ter encontrado no bolso do uniforme do seu esposo dois bilhetes e um cartão datilografados com assinatura ilegível. Também declarou que foi informada que “seu marido estaria tendo um caso com a secretária do Comandante”<sup>559</sup> do 3.º Batalhão de Polícia Militar em Pato Branco, onde o esposo realizou um estágio. Com o fim do estágio, foi transferido para a Academia Policial Militar do Guatupê em São José dos Pinhais e em uma ocasião, ao passar a farda do esposo, localizou no bolso bilhetes destinados a ele. Ao longo da sua declaração a testemunha informou que o sindicado confirmou ter tido um relacionamento de amizade com a sindicada. Ao narrar a sua visita à casa da Travessa Marumbi, na companhia de sua irmã, a testemunha informou que agrediu verbalmente a sindicada e que ainda sua irmã a “adverteu [...] que não se queixasse [...] [ao tenente sindicado], pois se isso acontecesse [...] iria dar uma grande surra nela”.<sup>560</sup> Para concluir, declarou ao sindicado que conversou com o esposo sobre os acontecimentos e resolveram “esquecer tudo e não voltar comentar

<sup>559</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**, 1979, fls. 21.

<sup>560</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**, 1979, fls. 24.

o caso, permanecendo o ambiente familiar inalterado, com promessas de fidelidade conjugal.”<sup>561</sup>

No mesmo dia, prestou depoimento a aluna sindicada e o tenente sindicado. Ela, solteira, natural de Pato Branco, no Estado do Paraná, declarou que não escreveu os bilhetes e que era apenas amiga do Oficial envolvido. Afirmou que dois dias após o fato corrido na república onde vivia, no bairro Barigui, ela conversou com a esposa do tenente tentando esclarecer que era apenas uma amiga e que “tudo o que dizia saber só poderia ser em razões de fofocas”.<sup>562</sup> Todavia, segundo a sindicada, a esposa não acreditou na sua explicação.

No depoimento do tenente, ele afirma que conheceu a sindicada em Pato Branco, onde ela trabalhou como secretária no quartel da Polícia Militar. Ele confirmou que os bilhetes eram da aluna Soldado, mas declarou serem apenas amigos. Prossegue o sindicado declarando que a sindicada é uma “pessoa de boa conduta”<sup>563</sup>, constatação que o moveu a incentivá-la a realizar o concurso para ingresso na Polícia Feminina. Sobre o desentendimento com a esposa, ele destacou que fora devido aos bilhetes, mas “que isso em nada veio modificar o ambiente familiar”, pois tais bilhetes “não continham nada que se possa dizer amoroso”<sup>564</sup>. Ele negou qualquer envolvimento amoroso com a aluna, bem como a acusação de favorecer o ingresso da sindicada na Polícia Feminina.

Nos três depoimentos que encerram o processo – da esposa, da sindicada e do sindicado – os declarantes buscam esclarecer a verdade sobre os bilhetes. Na fala dos três há uma preocupação com quem escreveu os bilhetes, pois a verdade sobre as provas materiais revelaria o relacionamento dos sindicados. Outra característica é a preocupação presente nas declarações com a preservação da família. A afirmação da família como uma instituição sólida está presente no depoimento do sindicado e da esposa. Eles afirmaram que o relacionamento do casal permaneceu inalterado diante dos fatos, pois os problemas foram superados. Assim, a verdade e a família são valores que norteiam a construção da honra dos agentes institucionais. Os olhares vigilantes sobre o comportamento de Policiais mulheres e Policiais homens revelam as atitudes dos agentes e permitem à instituição preservar e construir a ordem institucional – disciplina e hierarquia. O

---

<sup>561</sup> *Loc cit.*

<sup>562</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**, 1979, fls. 26.

<sup>563</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**, 1979, fls. 28.

<sup>564</sup> *Loc cit.*

discurso sobre a honra, que se estabelece nos processos, está vinculado à disciplina e à hierarquia.

Durante o processo, foram ouvidas oito (08) pessoas: a aluna acusada; o tenente esposo; a esposa; o Tenente Comandante, e mais quatro (04) alunas que conviveram com a acusada e que procuraram o Comandante para narrar o fato ocorrido no bairro Barigui, no dia 12 de fevereiro de 1979, tendo sido o Comandante informado oficialmente do caso no início do mês de abril. Nos textos dos depoimentos estão ocultas as perguntas que o sindicante dirigiu às testemunhas, mas as informações presentes no processo revelam que a preocupação central foi examinar o comportamento da sindicada.

No dia 24 de abril o Capitão Sindicante assinou a conclusão do processo, na qual afirmou que o relacionamento amoroso entre os sindicados existiu, mas antes da jovem ingressar na Polícia Feminina. Assim, ele julgou não haver ocorrido transgressão disciplinar, pois quando do envolvimento amoroso a jovem ainda não pertencia à Polícia Militar. O que indica que se alguém cometeu transgressão foi o Tenente e, ao julgar o seu comportamento, o Capitão afirmou que

[...] o Tenente [...] tem depondo a seu favor o fato de ter mantido uma conduta exemplar durante o tempo em que foi aluno da EsFO, ter um currículo escolar ótimo e haver recebido um dos melhores conceitos de aptidão profissional atribuídos aos colegas de turma. Sua falta, apesar de merecedora de censura é humanamente compreensível, e realmente não chegou a provocar a dissolução do próprio lar como afirma tanto o Sindicato quanto a sua esposa [...], de forma que não houve um real agravo da vida familiar que pudesse então ser considerado como incompatível com a honra pessoal e o pundonor militar.<sup>565</sup>

A conduta do sindicato na Escola de Formação de Oficiais foi utilizada como atenuante da sua conduta indisciplinada, bem como a preservação do casamento e da família. Assim, aos olhos daqueles que falam em nome da instituição, o adultério masculino é qualificado como aceitável, desde que a família não seja desfeita.

Para concluir, o encarregado do processo afirmou que as provas não eram suficientes para confirmar o adultério e a transgressão disciplinar, tomando um posicionamento de proteção do Oficial envolvido, pois punir a Policial significaria uma confirmação da permanência do relacionamento entre o Oficial e a então aluna recruta da Polícia Feminina. Mesmo que historicamente a infidelidade masculina

---

<sup>565</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**. fls. 34.

seja aceitável, pois é uma prática afirmadora de virilidade, o comportamento do Oficial afetava a moral e os bons costumes.

Após ler o parecer do encarregado do processo, o Major Comandante do Centro de Formações de Praças (CEFAP), não concordou com o julgamento. Nas suas conclusões ele solicitou o Licenciamento a Bem da Disciplina da aluna, justificando seu julgamento como

[...] medida de salvaguarda da moral, da honra pessoal e do pundonor militar, além do mais [ele afirmou que], os procedimentos evidenciados são contrários à instituição familiar e socialmente reprovados, colocando em situação embaraçosa e contestatória uma estrutura Policial Militar recém-criada e que necessita de condutas e projeções individuais e coletivas irrepreensíveis.<sup>566</sup>

A punição recebida pelo Oficial foi uma advertência verbal junto aos seus pares, ficando estabelecido que tal punição não fosse anotada nos registros profissionais do Oficial punido.<sup>567</sup> Esta punição reforça o poder simbólico da masculinidade do Oficial junto aos seus pares, constituindo-se em uma afirmação da sua virilidade.

A aluna Soldado, mesmo sendo reconhecida pelo responsável pelo processo como não transgressora, foi punida pelo superior hierárquico encarregado de legitimar o julgamento do sindicante com a pena máxima dentro de uma instituição militar, a exclusão. Em 10 de maio de 1979 ela foi excluída, para preservar a moral, a honra e o pundonor militar, servindo de exemplo para as demais Policiais que deveriam vincular suas condutas na vida militar e na vida privada pelos padrões da moral e dos bons costumes, preservando a família e possuindo uma conduta sexual honrada.

O Comandante Geral, embora tenha tido conhecimento do parecer do capitão responsável pela sindicância, concordou com o posicionamento do major, superior hierárquico a quem o capitão estava diretamente subordinado e determinou o “licenciamento a bem da disciplina”<sup>568</sup> da aluna da Polícia Feminina, no dia 11 de maio de 1979. O posicionamento dos Comandantes em punir somente a aluna

<sup>566</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. Solução de Sindicância. Comandante do CFAP. Arquivo da PMPR

<sup>567</sup> *Loc cit*.

<sup>568</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 061/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. Solução de Sindicância. Comandante do CFAP. Arquivo da PMPR

indica uma afirmação das relações de poder e domínio do masculino sobre o feminino, bem como de uma construção histórica em que a mulher é a culpada, uma reprodução dos valores cristãos da culpa da mulher pelo pecado do homem.

Ao final, o Comandante determinou a investigação do comportamento irregular de outras três (03) alunas, que foram citadas pelas testemunhas por apresentarem atitude incompatível com uma jovem comportada. Os documentos com o resultado desta investigação não foram localizados.

A vigilância, o exame e a hierarquia fazem parte do aparato disciplinar. O olhar de todos os agentes; a qualificação e o relato dos comportamentos; a definição da punição pelo superior hierárquico, afirmam a ordem hierárquica estabelecida e o controle da instituição masculina sobre a sexualidade feminina. Um aparato aceito por agentes masculinos e femininos que se constituem em parte da ordem estabelecida. São os olhares vigilantes da instituição que qualificam e informam aos superiores o comportamento dos outros. Com essa atitude, protegem a si próprios do olhar da instituição.

O ideal de Policial Feminina e de mulher solteira, presente na legislação da Polícia Militar, na fala de algumas testemunhas e no julgamento da instituição, estabelece relações de poder. Uma mulher solteira e com vínculos amorosos com um homem casado é despossuída dos valores morais vinculados ao comportamento ideal de uma aluna Soldado. Também rompem com o ideal as mulheres frequentadoras de locais impróprios para a moral feminina de uma Policial e as que recebem visitas masculinas em sua casa à noite. Quanto ao homem casado, cabe a ele impedir que os envolvimento amorosos desagreguem a família. À esposa cabe afastar a outra mulher do seu esposo para manter a família, pois a presença de mulheres solteiras, vindas do interior e vivendo longe da família, pode ter sido identificada como uma ameaça para a integridade das famílias dos militares, principalmente pelas esposas. Assim, constitui-se uma rede de vigilância sobre as atitudes das alunas e das Policiais, que envolve outros Policiais (homens e mulheres) e pessoas não pertencentes à instituição, mas que estão ligadas a eles.

O comportamento dessas mulheres que vivem na maioria das vezes em repúblicas – casas compartilhadas por várias moradoras –, pode apontar para uma ruptura com o padrão de comportamento tradicional de moça de família, reproduzido pela legislação da Polícia Militar. Elas circulam em espaços públicos e casas noturnas desacompanhadas, recebem homens na sua residência, gostam de



bebidas alcoólicas e são julgadas por homens e mulheres como possuidoras de comportamento vergonhoso. Ao adotarem comportamentos tradicionalmente constituídos como pertencentes ao sexo masculino, elas afetam a honra feminina e institucional, pois rompem com uma construção recato e pureza femininos.

A construção de um saber sobre a sexualidade, que define identificações e espaços para as diferentes sexualidades, por diferentes instituições, constitui uma ordem e um discurso dominante que define a normalidade. Este é um processo que se constitui principalmente no século XIX, conforme Michel Foucault. Para o autor, “a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modificações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual [...]”.<sup>569</sup> Em segundo lugar está o surgimento das sexualidades periféricas e os múltiplos prazeres que ganham reconhecimento. Assim, a partir da sexualidade periférica, a sexualidade regulada passou a ser qualificada, pensada e estabelecida.

Na Polícia Militar os comportamentos marginais também se constituem em uma necessidade para a afirmação da norma. A punição do agente transgressor da Polícia Feminina produz, afirma e legitima um padrão de comportamento para a Policial, mas também reproduz, afirma e legitima a hegemonia masculina institucional.

Em outro processo, do início do ano de 1979, uma aluna recruta do Curso de Formação de Soldado Feminino foi processada por cometer “atos atentatórios à moral, bons costumes e ao pundonor militar”,<sup>570</sup> conforme informação presente na capa da sindicância. Nesse processo, a sexualidade feminina também é a questão central.

Iniciada no dia 23 de abril e concluída em 11 de maio do ano de 1979, a sindicância investigou, descreveu, qualificou e julgou o comportamento de outra aluna. Porém, esse processo apresenta uma diferença se comparado ao anterior, pois a denúncia foi apresentada pela seção de investigações do Centro de Formação de Praças (CFAP) e não pelo Oficial responsável pelo Pelotão da Polícia Feminina. Isso significa que a instituição investigou as denúncias antes de formalizá-las.

<sup>569</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 39.

<sup>570</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Sindicância n. 062/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR.

O processo também possibilita perceber a existência de uma complexa rede de vigilância sobre o comportamento das mulheres que ingressaram na Polícia Feminina, controle que era exercido pela instituição sobre as mulheres e pelas mulheres (Policiais e alunas), que vigiavam o comportamento das suas colegas com o objetivo de preservar o bom nome da classe – apropriando-se das justificativas utilizadas por algumas testemunhas ao condenarem o comportamento de colegas –, isto é, de preservar a honra da Polícia Militar e a honra da Polícia Feminina.

A preocupação com a sexualidade dos agentes militares é uma construção do século XIX e início do século XX. Entre meados do século XIX e início do XX, ocorre o processo de patologização da homossexualidade e surgem os processos e inquéritos contra homossexuais. No ano de 1919, segundo o autor Daniel Barbosa dos Santos, são instaurados os primeiros processos contra a homossexualidade na Marinha dos Estados Unidos.<sup>571</sup> A construção de uma identificação para a preferência sexual de mulheres e de homens por pessoas do mesmo sexo só foi categorizada como sendo homossexual na segunda metade do século XIX, embora, segundo afirma Peter Beattie, somente em meados do século XX o termo homossexual se tornou comum.<sup>572</sup> Foi também no século XIX que as mulheres foram afastadas do espaço da guerra, sendo este mais um indicativo da construção de um ordenamento da sexualidade nas instituições armadas.

Analisando o processo administrativo que a Polícia Militar do Estado do Paraná instaura para julgar o comportamento sexual anormal de uma aluna do Curso de Formação de Soldados Feminino do ano de 1979, bem como o processo anterior, observa-se que além do discurso disciplinarizador/normatizador da instituição, há a construção de um discurso sobre a diferença e a igualdade entre as mulheres. As vivências das mulheres alunas Soldados indicam diferentes identidades femininas, enquanto o ideal de comportamento feminino defendido pela instituição constrói uma identidade de Policial Feminina que objetiva padronizar o comportamento das mulheres Policiais.

Segundo Joan Scott, as identidades se constituem discursivamente, vinculadas ao contexto e a outras identidades, sendo a diferença e a igualdade

<sup>571</sup> SANTOS, Daniel Barbosa dos. Homossexualidade, modernidade e tradição grega. **História e Perspectivas**. Uberlândia, n. 35, jul/dez 2006, p. 99-116. p. 108.

<sup>572</sup> BEATTIE, *op cit*, 2004. p. 269-299. p. 271.

centrais para o estabelecimento de relações de poder.<sup>573</sup> A partir das afirmações da autora, é possível analisar que a diferença e a igualdade são estabelecidas pela instituição para as mulheres, mas também entre elas. Nos dois processos vinculados às alunas da Polícia Feminina, foram as mulheres que qualificaram as atitudes das colegas como impróprio para uma mulher honrada. A diferença e a igualdade são utilizadas pelas alunas que denunciam o comportamento indisciplinado das colegas para legitimar e afirmar o comportamento da Policial. A diferença é imprópria (atitudes qualificadas como irregulares) e afeta uma construção de igualdade (atitudes qualificadas como regulares) que identifica a Policial e a mulher honrada.

A denúncia da diferença no segundo processo foi realizada por dois documentos, um relatório da Seção da P/2 (seção encarregada de investigar a vida dos agentes da instituição) sobre o comportamento de “alunas Soldados”<sup>574</sup> e um documento que o Tenente instrutor da disciplina de Psicologia e Relações Públicas e Humanas encaminhou ao Chefe da Divisão de Ensino do CFAP, informando sobre “comportamento irregular de alunas”<sup>575</sup>, qualificando dessa forma o fato de duas alunas irem juntas ao banheiro. Os dois documentos (datados dos dias 17 e 18 de abril) foram formalidades necessárias para a abertura do processo administrativo.

O fato de o instrutor da disciplina de Psicologia e Relações Públicas e Humanas ser o autor de um dos documentos é um indício significativo no desenrolar das investigações, pois ele é o profissional que possui um poder simbólico e um saber que o capacita a observar e julgar o comportamento das pessoas. Sendo assim, as informações que ele fornece à instituição reforçam o relatório apresentado pela seção de investigação.

No relatório apresentado ao Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) com os resultados da investigação, são apresentadas informações sobre como as colegas qualificam o comportamento da aluna Soldado feminina investigada. O documento informou que as alunas denunciantes do comportamento irregular da colega afirmaram que a investigada era “machorra e ladra”<sup>576</sup>; além disso, frequentava “locais impróprios, como a Sociedade

<sup>573</sup> SCOTT, J. *op cit*, Feminismo e..., 1996, p. 109-122. Disponível em: <hojasdewarmi8\_547\_021269\_3328\_pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2009.

<sup>574</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 4.

<sup>575</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 5.

<sup>576</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 4.

de Caça e Tiro [...], [apresentava] atitudes impróprias para uma mulher [...].”<sup>577</sup> Por suas atitudes, consideradas anormais, foi qualificada como “má companhia”<sup>578</sup>. Ao concluir o relatório sobre o comportamento da aluna investigada, os responsáveis pela investigação afirmam que “ela vive com uma mulher [...] [e] costuma mexer com mulheres na rua, assumindo um comportamento de homem, [...] [também percebido] pela sua maneira de andar, vestir, sentar e gestos”.<sup>579</sup>

O relatório institucional indica que a preocupação estava voltada para o comportamento da aluna, identificado pelas colegas como masculino. Uma mulher que assumia comportamento socialmente identificado como pertencente aos homens, rompia com a ideia de *natureza feminina*, norteadora da legislação institucional e provavelmente aceita por muitas mulheres da década de 1970. Vale lembrar que a legislação da Polícia Feminina, publicada no final do ano de 1979 – provavelmente motivada pelos fatos presentes nos dois processos citados –, justifica as diferenças exigidas às Policiais com base em uma construção de natureza feminina, definida pelas diferenças biológicas e psicológicas. Estas ideias também são localizadas no relatório enviado ao Comandante Geral no ano de 1986 com o objetivo de avaliar o emprego da Polícia Feminina na cidade de Ponta Grossa,<sup>580</sup> e nas monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê.<sup>581</sup>

Assim, a qualificação das atitudes das agentes institucionais pela legislação, pelas testemunhas e pelo juiz (Oficial responsável pelo processo), estabelece as

<sup>577</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979.

<sup>578</sup> *Loc cit*.

<sup>579</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 4.

<sup>580</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Estudo de Estado Maior n. 02/86**. Ponta Grossa, 5 de maio de 1986. (Arquivo do 1.º BPM).

<sup>581</sup> No ano de 1983 os autores justificam a diferença entre homens e mulheres na Polícia Militar a partir da força física e, principalmente, pelas características psicológicas próprias do sexo feminino: timidez, temor, altruísmo, resignação, sugestibilidade, afetuosidade, sensibilidade no trato social, etc. Para fortalecer seus argumentos, os autores citam o criminologista Oscar Tiradentes Costa, que utiliza fisiologia, anatomia e patologia para justificar as diferenças entre homens e mulheres. Os argumentos justificam as atividades femininas dentro da instituição, isto é, de caráter assistencialista. GRÉCIO, A.; ALCURE, N.; ARAUJO, V. **Análise do emprego da Polícia Militar Feminina no Policiamento Ostensivo Urbano de Curitiba**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 1983. p. 38- 39. No ano de 1993, outros autores utilizam a anatomia e a fisiologia para justificar as diferenças das atividades entre homens e mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná, ao questionar o artigo 5.º da Constituição Brasileira, conclui que os “fatores físicos e fisiológicos inerentes à condição feminina [...] são fatores comprovados cientificamente e devem ser levados em consideração.” EKERMANN, L.; ROMERO, W. **Ajustamento da Policial Feminina na Polícia Militar do Paraná**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 1993, p. 87.

fronteiras entre o normal e o anormal, mas também entre o feminino e o masculino e entre as próprias mulheres. Todavia, essas fronteiras não são fixas, pois baseiam-se em valores – boa conduta, boa índole, honra, bom comportamento, etc. – e atitudes – gestos, tom de voz, a postura, etc. – que a legislação não define, mas utiliza como indicadores de disciplina. Cabe aos vigilantes descrever e qualificar o comportamento observado e aos Oficiais pertence o poder de julgar e punir.

O fato de as duas alunas irem juntas ao banheiro se constitui em comportamento irregular, segundo a denúncia apresentada, porque uma delas apresentava um comportamento impróprio para uma mulher. As colegas qualificaram as atitudes dela como pertencentes ao comportamento masculino. Esse comportamento impróprio é caracterizado pelas formas de apresentação do corpo – o andar, o vestir, o sentar e os gestos – e por outros indícios como a admiração pela beleza feminina e uma postura autoritária, pois são atitudes que as testemunhas identificam como masculinas.

No decorrer do processo foram ouvidas treze (13) mulheres, das quais doze (12) como testemunhas e uma (01) como acusada e sindicada. Entre as testemunhas estão cinco (5) mulheres civis. Entre as militares (formadas ou em processo de formação) estava uma Sargento da Polícia Feminina e alunas do curso de Formação de Soldados da Polícia. A fala dessas mulheres – militares e civis – revela que elas atuam como reprodutoras de comportamentos ditos femininos, adotados no discurso institucional, bem como construtoras de um padrão de conduta feminino, reforçando um ideal historicamente construído que coloca o feminino como delicado, submisso e pertencente à esfera do privado.

A leitura cronológica das declarações permite perceber o posicionamento das testemunhas e quem são elas. Também permite observar que outros fatos sobre a vida da denunciada – o fim do noivado, a filha, a vida no orfanato, as acusações de furto, as suas amizades – foram vinculados à sua sexualidade na fala de algumas testemunhas.

As primeiras declarações que constam no processo foram prestadas antes da abertura da sindicância, mas foram constituídas nas primeiras declarações quando da abertura da sindicância. Porém, vale destacar que esses documentos não estão em ordem cronológica. As duas primeiras datam do dia 16 e a terceira do dia 11 de abril – um erro do responsável pelo processo ou uma decisão intencional.

Consta no processo que a instituição estava investigando o comportamento da aluna. Mas há um silêncio sobre que motivos influenciaram as três (03) testemunhas a buscar o departamento de investigação e relatar sobre o comportamento de uma de suas colegas. Porém, no final da declaração da primeira testemunha há indícios da convocação ter partido da Seção P/2 do Centro de Formação de Praças e de que o que motivou a investigação tenha sido um fato ocorrido em uma instrução de tiro, no início do mês de abril.

Na declaração prestada no dia 11 de abril, a jovem aluna de 18 anos, solteira, nascida em Loanda, no Estado do Paraná, relatou sobre um fato ocorrido no dia 7 de abril, durante a aula de tiro, no estande do quartel do Exército (20.º Batalhão de Infantaria Blindado), bem como sobre o comportamento da aluna investigada. Consta em sua declaração que, no local citado, a aluna investigada posou para fotos em “posição agachada [...]”<sup>582</sup> e usando roupas inadequadas. No processo estão anexas as fotos e um parecer técnico do material fotográfico. O parecer, com data do dia seguinte à abertura do processo, afirma que as fotos estão “completamente tremidas”<sup>583</sup> – mas, observando as imagens, verifica-se que elas impossibilitam a identificação das pessoas representadas, bem como as roupas que elas vestem.

Ao longo desse documento, produzido a partir da fala da declarante, é possível reconhecer a preocupação do Oficial em buscar informações sobre o comportamento da investigada, pois a partir das respostas se percebe que ele questiona a depoente sobre o assunto. Nas suas respostas contam as seguintes informações sobre a investigada: ela “costuma dar uma de mandona”<sup>584</sup>; formou laços de amizade com três ou quatro colegas – cita o nome de duas –, pois as demais “não gostam”<sup>585</sup> dela; ela demonstra má educação, pois tem o costume de “fazer caretas para os instrutores (por trás) e responde com palavrões suas colegas”<sup>586</sup>. Para concluir, afirmou a declarante, “que ainda não mandou revelar o filme [...], que entregará o mesmo, para evitar problemas.”<sup>587</sup>

Nessa declaração não há informações sobre a conduta sexual da aluna, objeto da investigação institucional. Essa característica é um indicativo que pode ter

<sup>582</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 8.

<sup>583</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 22.

<sup>584</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 8.

<sup>585</sup> *Loc cit*.

<sup>586</sup> *Loc cit*.

<sup>587</sup> *Loc cit*.

orientado a ordem das declarações na montagem do processo. No entanto, a declarante forneceu provas materiais do comportamento irregular da aluna investigada, pois mesmo pouco reveladoras as fotos foram incluídas como provas no processo.

Cinco dias depois da primeira declaração, compareceram à sala da P/2 outras duas jovens alunas do Curso de Formação de Soldado Feminino. A primeira declaração (considerando a ordem da organização dos documentos no processo) foi o depoimento de uma jovem aluna Soldado, de 21 anos de idade, solteira, nascida na cidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná. Ela afirma não se relacionar bem com a aluna sindicada. A maioria das colegas, prossegue a testemunha, também se afastou da sindicada, porque ela é “má companhia”<sup>588</sup>. Também informou que a aluna em questão frequenta lugares impróprios e vai ao banheiro em companhia de uma das alunas do Curso. Ao concluir sua declaração, ela apresenta outras informações sobre a vida da aluna que estava sendo investigada, afirmando que “no interior do Quartel [ela] não demonstra ser lésbica, [...] [mas] vive com uma Sra. de idade, a qual lhe fornece dinheiro, carro etc. caracterizando uma atitude suspeita; [...] tem jeito de homem, voz grossa [...] e que sempre essa aluna tem ar superior [...]”<sup>589</sup>.

Na segunda declaração também há uma preocupação com as informações sobre o comportamento da investigada, principalmente das suas atitudes qualificadas como pouco femininas ou masculinas. A jovem solteira, com 21 anos de idade e nascida em Xaxim, no Estado de Santa Catarina, declarou que a aluna investigada era “conhecida em Curitiba”<sup>590</sup>, por frequentar lugares impróprios para uma “pessoa de boa formação”<sup>591</sup>, como o lugar chamado Sociedade Caça e Tiro. Prossequindo sua declaração ela afirmou que

[...] a própria aluna dá a entender que é machorra, [...], que atualmente [...] mora com uma mulher, sendo que vivem como um casal normal; [...] costuma mexer com mulheres que passam pela rua, principalmente com assobios; [...] que não acha [a aluna] nem um pouco feminina, pois sua maneira de sentar, vestir, gestos, andar, não condizem como atitudes de uma mulher feminina.<sup>592</sup>

<sup>588</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 6.

<sup>589</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979.

<sup>590</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 7.

<sup>591</sup> *Loc cit*.

<sup>592</sup> *Loc cit*.

Ao longo da declaração, a testemunha cita nomes de várias mulheres e afirma que elas podem confirmar ser a investigada lésbica e ladra, termos presentes no documento. Nas duas últimas declarações citadas observa-se uma preocupação das jovens em qualificar as atitudes da aluna investigada como reveladoras de sua opção sexual. Comparando as informações dessas declarações com o conteúdo do relatório apresentado pelo Chefe da seção responsável pela investigação, constata-se que o documento é um resumo das informações apresentadas pelas declarantes e destaca o comportamento qualificado como irregular da mulher aluna.

Com base nas declarações, a instituição também classifica como irregular a conduta da aluna investigada, determinando a abertura da sindicância. A qualificação do comportamento da indiciada é justificada pelo fato de ela frequentar locais considerados impróprios e por apresentar atitudes masculinas no seu falar, na maneira de andar, nas roupas, entre outras características. A acusação de furto e o fato de ela ter uma filha foram informações colocadas em segundo plano dentro do processo. A preocupação da instituição foi comprovar a homossexualidade da acusada, pois se constituía em um comportamento impróprio para um Policial Militar.

No mesmo dia da abertura do procedimento administrativo compareceu para ser inquirida – apropriamo-nos aqui de um dos termos do título do documento do qual constam as informações declaradas pelas testemunhas –, a funcionária civil Chefe de Enfermagem do Hospital da Polícia Militar, citada por uma das declarantes anteriores. Em sua inquirição consta que a sindicada trabalhou no referido hospital e foi demitida por assediar funcionárias. Em sua declaração, a testemunha afirmou que

[...] de imediato observou o comportamento peculiar da sindicada, [que] adotava procedimentos esquisitos, tratando os homens de igual para igual, dando às mulheres atenção especial demonstrando comportamento masculinizado; que [...] passou a assediar a funcionária [...] (auxiliar de enfermagem) que resistia às suas investidas amorosas, que preveniu [...] sobre sua conduta pouco recomendável, avisando-a que seria obrigada a solicitar à direção do Hospital que a demitisse caso continuasse com seus arroubos amorosos homossexuais [...]<sup>593</sup>

No dia seguinte foi inquirida outra testemunha civil citada nas declarações anteriores. A quinta testemunha é uma jovem, assistente jurídica, nascida na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, a qual foi ouvida no local do seu trabalho, um

<sup>593</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.10.



escritório de advocacia no centro de Curitiba. Consta na sua declaração que ela conheceu a aluna sindicada no ano de 1977, quando cursava direito e residia com outras três estudantes. Naquele ano a aluna sindicada frequentou a sua residência e de lá sumiram alguns objetos. Porém, ela também informa que outras pessoas frequentavam a residência e não foi possível identificar a quem cabia a responsabilidade pelos furtos. No final do ano ela se mudou e não teve mais contato com a aluna.

No dia 26 de abril compareceu à Academia Policial Militar do Guatupê a sexta testemunha, uma mulher viúva, de cinquenta e dois (52) anos de idade, nascida na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, e residente no bairro Capanema, em Curitiba. Durante a inquirição dessa testemunha estiveram presentes na sala o Oficial Sindicante, a testemunha e duas Sargentos da Polícia Feminina, uma das quais citada nos autos. Todos os presentes assinaram o documento, indicando que aceitaram como verdade o texto produzido pela instituição, a partir da fala da testemunha.

Inquirida sobre os fatos da sindicância, a testemunha afirmou, diante dos presentes, que conhecia a aluna sindicada, declarando que esta e sua filha viviam em sua casa como pensionistas. No decorrer da declaração, há indicativos de que o sindicante fez perguntas sobre a conduta da sindicada – nos termos de inquirição desse processo não constam as questões que foram dirigidas às testemunhas e às outras pessoas ouvidas no processo. Assim, sobre a sexualidade da sindicada a testemunha declarou que

[...] soube através de outras pessoas da conduta irregular [da aluna], mas que nunca viu nada que pudesse comprometê-la, [...]; que não mantém nenhum contato de natureza homossexual com [a aluna], embora tenha sabido por intermédio de outras pessoas que existem rumores a respeito [...].<sup>594</sup>

Após essa afirmação ela confirmou conhecer uma 3.ª Sargento da Polícia Feminina e que essa lhe foi apresentada pela sindicada no dia 19, quando foram jantar no Restaurante Madalosso, em Santa Felicidade. Também informou que após o jantar foram ao bar Quatro Bicos e depois à casa noturna Babilônia, dois lugares que, assim como a Sociedade Caça e Tiro, foram qualificados pelo sindicante e testemunhas como impróprios para uma pessoa de boa conduta.

<sup>594</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.12.

Além dessas informações há outras sobre a vida familiar da sindicada, isto é, que o seu pai adotivo havia falecido recentemente e que durante sua infância ela viveu no Lar das Meninas, em Curitiba. Entre as outras informações sobre a vida da sindicada são citados o fato de ela ter um ex-noivo e uma filha com ele; o carro utilizado pela sindicada; suas amigas.

A presença de outras testemunhas ouvindo o depoimento citado é um procedimento que não existiu no outro processo. Esse posicionamento da instituição indica uma necessidade de vigiar a fala da testemunha, pois o sindicante já tinha o conhecimento de que uma das sargento seria citada por ela. Assim, ao convocar as outras testemunhas, a instituição já tinha conhecimento dos fatos e buscou construir uma verdade que legitimasse o comportamento da sindicada como irregular. As questões feitas às testemunhas, que estão ocultas no documento, indicam que o objetivo da instituição era que elas qualificassem o comportamento da sindicada como irregular. Assim, entre os nomes citados no relatório da seção de investigação, somente alguns figuram como testemunhas, indicando que a instituição utiliza a estratégia de vigilância e seleciona quais vigias desfrutarão do direito de terem suas falas transcritas no processo.

A sétima testemunha também foi ouvida no dia 26 de abril e era uma aluna Soldado de 25 anos, nascida na cidade de Curitiba. Em seu depoimento ela afirmou que a sindicada lhe confidenciou ser homossexual, que saiu com uma sargento da Polícia Feminina e outras duas mulheres. Segundo a testemunha, a acusada relatou que elas foram até uma casa noturna dedicada a “lésbicas, onde dançaram de rosto colado”<sup>595</sup> – referindo-se ao fato narrado na declaração da testemunha citada anteriormente. Ela também assegurou que a sindicada “não é boa companheira pois tem sido foco de discórdia entre as Alunas do Curso de Soldado.”<sup>596</sup>

No dia seguinte foi ouvida uma jovem aluna de 21 anos de idade, nascida na cidade de Curitiba, a qual inicialmente figurou como apresentando comportamento irregular, pois acompanhava a sindicada até o banheiro feminino. O termo de inquirição da oitava testemunha é curto, menos de meia folha de texto, e nele ela afirmou que mantinha

---

<sup>595</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.14.

<sup>596</sup> *Loc cit*.

[...] relacionamento de amizade com [a sindicada], mas somente dentro do aquartelamento, e em nenhuma ocasião encontrou com ela em outros locais; que nunca soube, ouviu ou suspeitou de que ela seja homossexual; que às vezes vão juntas ao banheiro para fumarem; que não sabe a origem das inscrições pornográficas aparecidas no sanitário do Pelotão Feminino; que não acredita que [a aluna sindicada] seja homossexual.<sup>597</sup>

A fala dessa testemunha indica uma estratégia de proteção, negando laços de amizade com a sindicada além do aquartelamento. Ao negar que a sindicada seja homossexual, ela impede que a instituição também a acuse de comportamento desviante. Considerando que o sindicante fez poucas perguntas para essa declarante, ela foi considerada uma testemunha de pouca importância para a construção da verdade sobre a sexualidade da sindicada.

Retornando aos “termos de inquirição de testemunhas”<sup>598</sup>, observamos a declaração da nona testemunha, também ouvida naquele dia 27. A jovem civil, com seus 24 anos de idade, nascida na cidade de Xaxim, no Estado de Santa Catarina, foi identificada como prima de uma aluna Soldado, ouvida em data de 16 de abril. Esse fato é um indício de que a sua fala traz informações parecidas com aquelas presentes na declaração da sua prima.

Ela relata que vivia em uma república com outras cinco (05) mulheres, local frequentado pela sindicada no ano de 1977. No final daquele ano a sindicada deixou de frequentar a república. O desaparecimento de objetos e dinheiro da residência e o comportamento da sindicada motivaram o afastamento. A testemunha afirmou ainda que a sindicada apresentava “comportamentos esquisitos”<sup>599</sup>, bem como “havia se declarado homossexual”<sup>600</sup>. Porém, a testemunha também assegurou que a sindicada manteve relações sexuais com três rapazes, frequentadores da república.

No dia 27 daquele mês foi ouvida em sua residência a décima testemunha, outra jovem civil, a estudante universitária de 22 anos de idade nascida na cidade de Videira, no Estado de Santa Catarina, também ex-moradora da república citada em inquirições anteriores. O texto do seu depoimento é curto, menos de uma folha, no qual ela alega não recordar como a sindicada começou a frequentar a república, de onde desapareceram joias, dinheiro e outros objetos, porém “não pode afirmar

<sup>597</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 15.

<sup>598</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 16.

<sup>599</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.16.

<sup>600</sup> *Loc cit*.

categoricamente que tenha sido [a aluna sindicada] ou outra pessoa; que também observara um comportamento muito liberal na sindicada, havendo suspeita e conversas de outras pessoas que [a sindicada] tinha uma vida irregular, inclusive com suspeita de comportamento homossexual, porém, nunca viram nada de concreto.”<sup>601</sup>

As informações contidas nas declarações da nona e da décima testemunhas, vinculam-nas a outras duas – a prima da aluna Soldado e a assistente jurídica. Comparando os quatro depoimentos, observa-se semelhanças, diferenças e contradições nas informações apresentadas pelas testemunhas. As quatro relatam sobre os objetos desaparecidos da residência, porém os meses em que o fato teria ocorrido são diferentes. A respeito do comportamento da sindicada, três fazem referência à homossexualidade. A aluna Soldado e a sua prima afirmaram ser a sindicada homossexual, mas a décima declarante informa que outras pessoas apontavam um comportamento irregular e supostamente homossexual, o qual a testemunha qualifica como liberal.

Nas falas das testemunhas orientadas pelas questões realizadas pelo Oficial Sindicante, a homossexualidade é identificada como um comportamento irregular. Nos textos da legislação da Polícia Militar do Estado do Paraná e da Polícia Feminina, não há referência à homossexualidade ou comportamento homossexual, conforme termo recorrente nas declarações. Isso indica que para a instituição Policial Militar uma vivência da sexualidade fora da heterossexualidade é um desvio de conduta. Além disso, a identidade da instituição militar é marcada por valores construtores de uma masculinidade hegemônica, que é viril, forte, corajosa, combatente, uma construção orientadora do posicionamento do Oficial Sindicante e das perguntas que ele fez às testemunhas.

A ideia de que a homossexualidade é comportamento irregular também norteou o documento assinado pela décima primeira testemunha. A Sargento da Polícia Feminina, solteira, com 23 anos de idade e nascida no município de Prudentópolis, no Estado do Paraná, era a responsável pelo Curso de Soldados Femininas do ano de 1979. Ouvida na Academia Policial Militar do Guatupê no último dia do mês de abril, seu depoimento é de três (03) folhas. Destaca-se a informação de que a testemunha admitiu ter conhecido a aluna sindicada no Curso

---

<sup>601</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 17.

de Soldados Femininas e algumas vezes aceitou carona da aluna. No dia 20 do mês de abril, no decorrer do caminho, a sindicada comentou que conhecia e frequentava casas noturnas de homossexuais em Curitiba. Essa data entra em contradição ao contido na declaração da sexta testemunha, que diz ter conhecido a Sargento no dia 19 de abril.

Essa contradição na data afeta toda a narrativa contida na declaração da testemunha, pois consta que a Sargento comunicou o Oficial Sindicante sobre o teor da conversa e foi orientada por ele a “investigar ao máximo o assunto, dando inclusive a entender que estava se deixando envolver [...]”.<sup>602</sup> O texto do depoimento indica que a Sargento saiu com a aluna sindicada e suas amigas em data posterior à conversa com o superior hierárquico, isto é, após o dia 21 do citado mês. Outro indício da manipulação das informações por parte da instituição.

Entre os vários detalhes narrados pela Sargento para descrever o passeio noturno – informações sobre o comportamento da sindicada, a descrição dos lugares visitados por elas, o comportamento dos frequentadores desses lugares, as roupas das pessoas, valores pagos e vários nomes citados –, vale selecionar algumas informações, como o fato de uma das amigas da sindicada ser identificada como aquela que “fazia o papel de homem”<sup>603</sup>, porque ela costumava agredir as suas namoradas.

Outros fatos destacados dizem respeito aos locais visitados pelo grupo de mulheres. Segundo informou a Policial Feminina, elas jantaram no Restaurante Madalosso, em Santa Felicidade, depois foram à “casa de tolerância Quatro Bicos”<sup>604</sup> e a uma casa noturna chamada Babilônia, localizada na Rua Desembargador Mota, próximo ao quartel do Corpo de Bombeiros, conforme consta no documento. Essa casa noturna, segundo testemunha, era frequentada por homossexuais e na saída a aluna sindicada conversou com um rapaz homossexual, “demonstrando conhecer profundamente o meio homossexual.”<sup>605</sup> A informação sobre a casa noturna, descrita como um lugar de homossexuais, e a afirmação de que a sindicada conversou com frequentadores, são tomados como qualificadores do comportamento anormal da aluna Soldado.

---

<sup>602</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 18.

<sup>603</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 18.

<sup>604</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 19.

<sup>605</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 20.

Os outros três termos de inquirição provêm das três alunas que prestaram as primeiras declarações. O fato novo presente nos três depoimentos é que todas afirmaram estar esclarecido o caso das alunas irem juntas ao banheiro. O objetivo delas era sair para fumar.

As declarações da sindicada foram ouvidas no dia 2 de maio na Academia Policial Militar do Guatupê. Estiveram presentes durante a sua fala o Oficial Sindicante e outros dois Oficiais, que figuram como testemunhas do depoimento. A jovem aluna, solteira, mãe e com 29 anos de idade, era a mais velha dentro do grupo de alunas Soldado e respondeu aos questionamentos sobre seu comportamento diante de três legítimos representantes do poder institucional. Como não há no processo esclarecimentos sobre a necessidade da presença dessas testemunhas na sala de inquirição, supõe-se ser uma estratégia empregada pela instituição para legitimar a declaração da sindicada.

No início do Termo de Perguntas à Sindicada, para citar a forma como a instituição nomeia a declaração, consta que ela viveu no Lar das Meninas e foi adotada por um homem, que havia falecido no início daquele ano. Ao longo da sua fala ela afirma que viveu com uma mulher por três meses, no ano de 1974, mas que após o fim do relacionamento ela reatou com seu noivo, com quem teve uma filha e “que ambos com espírito liberal concordaram em não se casar permanecendo [...] muito amigos.”<sup>606</sup> Também declara ter trabalhado no Hospital da Polícia Militar, local onde também atuava a mulher com quem conviveu, e nega ter agredido qualquer uma das funcionárias daquela instituição de saúde.

Prossegue a sindicada prestando informações sobre o desaparecimento de objetos da república citada em por outras testemunhas, assegurando ao Oficial Sindicante que “uma das meninas mantinha relações com um travesti [e] o levava à república[,] tendo o mesmo roubado os objetos [...]”.<sup>607</sup>

Sobre seu suposto envolvimento com a mulher proprietária da casa onde ela e sua filha vivem, declara que não mantém “relacionamento sexual”<sup>608</sup> com a proprietária da casa onde vive com sua filha e confirma que saiu com a Sargento e algumas amigas. Concluindo os esclarecimentos sobre a sua sexualidade e seus relacionamentos de amizade e amorosos, consta que a sindicada afirmou:

<sup>606</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 30

<sup>607</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.30.

<sup>608</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979.

[...] que não mantém e nem pretende manter relacionamento com mulheres na PMPR; que gosta de uma pessoa do aquartelamento, [a qual] é do sexo masculino, [...] assim como várias meninas do curso simpatizam com pessoas do aquartelamento; que não teve nenhum comportamento imoral [...], não tirou fotos em trajes menores, etc.; que sabe que é uma pessoa normal, não tem problemas psíquicos [...], que ligou-se à sua filha de forma total [...].<sup>609</sup>

Na sua fala, a sindicante declara que teve um relacionamento afetivo com uma mulher, mas se define como normal, utilizando os termos contidos no documento, e afirma gostar de homens, indicando que o homossexualismo era parte do seu passado e que no presente ela era heterossexual. Ao negar as acusações, ela qualifica seu comportamento como moralmente aceito e para fortalecer sua afirmação ela se define como uma mãe dedicada. Embora as falas das testemunhas e da sindicante indiquem que os relacionamentos amorosos, a sexualidade e a maternidade vivenciados pela sindicada estejam fora do ideal de comportamento feminino conservador, a preocupação central da instituição foi com a sua sexualidade, qualificada como desviante.

Ao longo dos depoimentos surgem contradições nas falas das testemunhas. Buscando esclarecê-las, o Oficial Sindicante solicita o comparecimento da sindicada, de duas testemunhas ouvidas em data anterior e de uma nova testemunha (a décima segunda) – todas alunas do Curso de Formação de Soldados Femininas –, para uma última seção de inquirição, que ocorreu no dia 3 de maio. Entre os pontos discordantes observados pelo sindicante estão as fotos da sindicada, o furto de objetos na república, as amizades da sindicada, os lugares frequentados por ela e a sua sexualidade.

O fato de a sindicada ter uma filha poderia ter sido utilizado no processo, pois a legislação da Polícia Feminina negava às mulheres com encargos familiares o ingresso na instituição. No entanto, este fato figura em segundo plano. O foco da instituição era comprovar que a sindicada apresenta comportamento homossexual. Para confirmar as falas das testemunhas, que afirmam ser a sindicada homossexual, o Oficial Sindicado solicitou um laudo ao Setor de Psicotécnico. Nesse documento são apresentadas as seguintes informações sobre a aluna sindicada:

<sup>609</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 31.

[...] trata-se de uma candidata do sexo feminino, com 28 anos de idade, solteira, possuindo uma filha de 3 anos de idade. Nos testes efetuados, apresenta fortes indícios de ter vivido experiências traumáticas, com traços de conflito sexual. [...] Somando aos seus traços de conflito sexual e sua condição de mãe solteira, vê-se à frente de uma pessoa que traz consigo certas reservas ao sexo oposto.<sup>610</sup>

Diante dessas afirmações, o Oficial Sindicante concluiu que a sindicada apresentava comportamento anormal. Esta constatação está no parecer conclusivo, um documento com três (03) folhas, encaminhado para o Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças no dia 8 de maio, no qual ele afirma que:

[...] [a sindicada] é fruto de uma ligação irregular, tendo sido após seu nascimento recolhida ao LAR DAS MENINAS [redação conforme o original] onde passou os primeiros anos de sua vida. Foi posteriormente adotada e criada por uma família, à qual não se integrou (sic) culminando com sua saída de casa, indo morar em companhia de uma moça de sua idade com quem passou a ter vida amorosa de natureza homossexual; viveram como amantes alguns meses até o retorno do namorado da Sindicada [...], com quem [...] manteve ligações amorosas culminadas com o nascimento de uma filha. Romperam então o relacionamento voltando [a sindicada] às atividades homossexuais. [...] Após o afastamento da República [ela] foi morar na casa da viúva cujo nome de guerra é [...], quarentona que lhe cede o carro para uso pessoal. Em [...] [quem] recaem sérias suspeitas de sustentar a Sindicada com o objetivo de mantê-la como parceira sexual; [...] [a sindicada] admitiu ter ido AO QUATRO BICOS [redação conforme o original] casa de tolerância já notória em todo o Paraná, [...] além de forma velada ter confidencialmente admitido que vive maritalmente com a Sindicada à [Sargento da Polícia Feminina] [...]. Ficou sobejamente comprovada a constante atitude e comportamento masculinizado da Sindicada, [...] levou a Sgt. e sua irmã, a pessoas e locais que não deixam nenhuma margem a dúvida sobre sua condição homossexual militante. Apresentou a Graduada a outros homossexuais, levou-a à casa de tolerância QUATRO BICOS e posteriormente à casa noturna BABILÔNIA [redação conforme o original] famosa por acolher homossexuais, onde [a sindicada] demonstrou ser frequentadora assídua, muito conhecida neste meio noturno; quis com isso a Sindicada comprometer de forma irremediável sua superiora hierárquica, com a possível intenção de obter dela favores e aceitação de sua condição de homossexual, e um posterior [...] em aceitar a iniciação de outras Policiais Femininas no métier. [...].<sup>611</sup>

Observa-se que a instituição constrói um discurso visando comprovar ser a aluna sindicada homossexual e que ela supostamente buscou comprometer o comportamento de uma superior hierárquica com o objetivo influenciar a sexualidade das outras Policiais Femininas, atingindo com seu ato a honra da superior hierárquica. A vida familiar antes do seu nascimento, a vida no orfanato e o fato de ela ser adotada, figuram como acontecimentos que a colocam à margem da

<sup>610</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.24.

<sup>611</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls.. 35-37.



normalidade. O posterior envolvimento amoroso com outra mulher antes do nascimento da filha; os lugares frequentados por ela; as suas atitudes qualificadas como masculinizadas; são informações ordenadas para comprovar que a sexualidade da aluna estava fora da norma.

Também vale destacar a utilização do termo homossexual pela instituição. No decorrer da citação ele é recorrente e utilizado como o significado de uma atividade que afeta a moral e os bons costumes. Encerrando seu parecer o Oficial afirmou que:

Os fatos constituem transgressão disciplinar de natureza grave, desonrosa, atentatória à moral e aos bons costumes, bem como ao pundonor militar. Salvo melhor juízo superior, sou de parecer que a Sindicada deve ser sumariamente excluída do efetivo da PMPR, a bem da moral, disciplina e do pundonor militar, servindo de exemplo tal medida a todos os Policiais Militares, e mais especificamente à Polícia Feminina.<sup>612</sup>

Na solução da Sindicância o Major Comandante do CFAP, além de reafirmar as conclusões apresentadas pelo Oficial Sindicante, afirma que a “sua continuada permanência nos quadros do CFSd Fem poderão colocar em risco toda a estrutura de formação pelo envolvimento que a mesma poderá gerar no âmbito da turma.”<sup>613</sup> Prossegue determinando que a Aluna Soldado Policial Feminina que tirou as fotos da sindicada seja presa por oito (08) dias, acusada de não ter informado ao superior a irregularidade presenciada, falta de atenção durante a instrução, atitudes que afetaram a honra pessoal, o pundonor militar e o decore da classe, conforme consta no documento.

Todavia, ao se considerar a legislação, outras testemunhas também poderiam ser punidas, pois quaisquer atitudes entendidas pelo Comandante como desonra pessoal e coletiva são passíveis de punição, principalmente no final da década de 1970, quando muitos Policiais masculinos viram a masculinidade institucional afetada com a presença de mulheres na instituição.

Conforme afirma Denise Portinari em seu estudo sobre homossexualidade feminina, “o discurso da homossexualidade feminina está sempre entremeado com pelo menos três outros: o discurso da feminilidade, o discurso da sexualidade e o

<sup>612</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 37.

<sup>613</sup> POLÍCIA... *op cit*, **Sindicância n. 062/79**. 1979, fls. 39.

discurso amoroso.”<sup>614</sup> Outro elemento importante na construção do discurso apresentado pela Polícia Militar são os lugares frequentados por pessoas que possuem um comportamento sexual anormal. Circular em lugares que socialmente pertencem às pessoas que vivem na margem da normalidade é um indicativo de comportamento desviante que afeta a honra da Polícia Feminina e da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Ambos os processos analisados julgam a honra das alunas. Ao serem consideradas como introdutoras da desonra na instituição elas são punidas com a exclusão, restituindo com essa pena a honra coletiva perdida. Os processos que julgam a honra se constituem uma encenação da honra – da disciplina e hierarquia institucional –, que constrói e reproduz diferenças, bem como estabelecem a homogeneidade – o padrão de comportamento de uma Policial Feminina.

Os processos contras as alunas Soldados da turma de 1979 também possibilitam identificar como as mulheres olham para as outras mulheres e as identificam e qualificam, colaborando com a instituição na reprodução de relações de poder de gênero e reforçando as diferenças generificadas. A permanência da legislação é um indicativo que muitas mulheres aceitam o padrão de comportamento feminino estabelecido pela instituição.

A punição é necessária para estabelecer e definir o que é a norma. Em 1979, a Policial Feminina é definida e o texto da legislação necessita ser identificado no corpo e no comportamento das mulheres constituídas em Policiais Femininas. A letra de lei deve ser lida nas atitudes do agente e as atitudes transgressoras são necessárias para afirmar a ordem e a disciplina, constituindo uma divisão que identifica e diferencia – o agente disciplinado do indisciplinado –, a mulher Policial Feminina e a mulher civil. Assim, os processos de sindicância são instrumentos necessários para a construção de uma identidade para a Policial Feminina diferente da identidade do Policial Militar.

Com o objetivo de afirmar a norma, a Polícia Militar do Estado do Paraná pune as transgressões – o anormal – e as punições disciplinares se constituem em ferramentas afirmadoras de um ideal de masculinidade e de feminilidade. O equilíbrio entre o feminino construído pela legislação e a identidade de miliciano das araucárias é o modelo de Policial Feminina – subordinada à instituição masculina;

---

<sup>614</sup> PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo; Brasiliense, 1989. p. 28.

designada para atividades historicamente femininas; possuidora de atitudes e valores identificadores de uma feminilidade conservadora.

Passados 20 anos, ao longo dos quais muitas mulheres Policiais foram punidas, a instituição puniu cinco (05) Policiais Femininas com prisão, com base no Código da Polícia Militar do Estado do Paraná, na Diretriz da Polícia Feminina e no Regulamento Disciplinar do Exército. As transgressões cometidas por elas foram qualificadas como ofensivas à moral, aos bons costumes, à honra pessoal, ao pundonor militar e ao decoro da classe. Mais uma vez as Policiais rompem com a normalidade e adotam atitudes contrárias ao padrão comportamental feminino estabelecido – Policiais solteiras não podem ter filhos.

Dos cinco (05) casos, foi localizada apenas uma sindicância instaurada após ter sido publicada a punição da Soldado, objetivando verificar o envolvimento de um aluno da Escola de Formação de Oficiais (ESFO) no fato. Com base nessa sindicância, é possível perceber determinadas permanências discursivas vinculadas ao comportamento da Policial Feminina. Ao longo dos anos que antecederam o fato, outras Policiais foram punidas por engravidarem sendo solteiras. A vivência na instituição permite saber que esses casos não foram únicos. Não existem os documentos institucionais sobre os outros casos, apenas a memória das mulheres envolvidas, as quais se sentem desconfortáveis em comentar os fatos.

Voltando aos documentos existentes, em data de 19 de maio de 1989 publicou-se no Boletim Interno da Companhia de Polícia Feminina a punição de uma das Policiais Femininas. Segundo o enquadramento disciplinar, apropriando-nos do termo que consta no documento, “por ter se comprometido irregularmente com encargos de família, [...] contrariando normas e regulamentos em vigência na PMPR, [...] fica presa por oito (08) dias, sendo um (01) em separado”.<sup>615</sup> Com a punição ela ingressou no comportamento mau – utilizamo-nos, novamente, do termo contido no documento – e foi advertida a melhorá-lo, pois caso fosse punida por outra transgressão grave, seria submetida à Comissão de Sindicância, que deveria então analisar se ela permaneceria na instituição ou seria excluída.<sup>616</sup>

No dia 24 do mesmo mês a Soldado Policial Feminina encaminhou um requerimento ao Comando da Companhia de Polícia Feminina, naquele momento ocupado por uma Oficial Tenente do Quadro de Oficiais Feminino, solicitando que

<sup>615</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Documento n. 21.825**. Arquivo da PMPR, fls.1.

<sup>616</sup> POLÍCIA... *op cit.* **Documento n. 21.825**. Arquivo da PMPR, fls.1.

fosse reconsiderada a punição que lhe fora imposta. Em resposta ao documento, a Comandante da Companhia de Polícia Feminina apresenta a seguinte decisão:

Indefiro, face a postulante ser conhecedora das normas, leis e diretriz em vigor na PMPR. [...] ‘todas as ações ou omissões [...] que afetem a honra pessoal [...] e o decoro da classe e outras prescrições estabelecidas no Estatuto dos Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra normas e ordens de serviço emanadas de autoridade competente’. Consta da Diretriz n. 076/79 Finalidade e Emprego da Polícia Militar Feminina [...], que ‘comprometer-se irregularmente com encargos de família, principalmente sendo solteira’ constitui transgressão disciplinar passível de punição. Consta ainda no Anexo I do [RDE] no n. 7 ‘Deixar de cumprir ou fazer cumprir norma regulamentar na esfera de suas atribuições’. Consta na Lei n. 1943/54 – Código da PMPR – em seu art. 102 [...] ‘zelar pela honra e reputação da classe, observando com exatidão seus deveres para com a sociedade’. Quanto ao invocar a Constituição Art. 5.º [...] ‘Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição’, não arranhamos o direito citado, cumprindo tão somente o que nos cabe a respeito da conduta das subordinadas [...]. Quanto a inviolabilidade da vida privada e da intimidade [...], lembramos que o ato em pauta não fere a intimidade por ter sido a Requerente enquadrada por transgredir norma em vigor, através de atos e consequências de conhecimento público [...]. Trata-se de uma opção pessoal conforme cita, porém, por ser militar, por ter ciência que a PMPR e em outras Organizações Militares isto não é permitido, havendo de fazer a opção: ou estar regularizada com os deveres sociais ou exercer todos os direitos assegurados aos indivíduos em geral na vida civil, visto que todos os militares estão sujeitos a um Regulamento, além das leis normais que todo cidadão se subordina [...].<sup>617</sup>

Diferentemente dos processos anteriores, nos quais as falas das testemunhas são utilizadas para construir um discurso que julga e condena o comportamento das sindicadas, neste caso o texto da legislação é que deu legitimidade à punição. O contexto político do País força a instituição a se adaptar e buscar na legislação os argumentos discursivos construtores da normalidade. Para a Polícia Feminina, uma Policial solteira e mãe é anormal, pois afeta a honra institucional e o ideal de comportamento feminino.

Além da punição formal, a instituição utiliza também outras formas de punição, como a transferência de uma unidade militar para outra. As fontes não possibilitam afirmar que essa atitude institucional está vinculada ao caso analisado, mas a policial transgressora foi transferida da Companhia de Polícia Feminina para o Hospital da Polícia Militar no dia 26 de maio.

Vale destacar que a Sindicância foi um procedimento solicitado pelo Comandante da Escola de Formação de Oficiais e ocorreu paralelamente ao

<sup>617</sup> POLÍCIA... *op cit.* Documento n. 21.825. Arquivo da PMPR, fls.1-2.

juízo do comportamento da Soldado realizado pela Comandante da Companhia de Polícia Feminina. Assim, no dia 16 de março do ano de 1989, o Comandante da Escola de Formação de Oficiais (EsFO) encaminhou ao Subcomandante da Academia Policial Militar do Guatupê um documento informando sobre o suposto envolvimento de um aluno do Curso de Formação de Oficiais (CFO) com uma Soldado da Companhia de Polícia Feminina, relacionamento que resultou na gravidez da Policial. Diante dos fatos apresentados, ele solicitou a abertura de procedimento administrativo, conforme consta na Parte n. 010, a qual passou a compor o processo.<sup>618</sup>

No dia 17 de março a Policial prestou declarações ao Oficial encarregado do processo e afirmou que conhecia o Aluno Oficial e que ele foi seu namorado, e que o relacionamento não resultou em gravidez, mas que ao saber que estava grávida rompeu o relacionamento com seu namorado, pois estava grávida de um homem desconhecido, com quem teve relações em uma viagem. Prossegue a Policial afirmando que a sua família tem conhecimento do fato e ela assumiu sozinha a responsabilidade pela gravidez.<sup>619</sup>

No dia 23 de março, prestou declarações o aluno Oficial e ele afirmou que foi noivo da Soldado da Polícia Feminina, mas que rompeu o relacionamento após ser informado pela noiva que ela estava grávida. Também afirmou o declarante que “em momento algum teve relacionamento mais íntimo”<sup>620</sup> com a noiva.

No dia 30 de maio a Policial prestou novas declarações, pois se nota uma preocupação do Oficial responsável em ter mais informações sobre a viagem e o homem que ela conheceu, que afirmava ser o pai do seu filho. No documento, foi destacado o fato de a Sindcada viajar sozinha – desacompanhada dos pais e do noivo – e a omissão por parte da sindicada do nome do homem com qual se relacionou na viagem para Guaratuba. Mais uma vez ela afirmou que após a confirmação da gravidez informou o noivo, que rompeu o noivado e que ele não é o responsável pela gravidez. No mesmo dia, o aluno Oficial prestou novo depoimento, porém somente confirmou o que já havia falado anteriormente.

A partir das declarações dos dois depoentes, verifica-se que a instituição tem preocupação com a vida privada dos Policiais. O fato de o aluno Oficial afirmar

<sup>618</sup> POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, fls.04.

<sup>619</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, 1989, fls. 05.

<sup>620</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, 1989, fls. 06.

que não manteve relações sexuais com a Policial, indica que a sexualidade dos alunos Oficiais é uma preocupação da instituição. A disciplina militar que orienta a ordem institucional objetiva controlar a intimidade dos agentes, embora isso só seja possível com o olhar e a denúncia de colegas e pessoas de fora da instituição, que informam sobre as práticas dos Policiais na vida privada – família, amigos, sexualidade, lazer etc.

A preocupação em anexar ao processo uma cópia da ficha funcional da sindicada é uma prova material do comportamento da Policial identificado pela instituição, bem como a comprovação de que ela já havia sido punida pela transgressão investigada na sindicância, pois em sua ficha constava que a punição pela gravidez foi publicada no Boletim da Companhia de Polícia Feminina no dia 19 de maio.

No dia 5 de junho, a conclusão da sindicância, que inicialmente objetivava julgar o envolvimento do aluno Oficial com a Soldado da Companhia de Polícia Feminina, resultou em um novo julgamento da Policial, conforme se constata na conclusão do processo, “a presente Sindicância foi instaurada para se apurar as circunstâncias que resultaram na gravidez da Sindicada, [...], bem como o possível envolvimento do Al. Of. [...] para a ocorrência da gestação.”<sup>621</sup> Mesmo tendo conhecimento da punição da Policial e tendo ela esclarecido que o aluno Oficial não era o responsável pela sua gravidez, a instituição condenou mais um vez a Soldado e o posicionamento do Oficial Sindicante foi legitimado pela referência à legislação da Polícia Feminina e do Regulamento Disciplinar do Exército. Assim, a instituição reafirma o padrão de conduta construído no final da década de 1970.<sup>622</sup>

Com base nas alegações da sindicada, que cita a Constituição, o Oficial encarregado afirma que o direito à maternidade não está acima da honra institucional. Segundo ele:

[...] é certo que a Constituição Federal ampara o direito à maternidade, no entanto, dadas as peculiaridades da vida militar este direito é limitado, como são vários outros, pois seu exercício irregular irá repercutir em comentários desrespeitosos por parte da sociedade, que sempre tende a generalizar um comportamento que é exceção em entidades públicas tão visadas, [...]. Por outro lado existe o ônus sofrido pelo serviço de policiamento e a sobrecarga das demais Policiais Femininas no seu trabalho devido a uma gravidez impensada, pois métodos anticoncepcionais existem. A vida particular dos

<sup>621</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, 1989, fls. 15.

<sup>622</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, fls. 1989, fls. 16-17.

Policiais Militares não importa à Corporação, desde que não venha a ser prejudicada por condutas individuais irregulares, sendo o que ocorreu no presente caso.

Assim, a Sindicada cometeu transgressão disciplinar, no entanto a mesma já foi punida por tal falta, considerada grave, [...]. Vê-se desta forma que a Sindicante já foi punida exemplarmente pela Oficial Comandante da Companhia de Polícia Feminina, não havendo qualquer outro fato que leve a nova punição.<sup>623</sup>

A instituição, possuidora de uma identidade coletiva masculina, posiciona-se e expressa-se por meio dos Oficiais designados a representá-la. São eles os juízes da conduta das mulheres da instituição e os encarregados de preservar o ideal de feminilidade institucional, atualizando ideias que associam o feminino à pureza e à subordinação ao masculino. A gravidez de uma Policial solteira afeta a honra institucional e, considerando as afirmações do Oficial, a gravidez de qualquer Policial Feminina é qualificada como um problema para a instituição e um fardo para as Policiais Femininas não grávidas. Mais uma vez, a instituição apresenta em seu discurso a necessidade de controlar a sexualidade das Policiais Femininas.

Para concluir o parecer final, o Sindicante qualificou a Soldado como transgressora, porém destaca que ela fora punida exemplarmente pela Comandante da Companhia de Polícia Feminina e que não foram apresentados novos fatos para outra punição, ficando estabelecida a punição aplicada no mês de maio. No dia 14 de junho o Comandante Geral solicitou o arquivamento da sindicância, após assinar e concordar com o parecer final.

Todavia, no dia 16 de junho, vários jornais do Paraná e dois de São Paulo publicam matérias sobre a punição das Policiais paranaenses. Em consulta ao arquivo do Museu da Polícia Militar foram localizados vários recortes de jornais sobre a punição das grávidas<sup>624</sup>. As matérias revelam que ocorreu uma intervenção de representantes do Conselho da Condição Feminina do Paraná em defesa dos direitos das Policiais.

No dia 23 de junho publicou-se o resultado de um novo recurso protocolado pela Policial, no qual solicitou revisão da sua punição. Em resposta, o Comandante

<sup>623</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Sindicância n. 024/89**, Parte nº 010. Arquivo da PMPR, 1989, fls. 17.

<sup>624</sup> CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, sexta-feira 16 de junho de 1989. JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, terça-feira, 10 de junho. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, sexta-feira 16 de junho de 1989. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, sexta-feira 16 de junho de 1989. JORNAL DO ESTADO. Curitiba, sexta-feira 16 de junho de 1989. FOLHA DE LONDRINA. Londrina, sexta-feira 16 de junho de 1989. GAZETA DO POVO. Curitiba, sexta-feira 16 de junho de 1989. GAZETA DO POVO, Curitiba, terça-feira, 20 de junho de 1989. JORNAL DO ESTADO. Curitiba, terça-feira 20 de junho de 1989.

do Comando de Policiamento da Capital (CPC) – ao qual estava subordinada a Companhia de Polícia Feminina – manteve o indeferimento, concordando com a decisão da Comandante da Companhia de Polícia Feminina publicada no mês de maio, alegando que a Soldado não apresentou argumentos ou provas que possibilitassem alterar a punição. Em uma nova tentativa, a Policial encaminhou ao Comandante Geral da Polícia Militar uma solicitação de revisão na punição. No dia 3 de julho, o pedido foi deferido e o Comandante solicitou a reformulação dos atos administrativos, anulando a punição imposta à Policial. Em abril do ano seguinte a Policial solicitou a sua exclusão da Polícia Militar, com o objetivo de exercer a atividade de bancária, conforme consta em documento consultado.

Considerando que, no dia 14 de junho, o Comandante Geral concordou com a punição da Soldado – oito (08) dias de prisão, sendo um (01) em separado – e que no dia 16 daquele mês a imprensa divulgou a punição aplicada pela instituição à Soldado sindicada e às demais colegas que foram punidas por terem cometido o mesmo ato desviante, o novo posicionamento do Comandante Geral, publicado no dia 3 de julho, foi influenciado por movimentos externos à instituição. Assim, os posicionamentos da mídia e do Conselho da Condição Feminina do Paraná interferiram na decisão do Comandante Geral, o qual tornou inválidas as condenações da Comandante da Companhia da Polícia Feminina e o parecer da sindicância.

Observando o processo de 1989, verifica-se que a Policial fora punida antes da abertura da sindicância, a qual só foi instaurada porque um aluno da Escola de Oficiais foi envolvido no fato. Caso o aluno realmente fosse identificado como responsável pela gravidez, ele poderia ser excluído a bem da disciplina. A legislação da Escola de Oficiais na década de 1980 impedia os alunos de se casarem e terem filhos. Conforme consta, ser solteiro era um dos requisitos para ingressar na carreira, bem como “estar em condições tais de ambiente social e doméstico, que não colidam com as atribuições e deveres impostos aos Oficiais [...], comprovado mediante entrevista e investigação social.”<sup>625</sup>

O padrão de conduta exigido aos alunos da Escola de Oficiais da Polícia Militar é norteador da construção e reprodução do ideal de honra masculino da instituição, pois a escola é formadora dos legítimos herdeiros da herança deixada

---

<sup>625</sup> POLÍCIA..., *op cit*, **Boletim Geral n. 219**, 1983.



pelos heróis. Ao julgarem os processos, os Oficiais se afirmam como guardiães da honra institucional e seus herdeiros, portadores de uma honra que lhes permite qualificar as atitudes dos agentes. Assim, as mulheres Oficiais, mesmo sendo isso uma contradição dentro da ordem institucional, tornam-se herdeiras da honra institucional e da honra feminina, portadoras do poder de qualificar e julgar comportamentos. Ao assumirem o padrão estabelecido para o comportamento feminino elas ganham reconhecimento junto à instituição e afirmam seu poder de guardiães da tradição institucional.

A definição na legislação e nos processos de padrões de comportamento constrói e reproduz diferenças e identidades, entre Policial Militar e Policial Feminina, para usar as nomenclaturas recorrentes nos documentos institucionais, e entre as mulheres. Estabelecem-se relações de poder entre masculino – ideal institucional – e feminino ideal, bem como entre as feminilidades constituídas nas experiências, revelando contradições entre o comportamento das mulheres que ingressaram na Polícia Feminina e o ideal construído pela Polícia Militar.

A disciplina se constitui uma ferramenta que instaura a ordem e utiliza a contradição e a diferença para delimitar as fronteiras entre o masculino e o feminino, o civil e o militar, a moral e o imoral, o normal e o anormal, mas também demarca fronteiras entre os femininos e os masculinos que constituem a instituição. Ao encenar o processo de punição, a instituição afirma seu poder de definir o comportamento padrão que deve ser assumido pelos agentes institucionais. A finalidade principal dos processos disciplinares não é a punição de todos os agentes transgressores, mas constituir um comportamento ideal e uma rede permanente de vigilância, que estabelecem relações de poder entre o masculino e o feminino, bem como entre os masculinos e os femininos dentro da instituição.

O comportamento desviante dos agentes (mulheres e homens) afetava a honra institucional. Nos casos analisados, a honra institucional foi afetada pelo comportamento de mulheres que rompem com o modelo ideal de feminino – instinto materno, pureza, delicadeza, sensibilidade – e vivem sua sexualidade de forma diferente da esperada pela instituição, que estava restrita às relações heterossexuais e ao casamento.

Punir o transgressor é a ferramenta utilizada pela instituição para manter a disciplina e a ordem institucional, mas principalmente para afirmar um padrão de comportamento. O poder simbólico de interpretar o texto da lei e enquadrar as ações

dos agentes como disciplinadas e indisciplinadas pertence àqueles que ocupam determinadas posições na hierarquia institucional. O poder de condenar ou absolver pertence aos superiores hierárquicos do transgressor, enquanto o poder de informar as transgressões cometidas pelos militares pertence aos próprios militares e também aos civis.

Assim, a subjetividade nos julgamentos estabelece diferentes posicionamentos sobre a sexualidade dos agentes, principalmente das Policiais Femininas, pois trata-se de uma ordem que está sendo construída e instaura uma contradição dentro da instituição militar – a história, os heróis, a legislação legitima a ordem masculina e a Polícia Feminina não pertence a essa ordem, é uma contradição dentro da Polícia Militar. A contradição e as fronteiras indefinidas são parte do processo de constituição da Polícia Feminina, do lugar da Polícia Feminina na instituição e da construção do comportamento da Policial Feminina, o qual também estabelece relações de poder entre mulheres – entre as Policiais, bem como entre estas e as outras mulheres.

O posicionamento da instituição no que se refere à conduta das mulheres Policiais recria uma ordem tradicional que vincula a sexualidade feminina à honra masculina; no caso, a honra institucional. Enquanto a punição aplicada às transgressoras legitima o poder masculino e a submissão feminina, as críticas ao comportamento de algumas mulheres citadas pelas testemunhas revelam que elas constituem suas identidades e experiências femininas de forma diferente do padrão estabelecido pela instituição, e indicam que as mulheres que se identificam como possuidoras de um comportamento feminino adequado consideram-se possuidoras do direito de julgar e qualificar outras vivências da feminilidade. Assim, elas se julgam portadoras de uma superioridade que lhes permite denunciar e qualificar o diferente como inadequado, imoral, vergonhoso e desviante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui hoje terminam estas viagens  
nas quais me acompanhastes  
através da noite e do dia  
e do mar e do homem.  
De tudo quanto vos disse...  
Vale muito mais a vida.  
**[Pablo Neruda]**

Ao longo desta tese, a construção da Polícia Feminina no Estado do Paraná foi apresentada como um processo relacional, pois a identidade de policial feminina foi constituída vinculada a uma herança institucional, isto é, uma história que está inscrita em corpos de homens e em corpos simbólicos, que identifica o policial militar e a instituição – uma identidade que tende a ocultar as diferentes masculinidades presentes na ordem institucional –; mas também, vinculada a um ideal de feminilidade, às experiências de outras polícias – na criação e organização de polícias femininas –, às diferentes vivências da feminilidade pelas mulheres que ingressam na Polícia Feminina e ao contexto político nacional – transição da ditadura militar para a democracia e políticas de gênero. Trata-se de um processo marcado por contradições, adaptações, reproduções e constituição de diferentes identidades de gênero, bem como por relações de poder entre as masculinidades, entre as feminilidades e entre o masculino e o feminino.

Portanto, a problematização da construção da Polícia Feminina permitiu observar que a criação de um lugar, ou melhor, de um espaço da Polícia Feminina, entendendo que o espaço é constituído pelo movimento. É nele que se definem as igualdades e as diferenças entre o feminino e o masculino e entre as feminilidades. Ao definir um espaço feminino, a Polícia Militar do Estado do Paraná reproduziu uma divisão histórica entre masculino e feminino. Ao estabelecer a diferença entre a Polícia Feminina e a Polícia Militar – cujas fronteiras não são claras, pois em alguns momentos as mulheres policiais são policiais militares e em outros são policiais femininas –, subordinando o feminino ao masculino, mas também subordinando policiais militares às policiais femininas que ocupam posições superiores na hierarquia, estabeleceram-se complexas relações de poder, de tal modo que a Polícia Feminina é uma instituição dentro de outra instituição, com fronteiras fluidas e indefinidas. Os símbolos, a hierarquia, a nomenclatura, o quartel feminino, as

atividades destinadas à policial feminina e o comportamento feminino exigido para uma mulher policial, foram definidos pela legislação elaborada para nortear a construção da Polícia Feminina e das suas agentes, marcando a diferença e estabelecendo as fronteiras entre os pertencentes aos quadros da Polícia Militar e da Polícia Feminina.

Ao constituir esse espaço feminino diferente do masculino, mas vinculado a ele, a instituição reproduz um modelo de organização presente em outras polícias, entre as quais a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Os estudos sobre a presença de mulheres em instituições policiais no México, nos Estados Unidos, no Reino Unido, entre outros países citados ao longo desta tese, indicam que neles também foi constituída uma divisão entre o feminino e o masculino, caracterizada pela existência de uma hierarquia feminina diferente da masculina, bem como de unidades ou departamentos de polícia feminina separados dos masculinos e com funções específicas vinculadas ao cuidado e à proteção de determinadas categorias – mulheres, crianças, jovens e idosos. Portanto, entre 1977 e 2000, as mulheres não ingressavam na Polícia Militar do Estado do Paraná, mas na Polícia Feminina, um espaço indefinido entre a ordem institucional e a margem.

Ao definir uma identidade e um lugar para a policial feminina, a instituição policial militar afirma a identidade institucional – caracterizada por um ideal de masculinidade que tende a ocultar a múltiplas masculinidades constituídas pela hierarquia e pela honra – ao excluir as policiais do quadro hierárquico de combatentes e das atividades que a instituição identificou como pertencentes aos homens e identificadoras do ideal de honra e de policial militar. Assim, foram necessários mais de duas décadas de tensões e contradições entre múltiplas identidades para que as mulheres policiais fossem incluídas na Polícia Militar, isto é, para que elas fossem reconhecidas e identificadas como policiais militares e assumissem posições na hierarquia da instituição policial, pois, antes de 2000, as mulheres pertenciam à hierarquia da Polícia Feminina.

Voltando o olhar para os motivos que moveram a Polícia Militar a criar a Polícia Feminina, observou-se que o contexto marcado pela abertura política, por políticas de gênero e pela preocupação da instituição com a sua imagem, permite ao Comandante da PMPR idealizar a unidade de Polícia Feminina. Portanto, a finalidade da presença de mulheres na instituição policial militar paranaense estava vinculada à imagem que a sociedade tinha da polícia, pois considerando a legislação

da Polícia Feminina, constata-se que os redatores construíram um ideal de policial feminina a partir de um ideal de feminilidade e de argumentos essencialistas. Ao justificar a necessidade de atividades específicas para as mulheres policiais, a legislação utiliza o argumento da existência de uma natureza feminina para estabelecer a diferença, o que indica que a Polícia Militar e o Estado do Paraná não concebiam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois julgavam as diferenças entre os sexos como naturais e definidoras dos papéis dos sexos nas instituições.

Os argumentos essencialistas também norteiam a construção da identidade de militar, a qual vincula a masculinidade aos homens. Atualmente, a maioria das forças armadas não aceita os homossexuais e ideias de honra militar e de vida militar são utilizadas para justificar a exclusão. Todavia, quem usa esses argumentos identifica tais valores como pertencentes a uma essência identificadora do militar. Essa é uma questão que necessita ser explorada pelos estudos de gênero em instituições militares, pois os argumentos da existência de uma essência feminina, por si, apontam para a crença em uma natureza masculina identificadora do militar. A força, a coragem, a bravura, a violência são valores apresentados nos discursos militares como permanentes, de tal forma que são significados como pertencentes ao sexo masculino.

Portanto, analisar a construção da concepção de honra nas instituições militares é central para compreender as identidades dos agentes e a identidade institucional no século XXI. A visibilidade da honra diante dos agentes e dos outros legitima o poder e os valores institucionais, norteando a constituição de identidades e de relações de poder entre elas. Dessa forma, o controle sobre os corpos e o comportamento dos agentes institucionais é uma característica das instituições militares.

Na Polícia Militar do Estado do Paraná, com a extinção da Polícia Feminina, a legislação dirigida ao controle do comportamento feminino também é extinta. Porém, as diferenças entre o padrão de comportamento exigido para praças e oficiais permanecem. Atualmente, na Polícia Militar do Estado do Paraná, a legislação que regulamenta o ingresso de alunos na Escola de Oficiais exige que os candidatos e as candidatas sejam solteiros(as), não tenham filhos e não vivam em união estável, bem como possuam comprovada moralidade. Para o ingresso como praças, é exigido bom comportamento moral e social. Estas informações indicam a

existência de diferenças entre as identidades de oficiais e praças, as quais estão vinculadas ao controle do comportamento e da sexualidade dos agentes.

Os documentos analisados nesta tese permitiram perceber que a identidade institucional tende a ser apresentada como imutável e vinculadas a ela formam-se as identidades dos agentes. A contradição, a diferença, a igualdade, a tradição e o gênero constituem a(s) identidade(s) militar(es), que são construções discursivas que estabelecem relações de poder e orientam subjetividades. Assim, as instituições militares são objetos que permitem múltiplas indagações aos historiadores, principalmente no que se refere aos estudos de gênero.

Ao concluir esta tese, observou-se que surgiram ao longo da análise diversas possibilidades de pesquisa. A diferença entre as identidades de praças e oficiais, bem como um estudo mais detalhado da padronização do visual do militar é uma investigação a ser realizada. Também é importante um estudo sobre a formação dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, analisando os regulamentos, as grades curriculares e os processos disciplinares ao longo da segunda metade do século XX, pois a primeira turma de oficiais da instituição é do ano de 1953. Considerando que o oficial é o guardião dos valores, das virtudes e da identidade institucional, bem como aquele que tem o poder de redigir as normas e os regulamentos, um olhar sobre a formação é importante para compreensão das masculinidades na instituição.

O estudo comparativo entre as punições das praças masculinas e das femininas é outra possibilidade, pois permitiria aprofundar as reflexões sobre as diferenças entre a masculinidade e feminilidade no espaço institucional. O perfil e a origem das praças (homens e mulheres) que ingressaram na instituição é outra questão a ser investigada. Considerando que, no início do século XX, as instituições armadas eram lugares identificados com a marginalidade, observar o perfil dos agentes, verificando o local de nascimento e a cidade onde ingressaram na polícia pode ser um dos indicativos de que a profissão é desprestigiada entre as pessoas das localidades sedes das unidades. Como exemplo, tem-se o já mencionado primeiro pelotão de Polícia Feminina do ano de 1977, o qual foi composto por quarenta e duas (42) mulheres, das quais apenas quatorze (14) eram de Curitiba e as demais de outras cidades, bem como o pelotão de Polícia Feminina de Londrina do ano de 1982, com trinta e duas (32) mulheres, sendo somente oito (08) dessa cidade.

Voltando-se o olhar para as Ordens do Dia, percebe-se uma aproximação entre as idéias presentes na Escola Superior de Guerra e na Polícia Militar do Estado do Paraná, principalmente ao se considerar as solenidades em homenagem às vítimas do comunismo, utilizando termo que consta em documentos consultados e no livro de Orlando Xavier Pompo, Coronel policial militar paranaense, publicado no ano de 1950.<sup>626</sup> Um estudo que analise as orientações presentes nos Manuais da Escola Superior de Guerra e o ensino na Escola de Oficiais de Polícia Militar permitiria constatar a existência de um alinhamento dos discursos de ambas as instituições.

Também vale a pena investigar a influência das técnicas militares do Exército e da Polícia Francesa na Polícia Militar do Estado do Paraná, pois, no museu da instituição, foram localizados livros de técnicas militares em francês, com data do início do século XX.

Estas possibilidades de estudo são algumas dentre outras possíveis, as quais indicam que as instituições Polícia Militar do Estado do Paraná e Polícia Feminina do Paraná são objetos abertos a diferentes análises.

---

<sup>626</sup> POMBO, O. **Imunização Ideológica**. Curitiba, Paraná, 1950.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, P. T. **Célia**: ensayo para uma biografia. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2004.
- ALVAREZ, S. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 315-380.
- AMPARÁN, A. C. **Sociología de la identidad**. México: Universidad Metropolitana/Miguel Ángel Perrúa, 2002.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ARAGON, L. G.; LEON, M.; VIVEROS, M. **Género e identidad**: ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá, Colômbia: TM editores, Ediciones Uniandes, 1995.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-310.
- BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BARTHS, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.
- BEATTIE, P. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, C; IZECKSON, V.; KRAAY, H. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 269-299.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: 1. fatos e mitos. 11.<sup>a</sup> Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945). In. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, 13(3): 314-321, 2005.
- BONINO, Luis. Masculinidad hegemônica e identidad masculina. **Dossiers feministes** - Masculinitats: mites, de/construccions i mascarades, n. 67, 2002, p. 07-36.
- BOTELLO, Nelson Artega. El trabajo de las mujeres policías. **El Cotidiano**, México, vol. 16, n. 101, p. 74-83. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32510107>>. Acesso em: 02 nov 2009.



BOTELLO, Nelson Artega. El trabajo de las mujeres policías. **El Cotidiano**, México, vol. 16, nº 101, p. 74-83. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=32510107>>. Acesso em: 02 nov 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papiros, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para a teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BROWN, J. Integrating women into policing: a comparative European perspective. In: PAGON, Milan. **Policing in Central and Eastern Europe**: Comparing firsthand knowledge with experience from the West. Ljubljana, Slovenia: 1996. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/policing/contents.html>>. Acesso em: 10/08/2008.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; VARGAS, Monica M. (org.) **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994, p. 63-93.

BRUSCHINI, C.; LOMBARD, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: p.157-196.

CABRERA, M. A. Lenguaje, experiencia e identidad. La contribución de Joan Scott a la renovación teórica de los estudios históricos. BORDERIAS, C. **Joan Scott y las políticas de la História**. Barcelona: Editora Icaria, 2006, p. 233-258.

CALAZANS, M. E. de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Programa de Mestrado em Psicologia, UFRG, Porto Alegre, 2003.

CAPPELLE, M. C. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais. Doutorado em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CANÇADO, A. **Majestades da Cidade Princesa**: concurso rainha da soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980). Curitiba, 2008. Tese, Curso de Pós Graduação em História UFPR, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/15963>>. Acesso em 20 nov 2009.

CARIE, R. **A mulher militar**: das origens aos nossos dias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CARREIRAS, H. **Gender and the military**: a comparative study of the participation of women in the Armed Forces of Western Democracies. Thesis. Department of Political and Social Sciences. European University Institute, Florence, 2004.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, C. **Os militares e a república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO, C. **Os Militares e a Republica**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.200.

CASTRO, C. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, C; IZECKSON, V.; KRAAY, H. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C. Democracia e Forças Armadas no Brasil da Nova República: balanço de uma pesquisa. In: ABREU, Alzira Alves (org.) **A democratização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHISTO, M. C. V. **Pintura, História e Heróis do século XIX**: Pedro Américo e Tiradentes Esquartejado. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CLAUSEWITZ, C. O gênio guerreiro. In: \_\_\_\_\_. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COCKBURN, Cynthia. **In the way of women**: mens resitance to sex equality in organizations. London: Macmillan, 1991.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds). **Masculidad/es**: Poder y Crisis. Santiago, Chile: Ediciones de las mujeres, n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em: <[http://www.pasa.cl/biblioteca/La\\_Organizacion\\_Social\\_de\\_la\\_Masculinidad\\_Connel,\\_Robert.pdf](http://www.pasa.cl/biblioteca/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Connel,_Robert.pdf)>. Acesso em: 15 jan 2009.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, vol. 20 nº 2, jul/dez 1995, p. 185-206.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**. Vol.19, 2005, <<http://gas.sagepub.com>>, CAPES acesso 27 de maio de 2009.

D'ARAUJO, M. C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Castro; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.439-459.

DAVID, C. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

DICIONÁRIO DE MITOLOGIA GRECO-ROMANA. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DORATIOTO, F.. **Maldita Guerra**: uma nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: **Educação e Sociedade**, ano 19, nº62, p.13-30, abril, 1998.

DURÃO, S. Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a ótica etnográfica. **Etnográfica**, Portugal, vol. VIII, n. 1, pp. 57-78. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_08/N1/Vol\\_viii\\_N2\\_04susanadurao.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N1/Vol_viii_N2_04susanadurao.pdf)>. Acesso em: 30 mai 2008.

DURÃO, Susana. Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a ótica etnográfica. **Etnográfica**, Portugal, vol. VIII, nº 1, p. 57-78. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_08/N1/Vol\\_viii\\_N2\\_04susanadurao.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N1/Vol_viii_N2_04susanadurao.pdf)>. Acesso em: 30/05/2008.

ELIAS, N.. **A Sociedade de Corte**. Lisboa : Editorial Estampa, 1987.

FEBVRE, L. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FONSECA, T. M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: I a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FURTADO, J. P. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALVÃO, W. N. **A donzela-guerreira**: um estudo de gênero. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

GARCIA, V. "Difference" in the Police Department: women, policing and "going gender". **Journal of Contemporary Criminal Justice**, vol. 19, 2003, p. 330-344. Disponível em:<<http://ccj.sagepub.com>> CAPES . Acesso em: 30 mai 2008.

GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992. PERISTIANY, J. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERREIRO, G. Suplicy pede novo depoimento de general após declarações sobre homossexuais. **Folha Online**. Brasília, 04 de fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u689289.shtml>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

HEINICH, N. **Estados da mulher: a identidade feminina na ficção ocidental**. Lisboa: Estampa, 1998.

HERITIER, F. **Masculino Feminino: dissolver a hierarquia**. Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

HÉRITIER, F. Masculino/feminino. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 20. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997, p. 11-26.

HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Revista Religião e Sociedade**, v. 6, 1980, p. 99-128.

HOBSBAWN, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 72-73.

JACKSON, L. A. **Women Police: gender, welfare and surveillance in the twentieth century**. USA: Manchester University Press, 2006.

LANE, R. Polícia urbana e crime na América do século XIX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.) **Policamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11-63.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANNA, M. Jr. Tenentismo e crise política na Primeira República. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. (org.) **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp.313-350.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 423-483.

LEIRNER, P. de C. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMA, M. A. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

LOPES, L. P. da M. **Discursos de identidade**: discursos como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2003.

LOUREIRO, Y. F. As polícias militares na Constituição: Federal de 1988: polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reservas do Exército? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, nº 486, 5 nov. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5866>> Acesso em: 31 dez. 2008.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

McCANN, F. **Os soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MICELI, P. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1988.

MILLIET, M. A. **Tiradentes**: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOREIRA, R. “**Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope**”: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993.

OLAVARRÍA, J. A. Masculinidades y varones en Santiago de Chile. In: OLAVARRIA, J. A. **Hombres a la deriva?**: poder, trabalho y sexo. Santiago, Chile: FLASCO-Chile 2001, p. 11-38, p. 11-18. Disponível em: <<http://www.redmasculinidades.com>>. Acesso em: 20 ago 2010.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEIRA, L. M. B. de. “**Nossos comerciais, por favor!**”: a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PERROT, M. S. In: FRAISSE, G; PERROT, M. (dir.) **História das mulheres no Ocidente**: O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991, p 503-539.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra**: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 17-41.

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 13- 59.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, nº 10, v. 5, p. 200-215, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, nº 3, v. 2, p. 3-15.

POMBO, O. **Imunização Ideológica**. Curitiba, Paraná, 1950.

PORTINARI, D. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo; Brasiliense, 1989.

PRADO, M. L. A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: \_\_\_\_\_. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 28-51.

PROKOS, A. H.; PADAVIC, I. "There Oughtta Be a Law Against Bitches": Masculinity Lessons in Police Academy Training. **Gender, Work & Organization** 9(4), 2002, p.439-459, Disponível em:<<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/home>>.

QUETEL, C. **As mulheres na guerra (1939-1945)**. São Paulo: Larousse, 2009, p. 5.

RABE-HEMP, C. E. **Police women or police Women?** Doing gender and police work. *Feminist Criminology*, vol. 4, n. 2, Abril, 2009, p. 114-129, p. 115. Disponível em: <<http://fcx.sagepub.com>>, Capes, 09 de junho de 2009. Acesso em 20 ago 2010.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2008, p. 578-606, p. 604.

RAMIREZ, R. L. Ideologias masculinas: sexualidade e poder. In: NOLASCO, Sócrates (org.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 75-82.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROSA, J. A. **Revolução de 1924**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2001, p. 105.

ROSA, J. **Campanha do Contestado**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998.

ROSA, J. **Combate do Irani**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1998.

ROSA, J. **Epopéia da Lapa: ação heróica da Polícia Militar do Paraná em defesa do regime republicano (1893-1894)**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 1999.

ROSA, J. **Guerra do Paraguai**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2000.

ROSA, J. **Revolução de 1924**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2001.

ROSA, J. **Revolução de 1930**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2002.

ROSA, J. **Revolução de 1932**. Curitiba, Pr: Associação da Vila Militar, 2004.

ROSA, João Alves da F. **Revolução de 1924**. Curitiba, PR: Associação da Vila Militar, 2001, p. 110-

SANTOS, M. de O. **Berço de Heróis**: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

SASSON-LEVY, O. Feminism and military gender practices: Israeli women soldiers in “masculine” roles. **Sociological Inquiry**, vol. 73, n. 3, August, p. 440-465, 2003.

SCOTT, J. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, G; PERROT, M. (dir.) **História das mulheres no Ocidente**: O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 443-475.

SCOTT, J. Feminismo e historia. In: **La Correa Feminista**, nº 15. México, verano/otoño 1996, p. 109-122. Disponível em: <hojasdewarmi8\_547\_021269\_3328\_pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p.71-99, 1995.

SCOTT, J. W. Experiência. **La Ventana**, n. 13, p. 42-72, 2001. Disponível em: <<http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventan/volumenes/ventana13.htm>> Acesso em: 13 ago 2009.

SCOTT, J. W. Fantasy Echo: história e a construção da identidade. **Labrys**: Estudos Feministas, nº 1-2, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>. Acesso em: 04 fev 2009.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History, **Cadernos Pagu**, nº 3, 1994, p. 11-27.

SCOTT, J.W. Fantasy Echo: história e a construção da identidade. **Labrys**: Estudos Feministas, nº 1-2, jul/dez. 2002.

SENNET, R. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização Ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, C. R. **Gênero, Hierarquia e Forças Armadas**: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/Premios/LeviStrauss/cristina.pdf>>. Acesso em: 02 fev 2011.

SILVA, C. R. **Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas**: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. Disponível em: <[www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf](http://www.abed-efesa.org/page4/page7/page22/.../CristinaRodrigues.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2009.

SILVA, H. R. da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, M. A. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003.

SILVA, T. T.da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVEIRA, C. de C. As mulheres na Marinha do Brasil. In: **Center for Hemispheric Defense Studies** - REDES 2003: Research and Education in Defense and Security Studies. October 28-30, 2003, Santiago, Chile. Disponível em: <[www.ndu.edu/chds/redes2003/.../6.../2.%20Silveira-final.doc](http://www.ndu.edu/chds/redes2003/.../6.../2.%20Silveira-final.doc)>, acesso em: 31 jul 2009.

SIRIMARCO, M. Marcas de gênero, cuerpos de poder. Discursos de producción de masculinidade em la conformación del sujeto policial. **Cuaderno de Antropologia social**, n. 20, p. 61-78. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2004000200005](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2004000200005)>, acesso em 15 jul 2009.

SOARES, B. M; MUSUMECI, L. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, B. J. de. **Heroínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. Rio de Janeiro: Paralelo; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

STONER, K. L. Militant heroines and the consecration of the patriarchal state: the glorification of loyalty, combat, and national suicide in the making of Cuban National Identity. In: **Cuban Studies**, volume 34, 2003, p. 71-96. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/cub/summary/v034/34.1stoner01.html>>. Acesso em: 20 dez 2010.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

TAKAHASHI, Emilia E. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Tese do Curso de Pós-Graduação em Educação – UNICAMP, Campinas, 2002.

TAVERA, S.; NASH, M. (Eds). **Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporânea**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.

VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. (org.) **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 353-386.

VERNANT, J. A bela morte de Aquiles. In: GAUTHERON, M. (org.) **A honra: imagem de si ou dom de si, um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 33-41.



VIEIRA, M. Z.(org.). **Perfis da cidade**: crônicas de Vieira Filho. Ponta Grossa, Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1993.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000, p.7-72.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ:Vozes, 2000, pp.07-72.

ZAN, S. M. Introdução. In: VIEIRA, Márcia Zan (seleção, organização e revisão). **Perfis da cidade**: crônicas de Vieira Filho. Ponta Grossa, Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1993.

## FONTES

### CONJUNTOS DOCUMENTAIS

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1975-1980. Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Curitiba.

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1982-1986. Arquivo do 2º Grupamento de Bombeiro (2º GB), Ponta Grossa.

BOLETIM GERAL. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1986-2000. Arquivo do 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), Ponta Grossa.

ORDEM DO DIA. Curitiba: Polícia Militar do Estado do Paraná, 1927-2000. Arquivo Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Curitiba.

### LEIS, DIRETRIZES, OFÍCIOS, RELATÓRIOS

BRASIL. **Decreto n. 42.018**, Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), Exército. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1957.

BRASIL. **Decreto n. 2010**. Brasília, 12 de janeiro de 1983.

BRASIL. **Decreto n. 2106**. Brasília, 06 de fevereiro de 1984.

BRASIL. Decreto nº 79.985, de 19 de junho de 1977. Regulamento Disciplinar do Exército. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 1977. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaTextoIntegral.action?id=194449>>. Acesso em: 15/09/2009.

BRASIL. **Decreto nº 88.513**, de 13 jul. de 1983, Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas. Brasília: Ministério do Exército, 1983.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 667**, Brasília, 2 de julho de 1969.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Ofício n. 1029-83/84**. Campo Mourão, 05 de abril de 1984. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ofício n. 100/84**. Guarapuava, 03 de abril de 1984. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. **Ofício n. 558/89**. Toledo, 08 de agosto de 1989. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Pesquisa**: imagem da polícia. Curitiba: UFPR/SESP, 1976. Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

DIOTALEVI, Sanderson; PAZINATTO, João Antônio. **Projeto de implantação de radiopatrulhamento feminino através da Cia de Polícia Militar Feminina para proteção à mulher e à criança**. Curitiba, PR, IPARDES, UEL, Dezembro, 1993.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Portaria n. 027/77**, Organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Brasília, IGPM, 16 de junho de 1977.

INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES. **Ofício n. 12**. Brasília, 31 de janeiro de 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Decreto nº 8.736**, Regulamento de Continências, honras e sinais de respeito das Forças Armadas. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1942.

MINISTÉRIO DO EXERCITO. **Portaria nº 310, de 29 de mai. de 1995**. Normas para corte de cabelo e uso de barba e bigode por oficiais e praças do Exército. Disponível em <<http://www.militar.com.br/modules.php?name=Legislacao&file=display&jid=223>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

PARANÁ. Decreto n. 192 de 17 de janeiro de 1936. In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 43**. Curitiba, 20 de fevereiro de 1936.

PARANÁ. **Decreto n. 3024**. Curitiba, 04 fevereiro de 1994.

PARANÁ. **Decreto n. 3233**. Curitiba, 10 de abril de 1977.

PARANA. **Decreto n. 3412**. Curitiba 21 de julho de 1984.

PARANÁ. **Decreto n. 5195**. Curitiba, 15 de junho de 1989.

PARANÁ. **Decreto n. 5404**. Curitiba, 09 de maio de 1985.

PARANÁ. **Decreto n. 596**. Curitiba, 19 de julho de 1991.

PARANÁ. **Decreto n. 8.871**. Curitiba, 07 de fevereiro de 1968.

PARANÁ. **Decreto n. 9.060**, Regulamento Interno e de Serviços Gerais – RISG. Curitiba, 01 de dezembro de 1949.

PARANÁ. **Decreto n.3860**. Curitiba, 13 de setembro de 1977.

PARANÁ. Decreto n. 3238, 19 de abril de 1977. In. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 078**, 27 de Abril de 1977.

PARANÁ. **Decreto n. 3413**. Curitiba, 24 de julho de 1984.

PARANÁ. **Decreto n. 3860**. Curitiba, 13 de setembro de 1977.

PARANÁ. **Lei n. 1943**. Curitiba, 23 de junho de 1954.

PARANÁ. **Lei n. 6774**, Lei de Organizações Básicas da Polícia Militar do Estado do Paraná - LOB. Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

PARANÁ. **Lei n. 7638**. Curitiba, 10 de setembro de 1982.

PARANÁ. **Lei n. 7815**. Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

PARANÁ. **Lei n. 12.975**. Curitiba 17 de novembro de 2000.

PARANÁ. **Lei n. 14.804**. Curitiba, 20 de julho de 2005.

PARANÁ. **Lei n. 6.774**. Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

PARANÁ. **Lei n. 7815**. Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

PARANÁ. **Ofício n. 995/76**. Curitiba 08 de junho de 1976. Anteprojeto de reorganização da Polícia Militar do Estado do Paraná. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PANANÁ. **Portaria n 538**. Curitiba, 15 de dezembro de 1976.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA. **Anteprojeto de decreto**: transforma e Cia PM Fem o Pel PM Fem. 1ª Seção do Estado Maior. Curitiba, 1984. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Anteprojeto Quadro Especial de Oficiais de Policiamento Feminino**. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 001/78, DE**. Curitiba, 1978. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 004/87**. Curitiba, 25 de maio de 1987. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 009/76**. Curitiba, 1976. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz n. 029/77. In. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 105. Curitiba, 06 de junho de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 076/79**. Curitiba, novembro de 1979. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretriz n. 048/77**. Curitiba, dezembro de 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz n. 06/78. Uso de uniformes pelos alunos do CEFAP e outras providências. In. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 236. Curitiba, 22 de dezembro de 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Documento nº 21.825**. Curitiba, Arquivo Geral da PMPR.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Editais n. 001/78** Centro de Recrutamento de Soldados. In: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 196**. Curitiba, 20 de outubro de 1978.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Editais n. 01/95 CRS**. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral n. 102**. Curitiba, 30 de maio de 1995.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Editais n. 09 DE**. Curitiba, junho de 1982. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Editais n. 13/83**, Diretoria de Ensino - DE. **Boletim Geral n. 219**. Curitiba, 24 de novembro de 1983.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Editais n. 2/77**. In. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 113. Curitiba, 17 de junho de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Estudo de EM n. 02/86. Ponta Grossa, 05 de maio de 1986. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Estudo de Estado Maior nº 02/86**. Ponta Grossa, 05 de maio de 1986. Arquivo do 1º BPM.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Lei n. 6774**. Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Curitiba, 8 de janeiro de 1976.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Memorando n. 010/86** – Comandante do CPI. Curitiba, 09 de abril de 1986. Arquivo 1º BPM.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 079/82**. Curitiba, PM/1, 21 de janeiro de 1982. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 1331/84**. Curitiba, 09 de novembro de 1984. Resposta ao Ofício n. 312/84 da Câmara Municipal de Pato Branco. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 273**. Curitiba, 07 de março de 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 306/84**. Curitiba, 06 de julho de 1984. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 31/76**. Curitiba, 03 de dezembro de 1976. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Ofício n. 413/77. Curitiba, 25 de março de 1977. In: EKERMAN, L. A.; ROMERO, W. **Ajustamento da policial feminina na Polícia Militar**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Policial Militar do Guatupê, São José do Pinhais, 1993.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 079/82** PM/1. Do Comando Geral ao Secretário de Segurança. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Ofício n. 273/76** – PM/1. Curitiba, 7 de março de 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Parecer n. 015**, 1ª seção do Estado Maior. Curitiba, 07 de Abril de 1982. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Aplicação do Policiamento Feminino de Trânsito Urbano – BPTran**. Curitiba, 31 de janeiro de 1983. Arquivo 1.º BPM.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Portaria do Comando Geral n. 232/77 – CFAP. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim Geral**, n. 219, 24 de novembro de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria do Comando Geral, nº 651**. 1ª Seção do Estado Maior, 27 de outubro de 1982. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório geral dos cursos de 1971 a 2007**. Academia Policial Militar do Guatupê.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Sindicância nº 024/89**. (Arquivo da PMPR)

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Sindicância nº 061/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. (Arquivo da PMPR).

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Sindicância nº 062/79**. Academia Policial Militar do Guatupê. (Arquivo da PMPR).

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Edital nº 13/83 Diretoria de Ensino - DE, **Boletim Geral**, nº 219. Curitiba, 24 de novembro de 1983.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Pasta com recortes de jornais** – Polícia Feminina. (Arquivo do Museu da Polícia Militar do Estado do Paraná)

SÃO PAULO. Decreto nº 52.655, 12 de fev. de 1971. Regulamento Disciplinar do Quadro Especial do Policiamento Feminino da Polícia Militar de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 13 de fev. 1971. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=81950>>. Acesso em: 18 de ago. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA. **Informativo n. 31**. Grupo Técnico do Conselho Deliberativo de Pessoal. Curitiba, 29 de junho de 1982. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Informação n. 07.026/83**, protocolo n. 1381/ SESP. Curitiba, 03 de maio de 1983. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

## OUTRAS

PERNETA, Júlio (letra); SURIANI, Romualdo (música). **Canção da PMPR**. Portaria nº 902, PM/1. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1977. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

MORAES, Rubens Mendes (letra); RAMOS, Antônio Alberto (música). **Canção 10 de agosto**. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1983. Arquivo da 1ª Seção do Estado Maior da PMPR – PM/1.

GUILMANN, E. **Uniformes da Polícia Militar do Paraná**: histórico do fardamento da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de 1854-2004. Curitiba, 2008 [mimeo]

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm)>. Acesso em: 16 de out. 2009.

FEDERACION DE MUJERES CUBANAS. **Documento nº 63**. Arquivo da Federacion de Mujeres Cubanas, Havana.

VIEIRA, M. A. **Nota técnica**: a presença feminina das Forças Armadas. Consultoria Legislativa. Brasília, dez., 2001. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/112264.pdf>>. Acesso em: 19 nov 2009.

VIEIRA, G. F. Perfis da Cidade. In: **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, PR, 10 de maio de 1984.

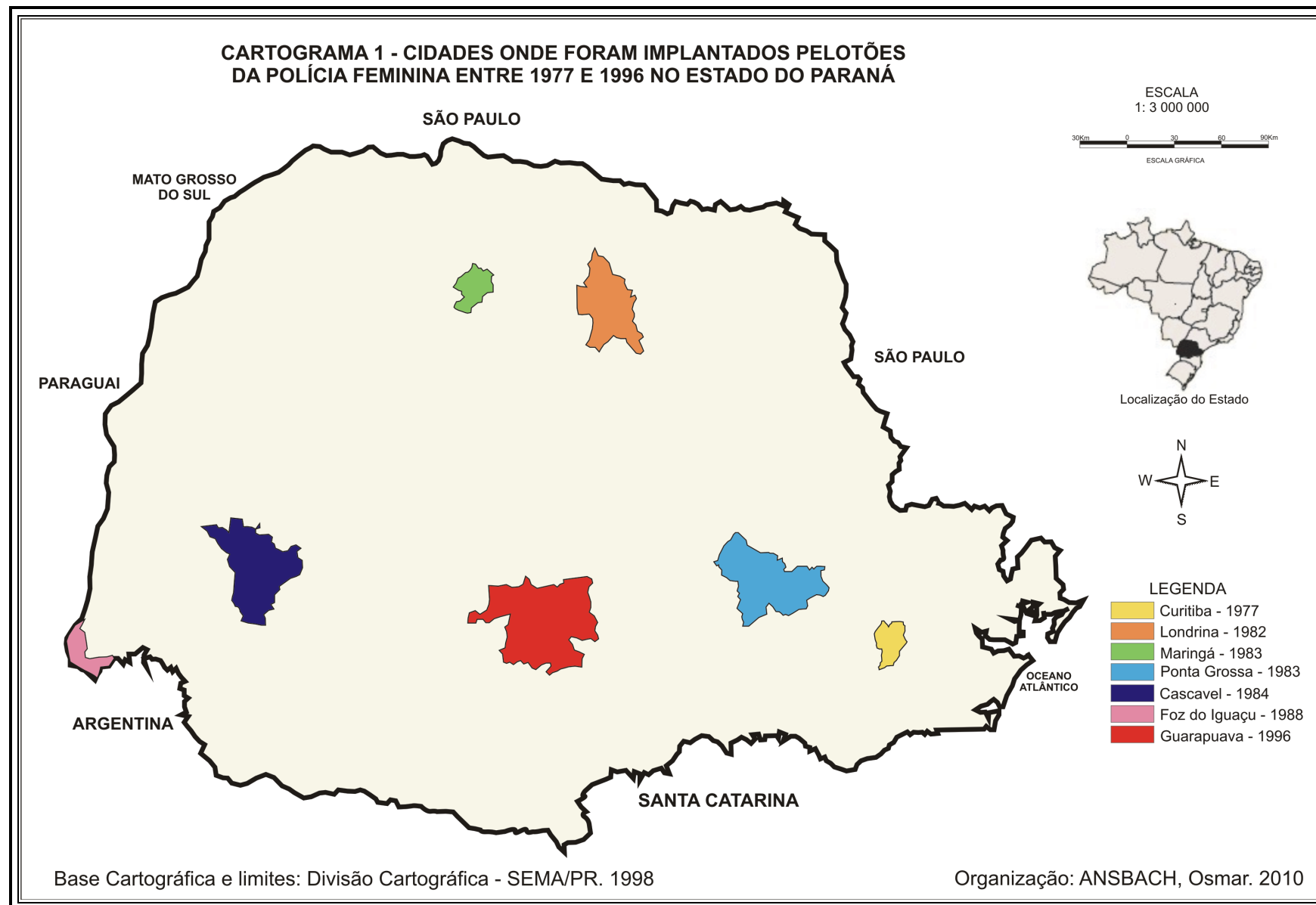
EKERMANN, L.; ROMERO, W. **Ajustamento da Policial Feminina na Polícia Militar do Paraná**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, 1993. Biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê.

GRECIO, A. P.; ALCURE, N. dos S.; ARAUJO, V. de M. **Análise do emprego da Polícia Militar Feminina no Policiamento Ostensivo Urbano de Curitiba**. Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, junho de 1983. Biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê.

**ANEXOS**

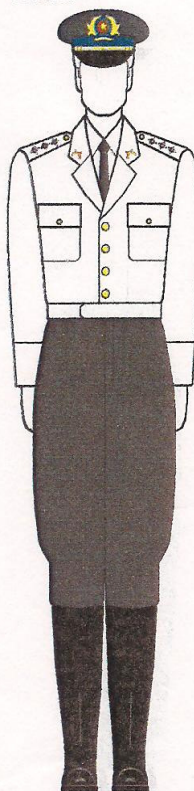


**ANEXO 1**  
**CARTOGRAMA DO PARANÁ**

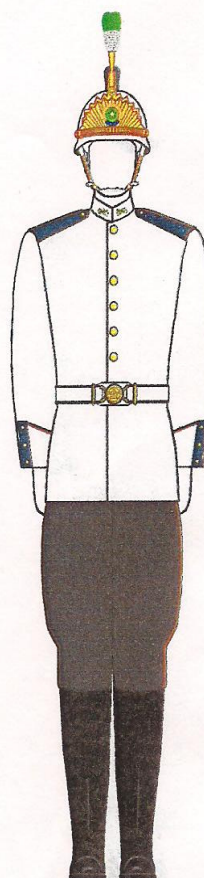


**ANEXO 2**  
**UNIFORME DA POLÍCIA FEMININA**

1976  
Uniformes Especiais  
Polícia Montada



Competições Hípicas



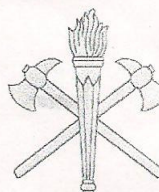
Lanceiros



Oficiais

1976 – 15 de Dezembro  
Portaria do Comando Geral nº 539

Foi estabelecido um novo modelo de distintivo para o CB. Esses distintivos eram usados em ambas as extremidades da gola das túnicas, e do lado direito do colarinho das camisas e canículas. Nas divisas dos praças eles eram bordados em fio azul, abaixo do vértice das divisas.



Praças

1977 – 19 de Abril  
Decreto nº 3.238  
Polícia Feminina

Casquete



AMP/MPF

Primeiro uniforme
Casquete cinza chumbo de tergal
Túnica branca de tergal
Camisa branca
Gravata preta horizontal / cruzada
Saia-calça cinza chumbo de tergal
Sapatos pretos

Terceiro uniforme
Casquete preto de tergal
Túnica azul petróleo de tergal
Camisa azul clara
Gravata preta cruzada
Saia-calça preta de tergal
Sapatos pretos

Segundo uniforme
Casquete cinza chumbo de tergal
Túnica cinza chumbo de tergal
Camisa branca
Gravata preta horizontal / cruzada
Saia-calça cinza chumbo de tergal
Sapatos pretos

Quarto uniforme
Casquete azul petróleo de terbrim
Gandola azul petróleo de terbrim
Cinta preta de lona
Calça azul petróleo de terbrim
Botas pretas

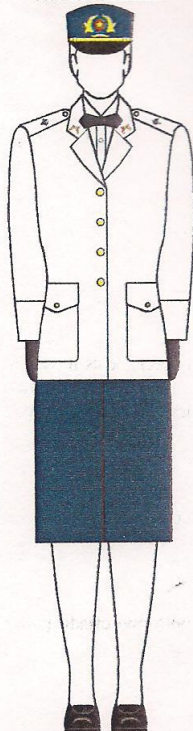
Os uniformes da polícia feminina seguiam a mesma classificação prevista para o restante da Corporação; entretanto, as policiais não recebiam bibico, e o capacete era usado apenas durante o período de treinamento básico. Como abrigo para o frio, a PF recebia um capote na cor azul; o qual era usado com o terceiro e quarto uniforme.

No primeiro, segundo e terceiro uniforme o casquete possuía a pala preta e brilhante; e no quarto, a pala era revestida com o mesmo tecido do fardamento.



1977  
Polícia Feminina

Primeiro uniforme



Segundo uniforme



Terceiro uniforme



Soldado Luzinete do Nascimento

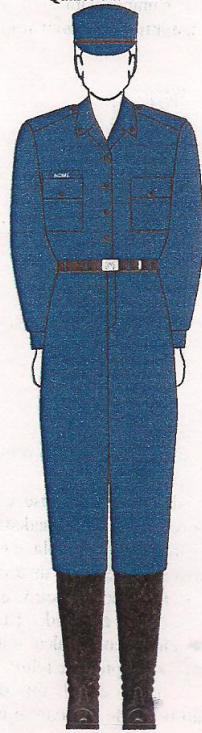


3º Sargento Leila Labhardt

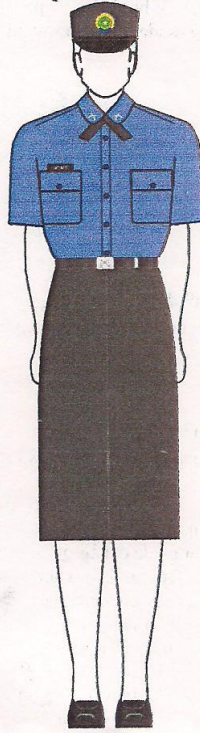


Capote

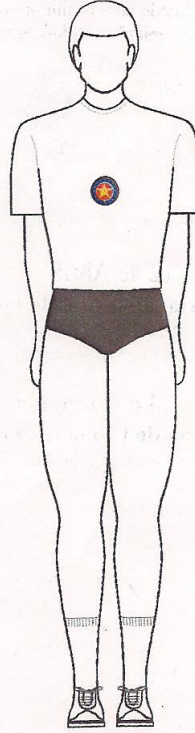
Quarto uniforme



Quinto uniforme

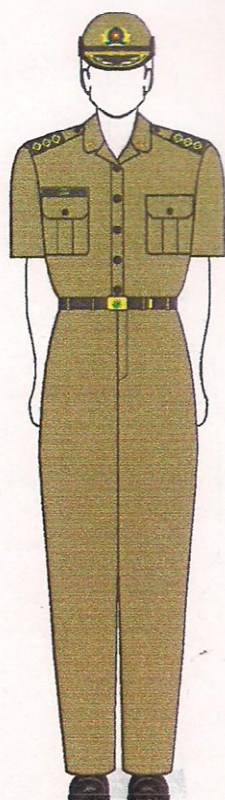


Sexto uniforme

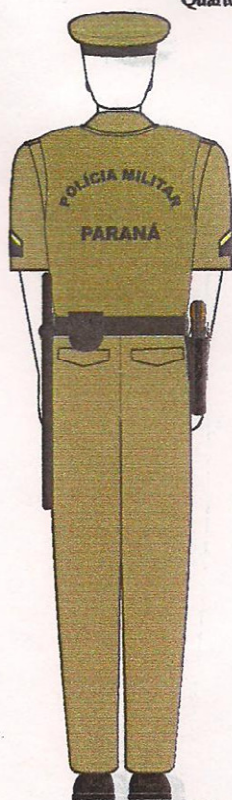




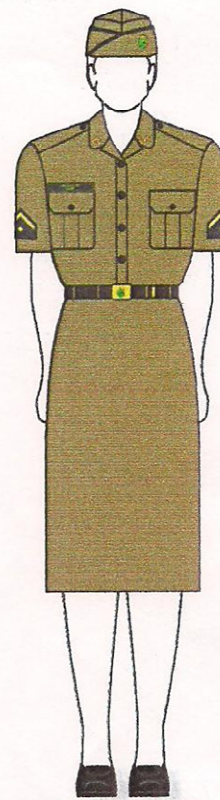
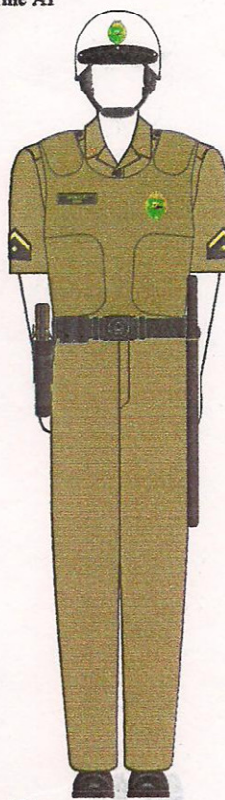
2001  
Uniformes Operacionais  
Quarto uniforme A1



Serviço e passeio

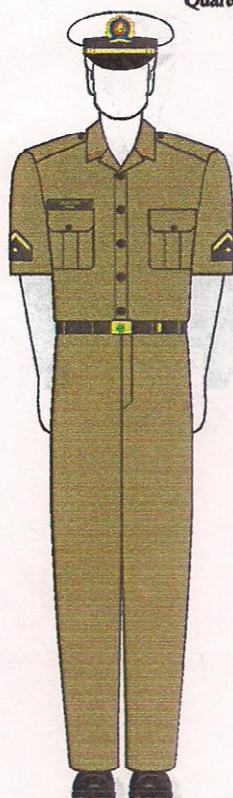


Policimento básico

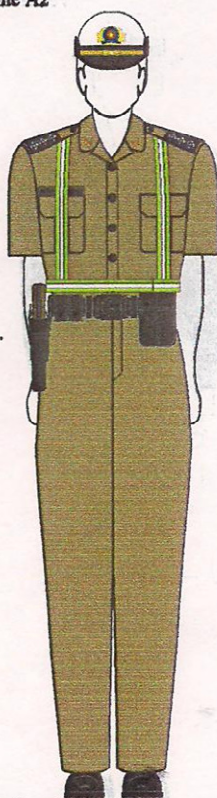


Expediente interno

Quarto uniforme A2



Policimento de trânsito urbano



Quarto uniforme A3



Policimento de trânsito rodoviário

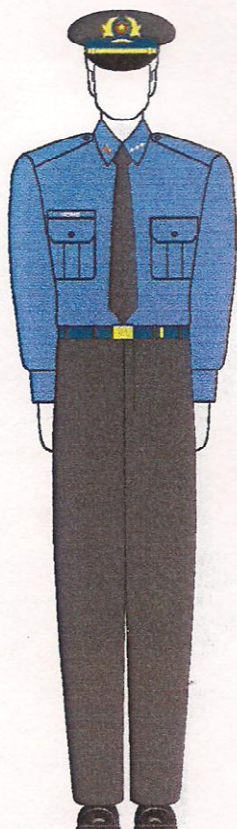




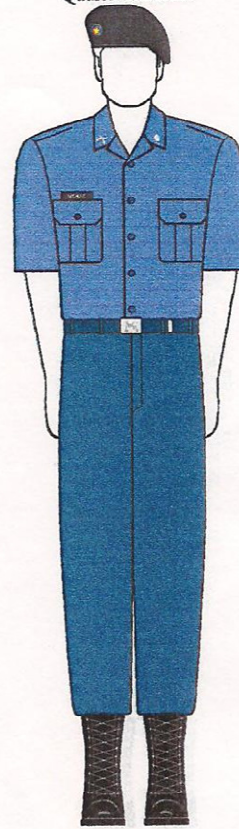
1984

Terceiro

uniforme

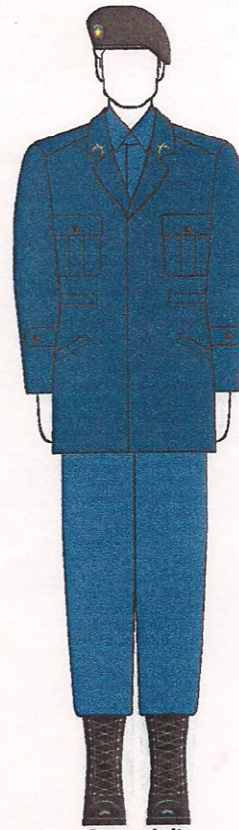
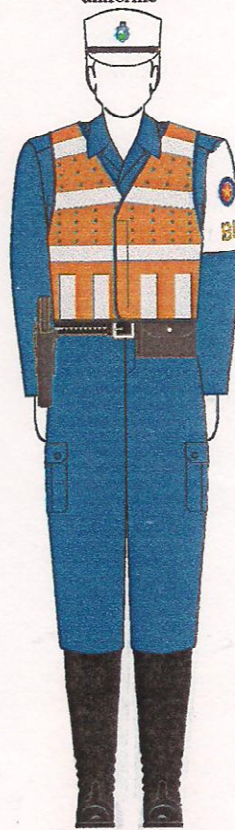
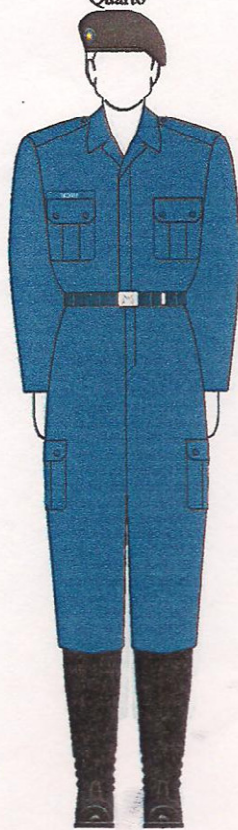
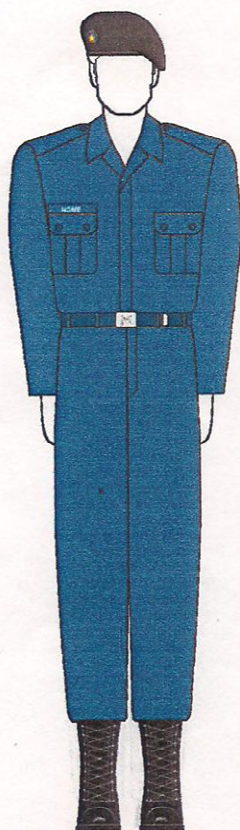


Quarto uniforme



Quarto

uniforme



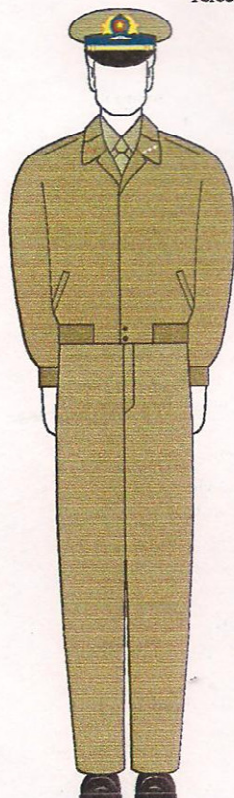
Polícia de Trânsito

Japona de lă

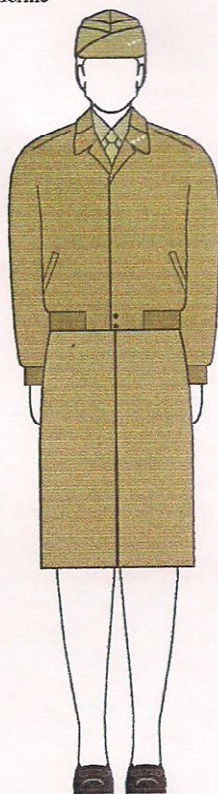


1990

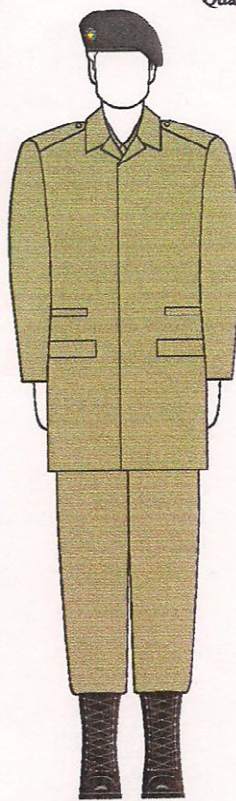
Terceiro uniforme



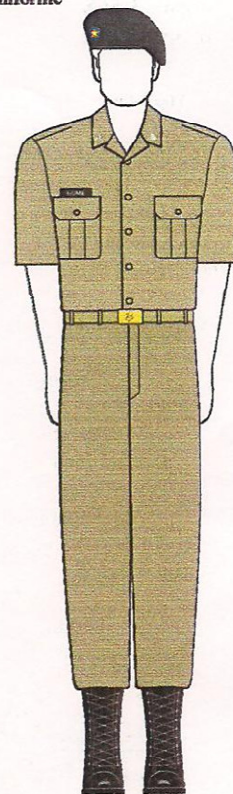
Jaqueta de tergal



Quarto uniforme



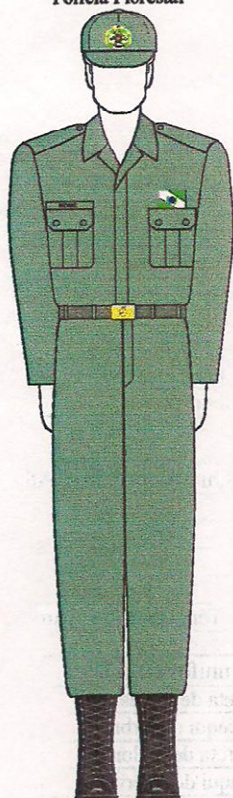
Japona de brim



Canícula

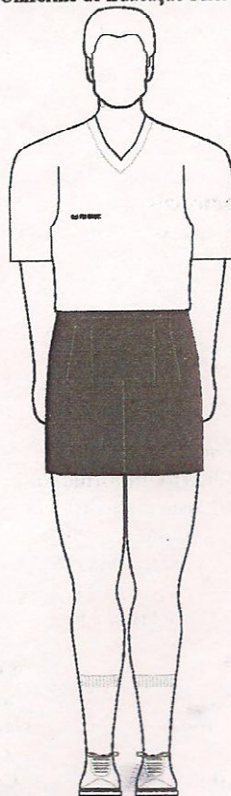
1992

Polícia Florestal



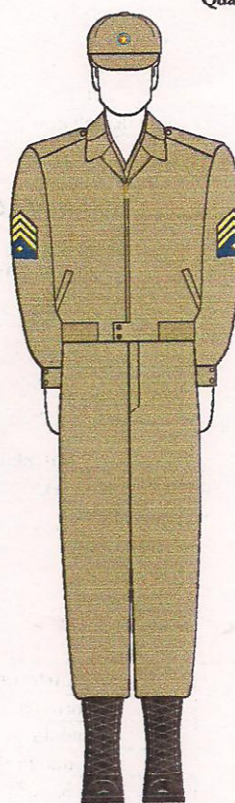
Força Verde

Uniforme de Educação Física

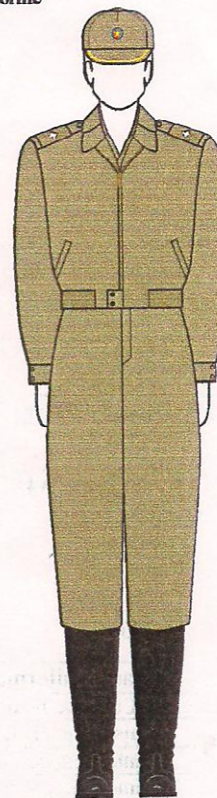


1993

Quarto uniforme



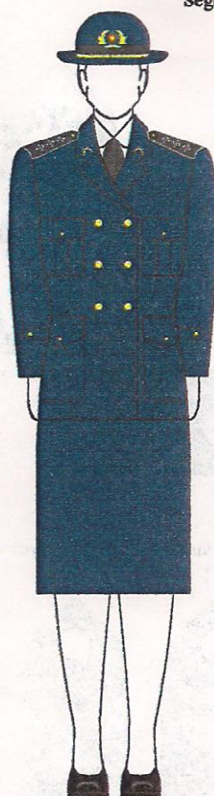
Jaqueta de brim



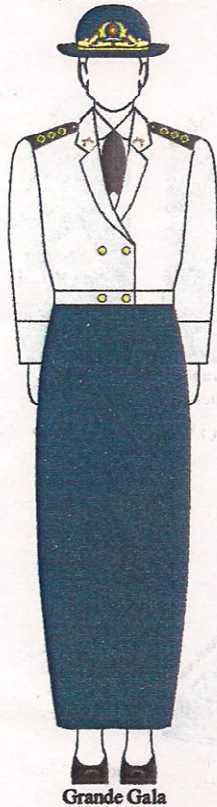


# 2001 Uniformes Formais

## Segundo uniforme A



## Primeiro uniforme

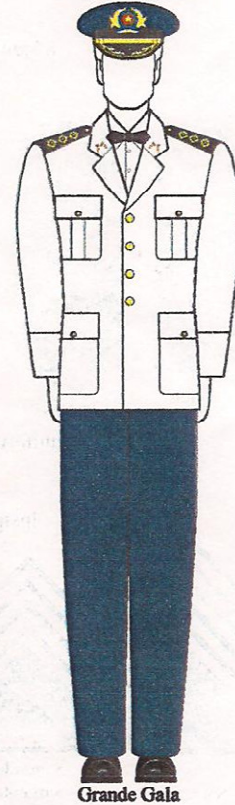


## Gala

## Segundo uniforme B



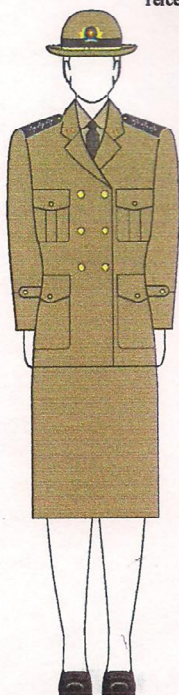
## Primeiro uniforme



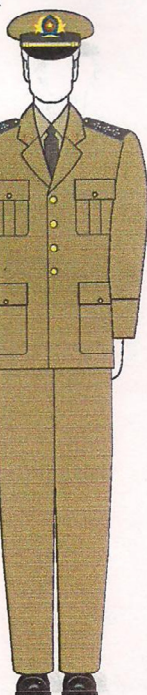


2001  
Uniformes Formais

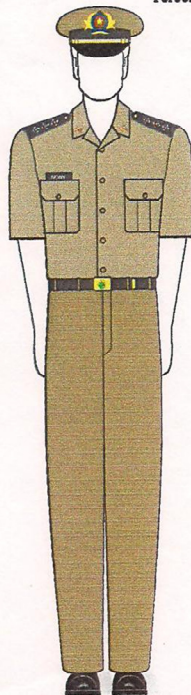
Terceiro uniforme A



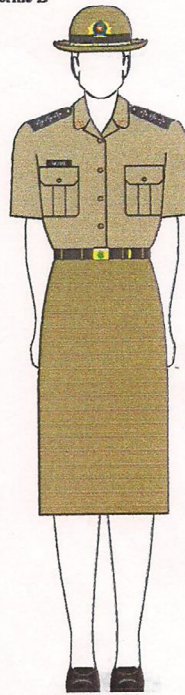
Representação formal



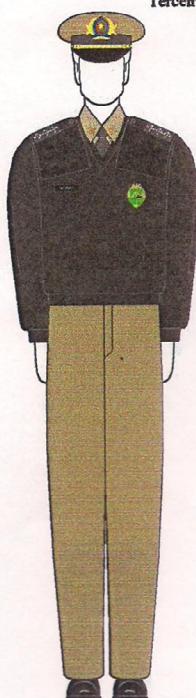
Terceiro uniforme B



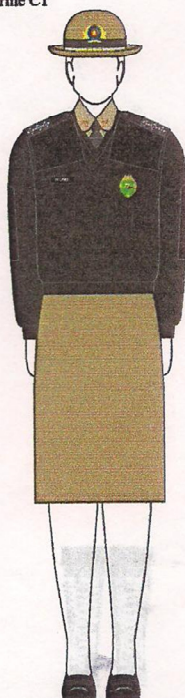
Representação informal de verão



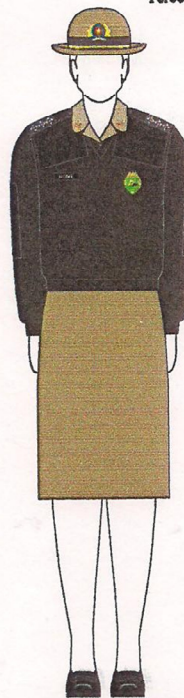
Terceiro uniforme C1



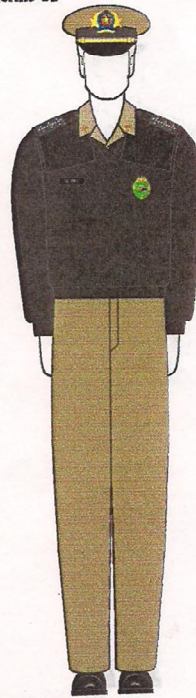
Representação formal de inverno



Terceiro uniforme C2



Representação informal de inverno



**ANEXO 3**  
**CLASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS PRAÇAS – RDE**

**ANEXO 3 - CLASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS PRAÇAS - RDE**

<b>Classificações</b>	<b>Definições</b>
Excepcional	Quando no período de nove anos de efetivo serviço não tenha sofrido qualquer punição disciplinar.
Ótimo	Quando no período de cinco anos de efetivo serviço tenha sido punida com até duas prisões
Bom	Quando no período de dois anos de efetivo serviço tenha sido punida com até duas prisões
Insuficiente	Quando no período de um ano de efetivo serviço tenha sido punida com até duas prisões
Mau	Quando no período de um ano de efetivo serviço tenha sido punida com mais de duas prisões ou uma prisão em separado.

Fonte: Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto nº 79.985, de 19 de junho de 1977, art. 49

**ANEXO 4**  
**IMAGENS DE MILITARES MULHERES**

**ANEXO 4 - IMAGENS DE MILITARES MULHERES**

Fonte: Revista Bohemia, 02 de março 1984  
(Arquivo: Casa do Historiador, Holguín, Cuba)



Fonte: Jornal O Estado do Paraná, 08 de setembro 1984  
(Arquivo: Museu PMPR, Curitiba, Paraná)

**ANEXO 5**  
**TIPOS DE PUNIÇÕES – RDE**

**ANEXO 5 – TIPOS DE PUNIÇÕES - RDE**

<b>Punição</b>	<b>Especificações</b>
Advertência	<p>É a forma mais branda de punir. Consiste numa admoestação feita verbalmente ao transgressor, podendo ser em caráter reservado ou ostensivo. Quando em caráter ostensivo, a advertência poderá ser na presença de superiores, no círculo de seus pares ou na presença de toda ou parte da Organização Militar.</p> <p>A advertência, por ser verbal, não deve constar das alterações do punido, devendo, entretanto, ser registrada para fins de referência.</p>
Repreensão	<p>É a censura enérgica ao transgressor, feita por escrito e publicada em boletim.</p> <p>Obs.: duas repreensões equiparam-se a uma detenção.</p>
Detenção	<p>Consiste no cerceamento da liberdade do punido, o qual deve permanecer em local que lhe for determinado pela autoridade que aplicar a punição, sem que fique, no entanto, encarcerado.</p> <p>O detido comparece a todos os atos de instrução e serviço, exceto ao serviço de escala externo.</p> <p>Em casos especiais, a critério da autoridade que aplicar a punição, o oficial ou aspirante a oficial pode ficar detido em residência.</p> <p>Obs.: duas detenções equiparam-se a uma prisão.</p>
Prisão	<p>Consiste no encarceramento do punido em local próprio e designado para tal.</p> <p>Os militares de círculos diferentes, não poderão ficar presos na mesma dependência.</p> <p>O Comandante designará o local de prisão de oficiais, no aquartelamento, e dos militares, nos estacionamentos e marchas.</p> <p>Os presos disciplinares devem ficar separados dos presos à disposição da justiça.</p> <p>A prisão deve, em princípio, ser cumprida sem prejuízo da instrução e dos serviços internos e, quando for com prejuízo, esta condição deve ser declarada em boletim.</p> <p>O punido fará suas refeições onde for determinado pelo Comandante em princípio, no refeitório da Organização Militar.</p>
Prisão em separado	<p>O punido deve permanecer encarcerado e isolado, fazendo suas refeições no local da prisão.</p>

Fonte: Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto nº 79.985, de 19 de junho de 1977, art. 23-28 e 49.